

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

I

**Octavio Gouvêa
de Bulhões**

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

Brasília • 2019

Coleção

História Contada do
Banco Central do Brasil

I

**Octavio Gouvêa
de Bulhões**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do
Banco Central do Brasil – v. 1

Banco Central do Brasil

Octavio Gouvêa de Bulhões / Banco Central do Brasil – Brasília :
Banco Central do Brasil, 2019.

274 p. ; 23 cm – (Coleção História Contada do Banco Central do
Brasil; v. 1)

I. Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Bulhões,
Octavio Gouvêa de. IV. Título. V. Coleção.

CDU 336.711(81)(091)

Apresentação (edição atual)

O Banco Central do Brasil tem mais de 50 anos. A realização de entrevistas orais com personalidades que contribuíram para a sua construção faz parte da memória dessa Instituição, que tão intimamente se vincula à trajetória econômica do país.

Essas entrevistas são apresentadas nesta *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, que complementa iniciativas anteriores.

É um privilégio poder apresentar esta Coleção.

As entrevistas realizadas permitem não apenas um passeio pela história, mas também vivenciar as crises, os conflitos, as escolhas realizadas e as opiniões daqueles que deram um período de suas vidas pela construção do Brasil. Ao mesmo tempo, constituem material complementar às fontes históricas tradicionais.

O conjunto de depoimentos demonstra claramente o processo de construção do Banco Central como instituição de Estado, persistente no cumprimento de sua missão. A preocupação com a edificação de uma organização com perfil técnico perpassa a todos os entrevistados. Ao mesmo tempo em que erguiam a estrutura, buscavam adotar as medidas de política econômica necessárias ao atingimento de sua missão.

É evidente, também, a continuidade de projetos entre as diversas gestões, viabilizando construções que transcendem os mandatos de seus dirigentes.

Nossa expectativa com a publicação dessas entrevistas é contribuir com uma melhor compreensão acerca da evolução da Instituição e de sua atuação.

Queremos estimular a busca por conhecimentos sobre a história econômica do país e sobre como o Banco Central busca seus objetivos de **garantir a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez e eficiência do sistema financeiro.**

A handwritten signature in black ink, reading "Ilan Goldfajn". The signature is fluid and cursive, with the first letters of each word being capitalized and prominent.

Ilan Goldfajn
Presidente do Banco Central do Brasil

Apresentação (primeira edição)

O Banco Central do Brasil (BCB) está completando 25 anos de existência. Este, certamente, é um momento que merece ser registrado, não apenas em razão do destacado papel destinado ao BCB no cenário nacional nem somente pelo que a atuação do Banco ao longo dos últimos 25 anos possa ter, em geral, representado.

Mas, e talvez até principalmente, os 25 anos do BCB merecem ser lembrados pelo atual processo de mudanças por que passa a Instituição, tanto no seu contexto interno quanto em suas relações com o meio social.

Em harmonia com as transformações ocorrentes nas diferentes instâncias da vida brasileira, o Banco desenvolve presentemente um trabalho de adequação de seu perfil aos novos e melhores tempos que nossa comunidade intenta edificar.

Nesse contexto, avulta em significado a bandeira resgate do passado, com os olhos postos no futuro, que vem norteando a iniciativa de recuperação da memória da Organização, tarefa tão-somente iniciada pela administração que ora se despede da gestão do BCB e que é legada, na expectativa de sua natural continuidade e desdobramento necessário, àqueles que hoje assumem a elevada distinção de maiormente zelar pela condução dos destinos do BCB.

Com vistas ao resgate de sua história, que se entrelaça com a própria história econômica do Brasil nos últimos 25 anos, firmou o Banco convênio com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), convênio cujo primeiro produto é este documento, que, por razões de ofício, coube a mim apresentar.

(Como se necessário fosse qualquer apresentação, quer do personagem central, quer dos demais autores da obra.)

Essa é, porém, atribuição que, malgrado a responsabilidade implicada, é atendida com misto de satisfação e orgulho.

Confesso que me sinto satisfeito por poder identificar com o nome do BCB uma realização que se inscreve no interior da melhor tradição acadêmica de pesquisa histórica, elaborada com competência e seriedade pelo CPDOC/FGV.

Confesso, ainda, que me sinto orgulhoso por poder associar ao Banco o nome de uma personalidade da dimensão do doutor Bulhões, homem público exemplar, com seis décadas de singular atuação junto à economia brasileira, um dos principais responsáveis pela criação do BCB, cuja produção intelectual é referência obrigatória para todos os que intentem conhecer o passado recente, o presente e o futuro da vida econômica de nosso país.

É assim que, na oportunidade de seus 25 anos, o BCB oferece à sociedade brasileira este livro, que contempla a vida e a obra de um dos maiores economistas nacionais, um mito vivo de nossa história econômica, o doutor Octavio Gouvêa de Bulhões.

Brasília – DF, março de 1990

Wadico Waldir Bucchi
Presidente do Banco Central do Brasil
(de 20/8/1997 a 4/3/1999)

Introdução

Este livro baseia-se na entrevista concedida por Octavio Gouvêa de Bulhões ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV ao longo de 21 encontros, realizados entre os meses de abril e novembro de 1989, totalizando vinte horas de gravação. Seu depoimento foi colhido dentro do projeto *A Criação do Banco Central: primeiros momentos*, desenvolvido graças ao convênio firmado entre o CPDOC/FGV e o BCB, com o objetivo de estudar a criação e a organização dessa Instituição, que hoje comemora 25 anos de existência. Foram também entrevistados, dentro do mesmo projeto, os senhores Denio [Chagas] Nogueira, primeiro presidente do BCB; Casimiro [Antônio] Ribeiro, membro da primeira diretoria; Ernane Galvêas e Paulo Lira, respectivamente terceiro e quarto presidentes do Banco.

Este conjunto de entrevistas que se acaba de constituir vem somar-se ao acervo do *Programa de História Oral* do CPDOC, criado em 1975, com o propósito de complementar as tradicionais fontes escritas com depoimentos de atores ou testemunhas de eventos ou processos significativos de nossa história contemporânea. Esse acervo, que hoje conta com um total de 465 entrevistas, somando cerca de 2.400 horas de fita gravadas, iniciou-se a partir de uma longa e exaustiva investigação sobre as elites políticas nacionais. Desdobrando suas linhas de pesquisa, em período mais recente, o *Programa de História Oral* do CPDOC/FGV tem-se voltado para o estudo de instituições que ajudam a compreender o perfil do Estado brasileiro. Estão nesse caso os projetos já concluídos sobre a Petrobras e a Eletrobras, e os que agora apresentamos, sobre o BCB.

A história oral é uma técnica de investigação que tem por objetivo produzir fontes históricas. Esse fato implica procedimentos metodológicos rigorosos, que se estendem desde o traçado do projeto de pesquisa até a realização da entrevista. Não se trata apenas de registrar impressões no gravador. É necessário obter e organizar informações básicas sobre o universo a ser pesquisado, delimitá-lo, selecionar os

depoentes, preparar roteiros e refazê-los à medida que novos dados se apresentem. É a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado, sempre marcado pela cumplicidade do interesse em desvendar experiências vividas, que o depoimento será produzido. Cada depoimento constitui uma versão, e é a partir da complementaridade das diferentes versões que a história poderá ser compreendida. Não foram outros os objetivos e os processos adotados no projeto que desenvolvemos sobre a criação do BCB.

Com a edição da entrevista de Octavio Gouvêa de Bulhões, pretendemos levar a um público amplo o depoimento deste que é um dos expoentes do pensamento econômico no Brasil. Ao longo de várias conversas que com ele tivemos em seu escritório, na presidência do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), procuramos reconstituir passo a passo sua formação, sua carreira profissional no Ministério da Fazenda, no Ibre e na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE). Procuramos desvendar sua atuação em vários momentos importantes da história econômica do país, detendo-nos sobre seu papel de idealizador, criador e, por duas vezes, diretor-executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), o embrião do BCB. Debruçamo-nos sobre seu desempenho como ministro da Fazenda do governo [Humberto de Alencar] Castelo Branco, quando levou a efeito um combate vigoroso contra o que considera ser o grande mal a afligir o país: a inflação. Discutimos, finalmente, suas ideias, expostas com entusiasmo quando a matéria era economia e com desinteresse quando o assunto era política. Enfrentamos muitas vezes, com alguma impertinência, sua inabalável discricão.

Para a edição deste livro, consideramos enriquecedor realizar curtas entrevistas com economistas de várias gerações que, em diferentes momentos, trabalharam com o professor Bulhões. É esse o caso dos depoimentos dos senhores Mário Henrique Simonsen, Julian [Afonso Magalhães] Chacel, Angelo [Jorge] de Souza e Paulo Nogueira Batista Jr. Do longo depoimento concedido por Denio Nogueira ao projeto *A Criação do Banco Central: primeiros momentos*, extraímos apenas alguns trechos. Em todos os casos, a edição preocupou-se em preservar o caráter oral dos depoimentos, que constitui sua marca original.

O projeto sobre a criação do BCB não poderia ter sido desenvolvido sem a acolhida que recebeu por parte do doutor Wadico Waldir Bucchi, presidente do BCB, e do doutor Luiz Simões Lopes, presidente da FGV. É preciso mencionar o interesse manifestado pelo doutor Antenor Araken Caldas Farias, diretor de Administração do BCB, e pelo doutor Alberto de Almeida Paes, delegado do BCB no Rio de Janeiro. Destacamos, ainda, o empenho e a colaboração do Núcleo de Apoio à Diretoria, Relações Internas e Externas da Delegacia do BCB no Rio de Janeiro, nas pessoas de José Vieira Leite, Jussara Linhares e Moema de Oliveira Fernandes.

Alzira Alves de Abreu, coordenadora do CPDOC/FGV, e Angela Maria de Castro Gomes, coordenadora do Programa de História Oral, ofereceram apoio decisivo e incansável ao andamento dos trabalhos, em todas as suas etapas e meandros. O projeto foi iniciado sob a coordenação de Claudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães, que delineou suas linhas básicas, e prosseguiu sobre a orientação de Inês Cordeiro de Farias e Maria Antonieta [Parahiba] Leopoldi.

A entrevista com Octavio Gouvêa de Bulhões foi realizada por Claudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães, Eduardo Raposo, Inês Cordeiro de Farias e Maria Antonieta Leopoldi. Também participaram da equipe, dedicando-se ao levantamento de dados, a pesquisadora Marly Motta e o estagiário Ricardo Cordeiro de Farias. O técnico de som Clodomir de Oliveira Gomes se encarregou da gravação do depoimento. A edição da entrevista de Octavio Gouvêa de Bulhões foi feita por Dora Rocha Flaksman, e a das entrevistas complementares, por Leda Soares. Maria Antonieta Leopoldi supervisionou esse trabalho, bem como a redação das notas, por Mary Motta, tendo-se encarregado ainda da seleção das ilustrações. Na obtenção de informações esclarecedoras e na pesquisa iconográfica, contamos com a colaboração de Myriam Silva de Bulhões, filha de Octavio Gouvêa de Bulhões; Lucia Helena Stephanelli Mattos, do Derja/Remap/CID do BCB; Bárbara Jardim e sua equipe na Biblioteca do Banco do Brasil; Elza Viana da Silva e sua equipe no arquivo do BCB; Maria Lúcia Miguel, do Setor de Iconografia do Arquivo Nacional; Aline Lopes de Lacerda, do Setor Audiovisual do

CPDOC; e, ainda, dos funcionários da Biblioteca da Escola Superior de Guerra e do Arquivo Central da FGV. A todos esses, e também a Maria Pureza de Oliveira Castro, secretária do doutor Bulhões, o nosso reconhecimento.

Agradecemos especialmente a Ângelo de Souza, Denio Nogueira, Julian Chacel, Mário Henrique Simonsen e Paulo Nogueira Batista Jr., amigos e colaboradores de Octavio Gouvêa, por seus depoimentos. Por fim, nossos mais calorosos agradecimentos a Octavio Gouvêa de Bulhões, que abriu mão de seus afazeres para reconstituir conosco a história de sua vida, profundamente entrelaçada com a história econômica de nosso país.

Inês Cordeiro de Farias
(entrevistadora)

Maria Antonieta Leopoldi
(entrevistadora)

Dora Rocha Flaksman
(editora de texto)

Sumário

Introdução, 11

Capítulo 1: A Biblioteca faz o Economista, 17

Capítulo 2: Um Liberal Pragmático, 26

Capítulo 3: As Ideias do Assessor, 44

Capítulo 4: A Geração Neoliberal, 61

Fotos, 81

Capítulo 5: Dez Anos de Sumoc: 1945-1955, 101

Capítulo 6: Dez Anos de Sumoc: 1955-1965, 126

Capítulo 7: O Ministro da Fazenda, 163

Capítulo 8: Balanço e Perspectivas, 189

Falam os Economistas, 209

Mário Henrique Simonsen

Julian Chacel

Angelo Jorge de Souza

Paulo Nogueira Batista Jr.

Denio Nogueira

Bibliografia de Octavio Gouvêa de Bulhões, 261

Índice Onomástico, 263

A Biblioteca faz o Economista

Uma escola individual

O senhor se tornou economista numa época em que sequer existiam escolas de Economia no país. Como se iniciou sua formação?

Comecei a ler Economia muito jovem, consultando a biblioteca de meu tio Nuno Pinheiro [de Andrade]. Ele possuía uma grande biblioteca, principalmente econômica, e foi lá que comecei a estudar. Lembro-me de que lia muito mais livros de Economia do que livros que devia ler para o colégio. E lia vários autores, entre eles um brasileiro que, se não me engano, chamava-se professor Nogueira, de São Paulo. Peguei também logo no livro de Adam Smith e me detive muito tempo lendo seu longo trabalho.¹

O senhor era orientado nessas leituras?

Não. Eu mesmo procurava os livros e lia-os com muito prazer. E isso foi me influenciando muito.

O senhor discutia Economia com alguém nessa época de juventude?

Não. Poucos éramos os que estudávamos Economia naquela época. Bem mais tarde, a pessoa com quem muito conversei e debati ideias foi Eugênio Gudin [Filho]. Esse foi meu grande orientador.

O senhor é sobrinho-neto de [José] Leopoldo [de] Bulhões, ministro da Fazenda de [Francisco de Paula] Rodrigues Alves e Nilo [Procópio] Peçanha. Esse fato influenciou em sua opção pela Economia?

Não. A escolha da Economia deveu-se à biblioteca.

¹ O livro do economista escocês Adam Smith (1723-1790), *Inquiry into the nature and causes of wealth of nations* (Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações), de 1776, constitui um marco na história da economia política e fornece as ideias fundamentais da escola liberal clássica.

De toda forma, o que o senhor sabe sobre Leopoldo Bulhões, sobre suas ideias?

Sei que, em essência, eram ideias liberais na Economia, próprias, aliás, da época. Sei também que era um homem muito estudioso, expressava-se muito bem, fez muitos bons discursos no Senado. E sei que não admitia a desvalorização do mil-réis, insistia muito na manutenção de seu valor histórico.

O senhor cursou a Faculdade de Direito, pela qual se formou em 1930. Naquela época, as opções eram limitadas, mas por que essa escolha? Por que não Engenharia, por exemplo?

Talvez por falta de conhecimento de matemática.

Mas, na verdade, o senhor nunca advogou.

Nunca. Quando me formei, estava trabalhando no Imposto de Renda, àquela altura já integrado ao Ministério da Fazenda, onde fiz toda a minha carreira.

Ao entrar para a faculdade, que tipo de ambiente intelectual o senhor encontrou? Que ideias mobilizavam a juventude?

Havia muitas influências. De um lado, havia a influência alemã e italiana, ou seja, a influência nazista, e, de outro, havia a influência comunista. De modo que havia debates entre os dois grupos, e eu me mantinha no centro, porque não acreditava nem em um nem em outro. Eu dizia: “Essas ideias não coincidem com a liberdade de iniciativa, com a liberdade da vida. É sempre a influência estatal que prejudica o progresso”. É claro que eu falava praticamente sozinho, mas não importa, falava. Condenava uns e outros, dizia que deviam ser mais razoáveis, mas, apesar de discutir muito, gostavam de mim. Era amigo de todos.

Como foi sua vida na Faculdade de Direito? As disciplinas que lhe interessavam, os professores colegas?

Não fui muito bom aluno, não. Não cheguei a repetir ano, mas minhas notas eram muito baixas. Eu tinha um professor, [Edgardo de] Castro Rebelo,² que já naquele tempo era muito dado ao socialismo. Eu já tinha as minhas ideias contrárias, mas isso não impediu que ficássemos muito amigos. Acho que ele respeitou as minhas ideias, ou não estava acostumado a ter alunos com certo conhecimento de Economia e, por isso, deu-me algum valor. Gostava muito dele, da sua franqueza. Ria muito com um amigo dele que se candidatou a professor de Economia da escola. Eu dizia: “Veja, professor, o tema principal do livro do seu amigo é que com vinagre não se pega mosca. O que quer dizer isso em termos econômicos?”. Ele respondeu: “Olha, no fundo quer dizer que, se a gente não trabalha bem, não consegue nada”. Eu: “Se é isso que quer dizer, está bom”. Mas, no fundo, o tal livro não tinha nada de Economia, só frases como essa.

Quer dizer que o senhor não se considerava um bom aluno?

Não. Fui um aluno medíocre, bastante relapso. Só não fui relapso no estudo da Economia, o resto foi todo muito ruim, quer no colégio, quer no ensino secundário e mesmo na faculdade. Agora, em Economia, sim. Ficava sempre lendo, fazia uma escola minha mesmo, individual.

O senhor é um conhecido apreciador da música clássica, tendo sido presidente da Orquestra Sinfônica Brasileira durante vários anos. Seu interesse pela música vem desde a juventude?

Sim, fui educado na música. Naquele tempo, ia-se ao Teatro Municipal para ouvir boa música. Eu frequentava muito o teatro, como até hoje. Havia também um início de gramofone, eu tinha um e ouvia discos. Mas, naquela época, era muito deficiente em comparação com o que se ouve hoje.

2 O professor Edgardo de Castro Rebelo (1884-1970) teve intensa atividade política ao longo de sua carreira profissional, destacando-se sua participação no Congresso Jurídico de 1922. Preso em 1935, por ocasião da Intentona Comunista, foi libertado graças à interferência de Alzira Vargas, sua ex-aluna. Ver PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Depoimento* – 1979. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC-História Oral.

Quais são os compositores de sua preferência?

Mozart, Beethoven e outros. Também gosto de [Ottorino] Respighi.

No Imposto de Renda

Quando o senhor começou a trabalhar no Imposto de Renda?

Depois de um primeiro emprego no Telégrafo, em 1926, já mais preparado, entrei para o Imposto de Renda, que foi criado no Brasil por um sistema especial. Era um serviço autônomo, dirigido por Francisco Tito de Sousa Reis, que tinha como principal assessor um grande funcionário do Tesouro, chamado Benedito Costa [Neto]. Esse Benedito Costa me ajudou a compreender e a lidar com o Imposto de Renda, e muito me incentivou também a continuar meus estudos de Economia. Havia outro grande auxiliar do Francisco Tito de Sousa Reis chamado Teixeira Mendes, um grande organizador. Graças a esse serviço autônomo, o Imposto de Renda foi lançado com bastante êxito no Brasil.³

Esse serviço do Imposto de Renda não era vinculado ao Ministério da Fazenda?

Não, era autônomo. O Francisco Tito de Sousa Reis tinha a liberdade de contratar as pessoas que quisesse. Prestava contas ao governo, mas tinha a liberdade de escolher os funcionários. Como era uma coisa completamente nova, o governo achou melhor criar um serviço assim. Só mais tarde é que o Imposto de Renda passou para o Ministério da Fazenda. Tito Resende foi o primeiro diretor do Imposto de Renda já na área fazendária.

3 As normas que orientaram a arrecadação e a fiscalização do Imposto de Renda foram estabelecidas por decreto de 29 de julho de 1922, mas só em 1926 o novo tributo foi efetivamente incorporado ao sistema fiscal (ver AVELAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1976, p. 279). Tal fato é confirmado pela comparação do montante da arrecadação (em cruzeiros) no ano de 1924, que foi de 17.943, e no ano de 1927, que foi de 53.707 (ver VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea, 1975, p. 406.)

E como o senhor entrou para o Imposto de Renda?

Fui lá procurar Francisco Tito de Sousa Reis. Como ele era muito amigo de Leopoldo Bulhões, para mim foi fácil entrar naquele ambiente.

Como foi seu contato com o trabalho? O senhor lá tinha leituras de Economia, mas, de toda forma, o conhecimento da economia brasileira naquela época era muito limitado.

Ah, muito limitado. Vim a ter um bom conhecimento da economia brasileira exatamente por meio do Imposto de Renda, vendo os balanços das empresas, vendo a fonte de renda dos contribuintes. Foi aí que fui passando a conhecer bem a economia brasileira. Além do mais, era um período de crise, houve a crise de 1929, de modo que tudo isso foi muito instrutivo para mim.

A importância do Imposto de Renda no momento de sua instituição devia ser relativamente pequena, não?

Sim. O número de contribuintes era pequeno, e a contribuição era uma ninharia. O mais importante na época era o Imposto de Consumo.⁴ Até então, não se havia imaginado uma fórmula para as pessoas declararem sua renda, e tudo foi feito nesse período. Tenho a impressão de que foi um período muito bonito para o desenvolvimento do sistema tributário brasileiro.

De que maneira se pretendia aumentar o peso do Imposto de Renda na estrutura tributária: alargando o universo de contribuintes ou aumentando as alíquotas?

Aumentando o número de contribuintes. Teixeira Mendes incumbia-se do cadastro e teve muitas boas ideias no sentido de ampliá-lo. Mas isso foi feito aos poucos, não se pode dizer que, desde o início, tenha

4 Embora tenha crescido rapidamente ao final da década de 1920, a arrecadação do imposto sobre a renda ainda era pequena se comparada à dos impostos de consumo e de importação. Em 1924, o Imposto de Consumo atingia 299.135 (em cruzeiros), enquanto o de Importação alcançava 567.497; em 1927, as cifras chegavam a 402.900 e 812.038, respectivamente (ver VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro: Ipea, 1975, p. 405).

havido um progresso enorme. Só depois de 1940 é que o Imposto de Renda passou a ser um imposto importante.⁵

Que funções o senhor tinha no Imposto de Renda?

Não tinha funções específicas. A preocupação era conhecer a economia do país e saber como melhorar a tributação.

Na década de 1920, a Alemanha atravessou um período muito difícil, de hiperinflação. O senhor acompanhou esse fenômeno?

Sim. A Alemanha naquela época estava pagando as indenizações da guerra, e o governo, diante da pressão desses pagamentos, não prestou muita atenção. Ou melhor, achou que, se a moeda depreciasse muito, talvez fosse uma desculpa para não continuar a pagar. É possível que tenha havido qualquer coisa nesse sentido. Depois, eles acabaram com a hiperinflação adotando medidas drásticas. Não me lembro mais de quem fez isso, mas sei que, quando [Adolf] Hitler veio, a crise da depreciação do marco já havia acabado. Agora, lembro que aqui alguns brasileiros acreditaram na recuperação da Alemanha e compraram marcos alemães em quantidade. Tiveram uma desagradável surpresa quando o marco passou a não valer mais nada. Passaram a forrar as paredes com as notas, como se fosse papel de parede.

E a crise de 1929? O senhor acompanhou?

Sim, mas não há nada de extraordinário que eu possa contar. Eu estava no Imposto de Renda, iniciando minha carreira, de modo que não participava muito. Apenas por uma questão de amizade, conversava com Sousa Reis sobre os problemas do país, mas, assim mesmo, de uma maneira perfunctória. É claro que, com a depressão, a arrecadação do Imposto de Renda caiu muito, e ele se preocupava com isso.

5 Em 1931, o Imposto de Renda contribuía com 6% na receita tributária federal. Em 1940, essa percentagem subiu para 11,5%, dobrando dois anos depois.

Alergia a política

Embora mais jovem, o senhor foi da geração do movimento tenentista. Como o senhor viu o episódio dos 18 do Forte, a Coluna Prestes?

Nunca estive ligado a esses movimentos. Assistia a tudo de uma maneira um tanto afastada.

E quanto à Revolução de 1930? A queda de Washington Luís [Pereira de Sousa], a expectativa da chegada de Getúlio... como era o clima na capital federal nesse momento?

Não sei dizer. Devia ser ruim. Eu era um funcionário insignificante do Imposto de Renda, uma formiga. Como é que eu podia estar acompanhando essas coisas todas? Não podia.

Mas, nessa época, o senhor estava terminando a Faculdade de Direito. Como era o ambiente na escola?

Lembro que estavam todos exultantes porque iam passar sem exame.

O senhor se lembra da chegada dos gaúchos no Rio, amarrando cavalos no Obelisco?

Sim, era muito divertido. Eu me dava muito com o Otávio [Clemente de] Sousa Dantas, e ele dizia que estava civilizandando os gaúchos, ensinando-os a se comportarem decentemente. Seu irmão, Marcos [Clemente] de Sousa Dantas, foi para o Banco do Brasil como diretor de Câmbio. Dizia o Otávio que isso atrapalhou muito a vida dele, porque obtinha lucros fazendo negócios cambiais, mas, com o irmão no Banco do Brasil, não era possível. Então já não podia mais se dedicar tanto a civilizar os gaúchos. Ele era muito engraçado, muito espirituoso.

E em relação à Revolução de 1932, que lembranças o senhor tem?

A lembrança que tenho é que eu ouvia dizer que havia uma revolução. Mais nada. Lembro também que perdi dois colegas que foram para São Paulo lutar. Depois, tive muita admiração pelo Armando de Sales Oliveira. Lamentei muito que ele não fosse eleito presidente

da República. Ele competia com o José Américo [de Almeida], com quem eu não simpatizava, pois o achava meio demagogo. Eu torcia pelo Armando de Sales.

Seria porque Armando de Sales defendia um modelo mais liberal e José Américo, um modelo mais intervencionista?

É.

O senhor também achava importante que o país fosse governado por um paulista, ou era a figura de Armando de Sales que o impressionava?

Era a figura dele. Ele falava bem, tinha umas ideias bonitas. E eu também apreciava figuras do Norte. Uma que muito me impressionou e que eu muito acatava era Epitácio [Lindolfo da Silva] Pessoa. Sabia se expressar muito bem, tinha firmeza, era muito enérgico e, por isso, eu o admirava.

Antes da campanha presidencial de 1937, o senhor acompanhou a Constituinte de 1934?

Acompanhei um pouco, porque conhecia o [José de] Alcântara Machado [de Oliveira].⁶

E a Intentona Comunista de 1935? O senhor achava na época que pairava uma ameaça comunista sobre o Brasil?

Acho que não. Foi um movimento militar localizado. Também aí não acompanhei de perto, não me informava bem. Sou um péssimo depoente nessa área, nunca sei de nada.

Em 1937, havia algum clima de conspiração no Ministério da Fazenda?

Que eu saiba, não. Eu trabalhava com um grupo de pessoas e estávamos completamente alheios aos acontecimentos.

6 José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941), do Partido Republicano Paulista (PRP), foi líder da bancada paulista na Assembleia Constituinte em 1933. Ver RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 161.

Após o golpe do Estado Novo, ocorreram mudanças no ministério?

Nada mudou.

E como o senhor viu o golpe, politicamente falando?

Devo confessar que nunca me preocupei com isso.

Esse seu desapego à vida política estaria ligado a seu temperamento ou a política o decepcionou?

Deve ser uma intuição, uma alergia qualquer.

É sabido que o senhor não gosta muito de dar entrevistas. É por receio de que seu pensamento seja deturpado?

Não, até que não tenho muitas queixas. O que eu tenho é preguiça de falar.

Capítulo 2

Um Liberal Pragmático

Leituras e influências

O senhor iniciou seus estudos de Economia muito jovem, lendo Adam Smith. Que outros autores foram importantes em sua formação?

Também li muito David Ricardo, e impressionou-me capítulo seu que fala em valor e riqueza.⁷ É muito importante esse capítulo, e não sei por que não é mais explorado, mais divulgado. Porque ali ele mostra que um país rico não é um país que tenha bens de grande valor. Ao contrário, o país é rico quando tem grande número de bens de pequeno valor. Essa é que é a verdadeira riqueza.

Outro autor que também me orientou muito, mas isso mais tarde, quando eu já havia terminado a faculdade, por volta dos anos 1930, foi [Knut] Wicksell. Por essa época, a *London School of Economics*, juntamente com a publicação do célebre livro de [John Maynard] Keynes, *Teoria geral do emprego*, traduziu do sueco o livro de Wicksell, um livro de economia geral, mas que tinha capítulos excelentes sobre investimento.⁸ Naquele tempo, ele não falava em investimento, falava em produção indireta da produção, uma expressão engenhosa. Queria dizer produção de equipamentos, de máquinas, para mais tarde produzir os bens de consumo. A produção indireta da produção é que favorece o aumento da produtividade, a eficiência da produção. É daí que provém o verdadeiro lucro, não o decorrente da elevação dos preços. Essa ideia me impressionou consideravelmente. É verdade

7 Trata-se do livro *On the principles of political economy and taxation*, série de estudos sobre as principais questões da economia política, como valor, preços, renda, impostos etc. Essa obra de David Ricardo (1772-1823) foi publicada pela primeira vez em 1817.

8 Em 1934, foi publicada em inglês uma síntese do trabalho de Knut Wicksell (1851-1926) sob o título *Lectures on political economy*. Dois anos depois, foi editada a célebre obra de Keynes (1883-1946), *The general theory of employment, interest and money*.

que se baseava na escola austríaca de Böohm-Bawerk,⁹ mas Wicksell deu um cunho muito didático e muito expressivo à escola austríaca com a sua produção indireta da produção.

O senhor sempre estudou Economia de forma sistemática?

Sim, estudava de maneira sistemática e sempre sob a influência de duas personalidades para mim marcantes: Adam Smith e Wicksell.

Há economistas, como Paul [Anthony] Samuelson, que declaram que seu interesse pela Economia nasceu da crise de 1929, da necessidade de pensar em instrumentos para vencê-la. Não foi esse exatamente o seu caso?

Não, há muito tempo, eu já estava inclinado para a Economia. Não foi a crise que provocou meu interesse.

O senhor tomou contato com os escritos de Karl Marx?

Sim, mas os achava muito pesados. Eu me guiava também por intermédio de certos intérpretes de Marx, como Paul Sweezy.

E quanto a Böohm-Bawerk?

Aí eu me guiei principalmente pelas análises de Carl Siegel, professor alemão que se radicou nos Estados Unidos e de quem fui discípulo na universidade.

O senhor fez uma pós-graduação nos Estados Unidos? Em que ano foi isso?

Não cheguei a fazer uma pós-graduação, apenas acompanhei alguns cursos na *American University*, em Washington. Não posso precisar a data, só sei que foi antes da guerra. Eu estava nos Estados Unidos quando a guerra estourou.

9 Eugen von Böohm-Bawerk (1851-1914) foi professor de Economia em Viena. Seus trabalhos sobre capital e taxa de lucro tiveram grande influência no desenvolvimento desses conceitos dentro da teoria econômica. Suas obras mais importantes são *Capital and interest* (1894) e *Positive theory of capital* (1889).

O senhor lembra como os americanos receberam a guerra?

Eles não queriam entrar na guerra. O único que estava compreendendo a fatalidade de os Estados Unidos entrarem na guerra era o presidente [Franklin Delano] Roosevelt, que sempre fazia uma pregação aos americanos pelo rádio. Eram pregações muito bonitas. Ele dizia que um país não pode ficar isolado do resto do mundo, principalmente um país grande como os Estados Unidos. E que a causa da França e da Inglaterra era a manutenção da liberdade, ao passo que a de seus inimigos, não. E por aí afora. Naquela época, ouvia-se muito rádio, não havia televisão.

Como o senhor foi parar na American University?

Acho que foi devido a uma oferta de bolsa feita por um programa organizado por Luiz Simões Lopes como presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp).

Que outros professores o senhor teve na American University?

Fui aluno de Harry White.¹⁰ Era um bom professor e tinha um grande ideal, voltado para o lado cambial. Achava que durante o decênio de 1930 tinha havido uma perda econômica com a luta de taxas de câmbio entre os países e insistia em que essa luta não deveria continuar. Foi até o extremo oposto, achava que as relações entre as taxas de câmbio deveriam ser fixas, o que é um exagero.

O senhor também esteve na Universidade de Chicago?

Sim, mas só por uma semana. Não cheguei a fazer nenhum curso. Conheci Jacob Viner, que era professor em Chicago, na casa de Harry White, em Washington. Ele era muito amável, fizemos amizade, e daí minha ida a Chicago. Ele me levava para uma roda de estudantes onde lecionava, e eu aproveitava, fazia parte do grupo, mas não participei propriamente da Universidade, foi uma coisa por fora.

¹⁰ Harry Dexter White (1892-1948) era assistente do secretário do Tesouro dos Estados Unidos quando foi designado para chefiar a delegação americana em Bretton Woods (1944). Posteriormente, foi nomeado diretor-executivo do FMI, representando os Estados Unidos (1946-1948).

O senhor conheceu, portanto, dois economistas muito importantes dos Estados Unidos naquele momento: Harry White, que iria fazer o Plano White, em Bretton Woods; e Jacob Viner, que foi professor de Paul Samuelson e Milton Friedman.

É verdade.

Nos anos 1950, inclusive, Jacob Viner veio ao Brasil.

Sim. Tomou-se também muito amigo de Eugênio Gudim e foi convidado para vir ao Brasil. Nesta época, o Ibre já havia sido criado, e ele fez umas três ou quatro palestras aqui.

É interessante que o senhor tenha se ligado a Jacob Viner. Assim como o senhor, ele era um admirador de Adam Smith, sobre quem escreveu um livro. Que influência teve Jacob Viner em seu pensamento?

Jacob Viner, pelo menos nas conversas que tive com ele, revelava-se favorável à liberdade de formação de preços, ao câmbio livre, enfim, à liberdade de atuação na economia. Mas era muito severo no que diz respeito aos desequilíbrios orçamentários, à falta de controle dos meios de pagamento. E era favorável a um intercâmbio mundial. Seus livros tratavam muito mais de comércio internacional do que de problemas nacionais. Ele escreveu também a biografia de Adam Smith, um livro do qual gosto muito.¹¹

O senhor não via nas ideias de Jacob Viner uma proximidade com as ideias de Leopoldo Bulhões?

Sim. Eram mais ou menos equivalentes.

11 Jacob Viner (1892-1971), professor de Economia da Universidade de Princeton, pronunciou seis conferências na Universidade do Brasil em julho e agosto de 1950, publicadas na *Revista Brasileira de Economia* (junho de 1951) e no livro *International trade and economic development: lectures delivered at the National University of Brazil* (1953). Engajado no debate econômico da época, Viner critica, na terceira conferência, as posições da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) no tocante ao desenvolvimento econômico da América Latina. Dentre suas obras, destacam-se *Studies in the theory of international trade* (1937), *International economics: studies* (1951), *Guide to John Rae's Life of Adam Smith* (1977).

E coincidiam também com as ideias de Eugênio Gudin?

Sim. Muito.

Pela intervenção indireta do Estado

O senhor é conhecido por suas posições contrárias à intervenção do Estado na economia. Qual é exatamente sua opinião a respeito?

Minha preocupação é que a intervenção do Estado no domínio econômico seja feita mais no sentido da coordenação e da disciplina monetária do que propriamente da execução de atividades econômicas. Foi por esse motivo que insisti muito na criação da Sumoc.

Como o senhor formou essa sua convicção?

Vendo os exemplos dos outros países, verificando a inconveniência das intervenções muito rígidas e, principalmente, constatando que, quando o Estado se arvora em empreendedor, geralmente é ineficiente.

Seu período de estudos em Washington contribuiu para o amadurecimento dessa visão?

Ah, sim. Estive lá numa fase muito difícil, em que havia necessidade de o Estado intervir no domínio econômico, mas intervir no sentido de coordenar, de inspirar confiança, mais do que qualquer outra coisa.

O senhor não era um entusiasta do New Deal¹² de Roosevelt?

Não era, não. A política do *New Deal* foi antes desse período, mas eu achava que havia uma interferência do Estado muito forte, prejudicial

12 *New Deal* foi a política implementada pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, a partir de 1933, para recuperar a economia norte-americana, abalada com a depressão de 1929. Embora tenham sido declaradas leis inconstitucionais pela Suprema Corte, a *Industry Recovery* e a *Agricultural Adjustment* foram a base da recuperação industrial e agrícola. Um amplo programa de obras públicas e construção civil, com crédito subsidiado pelo governo federal, forneceu emprego a milhões de desempregados, sendo também introduzido um esquema de seguridade social. Ver ELLIOTT, Florence. *A dictionary of politics*. Middlesex: Penguin Books, 1975, p. 337.

a certas iniciativas particulares, de modo que sempre optei mais por um controle disciplinado da moeda. Tive também nesse caso uma influência muito forte de Jacob Viner, que não lidava muito bem com o *New Deal*. No princípio, o *New Deal* foi uma política um tanto contraditória e pouco sólida, tanto que depois o próprio Roosevelt mudou completamente para a economia keynesiana.

Certamente o senhor também não aprovava as políticas de combate à depressão praticadas na Europa. A saída da Alemanha, por exemplo...

A saída da Alemanha foi uma saída, mas uma saída triste, que deu tristes resultados. Já a saída inglesa foi deplorável, pois cogitava muito mais de distribuição do que de produção.

O senhor não aprovava as propostas de Keynes?

É claro que sim. Na época, até defendi muito a teoria keynesiana, porque era uma época em que devia haver *deficit* orçamentário, e o *deficit* é que iria recuperar a economia. Eu fui contra o prolongamento das ideias keynesianas numa época em que já havia inflação. Em outras palavras, a teoria geral de Keynes, a meu ver, servia para determinado momento e não para todo o sempre.

Como o senhor via a política econômica praticada no Brasil após a Revolução de 1930?

Quando veio a Revolução, o primeiro ministro da Fazenda foi José Maria Whitaker. E lembro-me de que o doutor Whitaker convidou Otto [Ernst] Niemeyer para vir ao Brasil. Otto Niemeyer recomendou a criação de um banco central e uma série de medidas que não se coadunavam bem com a situação. Ele queria que se estabelecesse um equilíbrio orçamentário numa época em que isso era praticamente impossível. Impossível e indesejável, conforme Keynes iria demonstrar. Naquele tempo, surpreendentemente, os tenentes perceberam isso e foram keynesianos antes de Keynes. Em pouco tempo, o Whitaker teve que sair do ministério e entrou Osvaldo [Euclides de Souza] Aranha. Osvaldo Aranha modificou completamente a política econômica do país. Preocupou-se evidentemente com o problema da

dívida externa, mas estabeleceu uma escala. Naquela época, era mais fácil resolver os problemas da dívida externa, porque ela era feita por intermédio de títulos ou de bônus, e os portadores eram conhecidos. De maneira que houve facilidade de encontrá-los, entrar em contato com eles ou seus representantes, e estabeleceu-se uma escala de preferência para o pagamento. É claro que isso não repercutiu muito bem no estrangeiro, perdemos um pouco de crédito, mas, de qualquer maneira, foi uma coisa acordada, e não uma atitude unilateral. E aí está o mérito do procedimento de Osvaldo Aranha.

Nessa época, o governo manteve uma política de proteção ao café. O senhor concordava com isso?

Não me lembro bem desse problema do café. Sei que se fizeram realmente muitas tentativas para resolvê-lo, desde Whitaker, passando por Osvaldo Aranha e depois [Artur de] Sousa Costa. O problema do café demorou muito a ser resolvido. Também havia o problema do açúcar. Os produtores do Nordeste estavam em situação muito precária, e o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que na época era Lindolfo [Leopoldo Boeokei] Collor, resolveu ajudá-los, criando uma taxa que elevava o preço do produto. Com a elevação do preço, abriu-se a oportunidade para a produção de açúcar no Sul do país. Como as terras para o plantio da cana no Sul eram mais próximas do que as terras gastas do Nordeste, a produção aí pode ser levada a efeito com grande prosperidade.

O protecionismo dos produtores do Nordeste resultou assim num grande surto de produção no Sul. É claro que, nessa época, eu ainda não estava intervindo nesses assuntos, mas estava observando e verificando cada vez mais como a intervenção do Estado no domínio econômico pode trazer muitas surpresas desagradáveis.

O protecionismo e a industrialização no Brasil

A partir de 1930, o Estado brasileiro começou a ampliar suas funções, não só atuando como regulador, mas intervindo muito mais na vida econômica. Impulsionando a industrialização por meio de créditos,

incentivos, proteções tarifárias. O senhor acha que sem o Estado teria sido possível o processo de industrialização no Brasil?

Não resta dúvida de que um auxílio do Estado aos empreendedores nacionais representa um grande impulso. Se não tivesse havido esse auxílio, é possível que o surto industrial brasileiro não tivesse ocorrido, pelo menos com a mesma intensidade. Mas continuo dizendo que é preferível existir essa política de auxílios ao próprio governo assumir a iniciativa da realização dos empreendimentos. O mérito de uma política de ação indireta é perfeitamente justificável. Em todos os países, existe uma política de auxílio governamental aos produtores particulares. Nos Estados Unidos, por exemplo, há um processo de auxílio interessante. Quando uma empresa entra em grande dificuldade, e isso impede que ela obtenha capital, quer por empréstimos – pois os bancos não estão dispostos a emprestar a uma empresa ameaçada –, quer pelo aumento do capital acionário – pois as pessoas que têm poupança não vão comprar ações de uma empresa em vésperas de falência –, o governo garante o pagamento do empréstimo que ela venha a pedir aos bancos.

Esse empresário Lee Iacocca, por exemplo, quando assumiu a presidência da Chrysler, lutou muito para obter um empréstimo desses. A descrição dessa operação é muito bonita e bem feita.¹³ Portanto, se nos Estados Unidos existe um sistema de auxílio às empresas particulares, é compreensível que também haja isso no Brasil. Mas volto a dizer: é preferível que o governo auxilie as empresas particulares ao governo assumir ele mesmo o empreendimento. E aí também é preciso certo cuidado, porque as empresas protegidas acabam perdendo a noção de eficiência e produtividade. É esse o motivo por que sou muito contra subsídios, pois o subsídio é uma maneira de ajudar sem tempo limitado um empreendimento particular.

O senhor é contra o subsídio em qualquer circunstância?

Não. O subsídio pode ser um auxílio muito eficaz num curto período. O problema é que quem recebe subsídio conta com aquele

13 Ver IACOCCA, Lee. *Iacocca: uma autobiografia*. São Paulo: Cultura, 1984.

auxílio e começa a produzir mal, com ineficiência. Não cuida da produtividade, pois já sabe que vai receber aquela soma. Então, o subsídio tem que existir num prazo muito curto. Aí ele é de grande eficácia. Mesmo nos países desenvolvidos, existe um sistema de subsídios. Há uma frase célebre que diz que os navios da indústria naval americana navegam em mares de subsídio.

Por que isso?

Porque, sendo sempre subsidiada, a indústria nunca endireita.

O senhor também é contra a reserva de mercado?

A reserva de mercado é uma proteção muito violenta, muito forte, que impede qualquer concorrência. Talvez ela seja útil por um pequeno prazo, mas, mesmo assim, já existem as tarifas, os créditos selecionados. Isso, mais garantia de mercado, passa a ser um exagero.

De toda forma, o senhor concorda que a política protecionista, em certa medida, permitiu o crescimento industrial do país depois de 1930?

O grande estímulo à indústria nacional foi a enorme dificuldade para importar. Essa dificuldade representou uma espécie de reserva natural de mercado. E essa reserva, sem ser imposta pelo governo, mas decorrente da dificuldade de importação, trouxe grande estímulo à realização da produção nacional.

A substituição de importações no Brasil foi provocada pela guerra?

Não propriamente pela guerra, e sim pelas crises cambiais. Durante a guerra, isso acontece por uma fatalidade, porque é difícil importar produtos. Na última guerra, por exemplo, havia dificuldade de importar produtos da Europa e dos Estados Unidos e, diante dessas dificuldades, é natural que se tenha procurado produzir no território nacional o que era difícil adquirir fora. Mas a crise cambial, a falta de cambiais para pagar produtos no exterior também influíram muito.

O processo de substituição de importações provocado pela Segunda Guerra afetou que setores no Brasil?

Acho que os primeiros produtos feitos em substituição aos estrangeiros eram produtos alimentícios. Aqui fabricava-se pouco queijo, não se fabricava manteiga, enfim, esses laticínios. Isso ganhou um grande impulso com a guerra. E outros produtos também: vestuário, calçados e, mais tarde, até equipamentos. Tudo isso passou a ser fabricado no país.

Pode-se considerar que a política de expansão do crédito também teve um papel importante no desenvolvimento da indústria nacional?

Teve, sempre tem. Mas é uma faca de dois gumes. O crédito é expansionista para a produção, mas também pode acarretar acréscimos de poder de compra que redundam em clima inflacionário.

Empresa pública e mercado

Como o senhor vê a presença do Estado em atividades consideradas não rentáveis, mas socialmente necessárias, como a produção de energia?

Existe essa hipótese, mas ela geralmente é usada de maneira abusiva quando se diz que o Estado deve fazer porque o particular não faz, não tem capital suficiente.

Haveria possibilidade, no Brasil, de empresas particulares terem assumido um empreendimento pioneiro como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco?

Isso eu não sei responder. Mas, de toda forma, o governo poderia ter levado adiante esse plano, e depois as empresas particulares poderiam ter-lhe dado continuação. Tudo aí depende das circunstâncias. Se está se vivendo uma fase depressiva da economia, em que não há ânimo para realizar investimentos, é natural que o governo assuma a liderança, principalmente em empreendimentos de lucratividade

remota. Não há como criticar isso. Não se trata evidentemente de um elogio estatizante, mas do reconhecimento de uma providência exigida pelas circunstâncias.

O senhor foi contra a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1939?

Não! Não fui contra. Havia necessidade de criá-la.

As empresas do setor produtivo estatal deveriam funcionar como a empresa privada, no sentido de visar o lucro, ou apenas ocupar um espaço que a iniciativa privada não cobre?

Elas devem ocupar esse espaço, mas, depois de engrenada a atividade, é muito natural que o empreendimento passe a ser rentável. O que não se deve fazer é querer prolongar essa intervenção e manter taxas ou preços não remunerativos. Aí se deturpa a ideia inicial da intervenção. No caso da energia elétrica, por exemplo, se as tarifas fossem mais elevadas, isso iria incentivar os investimentos nacionais e estrangeiros no setor. É exatamente a tarifa baixa que desestimula o investimento, a aplicação de recursos. Feito o grande empreendimento no São Francisco, se a tarifa fosse adequada, haveria estímulo para investimentos complementares. A tarifa não adequada desestimula esses investimentos e favorece a saída de recursos para o exterior.

Se o Estado cria empresas produtivas, passada uma primeira fase recessiva, ele deve desestatizar essas empresas?

Não precisa. Pode continuar como empreendedor. Mas desde que adote uma tarifa adequada, que seja favorável a ele e a outros investimentos.

Mas isso não é incongruente em fases em que o governo tem que cortar o deficit público?

São duas coisas diferentes. Ou o governo tem que cortar o *deficit* público e não pode estar fazendo esses investimentos, ou o *deficit* público é relativamente módico e o governo pode investir, desde que aumente a tributação ou coloque títulos no mercado para arrecadar receita a fim de realizar o investimento. Mas, uma vez realizado o investimento,

ele não tem motivo algum para manter tarifas aquém do custo da produção. Se as tarifas forem adequadas, a receita do governo dará para pagar os empréstimos que solicitou e permitirá uma complementação de investimentos particulares.

Por que aqui no Brasil a intervenção do Estado no setor produtivo é tão elevada? Por que o Estado engordou tanto?

Suponho que, em parte, isso seja decorrente de perspectivas pouco lúcidas, pouco favoráveis aos investimentos particulares, que geram o receio da intervenção do Estado na fixação de preços dos produtos de primeira necessidade, como é o caso da energia elétrica. Se há sempre uma perspectiva de intervenção do Estado limitando os preços, ou as tarifas, isso agrava o risco do investimento. O investimento é agravado por um horizonte obscuro em matéria de rentabilidade e de remuneração do capital. Nós sempre tivemos o hábito e a tendência de fixar preços aquém do nível de custo para não agravar a inflação. Essa falsa ideia de forçar a baixa remuneração dos empreendimentos de grande utilidade para não agravar a taxa inflacionária vem de longe e tem sido um desastre para o nosso país. E até hoje se repete esse mal.

A Eletrobras estaria passando hoje por esse tipo de problema?

Sim. Isso é uma coisa tão forte do governo que ele a usa para seus próprios empreendimentos, prejudicando o próprio Estado. É uma doença muito grave.

E qual seria o remédio?

Basta que o Estado se abstenha de intervir na fixação das tarifas. Basta isso.

O Estado deve então entrar no mercado, e não fazer o mercado?

É lógico. Basta fazer isso para que tudo seja corrigido de maneira mais adequada. Não digo que dê certo, mas melhora a situação.

Alguns economistas justificam a presença do Estado no setor produtivo, tal como ocorreu no Brasil – ou seja, na siderurgia, na produção de energia elétrica, no petróleo –, pela necessidade de suprir o país de uma

infraestrutura que permitiria o aquecimento da economia. Em que setores o senhor considera legítima a intervenção do Estado em nosso país?

Repito que a intervenção do Estado como empreendedor tem razão de ser quando se está passando por uma fase depressiva, por uma fase de difícil remuneração dos empreendimentos. Não sendo assim, não há necessidade de o Estado intervir diretamente em setor algum. Ele pode ser muito mais útil se der liberdade para a formação de preços, de acordo com as condições do mercado externo e interno.

O modelo liberal

O senhor não acha que as propostas de intervenção do Estado no domínio econômico e social, tanto de direita como de esquerda, nasceram da incapacidade do modelo liberal de incorporar as massas trabalhadoras e estender a elas os benefícios da cidadania e da modernidade?

A incapacidade dos particulares, no regime liberal, de realizar grandes empreendimentos que poderiam gerar maior número de empregos e proporcionar mais bem-estar social às vezes é mal interpretada. Se um país, por exemplo, exige impostos muito pesados para o Estado fazer gastos pouco satisfatórios, isto é, aplicados em consumo, em grande número de funcionários públicos, ou em grandes desperdícios, a culpa não é propriamente dos particulares. A culpa não é da economia liberal. O problema é que a economia não é liberal de fato. A taxação excessiva não faz parte da economia liberal. Ou pelo menos é liberal para os particulares, mas não é liberal para o governo.

Seria um modelo semiliberal?

Sim. E um regime de liberdade parcial só pode vigorar temporariamente.

Que funções seriam típicas do Estado dentro do modelo liberal?

Volto a insistir que a melhor maneira de o Estado entrosar-se com os particulares é um sistema primeiro de estabilidade de preços, de estabilidade monetária; segundo, um esquema de tributação que

incentive os empreendimentos e pese mais sobre os gastos supérfluos; terceiro, o favorecimento temporário – mas apenas temporário – de certos créditos especiais, de certas isenções tributárias, ou certos subsídios. Havendo essa combinação, os resultados são ótimos. É claro que os particulares por si só, sem nenhum estímulo governamental, dificilmente podem conseguir qualquer coisa, mormente havendo um sistema tributário pesado.

Essa receita é aplicável a qualquer economia, inclusive a brasileira?

O que acabo de descrever é perfeitamente aplicável ao Brasil. E o Brasil já muito lucrou na fase em que houve esse entrosamento entre o Estado e os particulares. Acho que isso ocorreu em todo o período de 1930, de 1940 e de 1950. Não se pode deixar de reconhecer que esse foi um período de economia liberal.

Ao voltar dos Estados Unidos, o senhor chegou a discutir aqui a experiência do New Deal?

Quando voltei dos Estados Unidos, eu dizia sempre: o Brasil precisa muito mais de Wicksell do que de Keynes. Porque Keynes cuida da depressão, e não é esse o nosso caso. O nosso caso é o desenvolvimento. Por isso, eu recomendava que se estudasse Wicksell, um economista que analisou bem o que fazer com a economia sueca numa época em que a Suécia estava precisando se desenvolver. Parecia-me que esse autor, com seus ensinamentos, seria mais adequado ao Brasil do que um outro que estava cogitando acabar com a depressão. Não havia depressão no Brasil.

O empresário americano é do mesmo tipo que o empresário brasileiro?

Não sei se eu poderia dizer isso. Mas o fato é que o desenvolvimento dos Estados Unidos depende muito da atitude dos empresários, e aqui no Brasil é a mesma coisa. De modo que, se o governo consegue inspirar confiança aos empresários, eles desenvolvem sua atividade de maneira satisfatória. Não havendo essa confiança, o empresário se retrai ou atua de maneira menos adequada.

“Combater a inflação, sem dó nem piedade”

O fato de haver hoje no Brasil uma enorme quantidade de dinheiro na ciranda financeira, aplicada em atividades não produtivas, advém de falta de confiança dos empresários no governo?

A resposta é meio complicada. O fato é que a inflação, quando é persistente, vai mingando a confiança que se tem no futuro. Só se cogita o presente com a experiência do passado. Ocorre, então, um período de uso da imaginação para conviver com a inflação, e não de energia para combater a inflação. A convivência com a inflação elimina o aspecto dinâmico do progresso. As pessoas se defendem, em vez de procurar progredir. Tratam de obter vantagens. Daí a ideia do aumento de salários, do aumento de lucros, de aumento de preços, Enfim, tudo o que é contrário à eficiência e à produtividade.

E o que é preciso fazer para reverter esse quadro?

É preciso combater a inflação, sem dó nem piedade. Esse é o motivo por que não tenho feito outra coisa na vida senão falar em combater a inflação. Parece uma ideia fixa, mas não é. É uma ideia a favor do progresso do país.

Em que momento da sua vida o senhor percebeu que a inflação é um elemento central para regular a economia?

Ah, o simples fato de ter ficado no Ministério da Fazenda perto de 30 anos, assessorando ministros, levou-me a compreender imediatamente que a raiz do mal, o grande obstáculo à melhoria da situação do Brasil, residia na depreciação monetária, provocada principalmente pelo desequilíbrio orçamentário. Eu vi na prática as consequências verdadeiras do que estava previsto nos livros.

Os políticos, os técnicos e a gestão da economia

Gostaríamos de ter sua opinião sobre algumas figuras importantes da história econômica brasileira. Joaquim [Duarte] Murtinho, ministro da

Fazenda de [Manuel Ferraz de] Campos Sales, foi o responsável pelo primeiro saneamento monetário da República.¹⁴ Poderia nos falar sobre ele?

Eu não havia nascido naquela época, de modo que só vim a conhecê-lo mais tarde, por depoimentos históricos. Sei que era um homem muito enérgico, talvez até excessivamente enérgico. Chegou a deixar que o Banco do Brasil quebrassem! Para ver como ele foi longe com a sua energia.

Se o senhor fosse compará-lo com Leopoldo Bulhões, que também tentou um saneamento monetário, que apreciava a estabilidade do mil-réis, que diferenças poderiam ser apontadas?

Joaquim Murtinho pegou um Brasil muito ruim, enquanto Leopoldo Bulhões já pegou um Brasil melhor. Um saneou o país, e o outro pegou o país já bem saneado. É bem diferente. A tarefa de Leopoldo Bulhões já foi muito mais fácil do que a do seu antecessor.

Em 1926, quando o senhor estava entrando para o Imposto de Renda, o governo Artur [da Silva] Bernardes realizou uma reforma monetária importante, criando a Caixa de Estabilização e estabelecendo uma nova paridade do ouro com o mil-réis. O senhor se recorda disso?

Lembro sim. Lembro-me de uma história que ouvi, de que o senhor Mário Brant¹⁵ escreveu uma carta ao presidente Artur Bernardes pedindo-lhe que não a abrisse imediatamente, mas que esperasse uns 2 ou 3 meses. Assim fez o presidente e, quando abriu a carta, leu o seguinte: “É bem provável que, neste instante, você esteja percebendo que os preços estão subindo e que a inflação está se desenvolvendo. Isso porque você nomeou como ministro da Fazenda o [Rafael de Abreu] Sampaio Vidal e como presidente do Banco do Brasil Cincinato [César da Silva] Braga. Ambos são uns inflacionistas terríveis”. Vendo isso, Artur Bernardes demitiu Sampaio Vidal e nomeou Aníbal Freire [da Fonseca]. Deu um contra às emissões e procurou estabilizar a moeda.

14 Os ministros da Fazenda citados adiante exerceram seus cargos nos seguintes períodos: Joaquim Murtinho (1897-1902); Leopoldo Bulhões (1902-1906; 1909-1910); Sampaio Vidal (1922-1925); Aníbal Freire (1925-1926); Getúlio Dornelles Vargas (1926-1928); José Maria Whitaker (1930-1931); Osvaldo Aranha (1931-1934); Sousa Costa (1934-1945).

15 Augusto Mário Caldeira Brant (1876-1968) posteriormente veio a ser diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, no mesmo período em que Octavio Bulhões exerceu o cargo de diretor-executivo da Sumoc (1954-1955).

O senhor teve contato com Aníbal Freire?

Sim, mas não direto. Por meio do Sousa Reis.

O sucessor de Aníbal Freire no Ministério da Fazenda, já no governo de Washington Luís, foi Getúlio [Dornelles] Vargas.

Sim, mas, como ministro, ele limitou-se a ser moderado. Mais tarde, como presidente, continuou a ser indiferente à economia. Lembro-me bem de que durante seu governo, o professor Gudín tinha a preocupação de lhe levar informações mais resumidas possíveis. No princípio, levava 2 ou 3 páginas de exposição de um fato. O doutor Getúlio lia a primeira página, a segunda lia pela metade e a terceira já não lia. O doutor Gudín passou a fazer resumos cada vez mais concisos, pois percebeu que, para convencer o presidente, devia levar-lhe uma única página. Por fim, aperfeiçoou-se de tal maneira que em meia página já indicava tudo o que queria. Foi graças a essa alergia do Getúlio a economia que Eugênio Gudín se tornou um dos escritores mais sintéticos do país. Os artigos dele eram um primor de síntese!

E quanto ao ministro José Maria Whitaker?

Esse era um homem que, em primeiro lugar, conhecia bem o Direito, embora não fosse advogado. Também conhecia bastante finanças, sobretudo a parte de receita e despesa do Estado, a maneira de aplicar os impostos; de arrecadar os tributos. Tinha passado um tempo numa empresa de seguros – se não me engano, era proprietário de uma –, e aí deve ter obtido muito boas informações. Depois passou para banco, de sorte que era um homem de grande experiência.

E o ministro Osvaldo Aranha?

Osvaldo Aranha era um homem de uma inteligência invulgar. Era muito dado, sabia falar, expressava-se bem e conquistava muita simpatia.

Dos três ministros da Fazenda do primeiro governo Vargas, o senhor foi mais ligado a Sousa Costa?

É claro, trabalhei com ele onze anos. Era um homem que não tinha

muita formação técnica, mas tinha muito bom senso. Trabalhou muitos anos no Banco da Província do Rio Grande do Sul, e de humilde funcionário chegou a presidente do banco. Nessa longa carreira, deve ter adquirido muita experiência da economia nacional.

Outra figura de homem público e economista que esteve muito próxima do senhor foi Eugênio Gudín. Como o senhor o conheceu?

Não sei precisar bem. Mas, uma vez conhecidos, trocávamos muitas ideias, conversávamos muito, com bastante frequência. Lembro-me bem de que o tema principal de nossas conversas era que, com a taxa de câmbio que o governo insistia em manter valorizada, a economia ficava muito prejudicada. Inclusive a economia particular do próprio Eugênio Gudín, que tinha uma grande plantação de laranjas em Nova Iguaçu. Ele exportava para a Inglaterra, mas não obtinha bons resultados porque a taxa de câmbio não permitia que recebesse o mil-réis em proporção equivalente à depreciação da moeda.

No início da República, os políticos em geral tinham formação jurídica, e eram eles quem decidiam os destinos do país. Recentemente cresceu muito o papel do técnico nas instâncias decisórias. Como o senhor vê essa mudança?

Os políticos antigos, da era antes de 1930, eram políticos de grande valor moral e cultural e, sendo a economia mais modesta, não havia necessidade de grandes técnicos para dirigir o país. Hoje pode ser que haja bons técnicos, mas há maus políticos. O nível da mentalidade política decresceu em lugar de melhorar, ou mesmo de preservar o nível antigo. Hoje, não há dúvida de que o Brasil dispõe de excelentes economistas. Basta citar o Mário Henrique Simonsen, o Casimiro Ribeiro, que são economistas de grande valor e se manifestam com toda a franqueza. Mas não há nome da envergadura de um Campos Sales ou de um Rodrigues Alves. Nesse ponto, o país perdeu. Quer dizer, o país está sem estadistas. E técnico sem estadista pouco vale.

A economia depende da imaginação ou da técnica?

Das duas coisas! Imaginar coisa errada é muito fácil.

Capítulo 3

As Ideias do Assessor

No Ministério da Fazenda

Retomando sua carreira no Ministério da Fazenda, sabemos que, depois de um período no Imposto de Renda, o senhor foi responsável pela criação da Seção de Estudos Econômicos do Ministério, que permaneceu muitos anos sob sua direção.

É verdade. Quando eu estava na Divisão de Imposto de Renda, vendo a necessidade do estudo da economia, pleiteei ao ministro Osvaldo Aranha que fosse criada uma seção de estudos econômicos junto ao gabinete do ministro. Ele gostou da ideia e a recomendou ao seu sucessor, o ministro Sousa Costa. Felizmente, a sugestão foi bem aceita, e a seção foi criada. Daí em diante, deixei o Imposto de Renda e passei a trabalhar só nessa Seção de Estudos Econômicos.

Esse foi o primeiro centro de estudos econômicos criado num órgão público?

Não. Antes disso, os funcionários do Banco do Brasil já haviam percebido essa necessidade, e um grupo de 8 ou 10 havia montado um serviço de informações econômicas e estatísticas dentro do banco. Depois é que foi criada a seção do Ministério da Fazenda. Naquela época, era muito difícil obter informações, tudo era muito precário. Utilizava-se um processo de adivinhação, que funcionava até bem. Verificava-se, por exemplo, o consumo de energia elétrica, o Imposto de Consumo, e esses indicadores permitiam aferir o volume da produção.

A Seção de Estudos Econômicos do Ministério da Fazenda era pequena?

Era, nunca foi uma seção grande. Teve, no máximo, 10 ou 15 pessoas.

O ministro solicitava estudos dessa seção?

Solicitava, ou então dávamos sugestões espontaneamente. Acontece que, quando eu dava uma sugestão, ficava tranquilo quando o ministro não a seguia. Quando seguia, eu ficava apavorado. Podia sair errado na execução. Geralmente sai errado na execução. Agora mesmo, por exemplo, fiz sugestões para combater a inflação, mas a execução foi bem diferente. De maneira que eu preferia que eles não tivessem seguido a sugestão.

O senhor tinha essa sensação mesmo naquela época, ainda novo, cheio de vontade de realizar?

Ah, sim. Eu preferia ser esquecido a ser lembrado.

Que sugestões o senhor fez ao ministro Sousa Costa?

Lembro-me de algumas delas. Durante a guerra, o Brasil começou a exportar bastante e a acumular reservas no exterior. Ocorreu-me que poderíamos desperdiçar essas reservas, utilizando-as em aquisições supérfluas, e então sugeri que se criasse um Imposto sobre Lucros Extraordinários.¹⁶ Esse imposto consistia no seguinte: ou a empresa pagava simplesmente o imposto, ou depositava em dobro seu valor para receber a quantia de volta depois de terminada a guerra. E o ministro Sousa Costa adotou isso. No princípio, Roberto [Cochrane] Simonsen¹⁷ e Euvaldo Lodi foram muito contra, mas, depois de alguns debates, em que se explicou que haveria uma devolução dos depósitos e que isso tinha por finalidade não desperdiçar as reservas no exterior, acabaram aderindo à ideia e dando suporte ao imposto.

16 O Imposto sobre Lucros Extraordinários foi criado pelo Decreto-Lei 6.244, de 24 de janeiro de 1944. Para efeito de tributação, era considerado extraordinário todo lucro excedente à média de um biênio compreendido entre os anos de 1936 e 1940, a escolha do contribuinte, acrescida de 50%. Ver BUESCU, Mircea. *Guerra e desenvolvimento: análise da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Apec, 1976, p. 107.

17 Roberto Simonsen (1889-1948) formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo. Iniciou sua carreira profissional como engenheiro civil em Santos e, nas décadas de 1910 e 1920, estendeu suas atividades à indústria e ao comércio exportador de café. Na década de 1930, optou pela carreira industrial (cerâmica e depois metalurgia) e começou a se projetar na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que ajudara a criar em 1928. Ver LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Industrial associations and politics in contemporary Brasil (1930-1961)*. Universidade de Oxford, 1984 (tese de doutorado).

É claro que fiquei muito preocupado, quando terminou a guerra, que o governo restituísse logo aquilo que tinha prometido, de maneira que passei uns tempos angustiado. Fui ao ministro e pedi que fôssemos examinando caso por caso e tratando de restituir os depósitos. Felizmente ele me deu apoio, e criou-se uma comissão que examinava os casos e determinava as restituições. Lembro que recebi um convite do [Francisco] Matarazzo para visitar uma fábrica que ele tinha equipado com aparelhos vindos do exterior graças à restituição do depósito que havia feito. E olhe que depois da guerra havia dificuldade de comprar equipamentos no exterior. Eram geralmente equipamentos já velhos, mas, de qualquer maneira, era preferível comprá-los a ter gasto com coisas supérfluas.

Há outras sugestões de que o senhor se lembre?

Houve uma outra sugestão, que foi a criação da Sumoc.

Também aceita, já que a Sumoc foi criada em fevereiro de 1945. Mas, antes disso, ainda em 1938, foi criado o Dasp, e o Ministério da Fazenda brigou para manter o controle do orçamento, que acabou passando para esse órgão. O senhor se recorda disso?

O Dasp foi criado e teve muito êxito não só na disciplina do funcionalismo como na disciplina orçamentária. Um belíssimo trabalho feito pelo Luiz Simões Lopes. E não houve propriamente uma briga com o Ministério da Fazenda. O Dasp tinha mais liberdade do que o Ministério para influir de modo a disciplinar as despesas. Os ministérios respeitavam mais o Dasp do que um ministério colega.¹⁸

Em 1940, o senhor esteve em Cuba, na 2ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Qual foi seu papel nessa reunião?

¹⁸ Sobre a administração pública no primeiro governo Vargas, ver WARLICH, Beatriz Marques de Sousa. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988; e GRAHAM, Lawrence S. *Civil service reform in Brazil*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Fui assessorando o embaixador Maurício [Hilário Barreto] Nabuco [de Araújo], e Vasco [Tristão] Leitão da Cunha,¹⁹ que também compareceu. O objetivo da reunião, com certeza, era ver como os países poderiam colaborar uns com os outros, caso o campo bélico viesse a se ampliar.

Em 1942, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, os Estados Unidos enviaram para cá a Missão Cooke, que recomendou uma política industrial para o país. O senhor está lembrado?

Não. Só recordo da Missão Abbink. Da Missão Cooke não participei.

As dificuldades de importação durante a guerra chegaram a provocar a falta ou o racionamento de certos produtos. Como o senhor viu essa mudança?

Senti que nessa mudança havia coisas favoráveis aos produtores nacionais. Mas, sem dúvida, passou-se um período de muitas restrições. Foi um período apertado, embora não se tenha chegado a sofrer muito.

O senhor se recorda das filas para comprar comida?

Não me lembro. Deve ter sido questão de um dia ou dois.

E do blackout aqui no Rio de Janeiro?

Sim. À noite, apagavam-se as luzes das ruas, com receio de que viessem navios de guerra bombardear a cidade.

Qual foi a repercussão do afundamento dos navios brasileiros?

Houve uma revolta grande. E o Brasil entrou na guerra por causa disso.

O senhor se lembra de perseguições aos alemães no Brasil?

Não lembro muito bem. Mas, por exemplo, havia uma padaria em Petrópolis chamada Padaria Alemã que mudou de nome, com receio de manter o antigo. Houve casos assim, mas não foi uma coisa muito pronunciada. Pelo menos não me chamou muita atenção.

19 Na ocasião, o embaixador Maurício Nabuco era secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, e Vasco Leitão da Cunha era encarregado do expediente do Ministério da Justiça e Negócios Internos. Ver SILVA, Hélio. *1942 – Guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Ainda durante a guerra, foi criado um sistema de captação de recursos pela emissão de obrigações de Guerra.²⁰ O senhor foi o autor desse projeto?

É possível. Não estou bem lembrado desses bônus de guerra, mas, em todo caso, devem ter existido, para reforçar o orçamento.

Em 1942, o mil-réis foi substituído pelo cruzeiro. O senhor se lembra dessa reforma?

Não foi propriamente uma reforma. O que ocorreu foi que houve um descuido em matéria de suprimento de notas. A Caixa de Amortização não percebeu que as notas estavam entrando muito em circulação e, quando se deu conta, verificou que o estoque estava bastante reduzido. Naquele tempo, não se imprimia papel-moeda no Brasil, a impressão era toda feita na Europa ou nos Estados Unidos. Como não havia tempo de imprimir e trazer as notas do exterior, o governo adotou um período de suspensão de atividades de mais ou menos uma semana, sob o fundamento de que iria mudar a moeda. E assim veio o cruzeiro. Não houve uma reforma monetária, não mudou nada, mudou-se apenas a nota e o nome da moeda enquanto se procurava corrigir um cochilo.

Em Bretton Woods

Em 1943, o senhor foi representante do Brasil em conversações realizadas em Washington sobre a estabilização monetária no pós-guerra.

Sim. Quando estudei na *American University*, ocorreu, como já contei, que fui aluno do Harry White. Tendo eu sido seu aluno, ele veio ao Brasil e pediu ao ministro Sousa Costa que eu fosse representar o país nessas conversações preliminares.

20 Em face da insuficiência de recursos ordinários para enfrentar as despesas e as necessidades de caixa, foram criadas, pelo Decreto-Lei 4.789, de 5 de janeiro de 1942, as Obrigações de Guerra. A aquisição desses papéis, que renderiam juros de 6% ao ano, era compulsória para todos os contribuintes do Imposto de Renda em montante igual ao imposto. Para os assalariados e funcionários públicos não contribuintes, a aquisição era obrigatória na proporção de 3% do rendimento. Essa foi a maior fonte da “receita de guerra”. Ver BUESCU, Mircea. *Guerra e desenvolvimento: análise da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Apec, 1976, p. 108-9.

Essas conversações eram a preparação para a Conferência de Bretton Woods?

Eram a preparação de Bretton Woods. Harry White queria que o Brasil participasse da elaboração de um plano no sentido de criar um sistema diferente daquele dos anos 1930, quando houve uma verdadeira guerra de taxas de câmbio entre os países. Ele achava que isso devia ser disciplinado, e que seria conveniente criar-se uma instituição internacional com esse fim – o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por esse motivo, tendo o ministro Sousa Costa concordado com a sugestão do Harry White, fui mandado aos Estados Unidos e comecei a participar da elaboração do Plano White.

O senhor colaborou no próprio Plano White?

Sim. E, nessa colaboração, havia que fazer uma escolha entre o Plano White e o plano imaginado por Keynes, chamado *Clearing Union*. Estudamos esses dois planos, e pareceu-me que o Plano White era mais exequível. A *Clearing Union* de Keynes era uma câmara de compensação entre os países, mas, naquele momento, não havia muito o que compensar, pois os países europeus estavam completamente fora de qualquer capacidade de produção. E os países da América Latina, inclusive o Brasil, ainda não tinham atingido um grau de desenvolvimento suficiente para participar de uma câmara de compensação internacional.

Hoje o senhor defenderia o Plano White ou o plano de Keynes?

Hoje seria melhor para o mundo a adoção da *Clearing Union*.

A Conferência de Bretton Woods realizou-se em julho de 1944,²¹ e o senhor participou da delegação brasileira, da qual faziam parte o ministro Sousa Costa, o professor Gudin...

E Victor Bastian, presidente do Banco da Província.

21 Entre 1º e 22 de julho de 1944, reuniram-se na pequena cidade de Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, cerca de 750 delegados de 45 países, entre eles o Brasil, com o objetivo de discutir como seria regida a economia internacional no pós-guerra. Sobre o Plano White, a *Clearing Union* e a criação do FMI e do Banco Mundial, ver HORSEFIELD, John Keith. *The International Monetary Fund, 1945-1965: twenty years of international monetary cooperation*. Washington: International Monetary Fund, 1969, v. 1.

A Conferência de Bretton Woods dividiu-se em duas sessões, uma sessão de criação do FMI e outra de criação do Banco Mundial. O senhor participou da sessão do Banco Mundial?

Particpei, e ocorreu até uma cena de certo interesse. Quando se discutia a criação do Banco Mundial, por acaso fiquei sentado ao lado do próprio Keynes, que era uma pessoa muito dada, muito cordial. Lembrei-me então de apresentar um dispositivo segundo o qual, quando o desequilíbrio do balanço de pagamentos de um país não fosse conjuntural, mas exigisse uma remodelação de sua economia, o Banco Mundial entraria com recursos, complementando os auxílios esporádicos que o FMI pudesse dar. No caso do Brasil, por exemplo, poderia haver um desequilíbrio do balanço de pagamentos em decorrência da queda dos preços do café, mas, de toda forma, havia a necessidade de se ter mais produtos de exportação, de fazer investimentos nesse sentido, e aí entraria o Banco Mundial. O Keynes achou que a ideia era boa, mas eu disse a ele que o meu inglês não dava para redigir um dispositivo a ser inserido num convênio internacional. Pedi-lhe que o fizesse, e ele se prontificou a redigir. Levei então o texto para o Harry White, dizendo que gostaria de propor aquela medida. Ele ponderou que os países estavam muito desorganizados, que havia muita inflação em diferentes lugares e que teria que haver mais disciplina para que a medida que eu propunha pudesse funcionar automaticamente. Achava a ideia boa, mas não sob a condição de o auxílio ser automático. Mas, depois de ler o documento, o Harry White disse: “Sinto que aqui tem o dedo do Keynes”. Respondi: “O dedo não, a mão inteira!”. Ele tinha posto todo o seu estilo na redação. Mas a medida não vingou por isso, porque era perigoso ser automático. Eu mesmo levei essa resposta ao Keynes, e ele concordou. De modo que a medida foi arquivada. Foi uma medida histórica só para mim.

A sessão do FMI foi mais polêmica do que a do Banco Mundial?

A criação do Fundo foi mais difícil, porque era uma instituição internacional que iria examinar as condições econômicas de cada país. E essa interferência sempre trouxe certo mal-estar a todos os países. Isso é inevitável. Mas hoje já se está compreendendo muito melhor, quer da

parte do Fundo, quer da parte dos países, que se trata muito mais de uma colaboração do que propriamente de uma fiscalização.

Chegou-se a discutir em Bretton Woods a adoção de uma moeda internacional, ou já estava assentado que seria o dólar?

Quer o Plano White, quer o plano da *Clearing Union* criavam uma moeda internacional. A do Plano White era a *unitas*, e a da *Clearing Union* era o *bancor*. Mas essas ideias de moeda internacional não foram aceitas, pois todos preferiram ficar com o dólar. Na época, a decisão foi válida, pois todos estavam habituados a lidar com o dólar e preferiram continuar assim, já que do contrário haveria uma renovação muito grande. Mais tarde, porém, verificou-se que, se tivesse havido a instituição de uma moeda internacional, as coisas poderiam ter funcionado melhor.

A verdade é que hoje o Direito de Saque é uma moeda internacional. E isso representa uma evolução, quer no sentido do Plano White, quer no sentido da *Clearing Union*. A Europa também está tentando criar uma moeda internacional europeia. É bom que as coisas evoluam nesse sentido, pois não se pode depender exclusivamente da conduta de um país.

Os países não industrializados chegaram a defender em Bretton Woods alguma posição comum?

Poucos países não industrializados estiveram presentes na reunião do Fundo Monetário. Praticamente, eram Brasil e México só. Não havia países africanos ou asiáticos, de modo que foi uma reunião de um grupo relativamente diminuto. E, naturalmente, países como o México se interessavam mais pelo Banco do que pelo Fundo, pois esperavam receber recursos para o desenvolvimento.

Houve alguma delegação em Bretton Woods que discordasse dos resultados da conferência?

Não houve discordância porque todos compreendiam que não era possível continuar com os erros que vinham sendo cometidos durante o decênio de 1930. Esse reconhecimento era unânime.

Sabemos que, depois de Bretton Woods, o senhor esteve com o doutor Gudin na Universidade de Harvard fazendo palestras sobre os resultados da conferência. Havia curiosidade da parte dos americanos sobre isso?

Eu apenas acompanhei o doutor Gudin. E posso dizer que havia uma certa dúvida quanto ao êxito das decisões, mas o êxito foi muito grande durante um longo período porque, com as moedas estáveis, o comércio internacional se desenvolveu extraordinariamente nos decênios de 1940, 1950 e 1960.

A partir de 1970, os Estados Unidos começaram a exportar sua inflação.

Depois começou a haver inflação, e não só nos Estados Unidos, mas em muitos países. Na Inglaterra, havia muita inflação, na França também. Essa história da exportação da inflação dos Estados Unidos tem algum fundamento, mas foi muito exagerada pelo [Charles] De Gaulle. Ele exagerou isso muito, porque achava que a suposta exportação inflacionária americana dificultava a economia da França.

Na criação da Sumoc

Ao voltar de Bretton Woods, o senhor se envolveu no projeto de criação da Sumoc. A conferência teve alguma influência em seu projeto? O senhor trouxe de lá um modelo, trouxe pressões?

Não. O que me movia era uma ideia antiga, de que o Brasil precisava ter uma moeda estável. E, para ter uma moeda estável, precisava ter pelo menos um início de banco central. A Sumoc foi esse início de banco central, foi a primeira etapa.

Até então, as funções de banco central vinham sendo exercidas pelo Banco do Brasil, sobretudo a partir de 1930, quando se realizaram grandes ajustes no banco, com a criação da Caixa de Mobilização Bancária, a ampliação da Carteira de Redesconto, o estabelecimento do

monopólio cambial.²² Por que essas funções típicas de um banco central concentraram-se no Banco do Brasil?

Porque era um banco que funcionava bem, era um banco oficial, com funcionários lúcidos e dedicados. Antes de ser ministro da Fazenda, José Maria Whitaker havia sido presidente do Banco do Brasil, no tempo do Epitácio Pessoa. E pode-se dizer que daí é que surge a ideia de um banco central no Brasil, quando ele cria a Carteira de Redesconto. O início da existência de um banco central ocorreu na presidência de José Maria Whitaker no Banco do Brasil, sendo presidente da República Epitácio Pessoa.

Essa semente inicial de um banco central correspondeu a que necessidades?

José Maria Whitaker, como banqueiro que era, com certeza julgou que havia necessidade de um sistema de redesconto e, indo para o Banco do Brasil, tratou de criá-lo.

Talvez se tratasse de uma preocupação mais na área financeira, pois o debate econômico ainda não estava aberto naquela época.

Não estava. Mas já foi um início importante.

Nos anos 1930, além de exercer as funções de um banco central, o Banco do Brasil exercia funções de banco de fomento. Não eram funções incompatíveis?

São mais ou menos incompatíveis, mas, na época, funcionou a contento. Não existindo outra coisa, o que havia não deixou de ser

22 O Banco do Brasil foi criado por alvará do príncipe regente Dom João em 12 de outubro de 1808. Fechado em 1829 e reaberto em 1854, atuou de forma instável no século XIX, só alcançando sua consolidação institucional no século XX, com a criação de diversas carteiras. Em 1906, foi criada a Caixa de Conversão, com o objetivo de promover a estabilização da taxa de Câmbio. Extinta a Caixa de Conversão em 1914, em 1921 foi criada a Carteira de Câmbio e, em 1926, a Caixa de Estabilização. Em 1930, foi assegurado ao Banco do Brasil o monopólio sobre as operações de câmbio. Incluem-se ainda entre as carteiras do banco a Carteira de Emissão e Redesconto (criada em 1920, extinta em 1923 e reaberta no final de 1930), a Caixa de Mobilização Bancária (1932) e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (1936/1937). Em 1941, foi criada a Carteira de Exportação e Importação (Cexim), substituída pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex) em 1953. Para informações sobre o setor de câmbio do Banco do Brasil, ver VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea, 1975, p. 314-322.

útil. Agora, não sei dizer se o Banco do Brasil, sendo simultaneamente banco central e banco de fomento, não utilizava recursos monetários extras para levar a efeito o fomento, e nisso praticava involuntariamente uma atitude inflacionária. Isso eu não sei dizer.

Ao longo dos anos 1930, houve várias tentativas de se criar um banco central. O senhor mesmo já mencionou a Missão Niemeyer, trazida pelo ministro Whitaker em 1931. Otto Niemeyer propôs que se estabelecesse o equilíbrio orçamentário e que se desdobrasse o Banco do Brasil, criando-se um banco central, algo na linha da Sumoc, só que com mais autonomia.²³ O senhor se recorda disso?

Sim. Sei que o Niemeyer propôs um banco central e um equilíbrio orçamentário, mas, na época, essas propostas eram absolutamente inadequadas. A época não era para isso.

Em 1934, o próprio ministro Sousa Costa trouxe da Alemanha um financiamento de 60 milhões de dólares para a criação do BCB, mas também aí não foi possível. Por quê?

O que impedia é que um banco central criado para continuar a fornecer recursos ao Tesouro devido ao *deficit* do Tesouro seria uma coisa mais ou menos inútil.

No entanto, isso estava sendo recomendado internacionalmente. Por que esse interesse da comunidade internacional?

Eles achavam que um banco central independente podia resolver o problema do combate à inflação. Suponho que seja isso.

A Sumoc foi criada em fevereiro de 1945 por sugestão sua. Como foi a gestação desse projeto, quanto tempo o senhor lhe dedicou?

Não sei dizer quanto tempo. Mas creio que o projeto de criação da Sumoc resultou de uma tendência de controle monetário advinda

23 Sobre a Missão Niemeyer e sobre o projeto de Sousa Costa em 1934, ver ABREU, Marcelo Paiva. A Missão Niemeyer. *Revista de Administração de Empresas*, v. 14, nº 4, julho-agosto 1974, p. 7-28; e *Brazil and the world economy, 1939-1945; Aspects of foreign economic policies and international economic relations under Vargas*. Universidade de Cambridge, 1977 (teses de doutorado).

de longa experiência. Resultou de conversações frequentes entre os funcionários do Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda e de alguns empresários. E, sobretudo, da orientação do professor Eugênio Gudin. O professor Gudin achava que, na ocasião, era inoportuno criar um banco central, mas que se podia fazer alguma coisa no caminho da sua criação. Diante dessas ponderações todas foi que surgiu a ideia da Sumoc, tendo como objetivo principal combinar uma orientação monetária com uma orientação fiscal.

Por que razão o doutor Gudin não considerava conveniente criar um banco central naquela época?

Porque ele achava que, com um *deficit* do Tesouro grande e sem perspectivas de equilíbrio orçamentário, um banco central seria inútil. É preciso ver também que na época ainda não existiam pessoas adequadas para lidar com um banco central.

Que tipo de empresário participou das conversações que resultaram no projeto da Sumoc? Banqueiros?

Banqueiros e também empresários agrícolas e industriais. Conversei com aqueles que eu conhecia. Por exemplo, Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen, todos eles foram consultados.

Quando o senhor foi para Bretton Woods, essas ideias já estavam consolidadas?

Já. E lá, com certeza, obtive melhor visão e pude fazer uma coisa mais precisa. A redação do projeto tomou-me apenas algumas semanas.

Na elaboração do projeto, o senhor contou com colaborações?

Tive a colaboração de várias pessoas que faziam parte da Seção de Estudos Econômicos, como José Nunes Guimarães, Eduardo Lopes Rodrigues, Aluísio [Fragoso] de Lima Campos. Recebi também o apoio de José Vieira Machado do Banco do Brasil, não só no projeto, mas em sua execução. Vieira Machado foi o primeiro diretor-executivo da Sumoc.

Entre o momento em que o senhor apresentou o projeto ao ministro Sousa Costa e que o decreto de criação da Sumoc foi assinado pelo presidente Vargas, transcorreu um tempo longo?

Creio que levou cerca de uma semana, não mais que isso. Porque, ao mesmo tempo em que eu estava elaborando o projeto e a exposição de motivos, naturalmente conversava com o ministro e lhe transmitia a ideia. Ele, por seu turno, ia refletindo, consultando os seus amigos, e sei que a decisão foi rápida. As análises que são feitas do ministro Sousa Costa em geral dividem seus onze anos de administração em dois períodos. O primeiro, de 1934 até 1940, teria sido marcado por uma relativa redução na expansão dos meios de pagamento. O período seguinte, até 1945, se caracterizaria pelo *deficit* orçamentário, emissões de papel-moeda, saldos na balança comercial e expansão monetária.

É curioso que o senhor, um homem identificado com o combate à inflação, tenha consolidado sua posição como assessor do ministro exatamente num momento de expansão monetária.

Foi precisamente porque eu verificava que havia uma expansão monetária acentuada, mas justificada pelas circunstâncias, que me pareceu necessária a criação da Sumoc. Exatamente porque estava havendo uma expansão, era preciso verificar como restringi-la, ou ao menos não torná-la muito cumulativa.

Há quem afirme que, se a Sumoc tivesse tido que passar pelo Congresso, ou seja, se tivesse sido formulada após o fim do Estado Novo, não teria sido viabilizada. O senhor acredita nisso?

É possível. Não sei.

Ao encaminhar o projeto ao ministro Sousa Costa, o senhor teve alguma preocupação com a urgência de sua aprovação?

Não tive essa ideia, não. O que me levou a apresentar o projeto foi a consciência da sua necessidade. Para que a inflação não aumentasse – e havia perspectiva de aumento – era bom introduzir desde logo essa instituição.

Propostas para o pós-guerra

Entre 1942 e 1945, o professor Gudin escreveu muito no Jornal do Commercio, apresentando praticamente um receituário para uma política econômica no pós-guerra, e algumas de suas propostas chegaram a ser adotadas pelo Ministério da Fazenda. Até que ponto o senhor serviu de mediador entre o professor Gudin e o ministro Sousa Costa?

O ministro Sousa Costa ouvia muito o doutor Gudin. Davam-se bem. De maneira que as sugestões do doutor Gudin eram levadas diretamente por ele ao ministro, e não por meu intermédio.

O doutor Gudin sugeria que parte das divisas do Brasil no exterior fosse usada para formar um fundo destinado à criação de um banco central.

Não me lembro dessa tese. Quando pensei na Sumoc, o fundo seriam os depósitos compulsórios. Mas isso para a Sumoc atuar no mercado, e não para fornecer recursos ao Tesouro.

O doutor Gudin também achava que parte das divisas brasileiras deveria servir para o pagamento da dívida?

Isso seria bom, embora naquela época a dívida fosse pequena.

Além das propostas do doutor Gudin, publicadas na imprensa e em livros, várias outras foram apresentadas nessa época, no sentido de ordenar a economia do pós-guerra. Os industriais, por exemplo, queriam que as divisas que o Brasil possuía no exterior fossem usadas para o reequipamento industrial. Como o senhor via isso?

O que eu sustentava é que se devia trazer equipamentos para remodelar a indústria. Agora, havia dificuldade de se obterem equipamentos novos no exterior. E a grande desavença era sobre o que seria melhor: trazer um equipamento antigo, ainda em bom uso, ou não trazer equipamento algum.

O senhor concordava com a tese dos importadores, de que se devia abrir o comércio exterior à importação, deixando-o livre de qualquer controle?

Não. Nunca fui favorável à abertura integral, sem ao menos uma taxa, uma proteção. Proteção módica, mas sempre necessária.

Eugênio Gudín e Roberto Simonsen travaram, por essa época, um importante debate sobre os rumos da economia nacional.²⁴ O senhor se recorda dessa polêmica?

Não tenho muita ideia do que aconteceu. Tenho a impressão de que o Roberto Simonsen queria proteger demasiadamente a indústria contra a concorrência estrangeira, e Eugênio Gudín se opunha. A oposição dava a impressão de que ele era contra a indústria. Mas não era, de maneira alguma; tanto que, quando foi ministro da Fazenda, deu grande impulso à indústria automobilística.²⁵ O que o doutor Gudín era contra era o excesso de proteção à indústria. Ele ressaltava que um país como o Brasil precisa também de uma agricultura próspera. A combinação da indústria e da agricultura é que determina uma economia sólida. Mas não foi entendido e consideravam-no anti-industrial. Passou a ser conhecido como inimigo da indústria, o que é uma inverdade muito grande.

No final da guerra, os investimentos americanos dirigiam-se preferencialmente para a Europa.

Dirigiam-se para a Europa, mas começavam a se dirigir para cá também. E foi para chamar a atenção dos investidores americanos que se criou a Missão Abbink.

Da qual o senhor fez parte, em 1948. O senhor foi o presidente do lado brasileiro, e John Abbik do lado americano.²⁶

24 O debate se encontra em SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 1977.

25 O professor Bulhões refere-se à Instrução 113 da Sumoc, discutida no capítulo 5 deste livro.

26 Para maiores informações sobre a Missão Abbink, ver MALAN, Pedro Sampaio *et. al.*, *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977, cap. 2.2, p. 47-56.

É isso mesmo. Recebi o Abbink e devia prestar-lhe todas as informações, trabalhar com ele na elaboração de recomendações sobre a economia brasileira.

Constavam da cúpula da Missão, pelo lado brasileiro, Valentim [Fernandes] Bouças, Mário Bittencourt Sampaio, Aníbal Alves Bastos, o general Anápio Gomes e o secretário Afonso Almiro Costa Júnior. Como foi o trabalho com essas pessoas?

Essas pessoas mencionadas cooperavam, mas não eram pessoas que conhecessem bem a situação econômica nacional e internacional. Acompanhavam, não resta dúvida, mas era necessário apelar para outros assessores de modo a formular o relatório final, que foi assinado pelo Abbink e por mim. Tive o assessoramento das pessoas com quem eu costumava trabalhar. Estes é que de fato muito discutiam com os assessores americanos.

E era fácil o contato com os americanos?

Muito fácil, porque a linha de pensamento era a mesma. Eles não trouxeram ideias novas, apenas reforçaram as que nós lá tínhamos.

A Missão Abbink foi dividida em uma série de subcomissões, que trabalhavam com agricultura, indústria, extração mineral, transporte etc. A subcomissão de desenvolvimento industrial foi presidida por Euvaldo Lodi, que denunciou a existência de certa má-vontade dos americanos em relação ao desenvolvimento industrial brasileiro.

Acredito que os técnicos americanos tivessem dado muita ênfase à necessidade de o Brasil cuidar mais da agricultura e, por isso, admitissem implicitamente uma redução na atividade industrial. Mas essa má-vontade deve ter sido mais um mal-entendido do que um fato ocorrido.

O relatório da Missão Abbink recomendava que a atividade econômica no país se baseasse na iniciativa privada, cabendo ao Estado apenas as funções de coordenar os investimentos. Sua publicação em 1950 causou uma enorme celeuma. O senhor tomou parte nessa discussão?

Devo ter tomado parte, mas não me lembro. Redigi o relatório, que depois saiu publicado em livro. Agora, quanto aos que o combatiam... No fundo, nunca me impressionei pela oposição às minhas ideias. Eu dava as ideias, se dessem certo estava muito bem e se não dessem também. Nunca discuti muito. Pode parecer esquisito, mas é um sistema de defesa própria, para poder viver sossegado.

A reforma do ensino de Economia

A antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ), hoje Faculdade de Economia e Administração (FEA) da UFRJ, foi criada em 1938 e teve seu currículo alterado em 1945 por iniciativa do professor Eugênio Gudin. Essa mudança, realizada na época da incorporação da faculdade à Universidade do Brasil, foi muito importante?

Ah, sim. O que havia antes não se pode chamar de faculdade. Era uma coisa tão incipiente, tão rudimentar, que de fato se pode dizer que a faculdade reestruturada pelo doutor Gudin foi uma coisa nova. Mas certamente ele aproveitou aquela semente que havia sido plantada, principalmente, pela personalidade do doutor Luís Dodsworth Martins.²⁷

Poder-se-ia dizer que anteriormente se enfatizava mais o estudo da Contabilidade do que da Economia?

Sim, era muito mais Contabilidade.

Até os anos 1940, portanto, os economistas brasileiros eram autodidatas que eventualmente podiam ter feito cursos introdutórios de economia na Faculdade de Direito ou na Faculdade de Engenharia. O senhor vê alguma diferença na formação dos economistas oriundos dessas duas escolas?

A cadeira de Economia na Faculdade de Direito era muito fraca. Pode-se praticamente admitir que não havia alunos saídos de lá com conhecimentos econômicos. Basta dizer que o professor de economia afirmava com toda

²⁷ A antiga FCEARJ foi fundada em 19 de dezembro de 1938 por iniciativa de um grupo do qual faziam parte Álvaro Porto Moitinho, Luís Dodsworth Martins e Eduardo Lopes Rodrigues, entre outros, aos quais se associaram também, entre outros, os professores Eugênio Gudin, João Carlos Vital, Jorge Felipe Kafuri e Alde Feijó Sampaio. Sob a direção de Temístocles Brandão Cavalcanti, teve seu currículo alterado por decreto de setembro de 1945 e foi incorporada à Universidade do Brasil em janeiro de 1946, com o nome de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Ver *Catálogo 1988/1989*, publicado pela FEA/UFRJ em comemoração ao cinquentenário de sua fundação.

a ênfase que Ricardo não era tradução de Richard, era Ricardo mesmo. Na Faculdade de Engenharia, o curso de Economia era melhor, como demonstra a formação do economista [Antônio] Dias Leite [Júnior].²⁸

O doutor Gudin também se formou em Engenharia.

Ah, mas isso no tempo em que ainda não se estudava Economia. Jorge Kafuri também veio da engenharia, mas é igualmente um autodidata, não foi aluno de Economia. Podem-se destacar o Dias Leite e o Mário Simonsen, provenientes do pouco ensino de Economia na Escola de Engenharia.

A regra geral eram mesmo os autodidatas.

Sim. Sempre apareceram pessoas interessadas no estudo da Economia. Antes de Kafuri, antes de Dias Leite, há o nome de Vieira Souto,²⁹ que foi um dos iniciadores da Economia em nosso país.

Ele foi professor de economia política do doutor Gudin.

Sim.

Qual foi a importância do doutor Temístocles Cavalcanti³⁰ na formulação da nova fase da Faculdade de Economia em 1945?

É que Temístocles Cavalcanti orientava-se muito pelas recomendações de Eugênio Gudin. Naturalmente conhecia a parte de finanças bem razoavelmente, era um grande jurista, de modo que, com esses conhecimentos, pôde cooperar para a formação da escola.

28 Antônio Dias Leite Júnior (1920), engenheiro civil e mecânico formado em 1941 pela Universidade do Brasil, começou a atuar na área de economia como membro da primeira comissão de planejamento econômico criada no Brasil em 1944. Além das funções mencionadas ao longo do texto, foi ministro das Minas e Energia de 1969 a 1974. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984, pp. 1.785-6.

29 Luís Rafael Vieira Souto (1849-1922), engenheiro e líder industrialista, foi presidente da Companhia Cruzeiro de Fósforos, diretor-geral da Prefeitura do Rio de Janeiro e diretor da comissão encarregada da construção do porto do Rio. Foi também professor catedrático de engenharia civil e professor substituto de economia política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

30 Temístocles Brandão Cavalcanti (1899-1980), jurista de renome internacional, foi diretor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas de 1945 a 1960. Autor de numerosas obras no campo do direito constitucional, publicou ainda cerca de 500 artigos em revistas especializadas. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

O senhor começou a dar aulas na faculdade já dentro do novo currículo?

Sim, já dentro do novo currículo.

Nesse novo currículo, cabia-lhe a matéria Valor e Formação de Preços; José Nunes Guimarães dava Comércio Internacional e Câmbio; Antônio Dias Leite, Estrutura das Organizações Econômicas; Eugênio Gudin, Moeda e Crédito; Alde Sampaio, Repartição da Renda Social; Antônio Garcia de Miranda Neto, Estatística Metodológica; Jorge Kingston, Estatística Econômica; Eduardo Lopes Rodrigues, História Econômica, Ciência das Finanças e Política Financeira; Jorge Kafuri, Evolução da Conjuntura Econômica; Raul [Jobim] Bittencourt, História das Doutrinas Econômicas; e Luís Nogueira de Paula, Estudos Comparados dos Sistemas Econômicos.³¹

É isso mesmo. Esse currículo proveio da ida do professor Gudin à reunião de Bretton Woods. Lá ele conheceu mais de perto vários professores de universidades americanas e com eles formulou o novo currículo, que foi apoiado pelo ministro Gustavo Capanema [Filho].

Do Núcleo de Economia ao Ibre

No início de sua incorporação à Universidade do Brasil, a Faculdade de Economia foi amparada pela recém-criada FGV, que lhe cedeu suas instalações. Ao mesmo tempo, formou-se dentro da Fundação, sob a liderança do professor Gudin, um Núcleo de Economia do qual faziam parte o senhor, José Nunes Guimarães, Eduardo Lopes Rodrigues, Antônio Dias Leite, João Mesquita Lara, Luís Dodsworth Martins, Arísio de Viana e Guilherme Pegurier. Há muitos nomes comuns no corpo de professores da faculdade e no núcleo de economistas da FGV?

Sim. Os professores da faculdade contribuíram para a formação do Núcleo de Economia, que mais tarde gerou o Ibre.

O senhor veio para a FGV logo nos seus primeiros momentos?

Fui convidado pelo Simões Lopes para participar da Fundação, tendo em vista a criação de um instituto de Economia. Foi por isso que vim,

31 Ver *Catálogo 1988/1989*, da FEA/UFRJ.

junto com outros, entre eles o Chacel e o Kafka.³² Mas a alma desse projeto foi o doutor Gudin. Ele dava as ideias, acompanhava os trabalhos e, sem ele, nada teria acontecido. Pretendia criar um instituto, de modo que começou com um núcleo. Foi esse núcleo de economistas que formulou a necessidade de se ter um balanço de pagamentos, de se calcular a renda nacional, de se ter índice de preços, enfim, de programar uma série de providências no sentido de se fazer um levantamento mais adequado do que o que existia até então.

Diante da precariedade dos instrumentos de que dispunham os economistas, a introdução de dados como renda nacional, balanço de pagamentos etc. deve ter representado uma modificação importante.

Foi uma grande modificação.

E as dificuldades foram grandes?

Não houve grandes dificuldades. Tratamos de fazer o levantamento do balanço de pagamentos e de iniciar o índice de preços. E foi o preparo para o índice de preços que mais trabalho nos deu.

Como se fazia a coleta de dados?

Criou-se um corpo de pesquisadores, de onde se destacou muito o Genival [de Almeida] Santos. Na verdade, ele se destacou quando começou a elaboração da renda nacional.

Há uma informação de que dentro do Núcleo de Economia da FGV se teriam formado dois grandes grupos. Um deles, responsável pela construção do balanço de pagamentos, teria sido absorvido pela Sumoc.

Sim.

O outro, dedicado ao estudo da renda nacional, e orientado basicamente pelo doutor Antônio Dias Leite e pelo doutor Genival Santos, teria sido

32 Trata-se de Julian Chacel e de Alexandre Kafka, atual representante brasileiro no FMI.

responsável pelo lançamento da Revista Brasileira de Economia, em 1946, e da Conjuntura Econômica, em 1947, ambas publicadas até hoje.

Sim.

Poderia nos falar sobre essas revistas?

A que mais se destacou foi a *Conjuntura Econômica*. A *Revista Brasileira de Economia* não teve o mesmo grau de evolução. A *Conjuntura* tinha um caráter menos científico, mais informativo e, por isso, atingiu um maior número de leitores, despertou maior interesse. As pessoas que a dirigiam também eram mais dinâmicas, a começar pelo Denio Nogueira e, principalmente, o Paulo Rabelo [de Castro]. A influência humana é muito forte na evolução das instituições. Não houve o mesmo dinamismo à frente da *Revista*, que, além disso, era muito mais teórica do que informativa. Ficou com um público muito restrito, enquanto o da *Conjuntura* crescia.

Em 1951, o objetivo do Núcleo de Economia da FGV foi alcançado com a criação do Ibre, tendo o professor Gudín como presidente e o senhor como vice. Além das atividades que já vinham sendo desenvolvidas, novas pesquisas se realizaram?

Sim. Verificávamos onde havia deficiências e procurávamos corrigi-las. Não era uma coisa muito programada. Conforme verificávamos as deficiências mais gritantes, procurávamos atacá-las.

No início dos anos 1950, veio trabalhar na equipe da Conjuntura Econômica um grupo de economistas que pretendia lançar um suplemento denominado Conjuntura Social. Desse grupo, faziam parte Américo Barbosa, Celso [Monteiro] Furtado, [Tomás] Pompeu Acióli Borges, Mário Magalhães, Luís [Felipe Leite] Vasconcelos e Sérgio Hasselman.³³ Esse projeto não foi adiante. O senhor se lembra disso?

Não me lembro, não. Nessa época, eu devia estar trabalhando muito fora do Brasil. Não de maneira seguida, mas em viagens frequentes ao exterior.

33 Ver BORGES, Tomás Pompeu Acióli. *Depoimento -1982*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC História Oral; e FURTADO, Celso Monteiro. *A fantasia organizada*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 46.

Nos anos 1950, além da Revista Brasileira de Economia e da Conjuntura Econômica, podiam-se encontrar as revistas Desenvolvimento e Conjuntura, da Confederação Nacional da Indústria; Econômica Brasileira, do Clube dos Economistas; Digesto Econômico, da Associação Comercial de São Paulo; e Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio. Como o senhor avalia essas publicações?

Eram informações a mais, eram revistas que vinham surgindo, além das da Fundação. Isso mostrava o interesse no estudo da Economia de uma maneira mais geral.

Os militares manifestaram algum interesse pelas pesquisas que o Ibre fazia nos anos 1950?

O interesse podia surgir na Escola Superior de Guerra (ESG). Aí, sim.

O senhor deu palestras na ESG?

Sim. Acho que o Chacel também. O próprio doutor Gudin esteve lá.

Analizando-se a trajetória dos economistas do Ibre, percebe-se que muitos deles não só deram aulas na Faculdade de Economia, como trabalharam na Sumoc ou no Banco do Brasil. Ou seja, houve um grupo que saiu da Fundação Getúlio Vargas para comandar setores importantes da política econômica brasileira.

Pois é. Podemos citar o caso do Aldo [Batista] Franco [da Silva Santos], que saiu daqui e foi ser assessor do presidente do Banco do Brasil. Lopes Rodrigues também saiu daqui e foi ser assessor no Ministério da Fazenda – ele já era funcionário lá, do Imposto de Renda. Houve um intercâmbio grande de determinadas personalidades do Ministério e do Ibre com as assessorias de diferentes instituições do país.

Principalmente na área monetária?

Não, na área fiscal também.

Pode-se supor que essas pessoas tenham recorrido ao próprio Ibre para assessorá-las. Houve trabalhos encomendados ao Ibre por órgãos do governo?

Especificamente, é difícil dizer que tenha havido isso. Mas, de maneira implícita, podemos admitir que assim tenha acontecido.

As empresas particulares também solicitavam estudos ao Ibre?

Não. Uma pessoa podia ter estado no Ibre e depois ingressar na esfera particular, mas nunca houve informações do Instituto a empresas particulares.

O professor

Quando se começou a pensar em criar a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV?

Ah, bem mais tarde, depois de 1960. Com a evolução do ensino da faculdade, verificou-se a necessidade de haver um curso de pós-graduação.

O senhor chegou a dar aulas na EPGE?

Não.

Como foi sua experiência na Faculdade de Economia? Com que autores o senhor trabalhava?

Eu dava aulas na cadeira de Valor e Formação de Preços. O principal autor era Wicksell. Eram Wicksell e Keynes.

O senhor também abordava os marxistas?

Ligeiramente. Tudo o que contém muita ideologia vou descartando.

Os alunos pediam ideologia, pediam Marx?

Eles não tinham coragem de me pedir ideologia, não.

O senhor era um professor muito duro? Reprovava?

Algumas vezes. Mas prevenia os alunos: “Olha, você vai ser reprovado, então venha assistir às aulas particulares”. Para aqueles que não podiam acompanhar, eu repetia as aulas em outra hora.

O senhor gostava de ensinar?

Gostava. Procurava transmitir aos alunos o que eu lia. Agora, não sei dizer se fui bom ou mau professor.

Como o senhor comparava o ensino de Economia no Brasil e no exterior? O desnível era grande?

Não era grande, não. Mas a diferença é que, no exterior, os alunos são mais estudiosos, leem mais. Aqui a educação é mais pelo ouvido do que pelos olhos, pela leitura. Aqui também nós improvisamos muito. Sempre achei que poderíamos estar hoje num Brasil muito melhor se não fosse a mania de improvisar, se tivéssemos seriedade no preparo das coisas.

Qual era o perfil dos alunos de Economia? Iam para a faculdade por opção ou porque o vestibular era menos complicado do que o de Engenharia?

Com certeza, o vestibular para Economia era um vestibular frouxo. Quando eram reprovados nas outras escolas, corriam para a Economia, pois pelo menos estavam fazendo alguma coisa. Mereciam a pensão dada pelo pai.

Eram poucos os que realmente se interessavam?

Ah, esses eram pouquíssimos. Mas eram muito bons. [Antônio de] Abreu Coutinho, por exemplo, foi excelente aluno. Outra que foi excelente foi a [Maria da Conceição] Tavares. Moacir Gomes de Almeida, esse que hoje é construtor, também foi muito bom aluno.

Maria da Conceição Tavares foi sua assistente, o que não deixa de ser uma escolha curiosa. Por que o senhor a escolheu?

Porque ela conhecia bem os assuntos e sabia expor. De modo que foi escolhida. Assim como foi escolhido o Américo Cury.

Ao deixar de dar aulas na Faculdade de Economia, o professor Gudin foi substituído por Roberto [de Oliveira] Campos e Casimiro Ribeiro, pessoas identificadas com esse núcleo inicial de economistas do qual o

senhor fazia parte. De início, a Faculdade de Economia era totalmente influenciada por esse pensamento neoliberal ou existiam outros grupos?

Durante muito tempo a faculdade seguiu totalmente essa linha. Deviam surgir outras manifestações com outros professores, mas os responsáveis pelas principais matérias eram neoliberais.

Enquanto isso, como era a Faculdade de Economia de São Paulo?

Eu mal sei dizer como era a daqui, como é que vou dizer como era a de São Paulo? Não sei.

Não havia um intercâmbio com os economistas de São Paulo?

Creio que não.

Debates: a Cepal e os nacionalistas

No início dos anos 1950, o debate econômico intensificou-se muito com as primeiras formulações da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) defendidas, entre outros, por Raul Prebisch e Celso Furtado. O senhor participou desses debates?

Sim. Tive muitas discussões com a Cepal. Enormes!

O curioso é que em 1948 o senhor esteve presente ao congresso da Subcomissão das Nações Unidas para a América Latina, no Chile, em que foi criada a Cepal.

Será que eu contribui para isso? Lembro-me de que estive em Santiago, mas não sei bem para quê.

As novas posturas defendidas pela Cepal repercutiram na Fundação Getúlio Vargas?

Repercutiram, é claro, mas não houve debate entre os componentes da Fundação. Não havia ninguém fora das ideias do professor Gudin. Havia uma grande disciplina de pensamento, decorrente mais da admiração pelo professor Gudin do que de qualquer outra influência.

O grupo da Cepal considerava que o subdesenvolvimento estava ligado ao fato de os países periféricos não serem industrializados.³⁴ O senhor concordava com esse diagnóstico de que era preciso industrializar o país?

De que era necessário industrializar, ninguém duvidava. Não havia oposição. A oposição começava no grau de auxílio à industrialização. Quando eles revelavam um grande entusiasmo pela industrialização, mas um esquecimento da agricultura, nesse ponto nós dizíamos que a economia devia ser balanceada. Industrializar, sim, mas sem prejudicar a agricultura.

Foi nesse período que o professor Gudin, como o senhor diz, foi erroneamente tachado de anti-industrializante?

Foi, porque ele chamava a atenção para a parte agrícola, lutava muito por uma taxa de câmbio realista, que favorecesse as exportações. Porque havia um sistema de controle das importações por meio de licença, e esse licenciamento representava um exagero muito grande de proteção à indústria.³⁵ Nesse período, houve um grande retrocesso nas exportações de produtos e, indiretamente, um retrocesso na produção agrícola.

Além de defender a industrialização, o grupo ligado à Cepal dizia que ela devia ser feita com a ajuda do Estado. Como o senhor respondia a isso?

O que eu dizia era que a falta de desenvolvimento decorria das intervenções estatais, como limitação de tarifas, várias limitações que impediam que os particulares atuassem com mais liberdade. E eu pedia também que eles prestassem mais atenção aos problemas monetários. Eles desprezavam a parte monetária.

34 O pensamento cepalino pode ser sintetizado em algumas linhas fundamentais: no momento inicial, foi desenvolvida a teoria da deterioração dos termos de troca, baseada na concepção do sistema centro-periferia. Ao longo dos anos 1950, aprofundou-se a interpretação do processo de industrialização. A análise dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento foi a contribuição teórica da Cepal na década de 1960. Ver RODRIGUEZ, Octavio. O pensamento da Cepal – Síntese e crítica. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 16, dez. 1986, p. 8-28.

35 Sobre o sistema de licenciamento de importações, ver nota 46, na página 111.

E, para o senhor, esse desprezo poderia significar uma instabilidade monetária que prejudicaria o desenvolvimento.

É isso mesmo. Essa era a minha tese.

Na entrada dos anos 1950, a discussão não se limitava apenas à oposição industrialização versus desenvolvimento agrícola. Discutia-se também a presença do capital estrangeiro no país, e sedimentou-se, a partir daí, uma postura nacionalista.

Sempre defendi o capital estrangeiro, e sempre existiu o movimento nacionalista. Esse movimento nacionalista é defendido por um grupo relativamente pequeno. Ora, vamos raciocinar. A quem interessa uma drástica defesa empresarial dos nacionais contra o estrangeiro. Aos consumidores? Não. Os consumidores querem um produto bom e relativamente barato. Aos operários? Os operários querem é um bom emprego e uma boa remuneração, tanto faz ser empresa nacional ou estrangeira. Então, o nacionalismo só interessa mesmo a alguns empresários, é um favor a um grupo muito pequeno. E esse favor a um grupo muito pequeno não pode ser muito grande, porque senão aniquila o resto. Deve-se, sim, estimular a iniciativa particular de um brasileiro. Deve-se dar subsídio, isenção de impostos, uma porção de coisas assim, mas por um período curto, até que ele adquira força. Porque, se ele souber que vai continuar recebendo subsídio, não adquire força, fica na moleza. Para que fique rijo, forte, é necessário mostrar que o auxílio é temporário.

A década de 1950 foi um período em que todas essas discussões estiveram muito acesas, foi a década do “O petróleo é nosso”, foi a época do segundo governo Vargas. Havia uma Assessoria Econômica da Presidência da República, formada por Jesus Soares Pereira, Rômulo [Barreto] de Almeida e outros, identificada com a postura nacionalista, e havia também o Conselho Nacional de Economia, do qual o senhor fazia parte. Como funcionava o Conselho?

O Conselho Nacional de Economia era bastante independente. Foi imaginado pelo deputado Daniel [Agostinho] Faraco, que o introduziu na Constituição daquela época. Possuía 5 ou 6 membros, um dedicado à indústria, outro à agricultura, outro à atividade bancária, enfim, era

uma seleção de opiniões especializadas que se reuniam e produziam um todo coerente para a política do país. Eu, por exemplo, não tinha uma área especial. Fui nomeado para fazer parte, *tout court*. Tinha muito trabalho para obter a coesão das ideias, formular uma coisa objetiva. E acredito que tenham saído bons relatórios chamando a atenção do governo e do público para vários problemas.

O senhor foi presidente do Conselho Nacional de Economia no período 1953-1954. A exposição geral que o Conselho apresentava ao final de cada ano era da responsabilidade da presidência?

Não, ela expressava a opinião do Conselho. Embora só um ou dois a redigissem, era aprovada pelo Conselho e, portanto, era uma exposição do Conselho. Era uma espécie de resumo do que havia acontecido, acompanhado de algumas perspectivas. O objetivo era informar a Presidência da República e o Congresso e, por isso, essa exposição era enviada ao presidente e aos congressistas. Era também publicada numa revista, creio que do próprio Conselho.³⁶

Qual era a postura do Conselho Nacional de Economia diante da questão da industrialização?

A ideia era proteger a indústria nacional, mas dentro de determinados limites, de modo a não afastar a concorrência completamente. E sempre com a preocupação – e aí talvez tenha havido a influência do doutor Gudín – de haver um progresso, quer na indústria, quer na agricultura. Uma coisa balanceada. Também insistimos muito nas exportações e fizemos algumas referências à política cambial, que estava sob regime de licenciamento. Dizíamos que o sistema de licenciamento evitava a adoção de uma taxa de câmbio favorável às exportações. E que isso podia representar um excesso de proteção à parte, sujeita ao licenciamento.

³⁶ Trata-se da *Revista do Conselho Nacional de Economia*.

O parecer sobre energia elétrica

O problema energético nacional ocupou grande parte da atenção da Assessoria Econômica de Vargas, que foi responsável pelos projetos da Petrobrás e da Eletrobrás. Como o Conselho Nacional de Economia via essa questão?

O conselho deu um parecer sobre o tratamento das empresas de energia elétrica que seria muito satisfatório se adotado. O parecer defendia a empresa privada, evitando a estatização, e dava elementos para que ela sobrevivesse. Porque o regime tarifário congelado, adotado pelo governo, estrangulava as empresas. Nossa tese é que deveria haver uma remuneração mais adequada, e liberdade para as empresas atuarem.

O Conselho propunha que as tarifas fossem liberadas?

Propúnhamos que o governo concedesse às empresas de energia elétrica a tarifa correspondente ao custo de produção, de maneira a impedir que elas tivessem prejuízos e ficassem impossibilitadas de realizar investimentos. Tudo se resumia a pedir ao governo que deixasse as empresas aumentarem as tarifas, ainda que esse aumento representasse um agravamento do índice de preços. A falta de energia que havia na época decorria exclusivamente da ausência de uma tarifa adequada à remuneração do empreendimento. Por falta de receita do empreendimento, vinha também a falta de investimentos e o decréscimo de energia para o consumo, tanto doméstico como das empresas.

Nessa época, em 1953, havia realmente cortes diários de energia no Rio e em São Paulo.

Pois é. Foi por isso que o Conselho resolveu adotar essa resolução.

Esse parecer foi dado a pedido do governo?

Não, foi espontâneo. Falava-se muito na falta de energia e na necessidade de aumentar o suprimento. Ora, uma das maneiras de aumentar o suprimento é permitir que a eletricidade seja um instrumento de remuneração do capital investido. Com tarifas baixas, não é possível fazer isso. Quer para as empresas, quer para o próprio governo.

O senhor acha que com uma tarifa mais justa não teria havido um recuo do setor privado?

Não.

Com uma tarifa mais justa as empresas teriam saído do eixo Rio-São Paulo e investido no Nordeste, por exemplo?

É bem provável que sim, desde que fosse lucrativo.

E elas estavam dispostas a fazer esses investimentos, que deveriam ser consideráveis?

Se tivessem receita garantida na tarifa poderiam ter crédito, pedir empréstimos ou lançar ações e aumentar o capital. E, com isso, poderiam progredir.

Mas a solução adotada para contornar a crise de energia acabou sendo a estatização. Em 1962, foi criada a Eletrobras.

A solução veio pela estatização porque o governo não seguiu a orientação mais simples de propiciar que as próprias empresas particulares progredissem com a mudança da tarifa. O governo acha que se torna popular não aumentando os preços, ainda que com isso possa arruinar as empresas. É uma questão de gosto. Gosto extravagante.

A seu ver, deveria haver liberdade de atuação tanto para as empresas nacionais como para as estrangeiras?

O tratamento deveria ser igual. Apenas era preferível que houvesse mais empresas nacionais do que uma grande empresa estrangeira. Isso por questão psicológica, política. Uma grande empresa estrangeira sempre traz alguma trapalhada.

Realmente, pode-se supor que a empresa estrangeira sempre esteja vinculada às decisões da matriz, a uma estratégia de investimentos mais global, e menos articulada com a realidade nacional.

Pois é, existe essa desconfiança. E, por isso, tenho a impressão de que naquela época foi mais importante a ideia de nacionalismo do que de estatização. Queriam uma empresa estatal para evitar que o sistema de energia elétrica caísse em mãos de estrangeiros.

Há uma informação de que, em virtude do parecer do Conselho, o senhor foi rotulado de entreguista pelo grupo nacionalista.

Não me recordo disso. E não vejo por que pleitear boas tarifas representa entreguismo. Porque as boas tarifas tanto servem para as empresas particulares como para as empresas públicas. Por exemplo, no atual sistema, a Eletrobras, Furnas, são empresas estatais que estão sofrendo muito pela restrição das tarifas. Portanto, meu argumento em favor da melhoria ou da adequação das tarifas aos custos de produção tanto é válido para as empresas particulares como para as empresas estatais. De modo que “entreguista”, na verdade, é uma acusação injusta.

O senhor acha que hoje há uma crise de energia se avizinhando?

Há. E estamos repetindo o erro de sempre. Repetir o erro é uma especialidade nossa. Uma especialidade cara aos brasileiros – cara em todos os sentidos, inclusive em dispêndio.

Essa crise atual poderia ser resolvida pela privatização da produção?

Hoje são poucas as empresas particulares de energia elétrica existentes, mas essas poucas trabalham muito bem. Acho que poderíamos resolver a crise dando às empresas tanto do setor particular como do setor público tarifas adequadas e permitindo que elas se desenvolvam. Hoje temos que reconhecer que é tão grande a parcela do setor público que não se pode falar em privatização. Ambas as organizações, do Estado e do particular, devem funcionar em cooperação. Existe uma empresa em Minas Gerais, por exemplo, dirigida pelo Ivan [Müller] Botelho, que está trabalhando muito bem.³⁷ Garanto que, se for consultado, ele terá ótimos planos de desenvolvimento.

37 Trata-se da Companhia de Força e Luz Cataguases, de Leopoldina (MG).

Fala-se de vez em quando em reajustar as tarifas, mas não se chega a colocar isso em prática.

Pois é. É porque essa inflação atrapalha muito. Eles não querem agravar a inflação, e então não deixam aumentar as tarifas. Com isso, cai a energia, mas a energia sempre cai para o governo seguinte, o problema das tarifas não aumentadas também fica para o governo seguinte. É uma falta de visão completa, em prazo curto e em prazo longo. É um defeito da coletividade brasileira. O que se há de fazer?

Petróleo: uma questão de religião

Voltando aos anos 1950, como o senhor se colocava em relação ao petróleo?

O petróleo eu nunca discuti, porque senti que se tratava de um clima religioso, e em religião eu não me meto.

Como o senhor explica a posição da União Democrática Nacional (UDN), que defendeu um projeto mais estatizante do que o da Assessoria Econômica de Vargas?

Ela achou que ganharia votos. Não foi por convicção, foi por conveniência eleitoral.

O projeto da Petrobras despertou discussões mais apaixonadas, mas foi aprovado em 1953, enquanto o da Eletrobras só foi aprovado em 1962. À seu ver, por que a discussão da Eletrobras, embora mais calma, foi mais longa?

Porque havia ponderações econômicas, administrativas. Já no caso da Petrobras, havia ideologia. E, onde há ideologia, há mais paixão, mais insensatez. Essa foi a diferença.

Mas por que o fator ideológico não atingiu também a Eletrobras?

Questões de religião, a gente não sabe bem como elas se inserem no pensamento dos homens.

O senhor compara a ideologia à religião?

O verdadeiro termo é fanatismo. Havia um fanatismo de que a retirada de tudo o que era do subsolo representaria uma perda para o país e, por isso, nenhum estrangeiro deveria participar dessa retirada. Daí a ideia do “O petróleo é nosso”. Esse fanatismo fez com que se imprimissem muita rapidez à criação da Petrobras. A Eletrobras, embora também tratasse de energia, era isenta de fanatismo.

O BNDE

Ainda no segundo governo Vargas, foi formada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.³⁸ O senhor apontaria alguma diferença fundamental entre a Comissão Mista e a Missão Abbink?

Não vejo diferença. Talvez se desse mais ênfase a um ponto ou outro.

Alguns dos técnicos da Comissão Mista, entre eles Roberto Campos, participaram da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O senhor também participou disso?

Não.

Mas o senhor já conhecia Roberto Campos? Já havia uma afinidade entre ambos?

Já o conhecia desde o tempo de Bretton Woods, e tínhamos muita afinidade no nosso pensamento.

38 Nos primeiros meses de 1950, iniciaram-se contatos oficiais entre autoridades brasileiras e norte-americanas para definir fontes externas de financiamento para setores de infraestrutura. A partir de entendimentos em uma conferência de embaixadores em abril de 1950, o governo brasileiro solicitou a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico, oficializada em abril de 1951. Além da instalação de novas indústrias, a Comissão Mista visava superar pontos de estrangulamento nos setores de energia e transporte. Para a gestão dos recursos destinados aos projetos recomendados pela Comissão Mista, foi criado o BNDE, pela Lei 1.628, de 28 de junho de 1952. Para mais informações, ver MALAN, Pedro Sampaio *et. al.* *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977, p. 60-84; e FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. *A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, s/d, mimeo.

Em sua opinião, a importância que o BNDE adquiriu desde os seus primeiros momentos provinha da concentração de recursos em suas mãos ou do fato de o Banco ser um instrumento de planejamento da economia?

O problema aí é que não havia no governo uma organização capaz de planejar e acompanhar os investimentos. Então surgiu a ideia do Banco, para planejar e principalmente acompanhar. E acredito que tenha dado bons resultados em vários casos.

A visão de Roberto Campos no BNDE, em termos de planejamento, era ordenar os investimentos para tentar eliminar pontos de estrangulamento da economia, principalmente nos setores de transportes e energia. Esses pontos de estrangulamento teriam surgido por falta de planejamento do investimento nacional?

Sim.

E como se poderia resolver isso?

Por meio de investimentos, digamos, na energia. Não havia um Ministério da Energia naquela época. Quer dizer, o governo de fato não estava preparado para realizar esses investimentos e acompanhar sua execução. Daí ter havido a criação do BNDE.

Voltamos à questão da iniciativa privada e da intervenção estatal. A seu ver, o governo deveria financiar e acompanhar, mas não executar diretamente?

O que acontecia era que as tarifas de eletricidade, de telefone, estavam todas congeladas, e as empresas não tinham recursos suficientes para realizar os investimentos que deveriam realizar. O governo, em lugar de melhorar a tarifa – e foi este, como já disse, o parecer do Conselho de Economia –, manteve o congelamento. Criou-se o estrangulamento, houve falta de energia, e surgiu então a ideia de o governo investir. E o BNDE assumiu a direção disso. Intimamente, eu preferia que se dessem tarifas maiores e se deixassem as empresas particulares atuarem, do que manter o congelamento e substituir a atividade particular por empreendimentos governamentais, ainda que por meio de um banco.

O parecer sobre o aumento do salário mínimo

Como presidente do Conselho Nacional de Economia, o senhor teve contato direto com o presidente Getulio Vargas?

Sim. Foi a única vez que lidei diretamente com ele. Lembro que fui procurá-lo quando houve um projeto de aumento do salário mínimo em 100%. Como presidente do Conselho de Economia, fui lá dizer ao doutor Getulio que não víamos com bons olhos aquele aumento abrupto de 100%, pois isso redundaria numa transferência para os preços, e os assalariados acabariam com um custo de vida muito maior. Portanto, em pouco tempo, aquele grande aumento ficaria, senão completamente anulado, pelo menos muito reduzido. Expresssei a opinião de que aquilo seria contrário ao próprio interesse dos operários, pois os preços iriam subir e corroer o aumento almejado. Mas ele me disse que era uma resolução já tomada e que não poderia voltar atrás. E assim nos despedimos, ele com a sua resolução, e eu com a minha reclamação.³⁹

O senhor acha que essa resolução de Getulio era consciente, ou era uma medida popular para angariar apoio?

Conforme já disse, Getulio tinha alergia a economia, era evidentemente político. E quando via que uma decisão iria lhe trazer um benefício político, não se incomodava que fosse uma medida hostil à economia.

Como o senhor vê a convivência entre o técnico e o político numa situação como essa?

Acho que não há grande preocupação da parte do técnico com o político. Ele faz a sua recomendação, se ela é atendida está muito bem; se não é, ele volta a recomendar da próxima vez.

39 O início de 1954 foi marcado por intensa especulação sobre o novo salário mínimo a ser estabelecido. Em 22 de fevereiro, o ministro do Trabalho, João [Belchior Marques] Goulart, propôs um aumento de 100%, aplicável sobretudo aos trabalhadores do comércio e da indústria. Devido à forte pressão contrária, tanto civil como militar, na mesma data, Goulart foi demitido. Em 1º de maio, no entanto, Vargas confirmou a concessão do aumento prometido (ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getulio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 163-71). O parecer de Octavio Bulhões contra a concessão do aumento encontra-se na *Revista do Conselho Nacional de Economia*, ano III, nº 25 e 26, maio-junho, 1954.

Mas quando o técnico acredita na sua recomendação, não fica frustrado se o governo não a aceita?

Não, a gente está tão acostumado a apanhar que não se revolta. Vai se conformando.

O senhor estava no Conselho quando ocorreu aquela série de denúncias contra o governo de Vargas e, por fim, o suicídio do presidente. Essas denúncias repercutiram no Conselho?

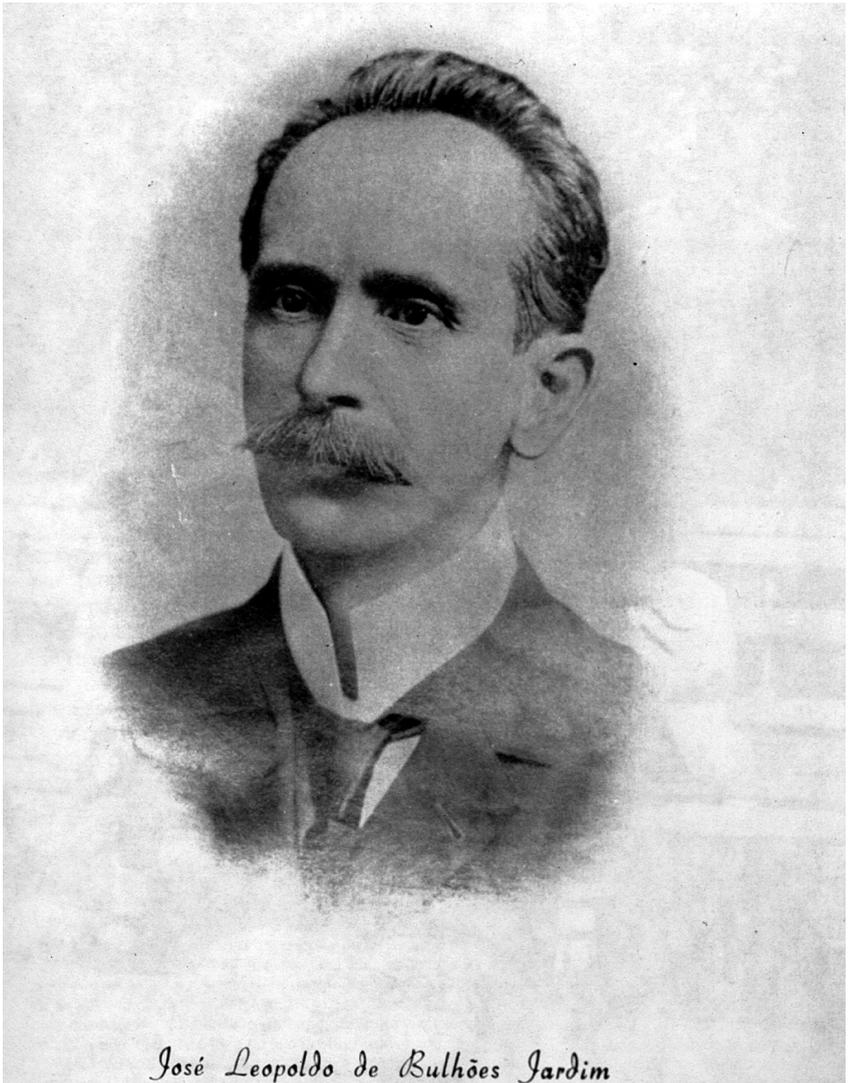
Não. Nós tínhamos uma posição muito neutra, não nos envolvíamos em debates.

Mas o suicídio de Vargas foi uma comoção nacional profunda...

Sim, mas o Conselho tinha que se manter numa posição de expectativa. Não podia fazer nada.



Sentados, os avós maternos de Octavio Gouvêa de Bulhões, Leonor e Urbano Gouvêa. Ao fundo, da esquerda para a direita, suas tias, Celuta e Antonieta e os maridos, Salvador e Nuno Pinheiro. Foi essa a família com que Octavio Bulhões conviveu na adolescência, durante a permanência de seu pai, que era diplomata, no exterior.

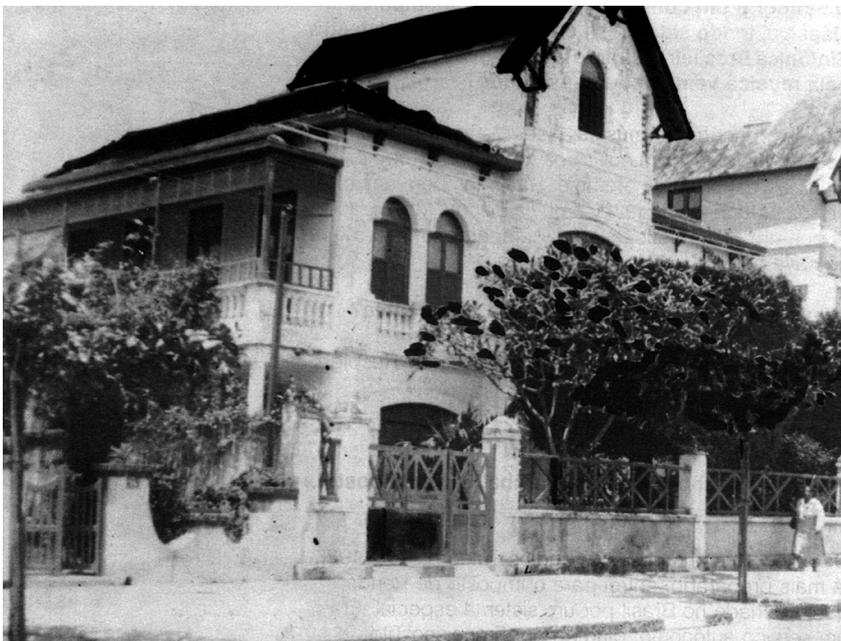


José Leopoldo de Bulhões Jardim

José Leopoldo de Bulhões, ministro da Fazenda de 1902 a 1906 (governo Rodrigues Alves) e de 1909 a 1910 (governo Nilo Peçanha), era irmão de Leonor Gouvêa, avó materna, e de Antônio Augusto de Bulhões, avô paterno de Octávio Gouvêa de Bulhões.



Octavio Gouvêa de Bulhões, de pé, à esquerda, ao lado de seu primo Urbano e sua irmã Rute. Sentadas, as primas Yedda (futura esposa), Nina e Helena.

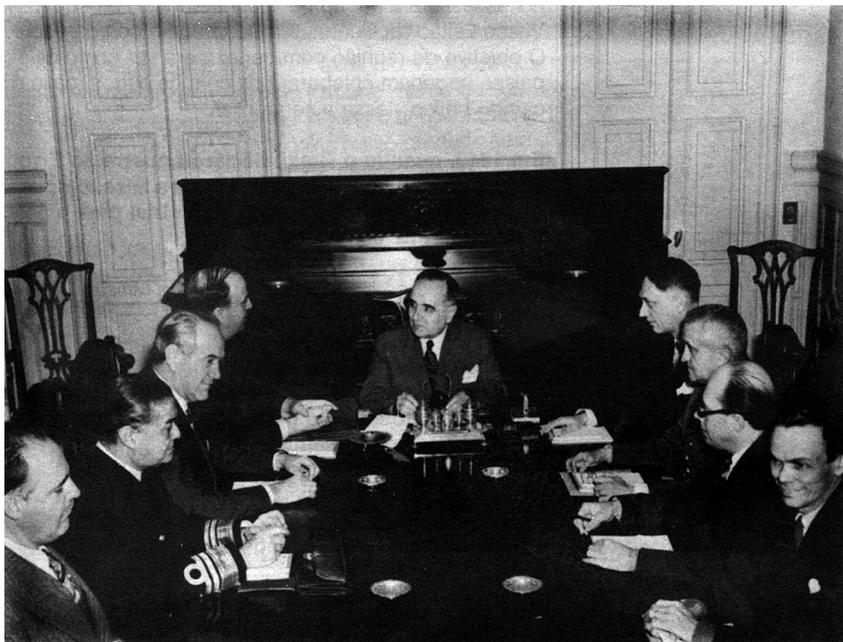


A casa de Urbano e Leonor Gouvêa, situada na rua Raul Pompeia, em Copacabana, onde atualmente se ergue o edifício Nuno Pinheiro, endereço de Octavio Gouvêa de Bulhões até sua morte.

O presidente Getúlio Vargas, tendo ao lado os ministros Artur de Sousa Costa, da Fazenda, e Osvaldo Aranha, das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1939.





Getúlio Vargas em reunião com seu ministério por ocasião da declaração de guerra ao Eixo. Da esquerda para a direita, os ministros Salgado Filho, Aristides Guilhem, Osvaldo Aranha, Sousa Costa, Marcondes Filho, Eurico Dutra, Gustavo Capanema e Apolônio Sales. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1942



Octavio Gouvêa de Bulhões (à dir.), delegado à Conferência de Bretton Woods, tendo ao seu lado o ministro Sousa Costa e Eugênio Gudim. Bretton Woods (EUA), julho de 1944

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

À MARGEM DE UM RELATÓRIO

Texto das conclusões da Comissão
Mista Brasileiro-Americana de
Estudos Econômicos
(Missão Abbink)

Edições Financieras S.A.
Rua Debret 23-sala 1107
Rio de Janeiro
1 9 5 0

Folha de rosto do livro de Octavio Gouvêa de Bulhões sobre a Missão Abbink.

CONJUNTURA ECONÔMICA

SUMÁRIO

	PAG.
APRESENTAÇÃO : OS ÍNDICES DA CONJUNTURA ECONÔMICA - Eugênio Gudim	1
ÍNDICES DOS NEGÓCIOS	2
ÍNDICES ECONÔMICOS	6
PRODUÇÃO ACRÍCOLA	
Safras de café, algodão e açúcar	8
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	
Energia elétrica	10
TRANSPORTES	
Transportes coletivos urbanos	12
COMÉRCIO EXTERIOR	
Análise do primeiro semestre.....	15
A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO	
Estados Unidos, América Latina e Europa	18
* ! *	
ESTUDOS ESPECIAIS	
A concentração bancária no Brasil.....	24
Emissões de capital de 1942 a 1947.....	31

ANO 1

NOVEMBRO - 1947

N.º 1

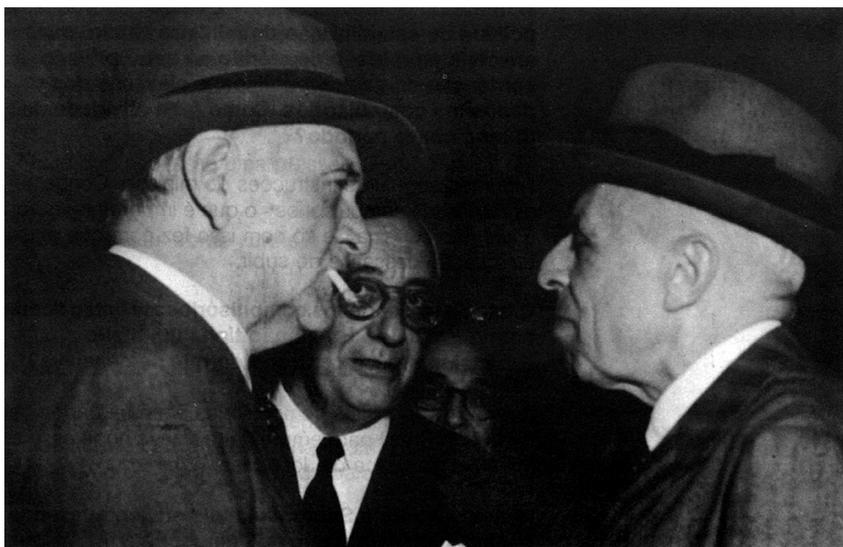
2ª EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO BRASIL

Sumário do primeiro número da revista *Conjuntura Econômica*.



Octávio Gouvêa de Bulhões (2º à esq.), em almoço em homenagem a Eugênio Gudín (centro). À direita, Luiz Simões Lopes. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1964



Eugênio Gudín, novo ministro da Fazenda (à dir.), conversa com seu antecessor, Osvaldo Aranha (à esq.) e com o presidente do Banco do Brasil, Marcos de Sousa Dantas (centro). Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1954



Visita do presidente Juscelino Kubitschek ao *stand* da Willys Overland do Brasil. Brasília, 29 de abril de 1960



Da esquerda para a direita, Luiz Simões Lopes (1º), Temístocles Cavalcanti (2º) e Luiz Alves de Matos (3º). Ao fundo, de braços cruzados, José Garrido Torres, diretor-executivo da Sumoc (1958-1959). Rio de Janeiro, 29 de julho de 1960



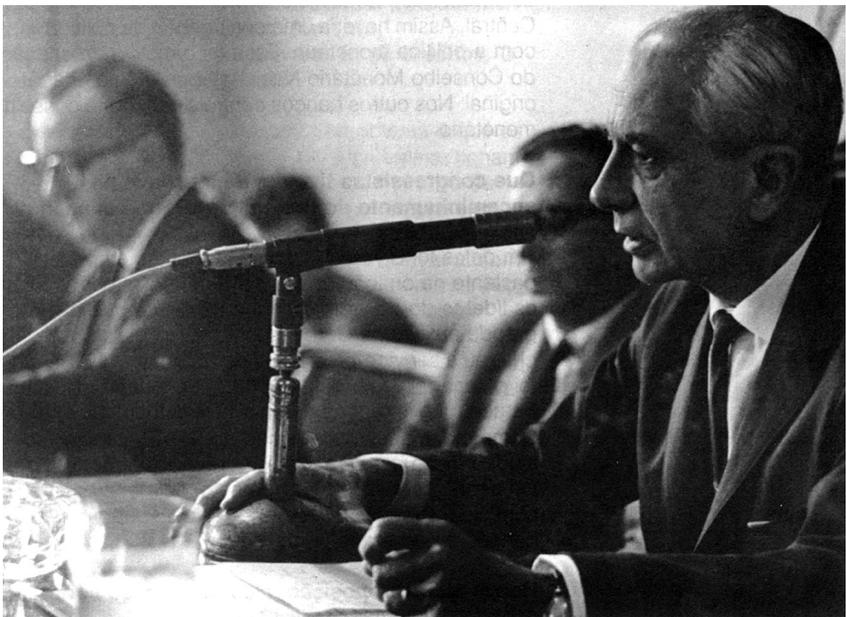
Reunião no Ministério da Fazenda. Sentados, da esquerda para a direita, o recém-indicado ministro do Planejamento Roberto Campos (3º), Octavio Gouvêa de Bulhões (4º) e Daniel Faraco (5º), ministro da Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1964



A equipe econômica do governo Castelo Branco. Da esquerda para a direita, Castelo Branco; Octavio Gouvêa de Bulhões, ministro da Fazenda; Roberto Campos, ministro do Planejamento; e Denio Nogueira, diretor-executivo da Sumoc e, depois, presidente do Banco Central.



O ministro Octavio Gouvêa de Bulhões anuncia, durante almoço na Associação dos Diretores de Venda, plano oficial de estímulo à indústria automobilística do país. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1965



O ministro Octavio Gouvêa de Bulhões discursando na solenidade de posse da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional, realizada na Associação dos Bancos do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1966



O presidente Castelo Branco anuncia aos secretários de Fazenda estaduais as bases da reforma tributária, ladeado pelos ministros Octavio Gouvêa de Bulhões (à esq.), Roberto Campos e Daniel Faraco (à dir.). Rio de Janeiro, 22 de abril de 1965



Assinatura de acordo entre a *United States Agency for International Development* (Usaid) e o governo brasileiro. Da esquerda para a direita, Octavio Gouvêa de Bulhões; Roberto Campos; o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon; e o diretor da Usaid, Stuart Van Dyke. Rio de Janeiro, 1965



O ministro Octavio Gouvêa de Bulhões discursando na Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, tendo ao seu lado Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente da Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1966



Octavio Gouvêa de Bulhões (2º à esq.) e Eugênio Gudín (3º) em comemoração no prédio da antiga Escola Politécnica do Largo de São Francisco. Rio de Janeiro, s.d.



No grupo, da esquerda para a direita, Octavio Gouvêa de Bulhões, Violeta Gudín e Yedda Bulhões. Ao fundo, encostado no carro, Eugénio Gudín.

Dez Anos de Sumoc: 1945-1955

A Sumoc, o Banco do Brasil e o FMI

O senhor foi diretor-executivo da Sumoc por dois períodos: de setembro de 1954 a maio de 1955, no governo [João] Café Filho; e de fevereiro de 1961 a janeiro de 1963, nos governos Jânio [da Silva] Quadros e João Goulart. Gostaríamos de retomar a história dessa instituição, que foi criada em 1945 de acordo com um projeto seu. Como o senhor mesmo diz, a Sumoc foi a origem do BCB.

Sim. Conversando com o ministro Sousa Costa, ponderei que, se houvesse uma organização acima do Banco do Brasil, as atividades de banco comercial e de banco central por ele exercidas não ficariam tão misturadas. Era uma maneira de retirar certas atribuições do Banco do Brasil sem retirá-las propriamente, já que a Sumoc funcionaria no Banco do Brasil. Além disso, havia a vantagem de se estabelecer o Conselho da Sumoc, do qual fariam parte pessoas do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda, com o propósito de combinar o sistema fiscal com o sistema monetário.

Houve reação do Banco do Brasil por lhe terem sido retiradas as atribuições de banco central?

Não, porque havia a compreensão de que a medida era útil. Além disso, todos os funcionários da Sumoc, inclusive o diretor-executivo, eram do Banco do Brasil.

Na década de 1930, havia crescido o sistema bancário nacional, com o aumento do número de bancos e de agências, e a Sumoc veio disciplinar esse sistema. Qual foi a reação dos bancos à Sumoc?

A principal reação deveu-se ao fato de os bancos serem obrigados a fazer depósitos na Sumoc. Os bancos se revoltaram contra os depósitos compulsórios, não propriamente pela falta de reconhecimento da

validade do princípio, mas porque achavam – e tinham razão – de que o governo usava esses recursos para cobrir o *deficit* orçamentário, quando os depósitos compulsórios tinham um fim inteiramente diferente.

Os bancos chegaram a fazer pressão contra os depósitos compulsórios?

A pressão não foi muito grande, o que havia era mais um questionamento dos bancos quanto à validade dos depósitos. Às vezes, falava-se nisso em reuniões, conferências, em um ou outro artigo no jornal. E o principal opositor dos depósitos compulsórios era José Maria Whitaker, tanto que, quando ele voltou a ser ministro da Fazenda, no final do governo Café Filho, suprimiu-os.

A Sumoc era subordinada ao Ministério da Fazenda, mas funcionava no Banco do Brasil. Não havia certa ambiguidade na relação da Sumoc com essas duas instâncias?

Pode ser que houvesse, mas não sei precisar bem essa possibilidade de divergência, ou de conflito, ou de incompatibilidade. Não me lembro.

A Sumoc representou um projeto de centralização das funções de controle da emissão, de controle do movimento cambial e de fiscalização bancária. Mas, se o Conselho da Sumoc era composto pelos diretores das carteiras do Banco do Brasil, isso não impedia que seu projeto centralizador se efetivasse?

Não. O Banco do Brasil estava presente no Conselho por meio de seu presidente, do diretor da Carteira de Redesconto e do diretor da Carteira de Câmbio. Os outros diretores não participavam.

Em 1947, o ministro [Pedro Luís] Correia e Castro apresentou um projeto criando um banco central e vários bancos especializados – um banco hipotecário, um banco rural, um banco industrial, um banco de importação e exportação. Pode-se mesmo ver nessa pulverização de funções uma volta a um clima liberal que havia sido afastado durante o Estado Novo. O senhor concordava com esse projeto do ministro Correia e Castro?

Não lembro se estudei isso na época ou não. Sei que, de vez em quando, aparecia um projeto, mas como não andava, eu nem me dava ao trabalho de ler. Eu já tinha muito trabalho com a Sumoc.

O senhor sempre assessorou o Conselho da Sumoc, desde o período Vargas?

Sim.

O FMI e a Sumoc foram criados na mesma época. Houve alguma relação na criação dessas duas instituições?

Não. A Sumoc foi criada independentemente de qualquer outra coisa. Foi criada, conforme já expliquei, pela necessidade de melhor controlar os meios de pagamento e de haver uma combinação mais sistemática entre as autoridades monetárias e as autoridades fiscais. Portanto, Sumoc não tinha nada a ver com o Fundo Monetário.

Mas a Sumoc era considerada a interlocutora oficial do FMI no Brasil.

Era natural que, ao serem discutidos os assuntos com o Fundo Monetário ou com um banco internacional, isso fosse feito pelas autoridades que faziam parte da Sumoc. Mas nesse ponto havia muita coesão com o Ministério da Fazenda, e muitas vezes os representantes do Ministério dialogavam mais com os representantes do Fundo Monetário do que proporcionalmente as autoridades da Sumoc.

O senhor sempre participou das reuniões do FMI?

É possível que algumas de minhas visitas ao Fundo tenham sido feitas em condições particulares, para rever amigos. Mas também participei de reuniões como representante do governo, porque fui designado substituto do representante oficial, que no princípio era o Santos Filho.⁴⁰ De vez em quando ele se retirava e pedia que eu comparecesse. Depois também fui *alternate* do [Otávio] Paranaguá, que ficou por lá um período bastante longo.

40 Francisco Alves dos Santos Filho (1895-1966), diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil em 1945, foi o representante brasileiro no FMI de 6 de maio de 1946 a 31 de outubro de 1948. Octavio Bulhões exerceu interinamente a função de 29 de maio de 1946 a 1º de janeiro de 1947. Otávio Paranaguá sucedeu a Santos Filho até 1960. Atualmente, o lugar é ocupado por Alexandre Kafka. Ver HORSETIELD, J. Keith. *The International Monetary Fund. 1945-1965: twenty years of international monetary cooperation*. Washington: International Monetary Fund, 1969.

A preparação para o Banco Central

Há um trabalho de Pedro [Aranha] Correia do Lago sobre a criação da Sumoc,⁴¹ segundo o qual, no período [Eurico Gaspar] Dutra, a Sumoc só exercia a fiscalização bancária. Tudo mais ficava com as carteiras do Banco do Brasil.

Acho que é procedente.

A impressão que se tem é que o projeto da Sumoc não chegou a ser implementado na sua totalidade, já que algumas de suas atribuições estabelecidas em lei jamais chegaram a ser exercidas. Um exemplo disso foi o recolhimento dos depósitos compulsórios, que sempre ficou nas mãos do Banco do Brasil. A não ser no período do ministério Gudin, quando os depósitos ficavam na própria Superintendência. Ainda assim, muitas das funções atribuídas à Sumoc por seu decreto de criação continuaram a ser exercidas pelo Banco do Brasil.

Sim. A verdade é que a Sumoc só se transformou mesmo em instituição controladora da moeda quando veio o BCB.

A estrutura material da Sumoc também devia ser precária, não? O senhor mesmo disse que não havia pessoal treinado...

Ah, sim, era precária. E a Sumoc foi treinando pessoal. Serviu bastante para isso, teve essa grande virtude: trouxe funcionários do Banco do Brasil que se especializaram em problemas de crédito. Vários funcionários do Banco do Brasil passaram a fazer parte integrante da Sumoc, e o que mais se destacou foi Casimiro Ribeiro. Abreu Coutinho e Aldo Batista Franco também. Outro foi o Denio Nogueira, mas ele não era do Banco do Brasil. Outro que também entrou para a Sumoc e trabalhou muito foi Celso [Antônio de Sousa] Silva.

Ao assumir pela primeira vez a diretoria da Sumoc, o senhor considerava que ela estava avançando no sentido de se transformar em banco central?

A Sumoc estava preparando as bases de uma política para se transformar em banco central, mas precisava principalmente treinar pessoal, porque

41 LAGO, Pedro Aranha Correia do. *A Sumoc como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica, 1945-1965*. Rio de Janeiro: PUC, 1983 (dissertação de mestrado, mimeo).

um banco central sem pessoal competente não pode funcionar direito. E podemos dizer que tivemos bom êxito a esse respeito, porque os funcionários do Banco do Brasil que foram para a Sumoc já eram pessoas experientes, tinham estudado Economia, e com isso conseguiu-se preparar um corpo de pessoas capazes de enfrentar os problemas de um banco central, como veio a ocorrer depois de 1964.

Entre a criação da Sumoc e sua primeira gestão, como diretor, ocorreu um crescimento significativo?

Não. A Sumoc sempre foi muito modesta, devia ter qualquer coisa como 8 ou 10 funcionários. E sempre teve um espírito de preparar as coisas, não de executar. É preciso acentuar isso. O princípio adotado na Sumoc era de preparo, e não propriamente de execução. Preparar para o futuro, e não se tornar um meio de execução imediata, pois ainda não estava aparelhada para isso. O objetivo era ajudar a discutir os problemas e principalmente combinar a política fiscal com a política monetária. Essa combinação só veio a ser feita de uma maneira clara depois de 1964, mas a ideia fundamental do Conselho da Sumoc era essa, de modo a dar uma grande força à atuação indireta do Estado no domínio econômico.

Mas, ao mesmo tempo, a Sumoc é conhecida na história econômica do país como órgão de excelência...

Sua importância vinha do fato de estar sempre lançando ideias, mas não propriamente executando. Por isso é que eu insisto em dizer que era um órgão de preparo, de conselho, e não propriamente executor. Ainda não havia meios adequados para isso.

Isso quer dizer que a Sumoc pensava e outros órgãos executavam?

Sim. Por exemplo, a tarifa. Era executada pelo Ministério da Fazenda. Câmbio: era executado pelo Banco do Brasil.

E de vez em quando havia choques entre a Sumoc e esses órgãos?

Ah, isso eu não sei. Não devia haver, porque o diretor de Câmbio fazia parte do Conselho da Sumoc. Como é que depois ia entrar em

choque? Não pode ser. Não era possível que o diretor de Câmbio, discutindo os assuntos, chegando a um acordo, depois fosse executar de maneira diferente. Era muito difícil haver choque entre o que era decidido nas reuniões e o que era executado, pois os executores já haviam concordado previamente com a medida.

Mas havia muitas discussões?

É claro! Por isso é que eu digo que a missão da Sumoc como alertadora dos problemas é que era importante, e não como executora da política

Se a Sumoc foi uma agência formuladora de políticas, cabendo ao Banco do Brasil o papel de agência executora, isso não significa que ela foi menos independente do que o senhor desejaria?

Não. Eu não aspirava propriamente à independência. O que eu visava era a coordenação, a coerência de atitude. E, felizmente, com a ideia do Conselho, consegui que houvesse coerência de atitude entre o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda. Houve um período, por exemplo, em que havia um conflito evidente entre o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda. O ministro era o Horácio Lafer, e o presidente do Banco, Ricardo [Nami] Jafet.⁴² Eles se indispuseram em matéria de política, mas o simples fato de serem obrigados a deliberar ou a discutir seus pontos de vista no Conselho com outros diretores do Banco e com funcionários do Ministério fez com que essa divergência fosse muito suavizada.

Nesse sentido, a Sumoc cumpriu a função que o senhor desejava?

Cumpriu.

Uma política monetária deve cumprir duas funções básicas: promover a estabilidade monetária ou mobilizar fatores de produção ociosos. O senhor diria

⁴² O segundo governo Vargas teve início em uma conjuntura de inflação crescente: em 1950, o índice era de 11% e em 1952 já subia para 51%. O ministro da Fazenda Horácio Lafer (1951-1953) tentou aplicar uma política de estabilização, mas entrou em choque com o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet (1951-1953), que era contra a restrição do crédito.

que a Sumoc foi criada mais com a função de promover a estabilidade monetária do que de mobilizar recursos?

Não. Ela também se destinava muito a mobilizar recurso, tanto assim que usou e abusou da faculdade de conceder subsídios, com a finalidade, evidentemente de mobilizar e ativar as atividades econômicas. Além disso, a Sumoc estabelecia o crédito selecionado, que também era um crédito subsidiado. De modo que ela não servia só para disciplinar os meios de pagamento, mas também para reativar a economia.

O senhor parece ter tido muita paciência, no sentido de esperar pelo longo amadurecimento da Sumoc até a transformação em banco central. O senhor se considera uma pessoa pragmática, no sentido de ter reconhecido o papel do Banco do Brasil nesse interregno?

Naturalmente. Se já havia uma instituição montada, e que estava trabalhando, ela não podia ser abruptamente substituída por uma outra que não tinha preparo para executar medidas.

Mas, além de serem agências técnicas competentes, as carteiras do Banco do Brasil eram agências políticas importantes. O senhor também foi pragmático ao reconhecer que a estrutura política do Banco do Brasil não podia ser desmontada de uma hora para outra?

É lógico. Não podemos construir destruindo.

É interessante notar que o Conselho da Sumoc, segundo o seu projeto, não previa a inclusão de empresários ou pessoas notáveis da sociedade civil, como iria acontecer no Conselho Monetário Nacional, vinte anos depois. Por que isso?

Porque a minha preocupação na época era fazer com que as autoridades do Banco do Brasil e da Fazenda se entendessem bem. Se viesse uma pessoa de fora, poderia cooperar com esse entendimento, mas também poderia prejudicá-lo. Mas, de qualquer maneira, em algumas reuniões do Conselho havia gente de fora. Tanto que um dos primeiros componentes do Conselho da Sumoc foi Gastão Vidigal, que era banqueiro em São Paulo.

*E também for ministro da Fazenda de Dutra.*⁴³

Mas mesmo quando ele não tinha mais função no governo, comparecia às reuniões do Conselho.

Em torno da Sumoc, acabou se formando uma geração de economistas competentes que circulavam muito à sua volta. Entre eles estavam Denio Nogueira, Herculano Borges da Fonseca, Sidney [Alber O.] Lattini, José Garrido Torres, Ernane Galvêas. Era um grupo homogêneo?

Sim. Tinham bastante contato comigo e formavam grupo homogêneo. As divergências eram de secundária importância. Mais tarde, quem assumiu a direção dessa elite técnica para a formulação do BCB foi o Denio Nogueira.

O senhor o considera um discípulo?

Não sei se discípulo, mas, enfim, conversávamos muito. Trocávamos muitas ideias. Fui eu que o designei para ser presidente do BCB em 1965.

Registro de capitais e taxa de câmbio

Desde sua criação até o fim do governo Dutra, em janeiro de 1951, a Sumoc foi dirigida por José Vieira Machado. Embora estivesse fora da Sumoc, o senhor nesse período era chamado a opinar, a dar pareceres, a assessorar o Conselho da Sumoc. Em maio de 1945, por exemplo, o senhor apresentou ao Conselho uma proposta de regulamentação do movimento de capitais, sugerindo que a Sumoc ficasse responsável pelo registro da entrada de capital estrangeiro. O senhor propunha ainda que o capital estrangeiro gozasse de vantagens, como o direito à remessa de lucros.

Não me recordo bem disso. Mas o que deve ter sido proposto é que o capital, ao entrar, fosse registrado. Somente o capital registrado é que poderia ter direito à remessa de lucros ou de juros.

⁴³ Gastão da Costa Carvalho Vidigal (1889-1950) foi ministro da Fazenda de janeiro a outubro de 1946 e, como tal, teve assento no Conselho da Sumoc.

Antes não havia um registro oficial?

Não havia. Não se sabia o que tinha entrado no país, se havia entrado pouco ou muito. A ideia do registro tinha mais fins estatísticos, de conhecimento da colaboração estrangeira no país. Somente se fosse feito o registro poderíamos ter certeza do montante entrado e avaliar o que poderia sair, sob a forma de lucros e divisas.

De toda forma, o senhor considerava que havia necessidade de entrar capital estrangeiro no país.

Ah, isso é claro.

Mas o que aconteceu foi que o capital estrangeiro não veio, e em consequência da legislação houve uma facilidade de remessa de lucros para o exterior. Isso gerou uma crise cambial séria em 1947.

Não se pode dizer isso. Tudo depende da taxa de câmbio. Uma taxa de câmbio inadequada por si mesma dificulta a entrada e facilita a saída de capital. E o Brasil cometeu um erro que foi muito bem apontado pelo doutor Gudin: adotou uma taxa de câmbio estabilizada acredito que de 19 cruzeiros por dólar, ou coisa assim. O doutor Gudin achava que não devíamos manter essa paridade, que tínhamos que fazer uma depreciação, pois nossa moeda estava muito valorizada no exterior em relação ao valor interno, e isso dificultava as exportações e estimulava as importações. Dificultava a entrada de capitais estrangeiros. O doutor Gudin lutava muito para que se mudasse essa paridade, mas houve dificuldade no Brasil para que isso fosse feito. Inventou-se uma porção de sistemas, uma multiplicidade de ideias para manter a estabilidade. Por que manter a estabilidade? Porque se achava que, mudada a taxa de câmbio, importar-se-ia papel de imprensa, trigo por preços mais elevados e, com isso, provocar-se-ia inflação. Uma visão completamente errada, mas que prevaleceu por muito tempo.

*Mas, doutor Bulhões, há uma informação de que foi o senhor, como representante interino do Brasil no FMI, quem recomendou que a taxa de câmbio fosse mantida em 18,60 cruzeiros por dólar, que era a taxa vigente desde 1939.*⁴⁴

A recomendação não foi propriamente essa. É que o governo, para poder atuar com o Fundo Monetário, devia definir logo uma taxa de câmbio. Não dar resposta alguma é que não era possível. Era mais rápido, então, concordar com a taxa vigente e depois modificá-la. Quando pleiteei a declaração da paridade, não foi no sentido de que a achava melhor. Apenas o governo tinha que dar alguma resposta. Estava em dúvida se devia depreciar naquela hora, de modo que era melhor anunciar a paridade logo e depreciar depois. Mas o governo resolveu manter por muito tempo essa paridade, o que foi um grave erro. E se eu contribuí para isso, contribuí de maneira errônea. Foi um erro que eu pratiquei.

*Suas propostas de regulamentação do capital estrangeiro foram vistas pelos grupos nacionalistas como uma posição entreguista. Em 1951, Vargas pronunciou um discurso criticando a Sumoc e falando em malabarismos de cifras que facilitaram a remessa de capital para o exterior.*⁴⁵ *O senhor lembra de ter sofrido críticas?*

Devo ter sido muito criticado, mas não lembro.

O governo Vargas e a Instrução 70

No início do segundo governo Vargas, em 1951, José Vieira Machado foi substituído na direção da Sumoc por Walter Moreira Sales, que organizou uma assessoria técnica, núcleo do futuro Departamento Econômico da

44 Sobre essa recomendação, feita em 29 de novembro de 1946, ver LAGO, Pedro Aranha Correia do. *A Sumoc como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica, 1945-1965*. Rio de Janeiro: PUC, 1983 (dissertação de mestrado, mimeo), p. 58.

45 Em discurso de 31 de dezembro de 1951, o presidente Vargas criticava a política de remessa de lucros para o exterior: “Na história econômica deste país, talvez mesmo de qualquer país independente, não conheço exemplo de espoliação maior (...). Foram remetidos para fora em três anos (...) 791 milhões de cruzeiros em 1948, 883 milhões em 1949, 1 bilhão e 28 milhões em 1950 (...). Se se tivesse cumprido a lei, as remessas para o exterior teriam sido apenas. (...) ao todo, cerca de 1 bilhão e 750 milhões”. Citado por LAGO, Pedro Aranha Correia do. Op. cit., p. 106-7.

Sumoc. Moreira Sales criou também a Inspetoria de Bancos. Como o senhor viu essa gestão?

Foi muito efetiva, deu um grande impulso à Sumoc. Moreira Sales era banqueiro, tinha um banco sediado em Poços de Caldas.

Moreira Sales foi substituído por Egídio de Câmara Sousa em maio de 1952, quando foi nomeado embaixador em Washington. Em setembro seguinte, tomou posse como diretor-executivo José Soares Maciel Filho, de certa forma uma figura malvista pelo grupo da Sumoc. Era jornalista, muito ligado a Vargas...

Muito jornalista. Mas, de qualquer maneira, deu um grande impulso à Sumoc, prestigiou muito o núcleo de economistas.

Na gestão de Maciel Filho, sob o ministro Osvaldo Aranha, a Sumoc baixou a Instrução 70, que mudou a política cambial do país. Em 1947, havia sido instituído o sistema de licenciamento de importações, e a Instrução 70 estabeleceu o procedimento dos leilões de câmbio, criando para tanto cinco categorias.⁴⁶

É, mas aí eu não tomei parte.

46 Durante a Segunda Guerra Mundial, houve um grande estímulo à industrialização no Brasil, mas, após o término do conflito, uma ampla onda de importações trouxe um desequilíbrio na balança comercial e no balanço de pagamentos. Inaugurou-se, então, um período em que o governo passou a usar o câmbio como forma de controlar o comércio exterior. Essa política iniciou-se com o sistema de licença prévia (1947-1948), um controle quantitativo das importações feito pela Cexim, mantendo-se uma taxa de câmbio supervalorizada em relação ao dólar. Os problemas criados pela licença prévia levaram à promulgação, em 7 de janeiro de 1953, da lei do câmbio livre (Lei 1.807), que transferiu algumas operações para o mercado livre de câmbio (algumas exportações, pagamentos de serviços e da dívida, remessa de lucros). O sistema de licença prévia para as importações foi, contudo, mantido, sempre sob o controle da Cexim. Ainda em 1953, quando Osvaldo Aranha assumiu a pasta da Fazenda por ocasião da reforma ministerial promovida pelo presidente Vargas, a Sumoc lançou, em 9 de outubro, a Instrução 70, que introduziu taxas múltiplas de câmbio para importação e exportação. As importações foram divididas em cinco categorias, segundo o critério de maior ou menor essencialidade, e o câmbio era vendido em leilões nas bolsas de valores. Dessa forma, foi suprimido o controle das importações pela Cexim, que, na mesma ocasião, foi substituída pela Cacex. O Sistema de Câmbio Múltiplo trouxe de volta ao Banco do Brasil – por meio da Cacex, o controle sobre a política cambial, reduzido pela lei do câmbio livre. Ao mesmo tempo, a distribuição das divisas cambiais foi descentralizada pelos leilões. Ver MALAN, Pedro Sampaio *et. al.* *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977, p. 159 e 466-8; VON DOELLINGER, Carlos *et. al.* *Política e estrutura das importações brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977; e HUDDLE, Donald. *Balanço de pagamentos e controle do câmbio no Brasil (1946-1954)*. Em VERSIANI, F. e BARROS, José Roberto Mendonça de. (ed.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1978.

Mas o senhor aprovava a Instrução 70?

Era melhor que o sistema anterior. Era um progresso, mas não era do meu gosto.

Por quê?

Porque eu daria liberdade cambial.

A liberdade cambial não é sempre favorável aos países mais fortes, que detêm a vanguarda da tecnologia e podem impor seus produtos a preços mais competitivos no mercado internacional?

Mas não é por meio do câmbio que se pode fazer a defesa dos produtos nacionais! Os produtos nacionais são defendidos por meio da tarifa, por meio do Imposto de Importação, e não por meio da taxa de câmbio. Porque a taxa de câmbio, se for fixada em favor das empresas nacionais, acaba sendo prejudicial para as transferências de recursos. Acaba sendo prejudicial para a exportação. De modo que é preferível usar outras armas, e não a arma cambial como defesa econômica.

A Instrução 70 tinha um outro sentido, que era o financiamento do Estado. O Estado se apropriava da diferença entre o câmbio de importação e de exportação e isso iria se transformar numa fonte decisiva de receita.⁴⁷ O senhor não aprovava isso?

Havia categorias em que a taxa de câmbio era mais favorável, outras em que era mais desfavorável, e não sei se essa diferença era tão grande assim para dar recursos. Ou melhor, era grande a diferença, mas não sei se dava resultados grandes. Em outras palavras, as categorias foram estabelecidas como meio de favorecer as importações necessárias e desfavorecer as supérfluas. Mas não propriamente com a ideia de formar receita. Acho que não.

⁴⁷ Os economistas calculam que, nos anos 1950, a renda obtida com essa apropriação correspondeu a um terço da receita do governo. Ver MALAN, Pedro Sampaio *et. al.* *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.

O senhor sabe o que levou o ministro Osvaldo Aranha a adotar a Instrução 70?

O que eu sei é que ele não queria mais o regime de licença porque alegava-se que havia corrupção. Para evitar isso, adotou esse sistema.

Até 1953, era a Cexim que controlava o licenciamento?

Sim. No tempo do ministro Horácio Lafer, a Cexim controlava muito as importações. Esse controle das importações foi muito bem exercido na época em que o Simões Lopes foi diretor da Cexim. Mas, depois que ele deixou, começou a haver uma queda de prestígio da Cexim, começaram a duvidar da honestidade dos propósitos do controle, e foi daí que surgiu uma célebre frase do Glycon de Paiva [Teixeira], muito característica, muito precisa: “Criar dificuldades para vender facilidades”. Com isso, a Cexim se desmoralizou muito, e então, quando o Osvaldo Aranha assumiu o Ministério da Fazenda, propôs essa modificação, que na verdade foi sugerida pelo Marcos de Sousa Dantas.

A ideia da Instrução 70 foi de Marcos de Sousa Dantas?

Sim. Na época, era presidente do Banco do Brasil. Era amigo do Osvaldo Aranha e tinha muita imaginação. Tinha uma capacidade de exposição muito nítida, era muito competente. Não conhecia bem economia, mas tinha bastante experiência. Foi bom administrador. Foi ele quem imaginou os leilões de câmbio.

Há quem diga que, além da crise da Cexim, houve também uma liberação das importações em consequência da Guerra da Coreia, que criou a expectativa de um novo conflito mundial. Isso teria gerado uma crise cambial em 1952-1953, e daí a Instrução 70.

Não sei se foi isso. A crise cambial veio porque deve ter havido queda do preço do café ou qualquer coisa assim. É possível que se tenham liberado um pouco mais as importações. Mas, de qualquer maneira, o licenciamento era um regime que dificultava as exportações e travava as importações por meio de medidas drásticas.

A direção da Sumoc no governo Café Filho

Iniciado o governo Café Filho em agosto de 1954, Eugênio Gudin tornou-se ministro da Fazenda, e o senhor assumiu a direção-executiva da Sumoc. Quem o convidou para o cargo?

Eugênio Gudin.

No ano anterior, o doutor Gudin havia se pronunciado em relação à Instrução 70, dizendo que era um sistema razoável, mas para durar pouco tempo. Por que razão, quando ele assumiu o Ministério da Fazenda, não revogou essa instrução?

Porque não deu tempo. A passagem do doutor Gudin no ministério foi muito curta, de modo que ele não realizou o que imaginava realizar.

Há informações de que Edward Bernstein, que era diretor do Departamento de Pesquisas do Fundo Monetário, apresentou sugestões ao doutor Gudin para um plano de reforma cambial.

Talvez eles tivessem trocado ideias, mas não havia necessariamente um plano.

O período da administração Gudin foi muito curto para entrar em um programa desses. Mas pode-se imaginar que essa reforma seria no sentido de unificar a taxa de câmbio.

Ah, claro. Isso era essencial. Não me lembro desse plano, mas isso era fundamental.

A política econômica implementada pelo ministro Gudin foi uma política contencionista. Por que razão?

Porque havia uma inflação bastante acentuada, e era preciso reduzi-la. E o doutor Gudin conseguiu fazer isso em pouco tempo.

A que se devia essa herança inflacionária do governo Vargas?

Aos gastos do governo. O doutor Gudin procurou conter as despesas e conseguiu diminuir bastante a tendência inflacionária em poucos meses.

O aumento de 100% do salário mínimo concedido por Vargas também teve um impacto inflacionário?

Ah, teve! O salário subindo, as empresas, para poderem pagá-lo, aumentam os preços. Mas, naturalmente, permitiu-se também que houvesse maior suprimento monetário. Porque, se não houvesse isso, os preços não subiriam. A conjugação do aumento de salário com o aumento de suprimento monetário é que determina o aumento inflacionário.

O senhor e o doutor Gudin consideravam possível obter resultados em um governo que tinha pouca autoridade política por ser um governo de transição?

Sim, os resultados podiam ser obtidos, como foram. A taxa de inflação caiu bastante e rapidamente. Portanto, havia possibilidade de vencer. Mas, como essa possibilidade não convinha a muita gente, houve pressão para que não ocorresse a vitória contra a inflação.

À frente da Sumoc, o senhor teve que coordenar a política de estabilização do ministro Gudin, que envolvia a restrição de crédito ao setor privado, a contenção de gastos públicos, a elevação dos depósitos compulsórios. Como foi a atividade da Sumoc nesse período?

A Sumoc seguiu as instruções do ministro. Congelou os depósitos compulsórios – o que é importante, porque antes não se fazia – e só com isso fez com que a taxa de inflação cessasse de subir.

O fato de os depósitos compulsórios até então ficarem com o Banco do Brasil não tinha um efeito expansionista, ao contrário do que se desejava?

Pois é. Os depósitos compulsórios eram utilizados pelo Banco do Brasil para emprestar ao governo, e esse era o motivo da crítica de José Maria Whitaker.

Nesse sentido, a Sumoc foi mais eficiente fazendo política cambial do que política monetária? Já que o Banco do Brasil lhe tomava os compulsórios e expandia o crédito?

Não! O Banco do Brasil não expandia o crédito. Com os recursos da Sumoc, ele supria o Tesouro. Quer dizer, ele não atuava contra a ideia

principal da Sumoc. Não era o Banco do Brasil, era o Tesouro que apanhava esses recursos para cobrir seu *deficit*.

Mas, de qualquer forma, o Banco do Brasil exercia pressões expansionistas muito fortes sobre a Sumoc.

Sim. Foi por isso que o ministro Eugênio Gudin criou um cofre e o colocou na Sumoc. Era para demonstrar que aquele dinheiro dos depósitos compulsórios devia ficar guardado na Sumoc, e não no Banco do Brasil. Porque, ficando no Banco do Brasil, o banco emprestava ao governo e estava deturpada a ideia.

O cofre era um símbolo?

Era. Ficava lá para chamar a atenção do público.

Quem estaria por trás dessas pressões expansionistas do Banco do Brasil? Era a própria burocracia do banco, ou eram outros setores, que seriam beneficiados caso o Banco do Brasil permitisse uma expansão do crédito?

Acredito que houvesse uma pressão de produtores em geral.

Tanto industriais como rurais?

Sim.

A Sumoc também sofria pressões de bancos comerciais contra a restrição do crédito?

Havia pressões. Mas, naquela época, isso era debatido com o ministro da Fazenda, e não comigo. Pediam audiência ao ministro da Fazenda para discutir esses assuntos.

Os políticos também pressionavam?

É possível. Mas disso eu não participava.

Os depósitos compulsórios recolhidos à Sumoc também foram elevados para 50%, e isso levou à falência vários estabelecimentos bancários.

Não foi por causa disso. É que os bancos que recebiam depósitos à vista faziam operações de muito longo prazo, financiando habitação. Havia, portanto, uma desconexão entre o recebimento de recursos de retorno à vista e as aplicações em empréstimos de prazo longo, e foi essa desconexão que provocou a crise nesses bancos. Quando havia uma retirada de depósitos à vista mais forte, isso provocava um abalo enorme. Até certo ponto, os bancos podiam recorrer ao redesconto, mas não de maneira sistemática. Impedindo-se a retirada sistemática, alguns bancos sofreram um abalo financeiro. Havia também, às vezes, umas corridas aos bancos causadas por boatos de fraqueza do próprio banco. O Banco de Lamare, aqui no Rio de Janeiro, foi um deles. Os proprietários ficaram alarmados. Fecharam as portas e foram para casa. Deixaram lá filas de pessoas querendo retirar os seus depósitos sem poder, porque o banco havia fechado. Mandei então verificar as condições do banco. Ele tinha títulos redescontáveis em quantidade suficiente para atender às retiradas até então havidas, de modo que mandei chamar os donos e pedi que abrissem, pois iríamos supri-los de recursos. Eles, de fato, reabriram. Os depositantes receberam os seus depósitos e depois desistiram de retirar, porque viram que estavam sendo pagos. Tive bastante êxito nesse caso. Mas é claro que o banco não podia recuperar sua inteira idoneidade. Ficou aquela marca, e os proprietários tiveram que vender o banco mais tarde. De qualquer maneira, isso significa que um banco comercial dificilmente pode ir à falência se aplicar adequadamente os recursos que recebe à vista. Daí, na reforma bancária, quando veio o BCB, ter ficado estabelecida bem nitidamente a diferença entre instituições financeiras que operam em prazo curto e instituições financeiras que operam em prazo longo. As que operam em prazo longo não podem receber depósitos à vista. Recebem depósitos a prazo ou poupanças. E as que operam em prazo curto podem receber depósitos a prazo, mas suas aplicações não devem ir além dos depósitos à vista que recebem.

Restrição e crescimento: a Instrução 113

A política de estabilização implementada pelo doutor Gudin e pelo senhor não teve o efeito de alimentar os pontos de estrangulamento da economia já detectados no governo Vargas, por ocasião da criação do BNDE? Porque deve ter havido uma contenção do investimento público.

Não sei se nas restrições estavam incluídos os investimentos. É possível que não tivessem sido atingidas, pelo menos em grande parte, as somas aplicadas em investimentos.

As medidas restritivas tomadas certamente implicaram uma desaceleração da industrialização. Elas não foram politicamente criticadas?

Não houve tempo. O tempo deu para reduzir a inflação, mas não para chegar à recessão. E o doutor Gudin depois foi substituído pelo ministro Whitaker, que afrouxou muito o combate à inflação, deu mais crédito, suprimiu os depósitos compulsórios...

Não chegou a haver uma gritaria do empresariado nacional?

Não. Nós trabalhávamos tão depressa que não dava tempo para gritar.

A relação entre restrição creditícia, implicando não crescimento e recessão, e liberação creditícia, provocando o crescimento, é passível de ser calculada?

Não. Não se pode chegar a uma coisa quantitativa. Mas o que devo dizer é que não havia muito perigo de recessão, porque ao mesmo tempo em que se faziam restrições de crédito – restrições selecionadas, não cortando inteiramente os investimentos, e sim os gastos supérfluos – lembro que o doutor Gudin baixou uma instrução permitindo a entrada de equipamentos. E essa entrada de equipamentos trouxe um grande alento ao desenvolvimento de várias indústrias.

*A Instrução 113?*⁴⁸

Sim. A Instrução 113 foi um ato da Sumoc, baixado por iniciativa do doutor Gudín, que permitiu a entrada de equipamentos no país sem a remessa de cambiais. Portanto, aqueles que quisessem fazer investimentos aqui, trariam os investimentos sob a forma de equipamentos. E isso deu início à indústria automobilística no país.

Mas a concorrência estrangeira aberta com importação de bens de capital não poderia atrapalhar a indústria nacional, que era incipiente na época?

Pode ser, mas o principal motivo foi atrair equipamentos para a indústria automobilística, que não existia.

A Instrução 113 foi feita explicitamente para a indústria automobilística?

Não explicitamente, não se dizia que era para isso, mas a intenção era essa.

Nesse caso, o Plano de Metas de Juscelino foi viabilizado pela 113. O doutor Gudín tinha consciência do efeito industrializante que essa instrução traria?

Pois se a ideia foi dele!

E como é que se diz que ele era anti-industrializante?

Para ver como se diz coisa errada.

Foi o senhor quem redigiu a Instrução 113?

Não só eu. Ela teve também muito do Jayme Bastian Pinto, que era o advogado, o jurista da Sumoc. Ele ajudou muito a redigir a 113.

48 Em 17 de janeiro de 1955, Octavio Gouvêa de Bulhões, como diretor-executivo da Sumoc, lançou a Instrução 113, que autorizava a Cacex a emitir licenças para a importação de equipamentos industriais sem cobertura cambial. Essas importações não implicavam pagamento de divisas, uma vez que o equipamento entrava no país como investimento estrangeiro. Buscava-se com isso facilitar o reequipamento e a instalação de novos setores industriais (automóveis) sem gasto de divisas para o país. Para mais informações, ver FISHLOW, Albert. *Foreign trade regimes and economic development*, mimeo; e LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Industrial associations and politics in contemporary Brazil (1930-1961)*. Universidade de Oxford, 1984 (tese de doutorado), cap. 7.

De que maneira a Instrução 113 se combinou à Instrução 70, que ainda estava em vigor?

A 113 permitia a importação sem passar pelos leilões. Exatamente para evitar a complicação dos leilões é que foi criada a 113, de modo que uma coisa não interferia na outra.

Mas o que efetivamente aconteceu foi que o empresário brasileiro não conseguiu importar pela 113. Para que o equipamento contasse como capital, ele teve que se associar a uma empresa estrangeira. Havia na 113 uma intenção de provocar joint ventures: associações de empresas nacionais e estrangeiras?

É possível que houvesse.

Porque há uma grande queixa dos empresários brasileiros de que eles tinham de ir para o leilão para poder importar equipamentos, enquanto os que se associavam a empresas estrangeiras importavam diretamente pela 113.

É difícil adotar uma medida que agrade a todo o mundo.

Agradando a alguns e desagradando a outros, o senhor acha que o Brasil ganhou com a Instrução 113?

Pois se a indústria automobilística deveu-se à Instrução 113! Basta isso para eu achar possível a ideia da 113.

Na época, pensou-se em alguma outra opção à Instrução 113?

Não sei dizer. Ela deu essa solução. Se não prestou, não sei.

No governo Café Filho, o presidente do Banco do Brasil era Clemente Mariani [Bittencourt]. Ele indicou para a diretoria da Cacex, recém-criada em substituição à Cexim, [Joaquim] Inácio Tosta Filho. Poderia nos falar sobre Tosta Filho?

Era um homem muito honesto, mas tinha o defeito de querer multiplicar o número de taxas de câmbio, favorecendo mais a uns do que a outros. Tanto que a Cacex passou a ser chamada de “alfaiataria”. Quer dizer, a taxa de câmbio era modelada de acordo com o corpo do cliente.

*Como o senhor explica o fato de Tosta Filho ter ficado tanto tempo na Cacex?*⁴⁹

Ele adquiriu muito prestígio como alfaiate. De modo que o pessoal queria estar elegante e frequentava muito a Cacex. Uma vez, ele foi com o Casimiro Ribeiro visitar o Fundo Monetário, e esteve com o [Per] Jacobsson.⁵⁰ E o Jacobsson ficou muito espantado quando ele relatou o seu procedimento. Levando-o ao elevador, o Jacobsson perguntou: “Mas por que o senhor vai com tanta pressa?”. O Tosta Filho respondeu: “Preciso voltar para o Brasil porque não sei se os outros serão capazes de adotar adequadamente essa seleção de taxas”. O Jacobsson disse: “Mas o senhor vê que essa política não pode dar certo! Estamos conversando aqui, e o senhor volta de repente para o Brasil. Nada em política econômica pode dar certo se tudo depender da deliberação de um homem só. O senhor não tem tempo para nada, está se desgastando tremendamente, e o país não está indo bem.” Depois de algum tempo, Tosta Filho, honestamente, reconheceu que estava procedendo de uma maneira incabível. Ele mesmo modificou o seu ponto de vista e deixou a Cacex.

Negociações internacionais e investimentos públicos

Por um pequeno período, de setembro a novembro de 1954, quando o doutor Gudin foi aos Estados Unidos tentar obter empréstimos para o Brasil, o senhor ocupou interinamente o Ministério da Fazenda. Como foi essa experiência?

Eu simplesmente despachava o expediente. Não tomava providência alguma, pois o ministro estava fora, e não era eu quem ia tomar medidas.

Naquela viagem, o ministro Gudin buscou um empréstimo de trezentos milhões de dólares junto ao Federal Reserve Bank, mas não obteve êxito. Conseguiu, depois, um empréstimo de duzentos milhões de dólares com um consórcio de bancos particulares.

49 Joaquim Inácio Tosta Filho tornou-se diretor da Cacex em 1954 e só saiu em 1961, quando foi substituído por Antônio Arnaldo Gomes Taveira.

50 Per Jacobsson (1894-1963), economista sueco, foi presidente do Comitê-Executivo e diretor do FMI de 1956 a 1963.

Não me lembro bem disso. Sei que ele teve dificuldades, mas acabou obtendo alguma coisa.

A que se destinava esse empréstimo?

Suponho que fosse para completar alguns investimentos mais urgentes.

À frente da Sumoc, o senhor teve algum papel nas negociações internacionais?

Sim, na parte do Fundo Monetário. Eu e o diretor de câmbio do Banco do Brasil, que também fazia parte da Sumoc. Eu viajava todo ano para a reunião da assembleia do Fundo Monetário e para algumas negociações.

Especificamente no período Café Filho, que negociações foram feitas?

Acho que nem houve tempo para isso. O governo Café Filho foi muito curto.

De qualquer forma, o programa do governo adequava-se aos moldes recomendados pelo Fundo?

Sim.

Qual foi a atitude do ministro Gudin em relação à Petrobras?

Sei que o ministro Gudin procurou dar prioridade absoluta às importações de equipamentos para a Petrobrás, de modo que ela não paralisasse seus investimentos, que eram necessários à continuação da exploração do petróleo no Brasil. Ele adotou uma resolução muito favorável à Petrobras, dando-lhe prioridade cambial absoluta. E, com isso, impediu que a Petrobras paralisasse os seus investimentos,

E em relação ao BNDE?

Naquela época, o BNDE estava em início de atividade. Só se desenvolveu mais tarde.

No governo Café Filho, estabeleceu-se o desconto do Imposto de Renda na fonte. Essa ideia foi sua?

Não. Esse projeto de desconto na folha é de Eduardo Lopes Rodrigues.

A saída do ministro Gudin

O governo Café Filho foi curto, mas o ministro Gudin saiu antes do término. Por quê?

Ele saiu porque São Paulo queria que o presidente do Banco do Brasil fosse paulista e, naquele tempo, o presidente do banco era o Clemente Mariani, que era baiano. Diante do Café Filho dizendo que tinha que ceder, que tinha que dar o lugar a um paulista, o doutor Gudin pediu demissão.

Por trás disso estava o fato de um paulista provavelmente estar mais inclinado a permitir a expansão do crédito?

Ah, com certeza! Era para espalhar dinheiro.

Quer dizer que a pressão do empresariado paulista chegava a esse ponto, de provocar a troca de ministros!

Pois é. O paulista é muito prático. Viu que a melhor maneira de receber dinheiro era botar um presidente paulista no Banco do Brasil. Assim acabavam as reclamações.

Acabavam as pressões dos setores produtivos.

É claro. Havendo restrições, e os produtores querendo mais crédito, eles julgaram preferível, em vez de estar discutindo – porque não valia nada discutir com o professor Gudin, ele tinha opinião formada –, pleitear a presidência do Banco do Brasil. Ficando com a presidência

do Banco, eles poderiam ter o crédito que quisessem. Forçaram, portanto, o Café Filho a admitir um presidente do Banco do Brasil que viesse de São Paulo, indicado por eles.⁵¹ Café Filho acabou cedendo e, por esse motivo, o Gudin saiu. Gudin saiu por causa da saída do Mariani. Não foi o Mariani que acompanhou o Gudin, ao contrário, foi o Gudin que acompanhou o Mariani.

O senhor deixou a Sumoc quando o doutor Gudin foi substituído por José Maria Whitaker no ministério da Fazenda?

Não imediatamente. Trabalhei com o Whitaker algumas semanas.⁵²

E o senhor teve problemas?

É claro! Ele começou logo dizendo que ia suprimir os depósitos compulsórios, pelos motivos que já expliquei. E, num programa de televisão, eu disse que o ministro errava ao eliminar os depósitos compulsórios. Podia discipliná-los, mas não eliminá-los. Acabado o programa, o ministro mandou me chamar e disse: “Estou vendo que o senhor não quer colaborar comigo”. Respondi: “Não deixar o senhor praticar um erro é uma grande colaboração”. Mas ele não se convenceu, e eu sai.

O problema era a expansão contra a restrição de crédito.

Não, nem tanto. Justiça se faça. O ministro Whitaker não gostava dos depósitos compulsórios porque o tesouro queria utilizá-los para financiar seus orçamentos. E ele achava – com razão – que esses recursos eram para ficar parados na Sumoc tal como tinha feito o doutor Gudin. Poderia ter continuado a política do doutor Gudin, mas preferiu suprimi-los. Agora, quanto ao resto, ele praticamente não mudou nada do que o doutor Gudin tinha feito. Manteve tudo tal como tinha encontrado, com exceção do aumento de crédito aos bancos.

51 O presidente do Banco do Brasil então nomeado foi Alcides da Costa Vidigal, irmão de Gastão Vidigal.

52 Octavio Bulhões permaneceu na Sumoc com o ministro Whitaker de 13 de abril a 17 de maio de 1955.

Mas esse não era um fator importante da política de estabilização?

Era importante, mas não decisivo. Tanto que a inflação não aumentou muito. Não continuou a diminuir, mas também não chegou a aumentar.

O senhor considera que a sua presença à frente da Sumoc nesse período contribuiu para o fortalecimento desse órgão?

Não sei se terei contribuído. A única coisa que sei é que contribui para a consolidação de um núcleo de economistas que havia sido esboçado pelo Walter Moreira Sales.

O fato é que a transferência da Sumoc da sede do Banco do Brasil para dependências do Ministério da Fazenda ocorreu em 1955. O senhor influiu nisso?

Se eu era diretor e mudei, devo ter influenciado. Não lembro.

Em 1956, após sua saída, a Sumoc passou a ter um relatório próprio, independente do Banco do Brasil. Houve influência sua aí também?

Não devo ter tido o propósito de tirar nada do Banco do Brasil. No correr dos acontecimentos, tornou-se viável, ou aconselhável, que fosse feita uma redação especial, independente das redações anteriores, realizadas no Banco do Brasil. Quer dizer, não houve o propósito de tirar, de provar alguma coisa. Foi uma evolução natural dos acontecimentos.

Capítulo 6

Dez Anos de Sumoc: 1955-1965

Juscelino e o Plano de Metas

O senhor deixou a direção da Sumoc em 1955, e em outubro houve a eleição de Juscelino Kubitschek [de Oliveira] para a presidência da República. Juscelino concorreu com Juarez [do Nascimento Fernandes] Távora, que defendia um projeto de equilíbrio econômico. O senhor apoiou Juarez?

Devo ter apoiado.

Há quem diga que a política restritiva levada a efeito pelo doutor Gudin no governo Café Filho determinou a vitória do projeto desenvolvimentista de JK. O senhor concorda?

Nunca pensei nisso.

Após a vitória de Juscelino, ocorreram os episódios de novembro de 1955, com a doença e o afastamento de Café Filho, a posse e, em seguida, a deposição de Carlos [Coimbra da] Luz, sob a acusação de estar tramando um golpe contra a posse de Juscelino.⁵³ O senhor se recorda?

Não. Nessa época, o ministro Raul Fernandes havia me mandado para a reunião das Nações Unidas como auxiliar do embaixador Ciro de Freitas Vale. De modo que, durante esse período, estive fora do Brasil e não acompanhei os acontecimentos.

Ao se iniciar o governo JK, em janeiro de 1956, o senhor mais uma vez participou do Conselho Nacional de Economia. Naquele momento,

53 O movimento político-militar de 11 de novembro de 1955 forçou a renúncia de Carlos Luz, que, como presidente da Câmara dos Deputados, havia substituído Café Filho na presidência da República. Em seu lugar, tomou posse Nereu de Oliveira Ramos, vice-presidente do Senado Federal. Café Filho obteve alta e tentou reassumir o governo, mas, em 21 de novembro, o Congresso Nacional decretou seu impedimento. Em consequência, Nereu Ramos permaneceu no poder até 31 de janeiro de 1956, quando deu posse a Juscelino Kubitschek.

o presidente estava lançando o seu Plano de Metas,⁵⁴ com o qual colaboraram alguns de seus amigos, como Roberto Campos. O senhor participou do plano? Como o senhor o viu?

De pé atrás... mas não participei em nada, nem contra nem a favor. Mais tarde, pedi atenção para o lado inflacionário, mas no princípio não.

O Conselho Nacional de Economia não atuava de forma articulada com a equipe econômica do governo?

Não se articulava, mantinha sua posição de dar conselho e mais nada.

Os relatórios do Conselho nessa época defendiam a estabilidade monetária?

Sempre houve coerência nos relatórios do Conselho no sentido de permitir que se fizessem coisas, de concordar com os investimentos, mas dentro de determinadas proporções.

As metas definidas por JK exigiam um investimento brutal. Algumas delas previam a duplicação da capacidade instalada, e no caso da energia elétrica, por exemplo, isso foi alcançado. Esse volume de investimentos era desejável naquele momento?

Eles insistiam nisso porque achavam que o Brasil tinha ficado meio parado durante algum tempo. Queriam vencer a economia, como dizia o próprio presidente, fazendo em cinco anos o que poderia ser feito em 50. Mas 50 em 5 acaba dando 500 em matéria inflacionária.

Mas a indústria nacional seria o que é hoje se tivesse feito 5 anos em 5?

Não. Não há dúvida de que a ideia era boa. Já que havia um atraso nos investimentos de infraestrutura, era boa a ideia de acelerá-los. O que eu me opunha não era propriamente a isso. Eu dizia: “Já que

54 O Plano de Metas, como foi chamado o plano de desenvolvimento econômico com que Juscelino inaugurou seu governo, elegia como áreas fundamentais para a expansão da economia a energia, os transportes, a alimentação, as indústrias de base e a educação. Composto de 30 metas, o plano teve sua execução coordenada pelos grupos-executivos e pelo BNDE, que controlava os financiamentos ao setor público na área de infraestrutura. Ver LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas. Em LAFER, Beth Mindlin. *O planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 29-50.

estão realizando investimentos, não procurem fazer outra coisa. Não procurem construir Brasília!”.

O senhor era contra Brasília.

Naquele momento como hoje. Mas, naquele momento, eu era contra exatamente por causa desses investimentos necessários. Eu achava que era justificável fazer grandes investimentos na área de infraestrutura porque estávamos atrasados, mas precisamente por isso é que não cabia fazer mais outras coisas de duvidosa validade.

Um dos principais instrumentos utilizados pelo governo JK para a implantação da indústria pesada foi a Instrução 113, responsável por cerca de um quarto das importações realizadas no período.⁵⁵

Essa foi a base da propulsão. A 113 foi feita exatamente com a ideia de permitir a entrada de equipamentos sem passar pelas complicações das exigências cambiais.

O governo JK coincidiu com um período de crescimento da economia mundial. O aumento da concorrência americana na Europa foi importante para a vinda de empresas europeias para cá?

Deve ter sido uma das causas. E depois havia a oportunidade que o Brasil estava dando a essas empresas de virem se localizar em nosso país. Havia um mercado interno importante, e já que eles não podiam exportar, pois fazíamos restrições às importações, vinham produzir aqui no território nacional.

O desequilíbrio das contas internas no governo JK se acentuou rapidamente. De onde vinha esse desequilíbrio?

Vinha do fato de que estávamos comprando além das nossas possibilidades. Solicitava-se crédito lá fora para importar, e crédito de prazo muito curto. Isso foi se acumulando e trouxe um grande desequilíbrio no balanço de pagamentos.

55 Segundo o *Relatório do Banco do Brasil* de 1959, naquele ano, do total de 1.374.473,000 dólares aplicados em importações, 34%, ou seja, 465.827.000 dólares corresponderam a importações sem cobertura cambial, feitas pela Instrução 118.

O primeiro-ministro da Fazenda de Juscelino foi José Maria Alkmin, que no período inicial do governo não exerceu qualquer tipo de controle monetário. O senhor se recorda da gestão Alkmin?

Eu me recordo da situação do Alkmin em relação à modificação da taxa de câmbio. Vários economistas queriam que a taxa de câmbio fosse unificada, e ele sempre resistiu a isso, com receio de que, mudada a taxa, ocorresse um aumento do preço do papel e do trigo. Por isso ele resistiu a essa modificação.

Consta que Casimiro Ribeiro era o principal assessor econômico do ministro Alkmin.

Era o principal assessor, mas não era ouvido. Recomendava as coisas, e o Alkmin não atendia.

O plano Lucas Lopes-Roberto Campos

Diante da acentuação da inflação, em 1958 o presidente Juscelino nomeou Lucas Lopes para a pasta da Fazenda. Formou-se, então, uma equipe articulada, com Roberto Campos no BNDE e Garrido Torres na Sumoc. E Lucas Lopes e Roberto Campos elaboraram um plano de estabilização monetária.

Sim. Eles procuraram não propriamente combater a inflação, mas não deixá-la aumentar muito.

Por meio de que medidas?

Devia ser diminuição de despesa, talvez aumento da receita tributária. Não lembro bem o que era, mas devia ser isso. Diminuição de crédito.⁵⁶

56 O plano de estabilização de Lucas Lopes e Roberto Campos previa redução drástica do incremento de preços, o corte do crédito e as reformas tributária e cambial. Ver LOPES, Lucas. *Depoimento -1988*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

Mas isso não era incompatível com a essência do governo Juscelino, de 50 anos em 5?

Havia certa incompatibilidade, não resta dúvida. Mas, dentro da incompatibilidade, havia margem para melhores dosagens de uma coisa e outra. De toda forma, o Lucas Lopes teve uma atuação muito bonita, de grande energia. E minha revolta contra o Juscelino foi pelo fato de o Lucas Lopes estar lutando muito, ter um enfarte, ir para o hospital, e nesse meio tempo o Juscelino receber no palácio uma manifestação dirigida pelo [Luis Carlos] Prestes, com faixas dizendo que o ministro era entreguista. Fiquei bastante revoltado vendo que o presidente recebia à frente de uma manifestação não um comunista, mas uma pessoa que estava hostilizando o seu ministro, quando o ministro estava doente porque queria defender o próprio presidente dos erros de uma inflação acelerada. Isso para mim foi uma coisa chocante.⁵⁷

Parece que o doutor Lucas Lopes foi o braço direito do presidente Juscelino.

Ah, foi. Braço direito e esquerdo.

O plano anti-inflacionário de Lucas Lopes e Roberto Campos estava ligado à possibilidade de um empréstimo de trezentos milhões de dólares a ser feito pelo governo americano, sob a condição de que a política econômica brasileira se submetesse a algumas exigências do FMI.

Pois é. Essa manifestação do Prestes a que me referi era uma manifestação contra o FMI. Quanto a esse empréstimo, não me lembro, mas vamos supor que existisse. Era muito melhor receber do que não receber nada e ficar devendo lá fora.

Parece também que o FMI recomendava um ataque à inflação mais rápido do que o previsto no plano de Lucas Lopes.

Naquela época, ainda não havia discussão propriamente dita sobre esse ponto crucial, se a inflação devia ser eliminada abruptamente

57 Às voltas com uma difícil negociação com o FMI e em conflito com os cafeicultores em torno da política do café, em abril de 1959, durante a Semana Santa, o ministro Lucas Lopes foi descansar em Caxambu e lá sofreu um enfarte. Em junho seguinte, demitiu-se do Ministério da Fazenda, esvaziando-se assim seu plano de estabilização. Ver LOPES, Lucas. *Depoimento - 1988*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

ou gradualmente. Essa discussão só veio a ser concretizada de forma mais nítida de 1964 em diante.

O FMI se opunha muito à construção de Brasília?

Não é que fosse contra Brasília. Era contra a maneira como se fazem as despesas.

Prestes manifestou-se contra o FMI. Mas, por outro lado, os industriais também pressionavam contra a política de restrição de crédito defendida por Lucas Lopes. Juscelino estava sendo pressionado dos dois lados.

Sim. Mas não devia ter cedido. Devia ter acompanhado o Lucas Lopes e o Roberto Campos. Teria tido um resultado muito melhor.

Quais foram as repercussões, em termos inflacionários, do fato de Juscelino não ter acompanhado as recomendações de Lucas Lopes e Roberto Campos e ter rompido com o FMI?⁵⁸

Ah, foram muito graves. Isso inutilizou o próprio Juscelino. Ele não percebeu, mas isso inutilizou a sua autoridade. Ele teria saído em condições muito melhores, com muito mais prestígio, se tivesse atendido ao programa do Lucas Lopes.

O senhor acaba de dizer que ficou indignado com a atitude de Juscelino em relação a Lucas Lopes. O senhor se manifestava na época?

Sim. Escrevia, falava, falava... Tanto que não fui reconduzido ao Conselho Nacional de Economia. Quando acabou o meu prazo, outro foi escolhido. O que prova que falei mal mesmo.

58 Não preenchendo as condições estabelecidas pelo FMI – por exemplo, o controle efetivo da oferta monetária – e pressionado por setores de esquerda, em junho de 1959, Juscelino Kubitschek ordenou que seus representantes em Washington rompessem com o Fundo. Para mais informações, ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 221-5.

Ao deixar o Ministério da Fazenda, em 1959, Lucas Lopes levou alguns membros de sua equipe, e também funcionários do BNDE, para uma empresa privada de consultoria, a Consultec.⁵⁹ O senhor participou da criação da Consultec?

Não. Nessa época eu devia estar fora do Brasil.

O senhor mantinha relações com Sebastião Paes de Almeida, que era presidente do Banco do Brasil e depois sucedeu a Lucas Lopes no Ministério da Fazenda?

Não. Sebastião Paes de Almeida nunca foi economista. Era um homem rico e pronto. Tinha muitos recursos, era um homem afável, mas que de economia só sabia da existência, não conhecia.

E quanto a Garrido Torres, que respondia na época pela direção da Sumoc?

Garrido Torres tinha estudado no exterior e era competente. Trabalhava muito com Roberto Campos.

Como o senhor viu a atuação da Sumoc no governo Kubitschek?

Não sei, porque não era diretor. Desconheço a atitude da Sumoc em relação à política do governo, de modo que não posso dar informações.

É sabido que o governo JK deu um grande impulso à produção industrial. Mas como ficou o setor agrícola nesse período?

Acho que não se distinguiu. O governo não deu nenhuma evidência de auxílio à agricultura, a não ser alguns subsídios. Eu nem me lembro de quem era o ministro Agricultura naquela época! Notem que estou com dificuldade de responder às perguntas sobre o período do Juscelino porque não participei desse governo de maneira alguma, nem no princípio nem no fim. Passei alguns períodos no exterior, e aqui dediquei meu tempo mais ao ensino na Faculdade de Economia.

59 A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. – Consultec foi criada em 1959 por um grupo de economistas que haviam se afastado do governo Kubitschek, entre os quais Lucas Lopes, Roberto Campos, Mário Abrantes da Silva Pinto, Miguel Álvaro Osório de Almeida e Otávio Dias Carneiro. A empresa dedicou-se à elaboração de projetos tanto para o setor público como para o setor privado. Ver LOPES, Lucas. *Depoimento -1988*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

A volta à Sumoc no governo Jânio Quadros

O senhor foi eleitor de Jânio Quadros?

Fui.

No início do governo Jânio Quadros, em janeiro de 1961, Clemente Mariani foi nomeado ministro da Fazenda, e o senhor assumiu pela segunda vez a diretoria-executiva da Sumoc. O convite partiu de Clemente Mariani?

Sim.

O senhor tinha um convívio estreito com ele?

Não. Eu o conhecia bastante, porque ele tinha sido presidente do Banco do Brasil no tempo do Café Filho, mas fora isso, não. Foi no governo que estreitamos.

De toda forma, o senhor sabia que as ideias dele estavam de acordo com as suas.

Ah, sim.

E como foi feito o convite para o senhor ir para a Sumoc?

Não sei bem, um telefonema, qualquer coisa assim, perguntando se eu queria dirigir a Sumoc.

O senhor gostou de voltar para a Sumoc?

Não posso dizer que tenha gostado. Não se gosta de exercer um cargo complicado. Aceita-se.

Mas a Sumoc foi uma criação sua!

Principalmente por isso.

Jânio Quadros assumiu o governo com o propósito como ele dizia, de promover um saneamento moral, instalou uma série de comissões de sindicância uma delas dentro da Sumoc.

Ouvi falar que havia sindicância, mas isso nunca me perturbou.

Naquele momento, a Sumoc continuava pequena?

Continuava.

Uma das funções que ela desempenhava, que era a de fiscalização bancária, devia ter-se tornado mais complicada, já que o número de agências havia duplicado.

Pois é. Mas a fiscalização não era boa, não era eficaz. Era muito precária, devido ao pequeno número de funcionários.

O governo Jânio Quadros, ao contrário do de Café Filho, não era um governo de transição. Mas, assim como o de Café Filho, iniciou-se com um diagnóstico de crise nacional e com um programa de estabilização.

Em que diferiam os programas desses dois governos?

É que no governo Jânio Quadros havia dois propósitos: evitar a inflação e promover o desenvolvimento do país. Ao passo que, no tempo do Café Filho, o propósito principal era a restrição à inflação e não tanto o desenvolvimento, embora também se tenha cuidado disso, como o demonstrou a Instrução 113.

De que maneira o senhor e o ministro Mariani pretendiam combinar esses dois propósitos?

Da seguinte maneira: na primeira fase do governo se procuraria combater a inflação, e só se cogitaria do desenvolvimento depois que a inflação estivesse controlada. Ao menos em grande parte. Portanto, haveria dois períodos: um período de restrição e depois um período de desenvolvimento. A ideia de estabilidade era o ponto de partida para o desenvolvimento.

Mas devido à queda de Jânio, não houve tempo para entrar na segunda fase.

Não houve.

Ao se iniciar o governo, qual era o diagnóstico da crise? Quais eram seus componentes básicos?

Naquele momento, a principal causa era cambial. Era uma taxa de câmbio fictícia, que aumentava as importações e dificultava as exportações. E mantinha a dívida lá fora. De modo que foi por aí que se começou a atacar o problema do país.

A incipiência do sistema financeiro tinha algum peso na crise?

Sim, dificultava um pouco. Mas como a crise era mais cambial do que qualquer outra coisa, houve a preocupação de remover os obstáculos existentes no campo cambial. Esse foi o motivo da insistência do presidente Jânio em estabelecer a Instrução 204, que trazia como orientação política afastar os empecilhos na área cambial. Esse foi o motivo de a 204 ter sido um dos primeiros atos do presidente.

Realmente, ela foi baixada logo no início do governo, em março de 1961. A Instrução 204 foi ideia sua ou resultou de discussão com o ministro Mariani?

Deve ter sido mais do ministro. Eu colaborava, mas a orientação era dele.

O ministro da Fazenda certamente despachava com o presidente Jânio Quadros. Ele lhe comunicava a posição do presidente frente à política traçada pelo Ministério?

Podia fazer algumas referências, mas às vezes, como se deu a Instrução 204, eu me dirigia diretamente ao presidente. Jânio Quadros era um homem que conversava, que ouvia. Fazia perguntas muito pertinentes e muito inteligentes. Talvez fosse brusco com outras pessoas, mas devo confessar que comigo nunca houve isso. De minha parte, não tenho queixa alguma.

Ele entendia de assuntos econômicos?

Não sei se entendia, mas na hora percebia rapidamente.

Em relação à Instrução 204, foi necessário muita argumentação para que o presidente a acatasse, ou ela já estava dentro de seus planos?

Já estava. Não foi necessário argumentar.

Tendo em vista a data em que foi baixada a Instrução 204, o senhor teve de trabalhar rapidamente para formulá-la?

Não. É que essas ideias já vinham do tempo do doutor Gudín. Clemente Mariani era do Banco do Brasil e eu da Sumoc. Com certeza, já estávamos elaborando essa medida que seria tomada no próprio período do doutor Gudín. Como ele saiu rapidamente e não pôde tomá-la, a ideia foi guardada. Esse é o motivo de ter sido tão rápida a decisão da 204, quando Clemente Mariani se tornou ministro. É porque lá estava tudo preparado.

A Instrução 204 revogou a Instrução 70, que havia estabelecido o sistema de leilões de câmbio, e avançou no sentido do câmbio único.⁶⁰ Eliminaram os subsídios às importações e desvalorizou-se o cruzeiro em mais de 100%. Isso não suscitou pressões contrárias dos grupos que se julgavam prejudicados?

Sei que a Instrução 204 não foi popular. Os estudantes estavam contra ela. Lembro que fui a São Paulo, para explicar na Faculdade

60 O sistema de leilões de câmbio, estabelecido em 1953 pela Instrução 70, já havia sido simplificado pela Lei de Tarifas de 1957. A decisão sobre a essencialidade das importações foi então transferida da Cacex para uma nova agência, o Conselho de Política Aduaneira (CPA). Os leilões continuaram, mas com apenas duas categorias em lugar de cinco. Em março de 1961, a Instrução 204 pôs fim ao sistema de leilões e praticamente eliminou o câmbio múltiplo, colocando quase todas as importações no mercado livre de câmbio. O câmbio de custo (taxa básica usada para a importação de trigo, petróleo e papel de imprensa) foi mantido, mas foi desvalorizado em 100%. Em junho de 1961, a Instrução 208 unificou finalmente todas as taxas de câmbio e suprimiu o câmbio de custo. Contudo, a “verdade cambial” que o presidente Jânio Quadros queria ver implementada não pôde sobreviver à crise política que adveio de sua renúncia. O mercado livre de câmbio não iria durar muito. Sobre esse assunto, ver FISHLOW, Albert. *Foreign trade regimes and economic development*. Mimeo, p. 30; e MARIANI, Clemente. *A situação financeira do país e a Instrução 204*. Exposição do ministro da Fazenda Clemente Mariani, Câmara dos Deputados em 19 de abril de 1961. Imprensa Nacional, 1961.

Mackenzie o motivo da supressão dos subsídios, e tive uma certa surpresa em verificar que estavam todos hostis. Fiquei meio surpreso, pois não entendia por que podiam ser contra.

O que eles alegavam?

É uma pergunta boa. Não percebi até agora por que eles eram contra.

Sua explicação em São Paulo foi bem aceita?

Não. A reação foi um tanto amarga. Eles hostilizaram, fizeram um grande barulho. Já que tinham me convidado para explicar, eu disse que se fizessem tanto barulho não poderia explicar nada. Calaram-se um pouco e comecei a falar. Mas senti que não estavam preocupados com a explicação, tinham me convidado para mostrar que eram hostis. Saí de lá e até hoje não sei bem por que eram hostis.

Os estudantes não estariam alegando que a Instrução 204 prejudicava os setores produtivos nacionais endividados?

Mas não prejudicava, porque com ela as exportações iriam aumentar. Aumentadas as exportações, haveria mais recursos para pagar os débitos lá fora, e isso iria facilitar a vida de vários devedores aqui dentro do país. Havia vantagens claras para a exportação. Os exportadores teriam oportunidade de exportar, coisa que não tinham antes. E a importação ficava livre das restrições. Só se era isso. Deviam achar que as restrições à importação davam um grande amparo à produção nacional. Agora estabelecia-se a entrada ilimitada, mas com tarifa alfandegária. Mesmo assim, não havia motivos para uma repulsa tão grande.

O senhor substituiu as restrições à importação por uma política tarifária.

Sim. Também havia graduação na tarifa. Era mais favorável a algumas coisas e menos favorável a outras.

De toda forma, o senhor concorda que as medidas instituídas pela 204 eram impopulares?

Eram de certa maneira impopulares porque eliminavam implicitamente o subsídio ao trigo, ao papel de imprensa e a vários produtos importados que influíam no índice de preços.

*Jânio Quadros foi à televisão anunciar a Instrução 204. Isso é muito importante, porque era a primeira vez que um presidente da República tratava de um assunto relativamente técnico, como a política cambial, na televisão. Era uma maneira de preparar a opinião pública para o aumento do preço do pão, dos transportes, enfim, para uma alta do custo de vida, que a própria **Conjuntura Econômica** detectou em março de 1961?*

Admito que fosse para prevenir o público de que os preços iriam subir, mas por medida apropriada ao bem-estar do povo.

A Instrução 204 tinha, portanto, duas faces. De um lado, uma reforma cambial; de outro, um projeto de estabilização monetária, com o corte dos subsídios e dos gastos públicos. O senhor concorda?

Não são duas faces. Uma é necessariamente decorrente da outra. Se eu modifico a taxa de câmbio e suprimo a taxa subsidiada, obviamente os preços teriam que subir. É uma consequência.

Os setores atingidos pela política de estabilização se manifestaram?

Ah, sim. Fizeram grande oposição. Mas já estava feito, e não havia como voltar atrás. Estou me lembrando de uma apresentação interessante de quadrinhos. Nunca me lembro de nenhuma, mas dessa me recordo como se fosse hoje. Era o seguinte: um indivíduo é acordado pelo despertador às seis horas da manhã, e aparece aquela cara de desespero. Depois, no segundo quadro, vem ele correndo atrás do bonde. O terceiro quadro é ele no escritório recebendo um bolo de dinheiro, e uma pessoa dizendo que ele havia herdado uma grande fortuna. Finalmente, o quarto quadro é ele sorridente, deitado, com uma cara de felicidade celestial, e o empregado dizendo: “São seis horas, mas o senhor não precisa se levantar”. Acho que se guardei

isso é porque naquela época eu também gostaria de ter alguém que dissesse: “São seis horas. O senhor não precisa se levantar!”.

Celso Furtado também discutiu a Instrução 204, dizendo que ela representou um golpe na receita do governo ao suprimir a apropriação do saldo de ágios dos leilões de câmbio.⁶¹ Isso foi considerado na formulação da reforma cambial?

Confesso que não me lembro desse pormenor.

Outro elemento da política de estabilização de 1961 foi a restrição salarial. Como o senhor via a relação entre salário e inflação?

Naturalmente, eu combatia acréscimos muito elevados. Mas nunca fui contra a correção módica.

Em que proporção o salário contribuía para o avanço da inflação?

Ah, disso eu não me lembro. E ainda hoje não sei.

No início dos anos 1960, existia uma linha de pensamento que considerava a estabilidade da moeda incompatível com o progresso. Como o senhor via isso?

A estabilidade da moeda não é prejudicial ao desenvolvimento. Ao contrário, ela ajuda o progresso econômico do país. Pode-se progredir rapidamente desprezando a estabilidade, mas depois tem-se que recuar. E no recuo perde-se todo o tempo do avanço primitivo.

FMI e dívida externa

Consta que o FMI estabeleceu como condição para os empréstimos ao Governo Jânio Quadros a adoção do câmbio único, que a instrução 204 instituiu. Isso é procedente?

Não sei se o Fundo Monetário estabeleceu essa condição. Mas a iniciativa da taxa única foi do próprio governo. O ministro Clemente

61 Ver FURTADO, Celso Monteiro. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.159.

Mariani, que havia feito parte da equipe de Eugênio Gudín no tempo do Café Filho, desde aquela época estava decidido a modificar o sistema cambial.⁶²

Mas naquela época ele não conseguiu modificar.

Porque ficou muito pouco tempo.

Também ficou pouco tempo no governo Jânio e conseguiu.

Pois é. Mas já vinha com a ideia. Estava tudo preparado, e por isso é que foi rápido.

Como o senhor explica que tenha demorado tanto tempo – de 1953 a 1961 – o retorno ao câmbio livre?

Porque tudo o que é claro, simples, lógico demora a ser admitido. Preferem a confusão. É o reflexo do que eu chamo de mistério como mérito.

Mas o senhor acha que a sociedade é simples? É simples atender aos interesses dos cafeicultores, dos banqueiros, dos industriais?

A questão é que tudo isso está ligado. Um interesse está ligado a outro. Fica-se acostumado com uma determinada orientação e é difícil mudar. Muito difícil mudar.

De toda forma, dizia-se na época que a reforma cambial instituída pela 204 havia se antecipado às exigências do FMI, possibilitando inclusive o empréstimo de 800 milhões de dólares que o Brasil veio a receber. Os setores nacionalistas se manifestaram contra isso, houve reações?

Não. A verdade é a seguinte: a 204 foi imaginada sem ligação alguma com as recomendações do FMI. A 204 já vinha sendo estudada há muito tempo na própria Sumoc. Portanto, não teve relação com o Fundo Monetário. Se o Fundo Monetário veio a recomendar as medidas que adotamos, foi pura coincidência.

62 Sobre a posição de Clemente Mariani, contrária às taxas múltiplas de câmbio que favoreciam as exportações de café do Sudeste em detrimento das exportações de cacau da Bahia, ver MARIANI, Clemente. *Depoimento -1978*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

Mas o senhor mesmo contou que houve reações fortes às negociações com o FMI no governo Juscelino. Prestes encabeçou uma manifestação ao presidente. No governo Jânio, a esquerda não reagiu?

Pode ser que tenha influído em críticas em jornais, mas não influiu diretamente, de maneira alguma.

O ministro Clemente Mariani não foi vitimado como o ministro Lucas Lopes?

Ah, não. Mesmo porque o presidente era outro. O presidente Jânio Quadros não iria tolerar uma manifestação contra o seu ministro. De maneira alguma. Temperamentos presidenciais completamente diferentes.

Quando Jânio Quadros assumiu a presidência, a dívida externa do país era grande.

Sim, porque não se pagava o que se importava, e iam-se acumulando as dívidas. Eram dívidas comerciais, e não propriamente dívidas feitas diretamente em bancos, para levantamento de recursos.

Logo no início do governo, foram enviadas duas missões para renegociar a dívida externa: uma à Europa, chefiada por Roberto Campos, e outra aos Estados Unidos, chefiada por Walter Moreira Sales. Qual foi o papel da Sumoc nessas negociações?

Ela recebia instruções do ministro e transmitia às pessoas que iam tratar das negociações.

O que essas missões obtiveram?

Havia uma dívida em prazo curto de importações que não tinham sido pagas, e elas obtiveram crédito para pagá-la. Quer dizer, transformaram uma dívida em curto prazo em dívida em médio prazo.

E obtiveram novos créditos?

Sim.

O balanço de pagamentos foi equacionado tanto via renegociação da dívida quanto via Instrução 204?

Sim.

Os conflitos do governo Jânio

Faziam parte do governo Jânio, de um lado, Clemente Mariani, e de outro, João Agripino [Filho], ministro do recém-criado Ministério das Minas e Energia. Clemente Mariani era a favor do ingresso do capital estrangeiro e da remessa de lucros, e João Agripino era contra. A seu ver, o próprio presidente Jânio era mais nacionalista ou mais internacionalista nesse ponto?

Acho que era mais internacionalista. Não era nacionalista, não.

Mas, de toda forma, havia esse conflito entre os dois ministros, a propósito da lei de remessa de lucros, e essas divergências chegavam até a imprensa.⁶³ Isso causava muita tensão?

Eu não acompanhava em primeiro plano. Minha atividade era limitada ao setor do Mariani, que não refletia esses conflitos.

Apesar de ele ser uma das figuras importantes no conflito?

Sim.

Houve um atrito entre Jânio Quadros e Clemente Mariani no final do governo. Alguns setores alegaram que a inflação não estaria caindo, outros apontavam para uma possível recessão. Nesse momento, Clemente Mariani chegou a apresentar um pedido de demissão, que não teria sido aceito por Jânio. O senhor se lembra disso?

Lembro. De fato o Clemente Mariani pediu demissão. Mas, como havia uma reunião no Uruguai, em Punta del Este, o presidente lhe

⁶³ Clemente Mariani relata que, ao ser solicitado pelo presidente Jânio Quadros a preparar um projeto de lei de remessa de lucros, incumbiu Octavio Bulhões da tarefa. O projeto Bulhões-Mariani entrou em choque com o de João Agripino, mas foi aprovado pelo presidente e enviado ao Congresso. Ver MARIANI, Clemente. *Depoimento -1978*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

pediu que comparecesse só depois cogitasse de sair.⁶⁴ Acontece que, quando o Mariani voltou, quem saiu foi o presidente.

O senhor ficou surpreso com a renúncia de Jânio?

Todos ficaram.

Hoje, passados quase 30 anos da renúncia, como o senhor a explica? Era um golpe, como diz a literatura?

Ah, isso eu não sei explicar.

Como foi recebida a notícia no Ministério da Fazenda, na Sumoc?

Clemente Mariani já estava praticamente desligado do ministério. Portanto, eu também estava.

Mas o fato é que Clemente Mariani permaneceu no interregno [Pascoal Ranieri] Mazzilli e saiu quando entrou João Goulart.⁶⁵ E o senhor continuou no governo Goulart durante o período parlamentarista.

Continuei. Mas, naquele momento, a minha intenção era sair com o ministro Clemente Mariani

Por que o senhor continuou?

Porque com certeza o substituto do Clemente Mariani pediu que eu continuasse na Sumoc.⁶⁶ Então, continuei.

64 Em agosto de 1961, os representantes das repúblicas americanas que faziam parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniram-se em Punta del Este para formalizar um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina que ficou conhecido como Aliança para o Progresso.

65 Apresentada a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, e estando o vice-presidente João Goulart em viagem oficial à China, assumiu o governo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Entre 26 de agosto e 4 de setembro, desenvolveu-se uma luta entre os ministros militares, que se opunham à posse de Goulart, e os partidários da “legalidade”, favoráveis à posse de acordo com a Constituição, entre os quais se incluía o comandante do III Exército, general José Machado Lopes. A solução para o impasse foi a adoção do parlamentarismo, que, aprovado pelo Congresso em 2 de setembro, permitiu a posse de Goulart no dia 7. Ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 246-60.

66 O ministro da Fazenda nomeado por João Goulart era Walter Moreira Sales.

Consta que, no período intermediário entre a renúncia de Jânio e a posse de Goulart, emitiu-se muito.

É possível que sim, não me lembro. É possível que tivesse havido um abalo, uma certa perda de confiança, uma corrida aos bancos. E houve necessidade de suprir moeda por causa disso, por efeitos políticos.

A Sumoc e o governo Goulart

O senhor permaneceu à frente da Sumoc até o final de 1962. Foi um período confuso, com uma sucessão de gabinetes parlamentares. Como a Sumoc atuou nesse momento?

Lembro que eu tinha uma certa liberdade de atuar. Tanto que, quando o Congresso estava votando uma nova lei de remessa de lucros que tornava a remessa praticamente proibitiva, expus ao ministro da Fazenda que isso seria inconveniente para o Brasil. E, baseado no que eu havia dito, o ministro Moreira Sales dirigiu-se ao primeiro-ministro, que naquela época era Tancredo [de Almeida] Neves. Durante esse período, a Sumoc se bateu muito contra a modificação da lei de remessa de lucros. Finalmente a lei foi votada. Pedi então ao presidente que a vetasse. Ele não vetou, mas também não sancionou. Com isso, a lei voltou ao Congresso, para ser homologada. E a homologação foi feita à noite, com poucos deputados e senadores.⁶⁷

Fui então à televisão e disse que aquilo tinha sido um ato de lesa-pátria. É claro que no dia seguinte fui chamado pelo primeiro-ministro, na época já o Hermes Lima, que aliás era meu amigo. Ele me disse que eu tinha que ser demitido depois do que havia dito. Respondi: “Muito bem, eu saio. Mas que eles praticaram um ato de lesa-pátria, praticaram mesmo”. Foi assim que fui demitido da Sumoc. Mas isso mostra que a Sumoc estava trabalhando com toda a sua autoridade e toda a sua liberdade.

67 Em meio a um clima de intenso debate político, em 3 de setembro de 1962, foi aprovada a Lei 4.131, baseada no substitutivo de Celso Teixeira Brant ao projeto enviado por Jânio Quadros ao Congresso em 1961, elaborado por Octavio Bulhões e Clemente Mariani. Os artigos mais restritivos dessa lei, relativamente à remessa de lucros do capital estrangeiro, seriam revogados pela Lei 4.390, de 29 de agosto de 1964. Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

Qual era seu argumento contra a nova lei de remessa de lucros?

É que, no fundo, a lei proibia a remessa. E, não podendo remeter lucro, ninguém traz capital para investir no país.

Mas, desde 1957, o Brasil estava vivendo uma queda dos investimentos privados e públicos. Não era natural que o Estado se preocupasse em impedir a remessa de lucros nessa situação?

Mas, se além dos prejuízos, há uma lei que proíbe a remessa de lucros, essa proibição vai prejudicar ainda mais o ambiente favorável a entrada de recursos do exterior. Pelo menos não devíamos agravar o mal. Devíamos deixar como estava.

Pensando na situação atual, da década de 1980: o Brasil tem vivido também uma queda de investimentos, inclusive estrangeiros e, no entanto, a remessa de lucros tem sido enorme.

Ah, mas aí a culpa não é dos estrangeiros. Aí a culpa é dos brasileiros. As grandes remessas que estão sendo feitas agora, do Brasil para o exterior, são de brasileiros. Os estrangeiros são inocentes nisso.

Mas o fato é que agora, como em 1961, está havendo um decréscimo constante de investimentos estrangeiros e uma enorme evasão de divisas.

Pois é. As condições políticas são muito parecidas. São de desordem, de greve, de falta de confiança. Muito parecidos, João Goulart e a situação atual. Quando vocês falam em evasão de divisas é porque o exportador exporta e mantém o dinheiro lá fora, não traz para o país. Tudo isso advém da falta de confiança, da indisciplina. De modo que é o povo misturado com o governo, todos atuando mal. É a desesperança, desordem. E o que precisamos é de ordem, disciplina essa é que é a verdade.

O senhor considera que o período Goulart foi um momento máximo de desorganização?

Ah, sim. O período do Jango é a flor da desordem. E agora está se repetindo.

No período em que o senhor permaneceu na Sumoc, essa desorganização não lhe causava apreensão quanto ao futuro do governo, o futuro do país?

É possível que sim. Lembro que havia uma desordem enorme, muitas greves, muitos comícios, uma balbúrdia. Mas o que é que eu podia fazer? Não podia fazer nada.

Como é que o senhor, um homem que prega tanto a estabilidade monetária, pôde conviver com isso, como membro do governo?

Pois é. Eu devia estar perplexo. Mas pelo menos eu estava distraído com o combate à lei de remessa de lucros. Eu enviava cartas e ofícios ao ministro e ao presidente dizendo que, a meu ver, a lei era nefasta ao país.

A preocupação com a lei de remessa de lucros ficou acima da preocupação com a estabilidade monetária?

Não. É que estabilidade monetária naquele momento era impossível. Era impossível dirigir qualquer coisa. Pelo menos, podia-se evitar o que era evitável.

Em fins de 1962, Celso Furtado apresentou o Plano Trienal, que tentava harmonizar uma política de estabilização com as reformas de base, voltadas para o desenvolvimento. Era possível compatibilizar as duas coisas num mesmo programa?

Não. Tinha que haver prioridade de uma delas. Não podia ser simultâneo. Primeiro um, depois o outro. Simultâneo não funciona.

O senhor acompanhou o Plano Trienal?

Não.

As reformas que o Plano Trienal apontava, como a reforma bancária, fiscal, administrativa, indicavam algumas necessidades que seriam atendidas mais tarde, quando o senhor foi ministro da Fazenda do governo Castelo Branco. A necessidade de mudar os instrumentos de administração da economia estava clara desde aquela época?

Acho que estava.

Fernando Henrique Cardoso tem um trabalho onde aponta semelhanças entre o Plano Trienal e o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) do governo Castelo Branco.⁶⁸ A grande diferença entre os dois teria sido na implementação: o Plano Trienal não conseguiu ser posto em prática, enquanto o Paeg foi implementado por meio de instrumentos autoritários.

Não sei dizer se o Paeg era parecido com o Plano Trienal ou não porque não o conhecia. Nem o próprio Paeg eu conheço direito.

A queda de Jango

No período que precedeu a Revolução de 1964, que tipo de crítica o senhor e a equipe de economistas que iria posteriormente participar do governo Castelo Branco faziam ao governo Goulart?

A parte crítica devia dizer respeito ao aspecto econômico. Havendo muito *deficit*, não havendo controle das despesas e existindo uma tendência de hostilidade à iniciativa particular, esses elementos passaram a exigir da equipe dos economistas uma correção, de modo que o desequilíbrio econômico não fosse agravado.

O senhor considera que aspectos mais políticos, como a quebra da hierarquia militar, a questão da reforma agrária, também foram radicalizando a situação?

Talvez tenham sido esses movimentos políticos que agravaram a crise econômica, exigindo da parte dos economistas uma modificação de atitude.

Ao que parece, a classe média também estava preocupada com isso.

Sim. A classe média apoiou muito esse movimento de reação contra o desequilíbrio econômico.

68 Ver CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. Em LAFER, Beth Mindlin. *O planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 161-184.

E quando começou a se agravar esse desequilíbrio?

Não posso precisar exatamente a data ou a época. Sei que a situação desagradável foi se acelerando rapidamente.

Pode-se dividir o governo Goulart em três fases: a primeira seria a do parlamentarismo com Tancredo Neves; a segunda, ainda parlamentarista, pós-Tancredo Neves; e a terceira, após o plebiscito de 1963, da volta ao presidencialismo. Como o senhor compara esses três períodos?

Não há propriamente uma separação. Pode-se falar em fases de agravamento. Todas elas foram ruins, mas foram se agravando. E a última fase se tornou insuportável.

Onde eram discutidos esses assuntos pelos economistas?

Esses assuntos eram conversados na Sumoc, no Ministério da Fazenda, no Banco do Brasil e, de modo geral, nas reuniões sociais.

Essas conversas se passavam no nível da preocupação ou da proposta de uma reação mais séria?

As minhas conversas eram apenas de preocupação. Nunca participei de nenhum movimento mais grave de substituição de governo.

O senhor não participou da conspiração?

Nunca participei.

Nem tinha notícia?

Nem tinha notícia.

O senhor acha que uma das causas fundamentais da queda de Goulart teria sido sua tentativa de incorporar contingentes que estavam à margem dos benefícios da sociedade num momento em que a economia não estava crescendo?

Não sei dizer se isso foi fator decisivo, mas tenho a impressão de que o que levou ao movimento de deposição do governo foi o *meeting*

havido em frente da Central do Brasil. O presidente compareceu, e a população ficou perplexa.⁶⁹ Acho que esse foi o ato provocador da revolução. Aí a desordem tornou-se evidente. Aí já não contava mais a parte econômica.

O Ipes

Antes da Revolução de 1964, o Ipes teve um papel muito importante nas discussões econômicas e políticas.⁷⁰ O senhor participou desse organismo?

Não. Não participei desse organismo. Apenas fiz algumas conferências lá. Fazia-se a palestra, várias pessoas compareciam e discutiam os problemas mais cruciais

O senhor teve contatos no Ipes com o general Golbery [do Couto e Silva]?

Tive. Era muito ativo e muito culto. Um homem de grande inteligência, perspicácia e energia. Era um líder de fato.

Ele entendia de assuntos econômicos?

Entendia, de uma maneira geral. Não detalhadamente, mas entendia.

Outra pessoa que foi importante no Ipes foi Jorge Oscar de Melo Flores, que era banqueiro e conselheiro da Fundação Getúlio Vargas. O senhor tinha contato com ele?

Tinha. Outro era o Harold [Cecil] Polland. Esse é que foi muito importante.

69 O chamado Comício da Central foi realizado no dia 13 de março de 1964 na Praça da República, em frente da estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Na presença de 150 mil pessoas, o presidente João Goulart confirmou a decisão de seu governo implementar as chamadas “reformas de base”. Ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p.344-355.

70 A ideia do Ipes foi lançada no final de 1960 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro liderado por Gilbert Huber Júnior. e Glycon de Paiva, estendendo-se em seguida a São Paulo, sob a liderança de João Batista Leopoldo Figueiredo. O instituto foi criado oficialmente em 29 de novembro de 1961, como uma “agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos”. Ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder o golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

E Glycon de Paiva?

Também. Eu conversava muito com ele e com o Gilbert Huben.

O senhor concorda que o Ipes desempenhou um papel importante naquele momento?

Deve ter preparado bem o espírito dos que assumiram a liderança.

Havia contato do Ipes com a ESG? O senhor também fez palestras lá?

Fiz, mas não propriamente em ligação com o Ipes.

E o senhor gostava do ambiente de estudos da ESG?

Gostava. Havia uma troca de pontos de vista da esfera militar com a esfera civil.

É interessante notar que muitos dos integrantes do Ipes depois vieram a fazer parte do governo Castelo Branco. Isso nos leva a pensar que o Ipes agiu como uma espécie de laboratório técnico alternativo à equipe de João Goulart. Denio Nogueira, por exemplo, que elaborou no Ipes um projeto de reforma bancária, tornou-se presidente do BCB.⁷¹

Denio Nogueira foi para o BCB por indicação minha, porque eu já o conhecia há muito tempo e ele era o diretor da Sumoc. Era natural que fosse o primeiro presidente do BCB. Mas isso não teve relação alguma com essa instituição.

71 Outros membros do Ipes também participaram do governo Castelo: Garrido Torres tornou-se presidente do BNDE, Harold Polland presidiu o Conselho Nacional de Economia, Glycon de Paiva tornou-se membro desse mesmo Conselho, Paulo de Assis Ribeiro foi nomeado presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Roberto Campos, ministro do Planejamento, também fez palestras no Ipes.

Anexo: Composição do Conselho da Sumoc

(de fevereiro de 1945 a abril de 1965)

Presidente da República
GETULIO DORNELLES VARGAS

Diretor-Executivo
JOSÉ VIEIRA MACHADO (5/2/1945 a 8/2/1951)

Presidente
ARTUR DE SOUSA COSTA (min. Faz. 24/7/1934 a 29/10/1945)

Vice-Presidente
JOÃO MARQUES DOS REIS (pres. Banco do Brasil 30/11/1937 a 6/11/1945)

Diretor da Carteira de Redesconto
JOSÉ VIEIRA MACHADO

Diretor da Carteira de Câmbio
ALBERTO DE CASTRO MENESES

Presidente da República
JOSÉ LINHARES

Diretor-Executivo
JOSÉ VIEIRA MACHADO

Presidente
JOSÉ PIRES DO RIO (min. Faz. 1º/11/1945 a 1º/2/1946)

Vice-Presidente
MANUEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO (pres. Banco do Brasil 22/11/1945 a 16/6/1949)

Diretor da Carteira de Redesconto
JOSÉ VIEIRA MACHADO

Diretor da Carteira de Câmbio
ALBERTO DE CASTRO MENESES

Presidente da República

EURICO GASPAR DUTRA

Diretor-Executivo

JOSÉ VIEIRA MACHADO

Presidente

GASTÃO DA COSTA CARVALHO VIDIGAL (min. Faz. 1º/2/1946 a 15/10/1946)

Vice-Presidente

MANUEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Diretor da Carteira de Redesconto

JOSÉ VIEIRA MACHADO

Diretor da Carteira de Câmbio

ALBERTO DE CASTRO MENESES

Presidente da República

EURICO DUTRA

Diretor-Executivo

JOSÉ VIEIRA MACHADO

Presidente

PEDRO LUÍS CORREIA E CASTRO (min. Faz. 21/10/1946 a 10/6/1949)

Vice-Presidente

MANUEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO

Diretor da Carteira de Redesconto

OVÍDIO XAVIER DE ABREU

Diretor da Carteira de Câmbio

ALBERTO DE CASTRO MENESES

Presidente da República

EURICO DUTRA

Diretor-Executivo

JOSÉ VIEIRA MACHADO

Presidente

MANUEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO (min. Faz. 10/6/1949 a 31/1/1951)

Vice-Presidente

OVÍDIO XAVIER DE ABREU (pres. Banco do Brasil 29/7/1949 a 18/12/1950)

Diretor da Carteira de Redesconto

PEDRO DE MENDONÇA LIMA

Diretor da Carteira de Câmbio

ALBERTO DE CASTRO MENESES

Presidente da República

GETULIO DORNELLES VARGAS

Diretor-Executivo

WALTER MOREIRA SALES (22/2/1951 a 8/5/1952)

Presidente

HORÁCIO LAFER (min. Faz. 1º/2/1951 a 15/6/1953)

Vice-Presidente

RICARDO NAMI JAFET (pres. Banco do Brasil 2/1/1951 a 14/1/1953)

Diretor da Carteira de Redesconto

ARMANDO DE ALMEIDA ALCÂNTARA

Diretor da Carteira de Câmbio

FERNANDO D. CADAVAL

Presidente da República

GETULIO DORNELLES VARGAS

Diretor-Executivo

EGÍDIO DE CÂMARA SOUSA (8/5/1952 a 19/9/1952)

Presidente

HORÁCIO LAFER

Vice-Presidente

RICARDO NAMI JAFET

Diretor da Carteira de Redesconto

EGÍDIO DE CÂMARA SOUSA

Diretor da Carteira de Câmbio

FERNANDO D. CADAVAL

Presidente da República

GETULIO DORNELLES VARGAS

Diretor-Executivo

JOSÉ SOARES MACIEL FILHO (19/9/1952 a 31/8/1954)

Presidente

OSVALDO E. SOUZA ARANHA (min. Faz. 16/6/1953 a 24/8/1954)

Vice-Presidente

MARCOS CLEMENTE DE SOUSA DANTAS (pres. Banco do Brasil 18/8/1953 a 6/9/1954)

Diretor da Carteira de Redesconto

JOSÉ MARIA ALKMIN

Diretor da Carteira de Câmbio

JOÃO CÂNDIDO DE ANDRADE DANTAS

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

LUÍS DE MORAIS BARROS

Presidente do BNDE

VALDER DE LIMA SARMANHO

Presidente da República

JOÃO CAFÉ FILHO

Diretor-Executivo

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES (31/8/1954 a 17/5/1955)

Presidente

EUGÊNIO GUDIN FILHO (min. Faz. 25/8/1954 a 12/4/1955)

Vice-Presidente

CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT (pres. Banco do Brasil 6/9/1954 a 14/4/1955)

Diretor da Carteira de Redesconto

AUGUSTO MÁRIO CALDEIRA BRANT

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

VALDER DE LIMA SARMANHO

Presidente da República

JOÃO CAFÉ FILHO

Diretor-Executivo

PRUDENTE DE MORAIS NETO (17/5/1955 a 18/10/1955)

Presidente

JOSÉ MARIA WHITAKER (min. Faz. 13/4/1955 a 10/10/1955)

Vice-Presidente

ALCIDES DA COSTA CARVALHO VIDIGAL (pres. Banco do Brasil 14/4/1955 a 15/10/1955)

Diretor da Carteira de Redesconto

AUGUSTO MÁRIO CALDEIRA BRANT

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

GLYCON DE PAIVA TEIXEIRA

Presidente da República

JOÃO CAFÉ FILHO, CARLOS COIMBRA DA LUZ, NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

Diretor-Executivo

INAR DIAS DE FIGUEIREDO (18/10/1955 a 12/3/1956)

Presidente

MÁRIO LEOPOLDO PEREIRA DA CÂMARA (min. Faz. 11/10/1955 a 31/1/1956)

Vice-Presidente

AUGUSTO MÁRIO CALDEIRA BRANT (pres. Banco do Brasil 17/11/1955 a 16/2/1956)

Diretor da Carteira de Redesconto

TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

GLYCON DE PAIVA TEIXEIRA

Presidente da República

JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA

Diretor-Executivo

EURICO DE AGUIAR SALES (12/3/1956 a 6/11/1957)

Presidente

JOSÉ MARIA ALKMIN (min. Faz. 1/2/1956 a 24/6/1958)

Vice-Presidente

SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA (pres. Banco do Brasil 16/2/1956 a 3/6/1959)

Diretor da Carteira de Redesconto

TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

LUCAS LOPES

Presidente da República

JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA

Diretor-Executivo

JOSÉ JOAQUIM CARDOSO DE MELO NETO (6/11/1957 a 7/7/1958)

Presidente

JOSÉ MARIA ALKMIN

Vice-Presidente

SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA

Diretor da Carteira de Redesconto

TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

FRANCISCO ANTUNES MACIEL FILHO

Presidente da República

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Diretor-Executivo

JOSÉ GARRIDO TORRES (7/7/1958 a 18/3/1959)

Presidente

LUCAS LOPES (min. Faz. 25/6/1958 a 3/6/1959)

Vice-Presidente

SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA

Diretor da Carteira de Redesconto

MAURÍCIO CHAGAS BICALHO

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

Presidente da República

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Diretor-Executivo

MARCOS CLEMENTE DE SOUSA DANTAS (18/3/1959 a .../6/1960)

Presidente

SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA (min. Faz. 4/6/1959 a 31/1/1961)

Vice-Presidente

MAURÍCIO CHAGAS BICALHO (pres. Banco do Brasil 3/6/1959 a 1/6/1960)

Diretor da Carteira de Redesconto

JOAQUIM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

LÚCIO MEIRA

Presidente da República

JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA

Diretor-Executivo

FRANCISCO VIEIRA ALENCAR (.../6/1960 a 1º/2/1961)

Presidente

SEBASTIÃO PAES DE ALMEIDA

Vice-Presidente

MAURÍCIO CHAGAS BICALHO/CARLOS CARDOSO

Diretor da Carteira de Redesconto

CARLOS CARDOSO

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

LÚCIO MEIRA

Presidente da República

JÂNIO DA SILVA QUADROS

Diretor-Executivo

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES (1º/2/1961 a 31/12/1962)

Presidente

CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT (min. Faz. 1º/2/1961 a 8/9/1961)

Vice-Presidente

JOÃO BATISTA LEOPOLDO FIGUEIREDO (pres. Banco do Brasil 1º/2/1961 a 11/9/1961)

Diretor da Carteira de Redesconto

JOSÉ OTÁVIO DA SILVA LEME

Diretor da Carteira de Câmbio

PAULO AFONSO POOCK CORREIA

Diretor da Carteira de Comércio Exterior

JOAQUIM INÁCIO TOSTA FILHO

Presidente do BNDE

JOSÉ VICENTE FARIA LIMA

Presidente da República

JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART

Diretor-Executivo

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Presidente

WALTER MOREIRA SALES (min. Faz. 9/9/1961 a 14/9/1962)

Vice-Presidente

NEI NEVES GALVÃO (pres. Banco do Brasil 12/9/1961 a 21/7/1963)

Diretor da Carteira de Redesconto

JÚLIO DE SOUSA AVELAR

Diretor da Carteira de Câmbio

WERTHER TEIXEIRA DE AZEVEDO

Diretor de Comércio Exterior
ANTÔNIO ARNALDO GOMES TAVEIRA

Presidente do BNDE
LEOCÁDIO ANTUNES

Presidente da República
JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART

Diretor-Executivo
OTÁVIO AUGUSTO DIAS CARNEIRO (1º/3/1963 a .../5/1964)

Presidente
FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS (min. Faz. 24/1/1963 a 20/6/1963)

Vice-Presidente
NEI NEVES GALVÃO

Diretor da Carteira de Redesconto
HUGO DE ARAÚJO FARIA

Diretor da Carteira de Câmbio
ELEUTÉRIO PROENÇA DE GOUVEIA

Diretor de Comércio Exterior
JUVENAL OSÓRIO GOMES

Ministro da Indústria e do Comércio
EGÍDIO MICHAELSEN

Ministro Extraordinário do Planejamento e Diretor da Sudene
CELSO MONTEIRO FURTADO

Presidente do BNDE
LEOCÁDIO ANTUNES

Presidente da República
JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART

Diretor-Executivo
OTÁVIO AUGUSTO DIAS CARNEIRO

Presidente
CARLOS ALBERTO DE CARVALHO PINTO (min. Faz. 21/6/1963 a 19/12/1963)

Vice-Presidente

NILO MEDINA COELI (pres. Banco do Brasil 22/7/1963 a 19/12/1964)

Diretor da Carteira de Redesconto

HUGO DE ARAÚJO FARIA

Diretor da Carteira de Câmbio

ELEUTÉRIO PROENÇA DE GOUVEIA

Diretor de Comércio Exterior

JUVENAL OSÓRIO GOMES

Ministro da Indústria e do Comércio

EGÍDIO MICHAELSEN

Ministro Extraordinário do Planejamento e Diretor da Sudene

CELSO MONTEIRO FURTADO

Presidente do BNDE

GENIVAL DE ALMEIDA SANTOS

Presidente da República

JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART

Diretor-Executivo

OTÁVIO AUGUSTO DIAS CARNEIRO

Presidente

NEI NEVES GALVÃO (min. Faz. 20/12/1963 a 3/4/1964)

Vice-Presidente

NILO MEDINA COELI/ARNALDO VALTER BLANK

Diretor da Carteira de Redesconto

HUGO DE ARAÚJO FARIA

Diretor da Carteira de Câmbio

ELEUTÉRIO PROENÇA DE GOUVEIA

Diretor de Comércio Exterior

JUVENAL OSÓRIO GOMES

Ministro da Indústria e do Comércio

EGÍDIO MICHAELSEN

Ministro Extraordinário do Planejamento e Diretor da Sudene
CELSO MONTEIRO FURTADO

Presidente do BNDE
GENIVAL DE ALMEIDA SANTOS

Presidente da República
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

Diretor-Executivo
DENIO CHAGAS NOGUEIRA (.../5/1964 a 14/4/1965)

Presidente
OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES (min. Faz. 4/4/1964 a 16/3/1967)

Vice-Presidente
LUÍS DE MORAIS BARROS (pres. Banco do Brasil 15/5/1964 a 20/3/1967)

Diretor da Carteira de Redesconto
CASIMIRO ANTÔNIO RIBEIRO

Diretor da Carteira de Câmbio
LUÍS BIOLCHINI

Diretor de Comércio Exterior
ALDO BATISTA FRANCO DA SILVA SANTOS

Ministro da Indústria e do Comércio
DANIEL AGOSTINHO FARACO

Ministro do Planejamento
ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

Superintendente da Sudene
JOÃO GONÇALVES DE SOUSA

Presidente do BNDE
JOSÉ GARRIDO TORRES

O Ministro da Fazenda

A montagem da equipe econômica

Após a queda do João Goulart, em abril de 1964,⁷² como o senhor foi convidado para o Ministério da Fazenda?

Eu estava fazendo uma palestra em São Paulo quando recebi a comunicação de que, ao chegar ao Rio, deveria me dirigir ao Quartel-General, em frente à Central do Brasil. Lá encontrei o Mazzilli, que já tinha assumido a presidência, e ele então me convidou para ocupar a pasta da Fazenda.

Em 15 de abril de 1964, tomou posse o presidente Castelo Branco, e o senhor foi confirmado no cargo. O senhor já o conhecia?

Não. Meu primeiro contato com ele aconteceu quando fui chamado pelo Mazzilli. Naturalmente, o Mazzilli me apresentou aos generais que estavam lá, inclusive o Castelo Branco, e de conversa em conversa acabei sendo confirmado.

Que impressão o senhor teve de Castelo Branco?

Ele parecia um pouco retraído, mas não era. Manifestava logo os seus pensamentos, era dotado de muito bom senso e conhecimento.

72 O movimento político-militar de 31 de março de 1964 afastou o presidente João Goulart, que em 2 de abril foi substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. O poder de fato ficou nas mãos da junta militar formada pelos ministros general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. A 9 de abril, o Comando Supremo da Revolução baixou o Ato Institucional 1, determinando a eleição em 48 horas dos novos presidente e vice-presidente da República pelo Congresso Nacional, cassando os mandatos legislativos daqueles que representassem ameaça à “segurança do Estado ou do regime democrático e a integridade moral da administração pública”. No dia 11 de abril, o Congresso elegeu o general Humberto de Alencar Castelo Branco chefe do Estado-Maior do Exército. Ver FIECHTER, Georges André. *O regime modernizado do Brasil, 1964-1972; estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 1974, p. 53-57.

Ele tinha noções de economia? Sabia o que desejava?

Sim. Como presidente, o que o caracterizava acima de tudo era servir ao país, quer isso afetasse ou não sua popularidade. Nisso ele se revelou um grande estadista. Em segundo lugar, ele não tinha rancor aos adversários, tolerava muito bem a crítica. Em terceiro lugar, procurava explicar diretamente aos líderes políticos as medidas que tinha em vista tomar. Ouvia muito, os empresários, o público em geral. Todas as suas resoluções eram tomadas com minuciosa audiência prévia. Finalmente, tinha energia para manter os atos assumidos, uma energia rara, que hoje não se vê.

O convívio pessoal com o presidente era fácil?

Muito. Era um homem afável, bondoso de natureza, muito cortês, muito civilizado.

A equipe econômica do governo Castelo era muito coesa: o senhor no Ministério da Fazenda, Denio Nogueira na Sumoc, Casimiro Ribeiro na Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, Garrido Torres no BNDE. Foi o senhor quem escolheu essa equipe?

Sim. Essa equipe vinha trabalhando mais ou menos junta há muito tempo, em governos passados, não de uma maneira efetiva, mas por meio de conversas sistemáticas. Eu já disse antes que uma das finalidades da Sumoc era o preparo de pessoal para a política financeira do país. De modo que, quando chegou 1964, essa equipe já estava não só formada, como bem informada. Sendo eu obrigado a designar pessoas, fui designando as que faziam parte desse grupo, que eu já conhecia.

O senhor escolheu sua equipe e depois a apresentou ao presidente?

Não. A escolha foi feita com ele. E o presidente do Banco do Brasil, Luís de Moraes Barros, foi ele quem escolheu, com certeza por indicação de banqueiros de São Paulo. Eu havia escolhido o Arnaldo Blank, que colocou o cargo à disposição e foi designado para a Caixa Econômica. Mas a indicação de Luís de Moraes Barros foi muito feliz. Eu não o conhecia, passei a conhecê-lo e a admirá-lo profundamente.

Pouco depois de iniciado o governo Castelo, foi criado o Ministério do Planejamento. Como se deu a entrada de Roberto Campos nesse ministério?

Quando se criou o Planejamento, o presidente logo chamou o Roberto Campos e perguntou-lhe se podia trabalhar comigo. Ele disse que sim e, da mesma maneira eu, quando fui consultado, fiquei muito satisfeito em ser ele designado ministro. Há muitos anos tínhamos as mesmas ideias e, portanto, não havia dificuldade alguma em trabalharmos juntos.

Antigamente havia muito menos ministérios do que hoje. Em sua opinião, é melhor haver poucos ou muitos ministérios?

Poucos ministérios é melhor. Agora, o que é necessário é que haja uma compreensão geral dos fenômenos pelos ministros, sejam eles muitos ou poucos. É necessário que todos compreendam a política que está sendo adotada.

Como o senhor vê o Ministério do Planejamento, que afinal é uma criação relativamente recente?

É muito bom que exista, porque o preparo do orçamento é uma coisa complexa, e é preciso falar com todos os outros ministérios. É necessário haver um Ministério do Planejamento.

Naquela época, o Ministério da Fazenda ainda estava no Rio. O senhor ficava no Rio, tinha que ir a Brasília, como funcionava?

Eu ficava quase todo o tempo no Rio. O presidente também vinha muito aqui.⁷³ Brasília ainda estava muito no começo, e poucos ministérios tinham se mudado para lá.

O Ministério do Planejamento ficava dentro do Ministério da Fazenda?

Ficava.

73 Roberto Campos e Octavio Bulhões fizeram um acordo com o presidente Castelo Branco para com ele despachar às segundas-feiras de manhã no Rio de Janeiro.

O que significa que o senhor devia ter um entendimento quase diário com Roberto Campos.

É claro.

Em determinados momentos, há necessidade de os ministérios terem contato com a Câmara e o Senado. O senhor ia a Brasília conversar com parlamentares?

Não muito. Mas, algumas vezes, ia prestar informações à Câmara e ao Senado.

No governo Castelo, ao contrário do que havia acontecido no período Goulart, foi dada maior importância aos ministérios da área econômica do que aos da área política. Como o senhor explica isso?

Não sei se foi dada primazia. Com certeza, a primazia advinha do momento, porque havia necessidade de atacar os problemas econômicos. Por isso, esses ministérios se destacaram mais. Mas não que houvesse o propósito de fazê-los superiores aos outros.

A busca do equilíbrio orçamentário

Quais eram os primeiros pontos a serem atacados pela política econômica do governo?

O ponto principal era eliminar a inflação, que estava muito forte. Equilibrar o orçamento. Enfim, essas coisas que dizemos e repetimos até hoje.

Em 1964, a inflação era de mais de 90%. Houve, portanto, um consenso quanto à urgência de combatê-la?

Sim. As condições eram de tal ordem que a convergência para a prioridade do combate à inflação tornou-se um imperativo.

Havia também um consenso quanto ao diagnóstico da inflação?

Sim. Isso não é difícil. Que a inflação no Brasil é devida ao desequilíbrio orçamentário, ao *deficit* público, isso é coisa que vem de longe, não há novidade alguma. Certamente a inflação também tinha outros motivos. Por exemplo, a formação de reservas no exterior trazia impulsos inflacionários. Mas a causa preponderante era o desequilíbrio orçamentário. Desde o governo Campos Sales, desde o governo Artur Bernardes, o combate à inflação era visado. Era preciso sobretudo corrigir o desequilíbrio orçamentário.

Como se pretendia na época fazer essa correção?

Tinha-se que fazer uma revisão do orçamento, verificar quais eram as despesas indispensáveis e aquelas que podiam ser diminuídas. Uma tarefa minuciosa e trabalhosa. Feito isso, a mesma coisa na parte da receita. Ver os impostos que poderiam ser aumentados sem grandes sacrifícios. Enfim, essa revisão foi um trabalho metucioso e criterioso, que exigiu muita paciência

O presidente Castelo Branco apoiou a ideia de equilibrar o orçamento?

Apoiou. Tanto assim que foi mandado um novo orçamento ao Congresso, para vigorar no ano de 1964. No orçamento que estava em vigor, a receita não alcançava a metade da despesa. Ora, isso significava que não se podia combater a inflação. No novo orçamento, conseguiu-se não um total equilíbrio, mas um desequilíbrio muito menor do que o que estava consignado anteriormente.

Houve um corte significativo de despesas?

Ah, sim. No primeiro momento, foi tudo restringido. Despesas, tudo. Restrições generalizadas.

Tendo em vista o propósito de restringir as despesas, como foi a convivência dos ministérios da Fazenda e do Planejamento com os demais?

Naturalmente, havia uma ideia de cooperação, e todos estavam dispostos a reduzir as despesas, ou ao menos a não as aumentar. Esse forte espírito de cooperação vinha do exemplo do presidente da República. Ele é quem reunia os ministros e expunha os problemas e as medidas que deveriam ser tomadas. Mas a ligação entre os ministérios, por determinação do presidente, era feita pelo Roberto Campos.

E o que foi feito no sentido de aumentar a receita?

Existem duas maneiras de equilibrar o orçamento: reduzindo as despesas ou aumentando a receita. O *deficit* era tão grande que nós tínhamos que atacar de ambos os lados. Mas aumentar a receita apenas com a elevação da receita tributária não era o bastante. Era preciso adicionar a receita proveniente da venda de títulos públicos no mercado. Ora, naquela época isso era muito difícil, porque as apólices anteriormente emitidas pelo governo estavam completamente desacreditadas, já que a inflação havia prejudicado muito o seu valor. Além disso, a remuneração dos títulos não era suficiente para cobrir as perdas de capital. Esse foi o motivo de se ter procurado restabelecer o crédito público, aproveitando a ideia da correção monetária e oferecendo naturalmente um juro mais elevado.

O senhor se refere às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs),⁷⁴ que foram lançadas juntamente com a correção monetária em julho de 1964?

Sim. Mas a correção monetária decorreu principalmente do fato de que os impostos e as contribuições para a Previdência Social não eram pagos em dia, uma vez que a multa era inferior à rentabilidade que as empresas poderiam obter gerindo essas importâncias em seus negócios. A correção monetária obrigou ao pagamento em dia dos

74 A ORTN foi criada pela Lei 4.357, de 16 de julho de 1964. A taxa de variação do valor da ORTN em um trimestre era igual à taxa de inflação do penúltimo trimestre, medida por uma média móvel de três meses do Índice de Preços por Atacado (IPA), calculado pela FGV. Ver BARBOSA, Fernando de Holanda. *A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1983, p. 32-36.

impostos e contribuições, o que ajudou muito a recuperar a receita do Tesouro. Mas isso ainda não era o bastante. Havia necessidade de mais receita. Daí a ideia de se organizar o novo orçamento para 1964, cortando-se as despesas que poderiam ser eliminadas sem prejudicar os serviços públicos e, ao mesmo tempo, aumentando-se a receita via acréscimo de impostos e via venda de títulos públicos no mercado. Havia necessidade de dar credibilidade ao título, e isso foi conseguido com a correção monetária.

Quem introduziu a ideia da correção monetária?

Essa ideia foi introduzida por [José Luís] Bulhões Pedreira.⁷⁵ Foi ele quem fez a sugestão, como já disse, com o propósito de acelerar o pagamento dos débitos fiscais e da Previdência Social. Aproveitou-se a ideia para prestigiar o título público e, diante dos bons resultados obtidos, verificou-se que era conveniente adotar também a correção para a poupança em geral: depósitos a prazo, cadernetas de poupança etc.

De início a correção era trimestral?

Era. Só de 3 em 3 meses é que se corrigia.

Quem fazia o cálculo da correção?

Tenho a impressão de que, naquela época, já havia índice de preços. E era com base no índice que se fazia a correção.

O índice de preços era calculado pela FGV?

Sim.

Então a Fundação era responsável pelo cálculo da correção?

Indiretamente, sim.

75 José Luís Bulhões Pedreira (1925-2006), advogado e tributarista, além de ter sido o idealizador da correção monetária, foi o autor da lei das sociedades anônimas. Ver *Ângelo de Souza, Depoimento - 1989*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

Se a correção monetária por um lado mantinha o valor real da arrecadação, por outro ela não realimentava a inflação?

A correção não é retroalimentadora da inflação se o prazo for grande. Agora, se o prazo for curto, ela realimenta. Como hoje, por exemplo. Ah, hoje ela é tremenda.

Inflação Corretiva e Gradualismo

No governo Castelo, ocorreu também um aumento das tarifas dos serviços públicos?

Sim. O grande mérito do governo do presidente Castelo Branco, sob a orientação de Roberto Campos, foi ter levado a efeito uma política tarifária adequada à remuneração dos investimentos.

Esse reajuste das tarifas foi feito por um processo de inflação corretiva. Poderia explicar isso?

A inflação corretiva significava a supressão da inflação reprimida: significava permitir que a taxa de câmbio e as tarifas de serviços públicos fossem reajustadas. Esse reajuste naturalmente iria se refletir no aumento de preços. De modo que o governo que se dizia empenhado em combater a inflação era o mesmo governo que permitia a elevação de preços. Ora, a elevação de preços decorria da supressão da inflação reprimida, e, portanto, o governo não podia ser muito severo no que diz respeito à inflação em curso.

Para o governo, a elevação das tarifas eliminava a necessidade de subsídio às empresas de serviços públicos.

É claro. Eliminava-se uma despesa governamental.

O combate à inflação desencadeado no governo Castelo também foi chamado de gradualista. Por quê?

A posição gradualista decorria do seguinte: o governo estava enfrentando duas tendências de elevação de preços. Uma delas provinha da inflação

em custo, que não podia ser debelada completamente; e a outra advinha da supressão da inflação reprimida, que representava um aumento da taxa de câmbio, das tarifas das empresas de serviços públicos, do preço da gasolina, do trigo, de vários produtos importantes para o custo de consumo. Diante disso, era necessário prolongar o combate à inflação, porque não se podia atacar simultaneamente as duas frentes. Era esse o motivo do gradualismo.

Um combate abrupto à inflação naquele momento representaria um enorme sacrifício e, talvez, uma recessão incontrollável. Preferiu-se, assim, reduzir a inflação por etapas. Se foi uma decisão boa ou não, não sei. Em outras circunstâncias, a supressão da inflação de uma maneira mais drástica teria sido preferível.

Há informações de que, na época, Edward Bernstein, diretor do Fundo Monetário, lhe teria recomendado medidas mais severas. Isso é procedente?

Sim. Ele achava que seria mais garantido um combate mais rápido. Mas acabou concordando que, diante da importância da supressão da inflação reprimida, havia de fato necessidade de prolongar o tempo de combate à inflação.

Qual foi a atuação do Ministério da Fazenda em relação à taxa de câmbio?

A ideia era deixar flutuar livremente. Mas, como naquela época isso era quase impossível, adotou-se o regime de fixação da taxa. Ela era reajustada de tempos em tempos, e isso trouxe muita perturbação ao mercado. Foi um erro cometido na minha época.⁷⁶

O Brasil, após 1964, tinha que renegociar a sua dívida externa e pedir novos empréstimos. Que órgãos se envolveram nessas negociações?

O Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e o Itamaraty como elemento de ligação. Depois de criado, o BCB foi o principal

76 Embora o governo, a partir de 1964, tentasse assegurar a verdade cambial, os longos períodos de taxas nominais constantes, ao lado de significativas elevações dos índices de preços, determinaram quedas expressivas da taxa real. Para a análise da taxa cambial no período de 1964 a 1967, consultar VON DOEINGER, Carlos *et. al.* *Transformação da estrutura das exportações brasileiras: 1964/70*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973.

negociador. Lembro-me do Luís Biolchini, que era diretor de Câmbio do BCB, e que participava intensamente das negociações. Mas devo acentuar que, naquela época, o que havia eram dívidas comerciais. Eram importações feitas e não pagas, dívidas de curto prazo. Isso provocava certo constrangimento, mas era relativamente mais fácil resolver o problema do que atualmente, quando as dívidas são de prazo e de vulto muito maior.

O Paeg

Em agosto de 1964, foi enviado ao Congresso o Paeg. O senhor trabalhou com Roberto Campos na elaboração desse plano?

Devo ter participado, pelo menos um pouco. Não muito.⁷⁷

Embora o governo achasse que o principal problema do país era a inflação, o Paeg foi mais ambicioso, foi um plano que incluiu reformas mais amplas.

Ah, sim, o Paeg era muito mais amplo. Não cogitava apenas combater a inflação, mas também levar avante o desenvolvimento do país, sob diversos ângulos. Na proporção em que fosse sendo eliminada a inflação, poderiam ser introduzidas outras medidas, concernentes ao desenvolvimento. Essa é que era a ideia do Paeg.

Que espírito orientava as reformas propostas pelo Paeg?

O espírito que orientava essas reformas se resumia no seguinte: desenvolver o país sem estabilidade monetária e assumir um risco grande de retrocessos. E esses retrocessos são prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social. Ao passo que, se o progresso foi feito de maneira saudável, no sentido de ser executado sem grande *deficit* orçamentário e sem redução do valor da moeda, pode ser mais lento, mas é mais seguro e isento de retrocessos maléficis. Essa é que era a filosofia.

⁷⁷ Os depoimentos de Denio Nogueira e Mário Henrique Simonsen, ao final deste livro, destacam o importante papel de Octávio Bulhões na proposição de medidas para a política econômica do governo Castelo Branco, principalmente no tocante à política fiscal.

A criação do Banco Central

No bojo das reformas previstas pelo Paeg, em dezembro de 1964 foram criados o BCB e o Conselho Monetário Nacional. Havia um projeto de reforma bancária que tramitava no Congresso há algum tempo.⁷⁸ Como o senhor acelerou esse projeto, e que papel teve nesse processo Denio Nogueira?

A ideia de criar o BCB era uma ideia que eu tinha há muito tempo, tanto que criei a Sumoc. É claro que Denio Nogueira, sendo diretor-executivo da Sumoc, tinha que assumir maior responsabilidade junto ao Congresso, no sentido de preparar a lei do BCB. Não lembro bem se preparamos um novo projeto ou se reformulamos o já existente, mas o fato é que Denio Nogueira foi quem se incumbiu de discutir com os congressistas a maneira de se criar o BCB e o Conselho Monetário Nacional.⁷⁹

O Conselho Monetário Nacional tinha os mesmos objetivos do conselho da Sumoc?

Sim. Sabendo que no Brasil a inflação tem por motivo principal o *deficit* público, pareceu-me muito oportuno criar um conselho em que se trabalhasse conjuntamente com as autoridades do Ministério da Fazenda e do BCB. Assim haveria uma conjugação da política fiscal com a política monetária. Esse foi o motivo da criação do Conselho

78 Após diversas tentativas de reestruturação do sistema bancário brasileiro, iniciadas em 1947 com o projeto do ministro Correia e Castro, em 22 de março de 1963, o presidente João Goulart encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem 52, apresentando novo anteprojeto de reforma bancária. Ao longo de 1964, desenvolveram-se intensas negociações que resultaram em um substitutivo apresentado pelo relator da Comissão Especial da Câmara, deputado Ulysses Silveira Guimarães. O novo projeto foi aprovado na Câmara em 22 de setembro de 1964 e no Senado em 23 de novembro seguinte. Em 31 de dezembro de 1964, foi promulgada a Lei de Reforma Bancária (Lei 4.595), com vetos parciais do presidente da República. Aprovados os vetos presidenciais pela Câmara, em 31 de março de 1965, seguiu-se a posse da primeira diretoria do BCB em 15 de abril. Para mais informações, ver SALOMÃO, Carlos Roberto. *Análise institucional do Banco Central do Brasil*: um estudo de caso de criação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV/Ebape, 1981 (dissertação de mestrado, mimeo); MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros*: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988; e NOGUEIRA, Denio. *Depoimento – 1989*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

79 O Conselho Monetário Nacional, criado pela Lei 4.595, era presidido pelo ministro da Fazenda e incluía os presidentes do Banco do Brasil e do BNDE, os ministros da Indústria e Comércio e do Planejamento e mais seis membros nomeados pelo presidente da República após referendo do Senado Federal. Quatro desses seis membros foram nomeados para a diretoria do BCB: Denio Nogueira (presidente), Casimiro Ribeiro, Aldo Batista Franco e Luís Biolchini (diretores).

Monetário Nacional, que é uma criação original. Nos outros bancos centrais, não existe conselho monetário.

Que congressistas tiveram papel-chave no encaminhamento do projeto de reforma bancária?

Um deles foi Ulysses Guimarães, que se empenhou bastante na criação do BCB. Os outros foram os líderes do governo, Rondon Pacheco, que foi um grande auxiliar no Congresso, e Pedro Aleixo, que chegou a ser vice-presidente da República. No Senado, foi o senador Mem de Sá. Outro que ajudou foi Daniel Faraco, que na época era ministro da Indústria e Comércio. Fiquei muito amigo do Daniel Faraco. Ele ajudou muito, tem um espírito de cooperação fora do comum. É estudioso e competente, de modo que contei com ele nas modificações introduzidas, quer na reforma bancária, quer na reforma fiscal.⁸⁰

Houve alguma oposição, alguma pressão contra a criação do BCB?

Na época da criação do BCB, houve certo mal-estar no Banco do Brasil, porque ele perderia as faculdades que tinha, como misto de banco central e banco comercial.⁸¹ Essa era uma resistência compreensível. Mas, depois, o Banco do Brasil percebeu a vantagem de ser um banco comercial e muito contribuiu para o êxito do BCB.

O projeto de criação do BCB atribuía-lhe também o papel de banco de fomento, responsabilizando-o pela concessão de créditos. O senhor concordava com isso?

Isso foi um erro que cometemos. O problema é que os Estados Unidos, para auxiliar a América Latina, tinham adotado um sistema de vender trigo com prazos de pagamento muito prolongados, o que resultava num montante disponível para aplicações no país. Julgou-se

80 Ulysses Guimarães (PSD-SP) e Mem de Sá (PL-RS) foram os relatores do projeto de reforma bancária na Câmara e no Senado, respectivamente. Daniel Faraco, que antes do ministério havia exercido sucessivos mandatos de deputado federal (PSD-RS), apresentara ao Congresso, em 1954 e em 1962, projetos de reforma bancária.

81 O BCB absorveu as funções das Carteiras de Câmbio e Redesconto e das Caixas de Mobilização Bancária e de Amortização do Tesouro Nacional, constituindo-se na agência central de formulação e execução das políticas monetária e creditícia. Ver BARBOSA, Fernando de Holanda. *A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1983, p. 17; e NOGUEIRA, Denio. *Depoimento – 1989*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral.

erroneamente que cabia ao BCB levar a efeito essa função. O BCB não devia ter aceitado essa incumbência, pois não foi preparado nem adotado como instituição de fomento ao desenvolvimento. Essa função deveria ter sido entregue a uma outra instituição, talvez ao próprio Banco do Brasil. Eu não concordava com esse encargo, mas na hora não soube como me desvencilhar. Não pude refletir melhor.

*Há informações de que a função de fomento teria sido objeto de uma barganha política com o Congresso, no sentido de que, sem isso, o projeto não teria sido aprovado.*⁸²

Não creio que tenha sido assim, porque se poderia ter dito: muito bem, concordamos com o fomento, mas ele será levado a efeito pelo BNDE, que já existia, ou pelo próprio Banco do Brasil. Não precisava ser necessariamente o BCB. Se houve esse impasse, foi por falta de inteligência nossa de sugerir alternativas.

O senhor tinha pressa em aprovar o projeto? Se tivesse havido mais tempo para negociar, o resultado teria sido diferente?

Não tinha pressa, apenas gostaria que o projeto fosse aprovado. E só agora está me ocorrendo essa ideia de que outra instituição poderia ter-se incumbido da função de fomento. Foi falta de inteligência.

No momento da criação do BCB, houve também uma clara preocupação de garantir sua independência. Gostaríamos de ouvi-lo sobre isso.

A independência poderia ser garantida por meio da estabilidade dos diretores. Foi nesse sentido que se estabeleceu um esquema de nomeação de diretores de modo que eles fossem designados pelo governo passado, pelo governo presente e pelo governo futuro. Todos tinham o prazo de seis anos, mas uns a começar no ano X, outros no ano X₁, outros no ano X₂ e assim por diante. Assim, diferentes governos participariam das nomeações, e nenhum deles teria maioria na designação dos diretores.

82 Nos artigos 54 e 55 das Disposições Transitórias da Lei 4.595, propunha-se a institucionalização do crédito rural. Pelo Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, o BCB tornou-se efetivamente o órgão de controle do sistema nacional de crédito rural. Segundo Denio Nogueira, a função de fomento do BCB resultou de negociações políticas com o Congresso, visando à aprovação da Lei 4.595.

O senhor concordava com essa ideia?

É claro que sim, foi uma ideia muito boa. É uma ideia que existe em vários países, e que o Denio Nogueira adotou e levou para o BCB.

Mas, a partir do governo Costa e Silva, a ideia foi abandonada.

Sim. Costa e Silva revogou essa maneira de escolher os diretores. E foi pena que tivesse revogado.⁸³

Como se estabeleceu a relação entre o BCB e o Congresso? O Congresso deveria acompanhar a política monetária traçada pelo banco?

Deveria acompanhar de maneira indireta. Quando as emissões excedessem certo limite, esse excesso deveria ser submetido à aprovação do Congresso, e aí o Banco Central explicaria sua conduta. De maneira que, por esse dispositivo, o Congresso acompanharia a atuação do BCB, mas sem interferir diretamente em suas decisões.

Ou seja, a ideia era que o BCB mantivesse uma independência em relação tanto ao Executivo como ao Legislativo.

Sim. Uma independência em relação aos poderes de comando.

Um dos fatores que levaram à criação do BCB foi a ausência de uma disciplina orçamentária para as operações do Banco do Brasil, o que resultava em uma expansão do crédito descontrolada. Como o BCB estabeleceu esse controle?

Passou-se a adotar um orçamento monetário, exatamente com o propósito de evitar a expansão dos meios de pagamento além do que havia sido previsto.

83 Inspirado nos modelos americano e alemão, o BCB adotou inicialmente uma diretoria com mandatos fixos, o que lhe garantia uma relativa independência. Essa estabilidade, informalmente desconsiderada pelo presidente Costa e Silva ao assumir o governo, foi revogada pelo Ato Institucional 5, que permitiu ao presidente da República demitir qualquer membro do Conselho Monetário Nacional. Posteriormente, a Lei 6.015, de 15 de maio de 1974, estabeleceu que os diretores do BCB seriam demissíveis *ad nutum* pelo chefe do governo. Ver BARBOSA, Fernando de Holanda. *A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1983; e depoimentos de Denio Nogueira e Mário Henrique Simonsen, ao final deste livro.

Na época ainda não havia um orçamento para as empresas estatais?

Não. Ainda não se falava nisso. Naquele tempo já era grande, por exemplo, a atuação da Petrobras e da Eletrobras, mas ainda sem o vulto que tem atualmente.

Elas não necessitavam de um orçamento à parte?

Talvez precisassem, mas não chamavam a atenção para esse fato. Não contribuíam para o *deficit* do Tesouro. Eram mais ou menos independentes.

No momento da criação do BCB, pensava-se na construção de uma sede em Brasília?

Não, naquela época não se cogitava isso. Eu, pelo menos, não daria essa ideia.

Desdobramentos da reforma bancária

A Lei da Reforma Bancária de 1964 foi acompanhada no ano seguinte pela Lei do Mercado de Capitais.⁸⁴ Qual era a intenção do governo com essa medida?

A intenção do governo era permitir que as empresas obtivessem recursos via venda de ações, em lugar de insistir em obter recursos por meio do sistema de empréstimos bancários. O problema é que o Imposto de Renda favorece muito os empréstimos, mas penaliza o capital de risco. Quando uma empresa faz um empréstimo, ela tem a faculdade de deduzir da receita os juros que paga ao credor. Ao passo que, no caso do capital de risco, a empresa, quando distribui dividendos, não pode deduzir do seu lucro os juros pagos aos acionistas. Então aquilo é taxado duplamente: taxado na empresa e depois taxado quando o acionista recebe o dividendo. Ao passo que, no caso dos empréstimos, a empresa deduz os juros, e o imposto recai sobre a renda do credor. A disparidade, portanto, é evidente.

84 Trata-se da Lei 4.728, de 14 de abril de 1965.

Não há estímulo para o desenvolvimento do capital de risco, principalmente quando as taxas de juros sobem. E, quando há expectativas inflacionárias, as taxas de juros costumam subir. Como no Brasil essas expectativas são permanentes, o resultado é que os juros tendem a subir bastante, e quem toma emprestado ganha muito mais do que quem compra ações. Esse foi o motivo da nossa insistência em solicitar a atenção do governo para melhorar as condições do mercado de capitais.

Mas isso não foi conseguido naquela época.

Não foi conseguido naquela época nem foi conseguido agora. E não sei se será conseguido. É o receio de perder receita.

O open market também foi uma iniciativa daquele período. Qual era seu objetivo?

O *open market* foi pensado no sentido de que os bancos não precisassem recorrer exclusivamente ao redesconto. Poderiam, no mercado, solicitar recursos de outros bancos por meio da compra de Letras do Tesouro.

Era uma medida de financiamento não inflacionário?

Sim, pois o redesconto resulta necessariamente em emissão de papel-moeda. Ao passo que as transações por meio de Letras do Tesouro, adquiridas e vendidas por instituições que precisam de mais liquidez, resultam em transferência e não em acréscimo de recursos.

Outra medida adotada na esteira da reforma bancária foi a criação de bancos de investimentos.

A ideia dos bancos de investimentos é primeiramente a de subscrever ações. Em segundo lugar, fazer empréstimos de longo prazo. Mas,

com a persistência do surto inflacionário, tornou-se impossível fazer empréstimos de longo prazo. Então, os bancos de investimentos passaram a fazer empréstimos de prazo médio e prazo curto, acompanhando os bancos comerciais. E dificilmente vemos os bancos lançarem ações em favor de empresas. Eles começaram a fazer isso, mas com o aumento da inflação diminuíram muito a atividade de subscrição de ações.

Que efeitos teve a reforma bancária sobre o sistema bancário privado?

A reforma bancária foi favorável a todo o sistema bancário, do governo e dos particulares. Apenas, por causa dos efeitos da inflação e de outras ocorrências, os banqueiros acharam preferível a volta ao sistema de múltipla atividade das instituições financeiras. E, por isso, em lugar dessa separação entre bancos comerciais e bancos de investimentos, estamos caminhando agora para os bancos múltiplos. Isso quer dizer que uma instituição financeira pode ao mesmo tempo exercer atividade de banco de investimento e de banco comercial. Na época, nós pensávamos que era bom dividir. Mas parece que a experiência não deu certo, e agora se adotou o sistema múltiplo.

A mentalidade do investidor é diferente da mentalidade de quem se preocupa em fazer empréstimos comerciais. Essa diferença ainda pode ser mantida num banco múltiplo, desde que haja sabedoria na escolha dos diretores: um que se dedique ao investimento e outro que se dedique a operações comerciais.

Após alguns anos da reforma bancária, o que ocorreu foi que os pequenos bancos, especialmente os bancos mineiros, foram dando lugar a grandes conglomerados sediados, sobretudo, em São Paulo. A seu ver, a reforma bancária foi responsável por essa transformação?

Não creio que tenha sido responsável. Talvez até tenha diminuído essa tendência, que é uma tendência natural.

A reforma fiscal

No governo Castelo, realizou-se também uma reforma fiscal. Essa conjugação de instrumentos monetários com instrumentos fiscais para gerir a política financeira do país era uma antiga tese sua, que vinha da criação da Sumoc. Como o senhor pretendia concretizar essa conjugação?

Conforme já disse, passei alguns períodos no exterior, nas Nações Unidas, e aproveitei o tempo fazendo vários estudos, notadamente no que diz respeito a esse assunto. A ideia era que, se se adotasse apenas uma política fiscal, esta seria válida num período de depressão, mas não num período de combate à inflação. Ao mesmo tempo, uma política exclusivamente monetária, sem considerar o aspecto fiscal, poderia levar a decisões muito drásticas, inconvenientes e provocadoras de depressão.

Procurei, então, estudar o assunto para apresentar mais tarde ao governo uma política conjugada. A política fiscal envolveria principalmente o Imposto de Renda. Como medida de estímulo ao desenvolvimento, eu pleiteava que fosse deduzido do Imposto de Renda das empresas a parte de seus lucros que seria distribuída aos acionistas sob a forma de dividendos. O país muito poderia lucrar com isso.

Embora represente uma redução de imposto, essa medida favorece a ampliação da atividade econômica, notadamente por meio dos investimentos decorrentes da venda de ações. Além disso, há a parte, digamos assim, democrática, da maior participação do público na propriedade das empresas. Há a vantagem de evitar as grandes concentrações empresariais que acabam prejudicando a economia, no sentido de que, quando chega a determinado ponto, desaparece a necessidade da eficiência e do aumento da produtividade.

Outro ponto era permitir que o Conselho Monetário pudesse modificar, ou seja, aumentar ou reduzir as alíquotas dos impostos, por delegação do Congresso, à medida que o aumento ou a redução viesse a favorecer a expansão ou a restrição da atividade econômica, segundo as circunstâncias. Essa medida foi de fato adotada em 1966, quando a venda de automóveis se tornou muito difícil por causa das restrições ao consumo, e os parques ficaram lotados de carros, com os

produtores preocupados. Sem alterar a política de combate à inflação, uma simples supressão temporária do imposto fez com que os carros ficassem mais baratos num determinado período, e os consumidores pudessem adquiri-los. Isso aliviou a situação das empresas.

Há notícias de que, no início dos anos 1960, o senhor também realizou um estudo sobre reforma fiscal no Ibpe, do qual participou Mário Henrique Simonsen.

Não estou bem lembrado disso. Mas é possível que se tenha feito um estudo no Instituto e depois passado para o ministério. O que eu me lembro é que eu achava que o Imposto de Renda devia ser ampliado, no sentido de trazer um maior número de contribuintes. Eu pleiteava a redução das alíquotas e a concessão de maiores deduções, de modo a ampliar a incidência tributária e aumentar a receita do Tesouro sem sobrecarregar a economia do país. Também muito me bati para acabar com a duplicidade, ou a acumulação tributária do antigo Imposto de Vendas e Consignações. Acho que eram esses os pontos essenciais.

O Imposto de Vendas e Consignações foi de fato substituído pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o ICM?

Sim. Antigamente havia um sistema cumulativo de cobrança do Imposto de Vendas e Consignações. Era um imposto pago em etapas sucessivas, enfim, era um imposto que se agravava na medida em que as operações eram feitas. O ICM substituiu esse imposto, e esta foi uma grande modificação.

Foi criado também o Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI.

Sim. Fez parte da mesma reforma. O ICM era do estado, e o IPI da União.

O senhor mencionou uma espécie de flexibilização ocorrida na cobrança de impostos em 1966, por ocasião de um encalhe nas fábricas de automóveis. Qual foi, afinal, a política fiscal adotada em relação à empresa privada nesse período?

Deu-se mais liberdade de atuação às empresas. Eliminaram-se várias restrições e adotou-se um sistema de estímulos fiscais, notadamente

por meio do Imposto de Renda. Diminuiu-se o imposto das empresas que faziam investimentos e aumentou-se o daquelas que não faziam.

Quem foi o responsável por essa modernização do Imposto de Renda?

Foram funcionários do Imposto de Renda, do Ministério da Fazenda em geral, que perceberam que havia necessidade de uma modificação. Notadamente, Eduardo Lopes Rodrigues.

Houve uma tendência na reforma tributária à maior centralização da política fiscal nas mãos do governo federal em detrimento dos estados?

Talvez na arrecadação. Mas, em 1967, foi efetivada uma política de distribuição da receita da União para os estados e municípios. Por isso é que o Orçamento da União de 1967 acusava um *deficit* maior do que o dos anos anteriores. Não era um *deficit* decorrente do aumento das despesas ou da queda da receita, e sim da transferência de recursos da União para os estado e municípios.⁸⁵

Outras medidas do governo Castelo Branco

Também nessa época, foi criada a Comissão de Estabilização de Preços, a Comep, que foi o embrião do Conselho Interministerial de Preços (CIP), instituído no governo Costa e Silva. Havia necessidade de controle de preços?

Não. A não ser de produtos monopolizados, que podem aumentar além da depreciação da moeda. Mas nunca dei atenção a controle de preços.

85 A reforma tributária do governo Castelo teve como ponto de partida a Emenda Constitucional 18, de 12 de dezembro de 1965, que previa a transferência de 20% da arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados para os estados e municípios. Os chamados Fundos de Participação dos Estados e Municípios foram regulamentados pelo Ato Complementar 35, de 28 de fevereiro de 1967, e a repercussão da distribuição de seus recursos afetou de fato a execução orçamentária de 1967-1968. Pelo Ato Complementar 40, de 30 de dezembro de 1968, posteriormente ratificado pelo Ato Institucional 6, de 1º de fevereiro de 1969, a sistemática de repartição dos Fundos foi alterada, com a redução da alíquota de transferência de 20% para 12%. Ver DIAS, José M. A. Martins e NEVES, Luís C. S. As relações intergovernamentais no federalismo brasileiro; as transferências financeiras: histórico e perspectivas. Em *Modernização Administrativa*. Coletânea de monografias II. Brasília: Ipea/Semor, 1980, p. 278-294.

E como se definiam os produtos monopolizados?

É fácil verificar na prática quais são as empresas que mantêm monopólio dos produtos, e quais as que não têm condições de monopolizar. Mas acho que isso era feito mais nos ministérios da Indústria e Comércio e do Planejamento. O Ministério da Fazenda não tinha muita interferência nessa área.

Em setembro de 1966, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS.⁸⁶ Poderia nos falar sobre isso?

Era preciso modificar algumas exigências legais que existiam e que estavam trazendo grande dificuldade para o progresso econômico. Uma delas era a estabilidade do emprego mantida pelas empresas. Roberto Campos teve então a ideia de criar a estabilidade na saída do emprego. Quando o empregado saísse, teria direito ao FGTS. Como havia necessidade de construir mais habitação para os pobres, foi criado também um sistema de construções baratas levado a efeito pelo Banco Nacional de Habitação.

Que se amparava em recursos do FGTS.

Sim. Essa ideia, assim como sua execução, partiu de Roberto Campos. Ele foi brilhante na criação dessas instituições. Agora, esse programa de habitação necessitava de uma tendência de declínio da inflação. Quando a inflação começou a subir novamente, o plano começou a mostrar dificuldades de ser levado avante, porque as prestações tendiam a ser superiores à correção dos salários.

As disposições econômicas contidas na Constituição de janeiro de 1967 representavam uma condensação das medidas tomadas a partir de 1964 ou havia uma inovação?

Deviam ser um resumo das medidas tomadas. Elas foram preparadas principalmente por Roberto Campos e Daniel Faraco.

86 O FGTS foi criado pela Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Em fevereiro de 1967, foi criado o cruzeiro novo. Dizia-se na época que isso daria maior credibilidade à moeda. Era verdade?

O cruzeiro novo foi simplesmente uma medida para reduzir o número de zeros. Realmente, dava-se muito mais valor à moeda quando se compra uma caixa de fósforos por 50 centavos do que por 500 mil cruzeiros.

A política de estabilização definida no Paeg implicava uma série de medidas restritivas, como o controle dos meios de pagamento, a contenção do crédito e uma rígida política salarial. Como foi feito o controle da expansão dos meios de pagamento?

Por meio da solicitação de mais depósitos compulsórios. Naturalmente, pela redução do crédito, tanto ao setor particular como ao estatal, e pela elevação da taxa de juros. Esses são os procedimentos comuns relacionados com o controle dos meios de pagamento.

Os salários também foram apertados?

Não digo que tenham sido apertados. Não foram alargados, mas não houve redução de salário.⁸⁷

As decisões de política salarial passavam pelo Ministério da Fazenda?

Não. Deviam passar pelos ministérios do Trabalho e do Planejamento. O da Fazenda só entrava com a diretriz de que os salários não deviam ser reajustados acima da taxa de inflação.

Na verdade, adotou-se uma correção salarial baseada nos aumentos dos dois últimos anos. Não houve aí um desequilíbrio entre a inflação corretiva, que implicou a elevação de preços, e o arrocho salarial?

Não posso me manifestar sobre isso porque não acompanhei bem os acertos salariais, que eram feitos pelos ministros do Planejamento e

⁸⁷ Nos anos 1960, houve uma redução no salário mínimo real. Tomando-se por base o Rio de Janeiro com um salário mínimo de 100 em 1960, essa redução obedeceu à seguinte escala: 1961-115; 1962-96; 1963-89; 1964-89; 1965-82; 1966-76; 1967-73. Ver BACHA, Edmar. *El milagro y la crisis: economía brasileña y latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 63.

do Trabalho. De qualquer maneira, eu insistia muito em impedir que houvesse reajustamentos salariais superiores à real depreciação da moeda.

As críticas ao Paeg

Com o conjunto de medidas restritivas adotadas na época, não havia o risco de a economia entrar em recessão?

Procura-se nunca chegar a esse limite. Há duas maneiras de considerar a recessão. O que se visa no combate à inflação, no primeiro momento, é diminuir a aceleração das compras, dos gastos. Às vezes, pode-se chamar a isso de recessão, mas não é recessão. É diminuição do dispêndio, ou da vontade de dispendir. Prolongando essa situação e tornando intenso esse fenômeno, pode-se chegar a uma recessão. Mas se a recessão propriamente dita puder ser evitada, tanto melhor.

E como se mediu na época esse fenômeno?

Pela reação das empresas e do público podia-se avaliar se as restrições estavam sendo excessivas, e então aliviá-las; ou ao contrário, continuar com elas sem perigo de recessão. É por tentativa que se faz isso.

O fato é que, com a redução do crédito, ocorreu grande número de falências entre pequenas empresas. Essas empresas pressionaram o governo para que o crédito fosse ampliado?

Deviam pressionar. Mas o que acontecia – e que é diferente de hoje – é que naquela época havia empresas que deviam muito. Havia muito débito. E tendo havido uma restrição do crédito e uma elevação da taxa de juros, essas empresas passaram a ver situações muito delicadas. Ao mesmo tempo, porém, elas tinham patrimônio elevado. Tinham terras, propriedades imobiliárias, pois haviam feito esses investimentos para se defender da inflação.

Com a inflação, realmente, a melhor maneira de capitalizar era acumular bens. Apenas, essa capitalização estava fora do processo produtivo. O segredo, portanto, residiu no seguinte: dar tempo para as empresas

se desfazerem dessas propriedades, a fim de adquirir maior liquidez. E foi esse o trabalho adotado em 1966. Enquanto as empresas vendiam alguns dos bens que não faziam parte do processo produtivo, enquanto procuravam captar recursos, o governo podia auxiliá-las, dando um pouco mais de crédito ou até restringindo a imposição de tributos ou de contribuições para o Estado.

O governador da Guanabara, Carlos [Frederico Werneck de] Lacerda, e mesmo uma parte do Exército identificada como “linha dura” tomaram a defesa dessas empresas e criticaram a atitude do governo. Esse tipo de pressão chegava até o senhor?

É claro que chegava. E eu procurava remediar dessa maneira, concedendo mais crédito desde que as empresas reduzissem o seu patrimônio. E acabou dando certo. Mas o período foi amargo, não há dúvida.

Que setores gritavam mais? Pequenos empresários?

Empresários em geral.

O presidente Castelo Branco deu apoio à equipe econômica diante dessas pressões?

Ele sempre deu todo o apoio. Nunca fraquejou. A própria equipe é que procurava verificar se as medidas tinham sido exageradas ou não.

O Paeg alcançou vários êxitos em suas metas. O deficit público foi reduzido, chegando em 1966 a 1% do Produto Interno Bruto (PIB), o índice de inflação caiu dos cerca de 90%, em 1964; para 34,5%, em 1965; e 38%, em 1966. A despeito disso, o plano de estabilização foi muito criticado, tanto pela CNI, como por Fernando Gasparian, no Conselho Nacional de Economia, e por Antônio Dias Leite, no Conselho Consultivo de Planejamento.

Deve ter havido muita crítica, acredito eu, porque o êxito foi parcial.

No Congresso, o senador José Ermírio de Moraes declarou que o Paeg levava à estagnação do país. Governadores como Lacerda e Adhemar [Pereira] de Barros, de São Paulo, também protestaram.

É, todos esses eram contra. Mas não quer dizer que mudássemos de orientação em virtude dessas críticas. Porque eram críticas na verdade infundadas. Agora, é claro que quem toma uma deliberação é sempre criticado. É natural. Eu acho natural.

Adhemar de Barros chegou a emitir títulos da dívida pública e a autorizar empréstimos pelo Banco do Estado de São Paulo. O governo federal reagiu cassando o mandato de Adhemar. O senhor deve ter participado da reunião ministerial de 4 de junho de 1966, em que foi decidida a cassação.

Essa reunião deve ter sido muito importante, mas não estou me lembrado dela. Lembro, sim, que o governador quis emitir títulos para pagar as despesas do Tesouro de São Paulo, contrariamente à orientação financeira do governo federal. Isso representava uma rebeldia, e é provável que, por esse motivo, o presidente tivesse adotado a ideia de cassar o mandato do governador. Mas não estou bem lembrado desses acontecimentos.

O senhor concorda que o resultado do saneamento financeiro feito no governo Castelo só veio mais tarde?

É claro que não podia vir na hora. Na hora, plantou-se a semente, e depois é que o fruto brotou.

O próprio reconhecimento desse fato só veio mais tarde?

É natural que isso aconteça. É muito natural que não haja uma percepção imediata do bom resultado de uma medida restritiva. Cabe, portanto, ao governo resistir. E naquela época ele resistiu.

A partir de quando ocorreu esse reconhecimento?

A partir de 1968.

Costuma-se dizer que houve uma mudança na política econômica na passagem do governo Castelo para os governos Costa e Silva e [Emílio Garrastazu] Médici.⁸⁸ Enquanto no primeiro a política econômica estaria mais voltada para os setores industriais e comerciais, nos dois últimos estaria voltada para o setor financeiro. O senhor sentiu essa mudança?

Não. Verifiquei que houve um aperfeiçoamento. Por exemplo, as minidesvalorizações do câmbio não foram executadas por nós, quando deveriam ter sido. Foram executadas em 1968, de uma maneira muito eficiente. Portanto, houve progresso, continuidade, melhoria.

Houve mudança no combate à inflação?

Não digo que tenha havido mudança, mas que houve um afrouxamento, houve. E, a meu ver, um afrouxamento precipitado. Eles deveriam ter mantido o rigor durante mais tempo.

⁸⁸ A equipe econômica do presidente Costa e Silva era formada por Antônio Delfim Netto na Fazenda, Hélio Marques Pena Beltrão no Planejamento, Ruy Aguiar da Silva Leme e posteriormente Ernane Galvêas no BCB. Essa equipe foi mantida no governo Médici, com exceção de Hélio Beltrão, substituído por João Paulo dos Reis Velloso.

As origens da inflação no Brasil

Gostaria de fazer um registro. Na minha longa carreira no Ministério da Fazenda, observei que as autoridades, quer do Legislativo, quer do Executivo, relutam muito em enfrentar o penoso trabalho de manter em equilíbrio o Orçamento do Tesouro. Permitem, assim, que haja uma expansão de despesas superior à arrecadação tributária. Às vezes, a diferença é suprida com a receita da venda de títulos, mas frequentemente o financiamento do poder de compra do Tesouro é feito por meio de emissão de papel-moeda. E emissão redundante em elevação de preços. Quando os preços sobem, os produtores naturalmente sentem necessidade de receber maior soma de moeda para cobrir os custos crescentes. Por isso, os exportadores sempre fazem pressão para modificar a taxa de câmbio, de modo a poderem receber mais moeda nacional. No entanto, as autoridades relutam em ajustar a taxa de câmbio, porque sabem que com isso os preços dos produtos importados aumentam. Acham também que, se os exportadores receberem maior soma de moeda, tenderão a inflar ainda mais o mercado. Daí a preocupação de não alterar a taxa de câmbio. Mas, dessa forma, dá-se uma extravagante intervenção, e é isso que desejo acentuar.

A taxa de câmbio no Brasil durante muitos anos foi mantida estável e, portanto, supervalorizada, com o receio de aumentar o preço do trigo e da gasolina, o que iria por sua vez aumentar o custo de vida, como se dizia. Daí a preocupação de adotar mil artifícios no sentido de restringir a importação, mantendo uma taxa supervalorizada. Criou-se a Cexim, criaram-se vários controles de importação, prejudicando as exportações.

Não se prejudicava a principal exportação que era o café, porque se adotava um sistema de valorização de preços. Os exportadores

de café eram beneficiados não por meio da taxa de câmbio, mas por um artifício que forçava a elevação do preço do produto, o que beneficiava também nossos concorrentes de uma maneira extraordinária. Portanto, cometia-se uma porção de erros ao mesmo tempo. Primeiro, aumentava-se o preço de um produto em favor de nossos concorrentes. Segundo, iludia-se a opinião pública, que importava produtos a preços mais baixos devido à manutenção da taxa de câmbio. Como isso era prejudicial aos produtores nacionais, adotava-se então um sistema de subsídio. Portanto, devido à ideia de impedir a elevação de preços decorrente do desequilíbrio orçamentário, as autoridades cometiam o erro de falsear o preço dos produtos importados, trazendo uma aceleração da importação e obrigando, ao mesmo tempo, o governo a tomar medidas restritivas drásticas e a fazer intervenções um tanto abusivas. Os exportadores de vários produtos, com exceção do café, também eram prejudicados.

Finalmente, tudo isso onerava ainda mais o *deficit* orçamentário, acelerando as despesas em detrimento da receita. Por esse motivo é que acredito que tenhamos passado um período em que não se podia combater a inflação, e se desvirtuava todo o sistema econômico. Por esse motivo, quando assumi a pasta da Fazenda, minha primeira preocupação foi pedir ao presidente que procurássemos equilibrar o orçamento. Não era possível equilibrar de uma vez, porque o Congresso havia votado um grande aumento de vencimentos para o funcionalismo, em virtude da aceleração inflacionária.⁸⁹ Mas, em todo caso, fica essa explicação, demonstrando por que, ao assumir a pasta da Fazenda, minha primeira preocupação foi equilibrar o orçamento, coisa que no passado não se cogitava fazer, pelo menos com tanto empenho como adotei naquela época.

O senhor acha que no passado se contornou o problema da inflação, em vez de corrigi-lo?

Sim e, pelo fato de não se corrigir o que deveria ser corrigido, foi-se criando uma complicação enorme. Os exportadores sempre fizeram pressão para que se corrigisse a taxa de câmbio, e era natural que

89 O aumento foi da ordem de 60%.

o fizessem, pois estavam sendo sacrificados em sua receita porque os custos aumentavam consideravelmente em virtude da inflação provocada pelo *deficit* orçamentário. Era preferível corrigir o *deficit* a negar esse acréscimo de receita aos exportadores, sob a alegação de que isso podia agravar a inflação.

O que eu quero deixar claro é o seguinte: nos outros países, comete-se o mesmo erro que se comete no Brasil. Também nos outros países, existe desequilíbrio orçamentário. Mas nos outros países, quando o desequilíbrio atinge uma fase aguda que determina a inflação, a elevação de preços permite que a opinião pública reconheça a necessidade da contenção de despesas. Ela passa, então, a pressionar o governo para que ele equilibre o orçamento. Isso não acontece no Brasil porque as autoridades muito se preocupam em refrear a elevação de preços. Com isso, a opinião pública não se capacita do mal do desequilíbrio orçamentário, e não se consegue que ela mude de atitude e auxilie o governo a combater a inflação. Agora, por exemplo, quando os preços desandaram a subir, a opinião pública ficou aflita por causa da inflação. Ela está pronta a ajudar o governo a combatê-la. Se isso tivesse ocorrido nos anos 1950, não teríamos inflação agora. É esse o ponto que desejo demonstrar. É por isso que há tanta inflação no Brasil e há tanto tempo. Acho que a explicação é essa.

Podemos considerar que uma política de estabilização no Brasil deve ter três frentes – a contenção dos gastos públicos, o controle da expansão monetária e a desvalorização cambial?

A política de estabilização deve ser, número um, a contenção de despesas. Não se obtendo a contenção de despesas, todo o resto é secundário. O controle monetário, por exemplo, só é válido para impedir o agravamento da inflação, mas não é remédio contra a inflação. E a contenção de despesas nunca foi conseguida de maneira sistemática em nosso país.

Estabilização e regimes políticos

Realmente, se examinarmos os planos de estabilização elaborados nos anos 1950 e início dos 1960, constatamos que são planos bem articulados, formulados por equipes integradas, mas nenhum deles foi bem-sucedido. Primeiro, houve uma tentativa do ministro Horácio Lafer, no governo Vargas, que não deu certo. Depois, houve o Plano Gudin-Bulhões, no período Café Filho; o Plano Lucas Lopes-Roberto Campos, no governo Juscelino; e o Plano Mariani-Bulhões, no governo Jânio. Nenhum deu certo. A única tentativa bem-sucedida foi a do governo Castelo Branco. O senhor concorda?

Pois é. O que mostra que, quando um presidente assume responsabilidade de levar adiante uma ideia, essa ideia vinga. Mas é preciso haver um presidente. Café Filho não tinha muita força. Juscelino foi um bom presidente para criar Brasília, essas coisas, mas não para administrar moeda. Isso era contra as suas ideias. Estabilização, combate à inflação, não eram coisas muito aceitas pelo Juscelino.

Mas é importante notar que o único plano de estabilização que deu certo, o do governo Castelo, foi posto em prática com instrumentos autoritários. Só em regime autoritário se consegue estabilizar a moeda no Brasil?

Não é isso. Não precisa haver um regime excepcional. É preciso haver autoridade. Autoridade não é incompatível com democracia, com liberdade. Ao contrário, a liberdade exige disciplina e autoridade.

Mas quando um presidente é ameaçado pelos banqueiros de São Paulo, como aconteceu com Café Filho...

Mas não foi isso! É que o presidente não estava seguro, essa é que é a verdade. Num regime presidencialista, quem manda é o presidente de fato. Se o presidente quer, vai tudo para a frente. Se o presidente não tem muita convicção, as coisas não funcionam.

O que chama a atenção é que tanto o plano do governo Café como o do governo Jânio chegaram a dar bons resultados no início, mas ainda assim foram desativados. Por quê?

Porque continuou o *deficit* público, e isso minou todas as providências que vinham sendo tomadas. Foi apenas isso. Não foram pressões, não foram outros atos que perturbaram a execução dos planos. O problema é que na execução dos planos não se insistiu no que se tinha determinado no princípio, que era corrigir a inflação por meio da contenção de despesas. E foi a falta de continuidade na contenção de despesas que provocou o insucesso das medidas iniciadas pelo governo. Não foram outras pressões, não foram outras causas.

Mas certamente houve pressão das elites contra esses planos! E isso deve ter contribuído para o seu fracasso.

Pode-se dizer que eles não foram adiante porque feriam os interesses de determinados grupos de produtores que iam sentir os apertos das restrições creditícias e se manifestaram contra. Mas o que eu quero acentuar é que, num regime presidencialista, tudo depende muito do presidente. Se for um presidente como o Castelo Branco, as pressões são inúteis, pois ele não atende. Se o presidente for fraco, até atende às pressões e não leva avante um plano de estabilização monetária. A pergunta, portanto, deve ser esta: quem é o presidente? É um presidente que mantém princípios ou que cede a pressões? Se cede a pressões, não pode haver combate à inflação. Se combate a inflação, não pode ceder a pressões.

Mas é possível um presidente resistir a pressões sempre?

Não precisa ser sempre. Basta resistir uma vez que não haverá necessidade de resistir mais, pois não haverá a segunda vez.

Ele pode ser derrubado...

Pode, mas nunca aconteceu isso. Um presidente só pode ser derrubado com *impeachment*, e o Congresso não iria dar o *impeachment* pelo fato de o presidente ser enérgico. Nunca ocorreu isso.

O senhor acha que para o Brasil, um país com problemas de instabilidade constitucional, o regime de governo mais apropriado é o presidencialista ou o parlamentarista?

Nós dependemos muito mais dos homens do que propriamente dos regimes. Se for um regime parlamentarista com um excelente primeiro-ministro, os resultados serão ótimos. Se for um regime presidencialista com um ótimo presidente, os resultados serão ótimos. Se o regime for parlamentarista, mas com um péssimo primeiro-ministro, os resultados serão péssimos. Se o presidente no regime presidencialista for ruim, os resultados serão ruins. Tudo depende dos homens, e não dos regimes, não dos sistemas.

O senhor acredita nas equipes, nos homens que implementam medidas?

Mas é claro! É isso que vale! Nós temos a mania de querer mudar os regimes e esquecemos dos homens. Mas são os homens que dirigem. Eles é que movimentam. Eles é que são o cerne do bem ou do mal.

Mas o regime importa, porque se se trata de um regime democrático, as medidas têm que passar pelo Congresso, são submetidas à opinião pública, discutidas. Se se trata de um regime autoritário, as medidas são impostas.

Ah, mas um primeiro-ministro enérgico é muito autoritário. Ele manda no Congresso. Acreditem no seguinte: são os homens que dirigem as coisas, não os regimes.

Estabilização e desenvolvimento

Do período da história brasileira que o senhor acompanhou, a seu ver, quais foram os melhores momentos para o país?

Os períodos melhores foram, por exemplo, o tempo do Epitácio Pessoa. Foi um período de dificuldades financeiras, mas foi um período de ordem, de disciplina. Depois, o tempo do Bernardes. Muitos mal-entendidos, muita oposição, muita instabilidade política, mas dentro de tudo havia disciplina, havia ordem. Sabia-se que existia um presidente.

E o governo Vargas?

No governo Vargas, também havia muita disciplina e austeridade, verdade se diga. Havia era uma falta de liberdade deplorável, mas existia austeridade.

E a austeridade facilita os investimentos, sejam eles nacionais ou estrangeiros?

No tempo do Vargas, não houve muito desenvolvimento econômico, ficou muito apagada a parte econômica. Havia certa disciplina monetária porque o Artur de Sousa Costa era um disciplinador do orçamento e procurava manter a estabilidade, mas eram poucos os surtos de progresso. Não sei dizer por quê, mas não havia muito espírito empresarial durante o governo Getúlio Vargas.⁹⁰

O Estado estava muito presente?

Talvez. E havia muitas restrições cambiais.

Mas isso não favorecia a industrialização?

De certo modo. De um lado favorecia, de outro atrapalhava, porque dificultava a entrada de equipamentos. Quando se queria realizar um empreendimento, havia obstáculos.

90 A historiografia econômica tem mostrado, ao contrário, que o país se recuperou rapidamente da recessão de 1929 e, entre 1933 e 1937, alcançou um crescimento industrial de 11,2%. Há também evidências da aliança do getulismo com a liderança industrial da época, representada por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Ver VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1975; e LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Industrial associations and politics in contemporary Brazil (1930-1961)*. Universidade de Oxford, 1984 (tese de doutorado).

O senhor, assim como o doutor Gudin, pertence a uma corrente de economistas que foi muito criticada pelo fato de ter se preocupado mais com a estabilidade monetária e menos com o desenvolvimento. Que lugar ocupa o desenvolvimento dentro de seu pensamento?

Não havendo estabilidade monetária, surgem desentendimentos de diversas naturezas, que prejudicam a marcha do desenvolvimento. Sem dúvida alguma, pode haver desenvolvimento sem estabilidade monetária e talvez até de uma maneira bem acelerada. Mas, precisamente porque esse desenvolvimento é acelerado, ele traz distorções, traz desequilíbrios que provocam recessão e com ela o retrocesso. É preferível progredir mais vagarosamente, com estabilidade monetária, do que rapidamente, sem estabilidade. Essa é a minha filosofia.

O senhor entende que o primeiro passo numa política de estabilização é a contenção de despesas públicas. Para os ricos, essa contenção é tolerável. Mas é sabido que para os pobres ela causa fome, desabrigo, enfim, sofrimento. Hoje há quem faça uma autocrítica nesse sentido. Esse problema se coloca para o senhor?

A pergunta é meio esquisita. Porque as decisões de cortar as despesas públicas são sempre de prazo curto, são praticamente decisões de não aumentar as despesas e sempre no sentido de possibilitar que no orçamento futuro haja verbas para a assistência social, para investimentos. Portanto, a afirmação de que a manutenção da moeda estável agrava a situação dos pobres parte daqueles que não querem combater a inflação. E existe muita gente assim mesmo. Não querem combater a inflação e então dizem que lutar contra ela é empobrecer os pobres. Mas isso é uma asneira tão grande que eu não quero nem conversar sobre esse assunto.

A inflação hoje

Em 1954, o senhor foi contra o aumento do salário mínimo porque ele teria um efeito inflacionário. Como o senhor vê os reajustes de salário hoje?

As consequências são sempre as mesmas. Forçar um aumento de salário é forçar um aumento de preços. Mas, em 1954, um aumento

de 100% com uma inflação mais ou menos módica tinha um efeito inflacionário maior do que hoje. Hoje a taxa de inflação é tão alta que esses aumentos atuais são só para repor. E é impossível evitá-los.

No governo Castelo Branco, o senhor adotou uma posição gradualista no combate à inflação. Hoje o senhor tem defendido um choque, uma intervenção mais abrupta no processo inflacionário, e chegou mesmo a aconselhar nesse sentido os economistas que prepararam o Plano Verão. Como se deu essa sua mudança de posição?

É que a inflação está perdurando por muito tempo, e as coisas não podem continuar assim. É preferível uma eliminação abrupta a continuar com a inflação como está.

Esse choque envolveria, segundo entrevistas suas recentes, a eliminação da correção monetária. No entanto, em 1964, o senhor ajudou a implantar a correção monetária, e não a via como um fator de alimentação da inflação.

A explicação é simples. É que quando a correção monetária foi instituída, os prazos de ajuste de valores eram mais ou menos distanciados. O cálculo da correção era feito de três em três meses, e a efetivação, mais do que isso, era quase anual. Ao passo que hoje, a correção monetária está sendo feita diariamente em relação à dívida pública, o que traz uma despesa enorme para o Tesouro. Com essa enormidade de despesas, não se consegue o equilíbrio orçamentário. Esse é o motivo por que sou favorável à eliminação da correção monetária. No seguinte sentido: continua a correção monetária, mas os juros só são pagos àqueles que mantêm suas disponibilidades a prazo. A correção continua no mercado, no *overnight*, mas sem juros. Assim, gradativamente, poderíamos eliminá-la, sempre com a ideia prévia da eliminação do desequilíbrio orçamentário.

*O Plano Verão tentou essa e outras medidas, mas teve que voltar atrás. Houve um jogo de empurra entre o presidente [José] Sarney [Costa] e o Congresso, e o fato é que a inflação continua.*⁹¹

Não sei bem o que aconteceu. O ministro da Fazenda e o presidente da República disseram em público que o *deficit* estava zerado. Portanto, não havia inflação. Ora, dito isso, é claro que eles não fizeram nada para corrigir a inflação. E com isso perderam uma oportunidade excelente de acabar com a inflação no Brasil. Foi uma pena. Se tivessem cuidado de eliminar o *deficit* orçamentário, teria sido um êxito total.

O descaso pela agricultura tem um peso no avanço da inflação?

Tem algum, porque, como os produtos fluem em menor escala para o mercado, são mais suscetíveis à elevação de preços.

Mas uma política agrícola voltada para a exportação e não para o consumo interno não provoca igualmente um processo inflacionário?

Sim, mas há sempre lugar para as duas coisas, para o mercado interno e para o mercado externo. Por exemplo, nós temos grande quantidade de soja internamente porque exportamos em grande escala. Não há propriamente um conflito, a não ser quando há escassez do produto. Digamos que ocorra uma perda na produção do trigo ou do milho. Nesse caso o governo intervém não deixando exportar, para o produto ficar à disposição do consumo nacional. Mas, com isso, perde-se o controle lá fora, perdem-se oportunidades de continuar a exportar.

Além disso, a agricultura muito sofreu em nosso país, porque, sendo seus produtos importantes para a cesta do índice geral, ela sempre esteve sujeita ao tabelamento. O tabelamento, ao lado da

91 O Plano Verão foi instituído pela Medida Provisória 52, de 15 de janeiro de 1989, em virtude da explosão inflacionária – o IPC de dezembro de 1988 atingiu 28,23%, e o acumulado anual chegou a 1.006,4%. O governo decretou, então, o congelamento de preços, a extinção da correção monetária e do mecanismo de correção automática dos salários, conhecido como URV, e a contenção do crédito. Propôs ainda a redução do *deficit* público com corte de despesas, demissão de funcionários públicos e privatização de empresas estatais. Recebido com desconfiança pela população e sem contar com o apoio do Congresso, o Plano Verão não pôde ser implementado em sua maior parte, e a inflação, que em fevereiro caiu para 3,6%, já em março subia para 6,09%, seguindo em marcha acelerada ao longo do ano.

falta de assistência técnica, prejudicou muito a lucratividade do empreendimento agrícola.

*A seu ver, há possibilidade de combatermos a inflação pagando as altas taxas de juros da dívida externa que nos são cobradas hoje?*⁹²

Podemos solicitar a redução das taxas de juros, das amortizações. Podemos solicitar várias coisas no sentido de melhorar nossa posição frente à dívida no exterior. Mas, para que essa solicitação seja recebida com simpatia, é preciso também que demonstremos o esforço que estamos fazendo para melhorar nossa situação.

O senhor parece atribuir pouco valor à dívida externa como fator alimentador da inflação, e concentrar mais sua atenção nas questões internas.

É lógico. A dívida externa só agrava a inflação, ou só dificulta o seu combate indiretamente, na medida em que aumentam as despesas do Tesouro. Por outro lado, o Estado retira recursos do público para pagar a dívida, e nessa retirada combate indiretamente a inflação. Portanto, é uma faca de dois gumes. O que é importante acentuar é que o aumento da despesa da dívida externa decorre da depreciação da moeda, da depreciação da taxa de câmbio, o que por sua vez é consequência da inflação. Para pagar a dívida externa, o governo deve tomar medidas restritivas em relação a outros encargos. Isso prejudica a situação, não resta dúvida. Mas é melhor passar por uma fase transitória de sacrifícios do que ignorar a existência da dívida.

Mas essa sangria provocada pelo pagamento da dívida não prejudica, num segundo momento, a reativação da economia?

É claro que atrapalha. Mas atrapalha temporariamente, por uns dois ou três anos. Uma vez passado esse prazo, o país pode se desenvolver satisfatoriamente. O Brasil teve pelo menos a vantagem de fazer esses empréstimos para realizar investimentos. Ora, uma vez concluídos, esses investimentos podem proporcionar recursos para o pagamento

92 O início dos anos 1980 assinalou uma brutal elevação das taxas de juros internacionais, que se mantém desde então 3 a 4 vezes acima das médias observadas nas décadas anteriores. Ver BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Da crise internacional à moratória brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 73.

da dívida. Seria um desastre se a dívida tivesse sido feita para pagar despesas correntes, supérfluas, gastos de desmandos. Mas isso não ocorreu no Brasil. O grosso da dívida foi usado para comprar equipamentos e realizar investimentos. É um país, pois, que está em condições de pagar a sua dívida, desde que se chegue a um acordo de pagamento razoável, durante um determinado tempo. Acredito que os credores de modo algum iriam negar isso.

Como o senhor vê o problema da inflação na Argentina no final dos anos 1980?

A crise na Argentina foi motivada por pura e simples inépcia governamental e pela indiferença do público. É parecida com a nossa situação, mas é um pouco mais grave. Aqui ainda existe uma resistência que não existe lá.

Salvo alguns experimentos de estabilização monetária, como o de Joaquim Murinho no início do século, e aqueles de que o senhor participou nos anos 1950 e 1960, a inflação no Brasil atravessou esses 100 anos de República. Que perspectivas o senhor vê para o próximo século republicano?

Como já disse, a inflação no Brasil é devida ao fato de a opinião pública ainda não se ter capacitado dos males inflacionários. E, se a opinião pública não se capacita, fica difícil estancar esse espírito inflacionário. O que temos de fazer é mostrar os graves inconvenientes da adoção de medidas que levam à depreciação monetária, se quisermos conquistar alguma coisa.

Liberdade de mercado e monopólio

O senhor tem um artigo de 1952 chamado Economia ou nacionalismo,⁹³ em que fala das ideias de Jacob Viner e critica os nacionalistas que

93 O artigo encontra-se na *Revista Brasileira de Economia*, ano 6, v. 1, março, 1952, p. 91-117.

defendiam a Petrobras e atacavam a remessa de lucros. A seu ver, essa era uma posição equivocada. Por quê?

Porque combater a remessa de lucros é combater a entrada de capitais. Nós podemos dosar as remessas de lucros, podemos penalizar os excessos de remessa, mas não devemos condená-las, porque condenando-as impedimos a entrada de novos capitais. E nós precisávamos na época, como precisamos hoje, de capitais estrangeiros. Se os Estados Unidos, com toda a sua pujança econômica, aceitam o capital estrangeiro, por que nós temos de recusar?

Quanto à defesa da Petrobras feita pelos nacionalistas, era uma defesa que excluía a concorrência. E aí eu estava condenando o monopólio, porque os monopólios dificultam a liberdade e o saneamento do mercado e atrasam o progresso.

Falando em liberdade de mercado, como o senhor vê a posição dos militares que defendem a reserva de mercado para a informática?

Esses militares simplesmente estão servindo a empresários que querem fugir da concorrência. E o mercado devia ser livre para poder progredir. Comparem, por exemplo, a Petrobras com a Vale do Rio Doce. A Vale é uma empresa que progrediu muito, mas sofrendo concorrência. Por isso a sua eficiência tornou-se decisiva, quer na exploração, quer no transporte de minério. Ao passo que a Petrobras tornou-se poderosa, mas por força do monopólio, e não da eficiência. Não conseguiu vencer certos obstáculos que a Vale venceu, e por isso é menos eficiente.

A Petrobras é um monopólio estatal. Mas mesmo quando o mercado funciona livremente, também não se formam monopólios?

Pois é. Mas nós devemos, para preservar uma coisa, combater outras de maneira racional, sem prejudicar o princípio. Para combater o monopólio, eu não preciso combater a liberdade de mercado. Eu combato o monopólio porque o monopólio prejudica a liberdade de mercado.

*Os nacionalistas sempre tenderam a defender leis que impeçam a remessa de lucros e leis antitrustes. Elas têm uma raiz comum.*⁹⁴

São diferentes. Se eu combato a remessa de lucros, estou impedindo a entrada de capitais e, com isso, estou prejudicando a concorrência do mercado. Se eu combato os monopólios, não estou combatendo a liberdade de mercado. Ao contrário, estou defendendo a liberdade de mercado.

A economia de mercado e o mundo de hoje

O senhor se definiria como um neoliberal, para quem o Estado deve exercer um papel restrito e o mercado deve determinar o que deve ser produzido?

Sim. E é isso o que está acontecendo agora. Mesmo os países estatizantes estão proclamando a vantagem da economia de mercado. De maneira que eu, um pobre coitado, nesse artigo dos anos 1950, já estava prevendo uma coisa que está acontecendo agora. Eu nem sabia que tinha tão boa visão. Naquela época, já estava dizendo coisas que hoje estão sendo repetidas por [Mikhail] Gorbachev e outros.

O senhor acha que o mundo está realmente caminhando para a liberdade de mercado?

O mundo está caminhando para a liberdade de economia, mas deve ser uma liberdade que impeça a formação de monopólios, de trustes, de todas essas coisas que prejudicam a liberdade de comerciar e de trabalhar.

*O pensador inglês Ernest Gellner diz que existe uma tensão permanente entre o neoliberalismo e a democracia.*⁹⁵ *Segundo ele, os governos democráticos que se dizem neoliberais acabam traindo os princípios*

94 A lei antitruste busca defender a concorrência de vários empreendimentos no mercado, restringindo o poder de monopólio das grandes empresas. Os Estados Unidos têm leis federais que proíbem situações de monopólio. No Brasil, pelo fato de os monopólios serem muitas vezes ligados ao capital estrangeiro, tende a haver confusão entre leis antitruste e leis de remessa de lucros.

95 Ver GELLNER, Ernest. A social contract in search of an idiom: the demise of the dangeld state? *Political Quarterly*. V. 46. abril-junho, 1975, p. 127-152.

liberais, porque não levam automaticamente ao bem-estar da população e, quando querem se reeleger, são obrigados a intervir na economia de modo a beneficiar possíveis eleitores. Como o senhor vê isso?

Eu já expliquei. A liberdade exige vigilância. E a vigilância está no impedimento da formação de núcleos que prejudicam a liberdade. É natural a formação desses núcleos prejudiciais e, por isso, deve haver sempre vigilância. Não existe liberdade de andar na rua? Ao mesmo tempo precisa existir polícia, pois muitos dos que andam na rua não têm discernimento suficiente para respeitar o alheio. Isso é tão comum. Não vejo nada de extraordinário no que estou dizendo.

Atualmente, os países socialistas estão tendendo a desregular a sua economia e, portanto, a se aproximar dos países capitalistas. Por outro lado, os países capitalistas tendem a apresentar inflação e, portanto, a aumentar a intervenção do Estado no combate à inflação. Como o senhor vê esse paradoxo?

Não há necessidade de maior intervenção do Estado no combate à inflação. Combate-se a inflação sem precisar recorrer a maiores intervenções. O que aconteceu nos últimos anos foi que os países europeus e os Estados Unidos adotaram programas de assistência social muito superiores às possibilidades do mercado e, por esse motivo, provocaram a inflação. Agora eles estão procurando corrigir. Uns emitindo títulos, aumentando a dívida; outros, enfrentando a redução dos exageros da assistência e da previdência social. Tudo se resume a isso. Nada de extraordinário.

Durante os meses de setembro e outubro de 1989, o senhor esteve nos Estados Unidos para a reunião do FMI.⁹⁶ A seu ver, o que ocorreu de mais significativo nessa reunião?

Foi dada muita ênfase ao movimento iniciado na Europa em direção à economia de mercado. Essa ênfase implica, por sua vez, a responsabilidade dos países de manterem moeda estável e equilíbrio orçamentário, o que significa que os investimentos estatais e os programas

96 Em 23 de setembro de 1989, na qualidade de convidado especial, Octavio Bulhões embarcou para Washington para participar da reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial.

de assistência social devem estar associados às disponibilidades reais. Se nós seguirmos esse caminho, poderemos combater a inflação, que vem nos afligindo há tanto tempo, com enorme facilidade.

Por outro lado, de acordo com esse movimento, foi dada ênfase aos países que se esforçam por abrir seus mercados e conter as despesas públicas e que se empenham em acertar com os credores as suas responsabilidades de dívida. Foi dada muita ênfase ao comportamento do México. Considerei isso como uma espécie de advertência ao Brasil, uma sugestão de que um país como o Brasil poderia fazer muito mais do que o México vem fazendo. Essa, em resumo, é minha observação principal sobre a reunião do Fundo.

Ainda na reunião, o presidente norte-americano George Bush declarou em seu discurso que já era hora de os bancos credores reavaliarem as somas emprestadas aos países devedores, uma vez que no mercado elas valem menos do que está sendo cobrado.

Isso já é consequência do movimento a que me referi. Esse movimento dá lugar a essas concessões. Ou seja, que o pagamento da dívida depende das possibilidades do devedor, devendo o credor respeitar essas possibilidades.

Pouco antes de sua viagem, a imprensa noticiou que o senhor estava se colocando a favor de uma moratória.

Eu? Nunca! Nunca falei em moratória. Tenho horror a isso.

A delegação brasileira nesse encontro teve algum desempenho digno de comentário?

A delegação brasileira procurou colocar a posição do Brasil. Mas, como a posição do Brasil é horrorosa, não há ninguém que consiga defender. É preciso muita artimanha e muita cara dura para defendê-la. O ministro, por sinal, falou bem, mas disse coisas vagas. Ele não podia dizer nada de positivo. De qualquer maneira, fez um discurso bonito, revelou muita capacidade de expressão e defendeu como pôde a posição do Brasil.

Como brasileiro, como o senhor se sentiu?

Eu não tinha responsabilidade alguma. Fui lá para atender a um convite e assistir aos debates. Não participei de coisa alguma.

A campanha presidencial de 1989

Como o senhor está vendo a reta final da campanha presidencial?

Eu, na verdade, só me preocupo com a parte econômica. A política é tão confusa e tão ineficaz que não presto a menor atenção.

O senhor tem assistido à propaganda eleitoral ou aos debates entre candidatos na televisão?

Não.

Essas discussões não são uma maneira de orientar a opinião pública?

Não sei se isso orienta ou desorienta a opinião pública.

Mas o senhor não está em empolgo com a perspectiva das próximas eleições?

Difícilmente me empolgo. Acho que já é velhice.

Em sua opinião, a mudança de governo pode melhorar a situação do país?

Ou pode piorar. Mas vamos ver. Tudo depende dos homens. Se houver o propósito de mudar, é possível mudar, porque o país tem força para isso.

O principal tema tratado pelos candidatos tem sido a inflação, as dificuldades econômicas atuais. O novo governo encontrará uma situação semelhante à que o senhor enfrentou no governo Castelo Branco?

Talvez pior. Porque, pela nova Constituição, mais de 90% da receita da União são destinados aos estados e municípios. Como é que o

governo federal vai poder dirigir a federação com apenas 10% da receita orçamentária? Não sei como. Tenho a impressão de que os candidatos não atentaram para isso, porque se atentassem desistiam de ser candidatos. É uma coisa louca, mas eles não cogitam isso. Cogitam uma porção de coisas, dívida externa, dívida interna, educação etc., mas a maneira de dirigir o país não prestam atenção. É por isso que eu não me empolgo. Porque estou vendo que eles estão alheios aos fatos e, sendo assim, não podem corrigir nada.

Como o senhor vê a nova Constituição?

A nova Constituição está completamente fora da realidade atual e futura. É uma Constituição retrógrada, que não acompanha o movimento da iniciativa particular, que não acompanha a economia de mercado. Não acompanha nenhuma das inovações que estão surgindo. É estatizante, excessivamente nacionalista, muito preocupada com a distribuição e pouco favorável à produção. Em uma palavra, um desastre.

Um autorretrato

Por duas vezes, no governo Café Filho e no governo Goulart, o senhor usou a televisão para tornar públicas suas divergências com medidas econômicas do governo, e nas duas ocasiões foi demitido da direção da Sumoc. Por que o senhor preferiu essa estratégia de discordar publicamente em lugar de apresentar uma carta de demissão?

Porque, se eu apresentasse uma carta de demissão, seria demitido da mesma maneira, e o público não teria noção do motivo da minha saída. Ao passo que, explicando pela televisão, eu deixava que o público tomasse conhecimento do que estava se passando no país. Só por isso.

É uma atitude que mostra coragem.

Não, coragem não mostra, não. Talvez até mostre um pouco de vaidade.

O professor Mário Henrique Simonsen diz que o senhor chega à solução dos problemas muito antes de ele alcançar o mesmo resultado pelo cálculo matemático. Como se explica o seu raciocínio? O senhor não gosta de matemática?

Não digo que eu não goste de matemática. Eu não sei matemática, não tenho conhecimentos suficientes. Meu raciocínio deve ser fruto da experiência. A experiência demonstra, é repetitiva.

Em alguns momentos de sua vida, a propósito da defesa do capital estrangeiro, por exemplo, o senhor foi criticado pelos nacionalistas, que o chamavam de entreguista. Isso o incomodava?

Não. É natural. Eu compreendo a crítica. E eu já sabia que ia haver pressão. Quando uma pessoa toma uma deliberação com a consciência de que está praticando um ato favorável ao país, a crítica é de secundária importância.

É essa posição que o torna diferente do padrão comum de administrador brasileiro. O senhor parece estar muito mais próximo de um civil servant inglês, que se preocupa com o bem-estar do público e não com questões pessoais.

Não sei. Mas sei que até hoje sou assim. Manifesto minha opinião e naturalmente vejo as críticas. Se são procedentes, mudo. Se não são procedentes, se são puramente pessoais, continuo a adotar a mesma ideia. Há muita isenção de minha parte e muita tolerância a críticas.

Queríamos agradecer o privilégio de ter conversado com o senhor nessas vinte sessões de entrevista. Aprendemos muito sobre economia, sobre a história econômica do Brasil e sobretudo pudemos admirar o espírito público com que o senhor exerceu os cargos que ocupou.

Eu é que agradeço a companhia, e também a paciência que tiveram de ouvir-me, sempre num sistema de saca-rolha, cansativo. Eu é que agradeço.

Falam os Economistas

Mário Henrique Simonsen

Mário Henrique Simonsen nasceu no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1935. Formou-se em Engenharia Civil e em Economia pela Universidade do Brasil. Pesquisador do Ibre, tornou-se o primeiro diretor da EPGE em 1965, cargo que ocupa até os dias atuais. Foi Ministro da Fazenda de 1974 a 1979 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República de março a agosto desse último ano.

Depoimento PHO - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1989. Entrevistadoras: Ângela de Castro Gomes, Eduardo Raposo e Maria Antonieta Leopoldi.

O professor Bulhões é uma personalidade multifacetada. Por isso mesmo, acho que seria interessante analisar sua obra em várias dimensões. Primeiro, sua dimensão como professor de economia. Segundo, sua dimensão como homem público, começando como assessor do ministro Sousa Costa, na primeira fase do governo Vargas, depois ocupando várias posições, inclusive a direção da Sumoc em 1954 e 1961; o Ministério da Fazenda de 1964 a 1967, no governo Castelo Branco; e, por último, atuando no Conselho Monetário Nacional. Outra dimensão do professor Bulhões, que acho importantíssima analisar, é sua imaginação em matéria de política econômica. Finalmente, eu gostaria de dar alguns depoimentos sobre o “Santo Octavio”, como foi apelidado por Roberto Campos, no seu profundo amor pela música.

O mestre

Octavio Gouvêa de Bulhões sempre foi um dos professores mais ilustres da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Era titular da cadeira chamada “Valor e formação de preços”, que abrangia desde teoria de preços até ensaios de macroeconomia, e trazia sempre professores e literatura nova sobre o assunto. E com uma peculiaridade muito grande: nos anos em que foi ministro da Fazenda, ele continuou dando suas aulas todas as segundas-feiras de manhã, indefectivelmente.

Os ex-alunos do doutor Bulhões o adoram. Uns foram para a direita, outros para a esquerda, mas todos são unânimes na profunda admiração que têm por ele como professor. Não fui aluno do doutor Bulhões, mas sempre trabalhamos juntos com um intercâmbio frequente de ideias. Obviamente, pelo menos numa grande fase desta vida, ele me deu muito mais ideias do que eu a ele. Gradualmente, porém, fui sendo capaz de retribuir alguma coisa. O primeiro trabalho extenso que fizemos juntos na FGV foi sobre reforma tributária, em 1962 e 1963. Este trabalho acabou dando origem a muitas das ideias aproveitadas em 1964, nas várias reformas do Imposto de Renda e na reforma do ICM.

Em termos gerais, nossas linhas de pensamento econômico são muito parecidas. Em termos de detalhe, cada dois economistas pensam diferente, e cada um pensa diferente de si próprio a cada 24 horas. Mas a diferença que existe entre nós dois é muito mais metodológica: eu sou provavelmente um espírito mais analítico, matemático, e o doutor Bulhões é um espírito mais sintético – como, aliás, é sintético também verbalmente –, capaz de chegar a conclusões absolutamente certas pura e simplesmente por intuição.

Aquilo que em geral os outros economistas só deduzem depois de longas equações e longos trabalhos analíticos, ele já tem pronto na ponta da língua. Obviamente, sem prestar a mínima atenção às equações, mas, por algum tipo de raciocínio que eu não sou capaz de fazer, sabendo se o resultado está certo ou errado. Várias vezes, no início da minha carreira, eu testava as minhas conclusões simplesmente perguntando-lhe se eram razoáveis ou não. Se ele as achasse razoáveis, era sinal de que eu devia ter acertado nos cálculos; se ele achasse que não, era sinal de que eu devia ter cometido algum erro. E o teste jamais falhou.

De assessor a ministro

Como homem público, o doutor Bulhões certamente tem uma experiência de vida que poucos economistas brasileiros têm. Eu era muito jovem quando ele foi assessor econômico do ministro Sousa Costa, mas, ao que indicam os contemporâneos, ele fez um ótimo

trabalho nessa assessoria, tendo sido, inclusive, um dos participantes brasileiros na reunião de Bretton Woods em 1944.

Posteriormente, pude apreciar o excelente trabalho que o doutor Bulhões fez, em 1954 e 1955, como diretor-executivo da Sumoc, quando Eugênio Gudin era ministro da Fazenda. Esse foi realmente o primeiro exercício importante de modificação das políticas monetária e cambial no Brasil, levado a efeito com duas instruções: a Instrução 108, que mudou a regra dos recolhimentos compulsórios à ordem da Sumoc – hoje à ordem do Banco Central –, e a Instrução 113, que permitiu a importação de equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial. Com a primeira instrução, o governo Café Filho conseguiu reduzir consideravelmente a taxa de inflação e, com a segunda, que era um mecanismo simples de acesso aos capitais estrangeiros, conseguiu plantar aquilo que seria a chave de todo o desenvolvimentismo posterior do governo Kubitschek. A Instrução 113 deu origem à implantação da indústria automobilística, da indústria de construção naval e de várias outras indústrias que se estabeleceram no final da década de 1950 e nas décadas subsequentes.

Em 1961, no governo Jânio Quadros, quando o ministro da Fazenda era Clemente Mariani, o doutor Bulhões voltou à direção da Sumoc. Interessante lembrar que o Brasil passara a adotar, a partir de 1953, um sistema de taxas de câmbio múltiplas profundamente complicado: havia nada menos do que onze taxas de câmbio diferentes para o dólar – a taxa de câmbio de custo, com a qual se realizavam as importações de petróleo, cinco categorias de importação, quatro de exportação e mais um dólar livre que servia para transações financeiras, fora os valores diferentes das outras moedas, que não eram conversíveis naquele tempo. E o doutor Bulhões teve a coragem de promover a grande modificação cambial do Brasil por meio da Instrução 204, seguida pela Instrução 208, unificando o sistema cambial, que passou a ter apenas uma taxa livre de câmbio. Em 1962, ele se demitiu, quase que voluntariamente, pela televisão, dando uma entrevista bastante violenta contra a lei de remessa de lucros que havia sido aprovada pelo Congresso.

Após a revolução de 31 de março de 1964, no governo Castelo Branco, o doutor Bulhões voltou ao Ministério da Fazenda, dessa

vez como ministro, tendo sido nomeado ainda durante o período da junta militar que promulgou o Ato Institucional 1. E lá permaneceu ao longo de todo o governo Castelo, em companhia de Roberto Campos no Ministério do Planejamento, que, de fato, foi indicação do doutor Bulhões ao presidente.

Realmente, nunca vi uma dupla de ministros – da Fazenda e do Planejamento – trabalhar a quatro mãos, perfeitamente, como os dois trabalhavam. Sem especificidade. Porque se fizermos um organograma dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, veremos que a quantidade de superposições é imensa. Então, definir o que é área de quem é alguma coisa muito difícil. Se houver um bom entrosamento pessoal entre os dois ministros, tudo se resolve pelo trabalho a quatro mãos; se não houver, começam a surgir as disputas e as brigas que frequentemente ocorreram nesse sentido em períodos posteriores. É evidente que quem escreveu o Paeg foi a turma do Roberto Campos – não necessariamente apenas ele –, mas o doutor Bulhões participou de todas aquelas reuniões de discussão do Plano, como o Campos participava também das discussões sobre política monetária, política cambial, legislação fiscal. Então, vamos dizer assim, eram dois Ministérios, cada qual com dois titulares.

Era um prazer assessorar ambos, o que eu fazia com frequência, embora informalmente, subindo do sexto para o décimo andar do Ministério da Fazenda. Na época, já havia a sucursal em Brasília, mas Bulhões e Campos fizeram um tratado com o presidente Castelo Branco, que sempre vinha ao Rio nos fins de semana, para despachar com eles aqui às segundas-feiras de manhã. Então, nem um nem outro costumava ir a Brasília; iam apenas a cerimônias muito especiais e muito pouco frequentes.

O combate à inflação no governo Castelo Branco

O período do doutor Bulhões no Ministério da Fazenda foi o único da história recente do Brasil em que realmente se combateu a inflação. O período se iniciou com uma inflação de 25% no primeiro trimestre de 1964 e, se esse índice fosse extrapolado, equivaleria a

144% ao ano. No entanto, a inflação efetiva de 1964 foi de 92% e, ao final do governo Castelo, em 1967, tinha caído para 24% ao ano.

A ideia do doutor Bulhões era a seguinte: “Temos que fazer uma política que vise ao choque, para depois estabelecer certo gradualismo. Porque se o ministro promete gradualismo, há um grande risco de que não se obtenha nada”. Ele tinha muito essa percepção prática de que a declaração de um ministro cria expectativas. Certa vez, em 1975, eu disse a ele: “Doutor Bulhões, não adianta a gente dizer que a inflação acabou, porque ela vai ser de pelo menos 25%”. E ele me respondeu: “Mas se você não disser que acabou, em vez de 25%, ela vai ser de 40%”.

Com base no princípio de que o Brasil não ia acabar com a inflação de chofre, foi introduzida em 1964 a correção monetária. Havia algumas experiências internacionais nesse sentido, e a ideia, que teve provavelmente como maior propulsor José Luís Bulhões Pedreira, já vinha da lei do Imposto de Renda, se não me engano, a Lei 3.470, do tempo do governo Kubitschek. Mas o conceito era de que a correção monetária constituía exceção, e não regra, e serviria apenas para operações de longo prazo e para a correção de débitos fiscais. Nunca houve a ideia de uma correção monetária diária, como se tem hoje.

O doutor Bulhões logo fez também um ajuste fiscal muito forte, cortando despesas e preparando, junto com o pessoal do Planejamento, as leis 4.357 e 4.506, do Imposto de Renda, e, posteriormente, a reforma do IPI. Com isso, o *deficit* público, que era de 4% do PIB em 1964, reduziu-se a 1% do PIB em 1966. E mais ainda: antes o *deficit* era financiado quase que só via expansão monetária, e depois passou a ser financiado, em ampla parte, por colocação de títulos públicos, que eram as ORTN recém-lançadas.

Há um detalhe curioso em todo período de estabilização: é que ninguém faz uma estabilização sem dor. Claramente, em toda parte do mundo, o primeiro impacto do processo de combate à inflação é uma recessão de transição. E essa recessão, no Brasil, aconteceu no setor industrial em 1965: a produção industrial caiu 5% naquele ano, e a inflação também despencou de 92% para 34%.

Esse foi um período em que os nervos do governo estavam à flor da pele, com os ataques violentos dos órgãos de classe, da linha dura e, principalmente, do Carlos Lacerda, em cima da política econômica. E a pessoa que conservava a maior fleugma, a que mais se mantinha convencida de que não havia nenhuma alteração a imprimir nos rumos era o doutor Bulhões. Há até uma história muito pitoresca, que dá uma ideia do humor leve, ferino, que o doutor Bulhões tem quando necessário. Em meio a essa crise, um grupo de empresários chegou a ele, tendo como porta-voz um empresário gaúcho, que disse: “Ministro, do jeito que as coisas vão, vamos ter fome, desemprego, convulsão social!”. E o doutor Bulhões respondeu tranquilamente: “E muitos empresários se suicidando também”. E a reunião ficou por isso mesmo.

É verdade que havia no governo Castelo Branco certa especialização de funções, no sentido de que a vocalização da política econômica ficava muito mais a cargo do Roberto Campos do que do doutor Bulhões. Do ponto de vista da opinião pública, Campos servia como para-raios da política econômica – tanto que Carlos Lacerda concentrou nele todas as suas baterias –, e o doutor Bulhões ficava mais resguardado. De certa forma, portanto, ele se beneficiou da profunda vocação do Roberto Campos para a impopularidade – segundo o próprio Campos – e das diferenças de temperamento entre ambos: o doutor Bulhões é um homem muito mais lacônico do que Roberto Campos, dificilmente polemiza, enquanto Campos adora uma polêmica.

A independência do Banco Central

O doutor Bulhões foi sempre um grande defensor da criação de um banco central independente, desde os tempos da Sumoc, que já foi um embrião de banco central. Houve vários projetos nesse sentido, e o doutor Bulhões sempre lutou por eles. O projeto que afinal se implantou, em sua formulação original, criava um banco central realmente independente. Entretanto, para que fosse aprovado pelo Congresso, que era cheio de funcionários do Banco do Brasil, foram feitas algumas transigências, de que o doutor Bulhões não gostou,

garantindo ao Banco do Brasil certos privilégios. Assim, a Lei 4.595 criou um Banco Central semi-independente, partilhando algumas funções de autoridade monetária com o Banco do Brasil.

A característica fundamental de um banco central independente é o mandato fixo de seus diretores. Essa ideia encontrava-se no projeto original, correspondendo na realidade ao mandato fixo dos seis membros do Conselho Monetário Nacional, nomeados pelo presidente da República depois da aprovação pelo Senado Federal. Entre esses, escolhiam-se os quatro diretores do Banco Central, um dos quais seria o presidente. No governo Costa e Silva, essa prática se interrompeu, ainda que não formalmente. Não sei se por influência da nova equipe econômica, Costa e Silva resolveu não respeitar os mandatos e convidou o presidente e os diretores do Banco Central a se demitirem. Convite que ninguém nega. Posteriormente, o AI-5 acabou com os mandatos; houve casos de diretores demitidos com base no AI-5, embora tivessem mandatos a cumprir.

Quando tomei posse no Ministério da Fazenda, em 1974, achei melhor, já que o AI-5 estava em vigor, tornar presidente e diretores demissíveis *ad nutum* pelo presidente da República. Se eles já eram de fato demissíveis *ad nutum*, era melhor ficar na lei do que no Ato institucional. Essa foi uma decisão minha junto com os diretores do Banco Central que eu havia indicado.

Nosso conceito era o seguinte: já que o mandato não vale nada diante do AI-5, vamos dizer claramente que ele não vale nada. Evidentemente, logo que fosse revogado o AI-5, isso mudaria. Mas depois não mudou, embora hoje haja a ideia de o Banco Central voltar a ter maior independência. Apesar de tudo, tenho certo orgulho: nos cinco anos em que fui ministro da Fazenda, não houve mudança de nenhum diretor do Banco Central; os que foram nomeados no mesmo dia em que eu só saíram no dia em que eu saí. Em contrapartida, na Nova República, tivemos quatro ministros da Fazenda e seis presidentes do Banco Central em um único governo.

Como ministro da Fazenda, convidei o doutor Bulhões para ser membro do Conselho Monetário Nacional, função que ele exerce ainda hoje, com vários mandatos renovados. E a presença do doutor Bulhões

no Conselho Monetário no meu tempo, pelo meu testemunho, e posteriormente, pelo testemunho dos outros, era das mais ativas e válidas, pela sabedoria dos seus conselhos, pelos protestos que lançava cada vez que alguém inflacionava qualquer coisa. Sempre que havia alguma votação que significasse expansão monetária, o voto do doutor Bulhões era sistemático: “Não”. Ele manteve sua coerência por todo esse período, sendo que, aparentemente, nos últimos tempos, passou a votar “não” mais vezes. Outra peculiaridade do doutor Bulhões: ao longo de todos esses anos, ele sempre esteve presente às reuniões do FMI.

Acho que tudo o que mencionei dá uma ideia da carreira do doutor Bulhões, que foi realmente uma carreira de servidor público. Ele tem um espírito público total. Era funcionário do Ministério da Fazenda, e sempre com aquele espírito de servir, servir bem, sem nenhuma ambição política e sem sequer a preocupação de se projetar. Seria muito fácil para um ministro da Fazenda como ele, que baixou a inflação de 92% para 24%, sair badalando posteriormente. Ele não fez isso, continuou naquele seu mesmo estilo. O doutor Bulhões não é de lambar a própria cria.

A imaginação do economista

Outra dimensão muito interessante do doutor Bulhões é a sua imaginação como economista, imaginação capaz de encontrar soluções práticas para problemas relativamente complexos, o que em parte é um dom inato, em parte é o resultado de ele ter verificado muitas experiências de políticas econômicas em diversas partes do mundo. Roberto Campos tem uma declaração a respeito dos vários ministros da Fazenda e do Planejamento do Brasil nos últimos anos, em que classifica alguns como mais preparados, outros como menos preparados, e classifica o doutor Bulhões como o mais imaginativo de todos. É um depoimento que subscrevo integralmente.

A lista dos fluxos da imaginação do doutor Bulhões é imensa. Por exemplo, sugerir que os impostos indiretos deviam ser cobrados apenas sobre o valor adicionado, e não em cascata. Essa sugestão, que vem da

década de 1950, foi aplicada inicialmente no IPI e posteriormente no ICM. A ideia de acidentalidade na correção monetária – lembrar que a correção monetária devia ser compensada pela inflação monetária, e não pela inflação criada por um acidente climático, por um choque de petróleo ou por alguma outra coisa – também foi dada pela primeira vez pelo doutor Bulhões em 1975. Essa sugestão acabou se incorporando, na década de 1980, a toda a literatura internacional sobre indexação, sem que lhe fosse dado o devido crédito, uma vez que ele não a formalizou em um texto escrito, apenas a comunicou verbalmente. Foi também o doutor Bulhões o primeiro a sugerir o controle da política monetária por meio do controle de crédito. Essa é uma sugestão mais recente, da década de 1970, e que tem sido mais ou menos a tendência internacional.

O doutor Bulhões sempre foi profundamente inovativo. De suas ideias inovadoras, 90% eram bastante oportunas e 10%, evidentemente, eram criticáveis, porque ninguém apresenta várias ideias inovadoras sendo todas aproveitáveis. E sempre que trazia ideias novas, trazia como sugestão para discussão, e não numa base de *magister dixit*. Essa prática se estendia às suas decisões. No Ministério da Fazenda, por exemplo, o doutor Bulhões em geral consultava muita gente e dificilmente decidia contrariamente a uma opinião unânime. Agora, o que acontece com frequência é que o ministro consulta 10 assessores, colhe 15 opiniões diferentes e no fim opta pela sua.

A música: uma boa causa

Eu gostaria de falar de uma última faceta do doutor Bulhões, que é o seu amor pela música. Esse é mais um traço que nos une, a melomania comum. Volta e meia, quando ele ia às reuniões do Conselho Monetário em Brasília, ficávamos ouvindo música até tarde da noite em minha casa. Outras vezes ele ia almoçar, e também ouvíamos meia horinha de música durante o almoço.

O grande pendor do doutor Bulhões são os compositores do século XIX. Ele é fundamentalmente um beethoveniano, gosta de Brahms, de Wagner, o que não exclui gostar também de Mozart. Não sei qual o

seu grau de afinidade com os barrocos nem com os muito modernos. Sei que seu repertório preferido, provavelmente o repertório central, é o repertório sinfônico do século XIX.

O doutor Bulhões foi presidente da Orquestra Sinfônica Brasileira durante muitos anos. E sempre pedia timidamente ao governo uma subvenção, desculpando-se por contribuir para a inflação, mas justificando que, como era para a música, era por uma boa causa. Há três anos ele me deixou o abacaxi na mão, ou seja, passou-me a presidência do Conselho Curador da Orquestra Sinfônica, o que significa obrigatoriedade de sair pelo caminho arrecadando fundos para sustentar a orquestra, não apenas com o governo, como também com o setor privado. Mas a causa é justa

Julian Chacel nasceu no Rio de Janeiro em 23 de março de 1928. Bacharelou-se em ciências econômicas pela Universidade do Brasil e doutorou-se pela Faculdade de Direito de Paris. Diretor do Ibre desde 1964, é ainda assessor econômico da presidência da Confederação Nacional da Indústria, além de membro dos conselhos consultivo e de administração de diversas empresas privadas.

Depoimento PHO - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1989. Entrevistadoras: Ângela de Castro Gomes e Inês Cordeiro de Farias

O professor de Economia

Conheci o professor Bulhões na condição de aluno da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, instalada ainda no prédio velho da Fundação Getúlio Vargas, que abrigara originalmente o Colégio Aldridge. Curiosamente, apenas como uma informação *a latere*, tanto o doutor Simões Lopes, presidente da Fundação, como o doutor Octavio Gouvêa de Bulhões foram alunos do Colégio Aldridge. De sorte que há aí um elemento de acaso e, ao mesmo tempo, de determinismo, que levou as duas personalidades a se juntar.

Naquela época, havia sido levada a cabo uma reforma do ensino de ciências econômicas, com ênfase em teoria econômica. Com a mudança do currículo, que não foi apenas uma cirurgia plástica, porque promoveu realmente uma profunda transformação, a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Fundação Mauá, cuja ideia original partira de Álvaro Porto Moitinho, foi incorporada à Universidade do Brasil, ficando o professor Bulhões encarregado da disciplina “Valor e formação de preços”.

Aos meus 19 anos, tive um choque semântico no primeiro dia de aula. Ao dar uma primeira visão de um princípio fundamental da teoria econômica estabelecido pela escola de Viena, que é o princípio da utilidade marginal decrescente, que fundamenta todo o comportamento do consumidor, o professor Bulhões usou uma expressão que, na minha idade e na minha ignorância semântica,

deixou-me perplexo: “Protraindo-se uma satisfação”. Tive que ir ao dicionário para descobrir o que queria dizer: “prolongando-se uma satisfação”. Quando se consome um bem de forma contínua, a partir de certo momento, ao invés de uma satisfação e de uma utilidade, pode-se ter uma desutilidade, porque se ultrapassou o ponto de saturação. Essa é a ideia do princípio de utilidade marginal. Mas a chegada do professor Bulhões em aula com “protraindo-se uma satisfação”, em meio a uma garotada de 19, 20 anos, foi realmente um choque semântico.

O professor Bulhões estimulava muito a leitura, mas estávamos no final da década de 1940 e tínhamos ainda uma barreira a superar, que era a barreira da língua. Poucos alunos tinham acesso aos textos ingleses, aos franceses nem se fala. Então dependíamos muito de umas traduções para o espanhol feitas pelo Fundo de Cultura do México, na ilusão de que o português e o espanhol são línguas muito semelhantes, línguas irmãs, o que, sobretudo nos textos escritos, não se verifica tanto. Houve um episódio curioso em relação a um ponto fundamental de teoria econômica, no qual o professor Bulhões insistia muito, que era o conceito de taxa marginal de substituição. Esse conceito estava explicado no livro de [John Richards] Hicks, *Value and Capital*, traduzido literalmente para o espanhol como *Valor e Capital*, e tratava da substituição de um bem por outro. E o tradutor do Fundo de Cultura não se deu conta de uma diferença de sintaxe: na sintaxe inglesa, a relação entre o bem substituído e o bem substituidor é inversa à da sintaxe das línguas latinas. De modo que aquele trecho traduzido não fazia o menor sentido quando confrontado com a demonstração gráfica. Levei meses até perceber que havia ocorrido um erro de tradução, e tenho a impressão de que muita gente foi ao pau por causa disso. Minha turma foi praticamente a primeira da qual o doutor Bulhões foi professor, e era relativamente pequena – tinha trinta alunos, no máximo. De modo que, quando ele começou a nos dar aula, acho que ainda não tinha história como professor. Devo dizer também que, como ele era assessor do ministro da Fazenda na época, havia certa solução de continuidade: vez por outra ele era forçado a ir ao exterior para negociações com governos estrangeiros, às reuniões do Fundo Monetário e do Banco Mundial, e o professor Américo Cury o substituíva.

Ao longo do tempo, perdi o contato com a maioria dos colegas de então, mas há dois que ainda estão em evidência: o atual presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Juvenal Osório Gomes, e um dos ex-economistas da Fundação Getúlio Vargas, que hoje é consultor e trabalha a título privado, Aníbal Vilanova Vilela.

A disciplina do professor Bulhões, “Valor e formação de preços”, era dada em dois anos e supria a base de teoria econômica – teoria de produção e teoria de consumo em nível micro dos agentes econômicos tomados isoladamente. “Moeda e crédito”, a disciplina do doutor Gudín, já era mais específica, embora tivesse uma abordagem mais agregativa, uma visão global da economia, que hoje se chama visão macroeconômica. Eram ainda professores alguns colegas do doutor Bulhões na assessoria do ministro Sousa Costa, entre eles Nunes Guimarães, encarregado da disciplina “Comércio internacional”, e Eduardo Lopes Rodrigues, que lecionava “Ciência das finanças”.

O doutor Bulhões impressionava a todos porque era e é um homem de fala mansa, uma fala pausada, com poucas inflexões, e uma gesticulação muito contida. Até fazia um contraste com o professor Gudín, que falava muito com as mãos. Não posso dizer que transmitisse com clareza, porque ele sempre teve por inclinação ser um homem parco, sintético no uso das palavras. E tinha com os alunos uma relação, vamos dizer, de amor contido. Nós sabíamos que ele sentia uma grande simpatia por todos, mas, pelo menos na minha época, isso não vinha à tona. O que talvez seja reflexo da personalidade dele, que até hoje, passados 40 anos de convívio, parece-me uma pessoa reservada.

As origens do Ibre

Em 1947, depois de uma crise por que passou a FGV, instituída em 1944 com o objetivo de cobrir o campo da organização racional do trabalho, e imaginada, por conseguinte, para tratar de temas administrativos e de eficiência produtiva, e não de temas econômicos, formou-se o Núcleo de Economia. Naquela época, o Rio de Janeiro era uma cidade de dimensões toleráveis, o que possibilitava que,

dentro de um determinado estrato social, as pessoas se conhecessem – até hoje, apesar de tudo, os círculos são bastante restritos. De sorte que eu suponho que houve nesse momento uma convergência natural de pessoas que tiveram um despertar de consciência a respeito da necessidade de levar o país a pensar sobre a sua economia.

O Núcleo constituiu-se praticamente do mesmo grupo que estava lecionando na nova Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Além do professor Gudín, do professor Bulhões, de Nunes Guimarães e Lopes Rodrigues, faziam parte alguns engenheiros, como Jorge Felipe Kafuri, e alguns funcionários do Banco do Brasil, como Aldo Batista Franco. Esse grupo se reunia no velho casarão da FGV, no que eu chamava de “as tertúlias de fim de tarde”, e dessas reuniões surgiram três diretrizes ligadas à ideia de formar-se o marco quantitativo da economia brasileira.

A primeira delas foi a metodologia para o cálculo do balanço de pagamentos do Brasil, ou seja, a contabilização das relações econômicas brasileiras no plano internacional – importação, exportação, movimento de capitais, empréstimos etc. Um funcionário do Banco do Brasil chamado Guilherme Pegurier foi comissionado para trazer dos Estados Unidos a solução para a questão de métodos e, feito isso, procedeu-se a um primeiro levantamento. Em seguida, transferiu-se a metodologia para o Banco do Brasil, que ficou encarregado desde então de fazer o balanço de pagamentos – hoje essa responsabilidade é do Banco Central.

A segunda vertente foi o cálculo da Renda Nacional do Brasil, que depois evoluiu para um sistema de contas nacionais. A incumbência de estabelecer uma metodologia foi delegada ao engenheiro Antônio Dias Leite, que mais tarde foi ministro das Minas e Energia, e a Genival de Almeida Santos, que era instrutor na Faculdade de Ciências Econômicas.

A terceira linha foi o lançamento de uma publicação, a *Conjuntura Econômica*, que sobrevive até hoje. Uma publicação sobreviver tanto tempo num país onde não há tradição constitui uma das manifestações miraculosas do Brasil. E foi para trabalhar na revista que ingressei na FGV, com uma recomendação do professor Gudín, que frequentava

a casa dos meus pais. Muito embora naquele tempo, talvez mais do que hoje, as relações de família contassem, tenho a impressão de que o critério do meu desempenho também pesou: eu estava no segundo ano da faculdade e havia me destacado como estudante. Nos quatro anos de curso, na soma total das médias, fui o primeiro aluno.

Sedimentada a *Conjuntura Econômica* e estabelecida a metodologia da renda nacional, formou-se a equipe da renda nacional. O grupo que fazia a redação da *Conjuntura Econômica* e a equipe da renda nacional constituíram o embrião do Ibre. Em 1951, acrescentou-se mais esse bloco ao organograma da FGV: o Ibre, sob a presidência do doutor Eugênio Gudín e a vice-presidência do professor Bulhões. E foram buscar em São Paulo Alexandre Kafka para ser diretor de pesquisa, de modo que se instituiu dentro da Fundação uma linha de estudos econômicos na área aplicativa, e não teórica. A Escola de Pós-Graduação em Economia veio muitos anos depois, tendo como raiz o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas.

Nesse período, portanto, o professor Bulhões estava presente na Faculdade de Ciências Econômicas, no Núcleo de Economia e na transformação do Núcleo no Ibre, onde permanece até hoje.

Um homem linear

Há alguns aspectos que marcam a figura do professor Bulhões e constituem exemplos para todos os que conviveram com ele. Primeiro, a sinceridade de propósitos. Nesse sentido, é um homem linear, retilíneo. Deu a mão e permitiu que algumas pessoas avançassem profissionalmente, sem que elas compartilhassem da sua visão doutrinária a respeito de economia. Como não sou tão linear, tão retilíneo, não sei se seria tão generoso com pessoas cujas ideias se opusessem tão frontalmente às minhas.

Outro aspecto é a probidade do homem público. Há um episódio que não sei se foi relatado por alguém, mas que acho que em algum momento tem que ser recolhido. O doutor Bulhões foi sempre um homem de saúde muito frágil. Em duas ou três ocasiões teve problemas

de saúde muito sérios, sendo que uma dessas crises aconteceu logo que se afastou do Ministério da Fazenda, onde serviu sob as ordens do presidente Castelo Branco. Então, vejam bem: ministro da Fazenda numa situação de exceção, detentor de uma fantástica massa de poder em suas mãos, ele cai doente e é operado no Rio de Janeiro.

A operação não tem o êxito que se esperava, ele passa vários meses fora de circulação e depois vai aos Estados Unidos, onde finalmente seu problema é resolvido. Em que circunstâncias ele foi aos Estados Unidos? Um grupo de amigos se reuniu, cotizou-se e, graças a esses amigos, ele pôde ter a atenção médica de que precisava, porque não tinha recursos financeiros para se tratar no exterior. Na ocasião, não havia a ideia de se desviar um avião para que determinado ministro todo-poderoso fosse atendido nesta ou naquela clínica deste ou daquele país. Isso não existia. E essa marca de proibidade na vida do doutor Bulhões eu acho importante.

O cavaleiro andante contra o dragão da inflação

Sem dúvida alguma, a característica que se pode destacar no professor Bulhões, tanto como professor quanto como economista, é a sua intuição genial. De repente, ele tem uma ideia luminosa. Mas é preciso que o interlocutor tenha a capacidade de captá-la, porque ela não se mostra de imediato. É preciso não só ler nas entrelinhas do que o professor Bulhões escreve, como também, à medida que o tempo vai passando e que vamos nos familiarizando com sua maneira de ser, interpretar os meandros do seu pensamento.

O professor Bulhões é um homem que tem o pensamento concentrado no lado monetário e financeiro da economia. Porque a economia é como uma moeda: tem duas faces – cara e coroa, verso e reverso. Talvez por força de sua carreira como alto funcionário público, ele sempre se prendeu muito mais aos aspectos monetários e financeiros da economia do que ao lado real, ao lado da produção física, da infraestrutura produtiva, que é um elemento fundamental da produção na agricultura, nas fábricas, no comércio, nos serviços.

Curiosamente, eu contraste com o professor Bulhões, porque tenho grande interesse pelo que se passa no lado real da economia. Em retrospecto, talvez eu devesse ter sido engenheiro e não economista, ou então ter ficado numa espécie de terra de ninguém, entre um campo e outro. Mas é claro que, em relação ao diagnóstico da inflação, à visão segundo a qual a inflação decorre de um excesso de meios de pagamentos – no sentido lato da expressão “meios de pagamentos”, que hoje inclui formas de quase-moeda – e da incapacidade de o aparelho produtivo de um país responder prontamente a esse excesso, não há dúvida de que eu me alinho com o professor Bulhões. A ideia de que é indispensável terem-se as finanças públicas ordenadas já foi contestada, mas parece que hoje está havendo uma comunhão de pensamento entre os economistas independentemente da posição em que cada um se situe no plano ideológico. O que é nesse momento trazer o Estado de volta às suas funções essenciais senão reordenar as finanças públicas?

Creio que a grande contribuição do professor Bulhões ao pensamento econômico do Brasil foi a ideia de que os princípios de teoria econômica são princípios de aplicação genérica, ou seja, de que não existe uma teoria econômica ao norte e outra ao sul do Equador. Por isso é que ele insiste sempre na abordagem monetária para o controle da inflação. Nesse sentido, desde que o conheço, ele tem sido um cavaleiro andante. Podemos voltar às canções de gesta e imaginá-lo a cavalo, tratando de ferir mortalmente o dragão da inflação. A imagem que dele se pode fazer é essa. E foi exatamente esse aspecto de persistência, de pertinácia, essa combatividade de um homem manso em relação à defesa da moeda no Brasil que lhe conferiu o caráter de condestável e um sentido de missão. Sentido esse tão forte que, até hoje, com sua capacidade motora seriamente diminuída, ele não se deixou abater, não guardou suas armas. A meu ver, essa é a marca mais importante na síntese da sua vida.

Nesse aspecto, ele se identifica muito com o doutor Gudin, que disse certa vez, com muita graça, que tinha uma amante, que era o Brasil, e que essa amante o traía constantemente. Talvez seja esse o ponto de convergência entre ambos, a ideia de missão, o sentido do

bem público. Porque são personalidades muito diferentes: Gudin, extrovertido e agressivo; Bulhões, introvertido e manso. Não tenho meios de afiançar se o que estou afirmando é rigorosamente exato, mas penso que o encontro dos dois deve ter-se dado em 1944, quando estiveram em Bretton Woods como membros da delegação brasileira. E trabalharam juntos durante várias décadas, com grande afinidade em termos de diagnóstico e terapêutica da inflação. Não há dúvida de que os dois, Bulhões e Gudin, fizeram escola. O Instituto de Economia e a Escola de Pós-Graduação são o legado de ambos para as gerações futuras.

Angelo Jorge de Souza

Angelo de Souza nasceu em Carmelo (MG) no dia 11 de junho de 1932. Bacharel pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade de do Brasil e mestre em economia pela Universidade de Yale (EUA), é diretor adjunto do Ibre e diretor-presidente da firma A.J.S. – Análise e Tendência Ltda. também consultor de diversas empresas privadas e coordenador de estudos de viabilidade econômica em projetos de grande porte.

Depoimento PHO - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1989. Entrevistadoras: Inês Cordeiro de Farias e Maria Antonieta Leopoldi

O professor dedicado

Conheci pessoalmente doutor Bulhões por volta de 1953, 1954, após ingressar na Faculdade de Economia, onde ele e doutor Gudin eram os professores mais destacados. Muito antes dessa época, já ouvira referências de sua importante atuação como homem público, principalmente por meio da participação, em 1944, na reunião de Bretton Woods, quando foram estabelecidas as bases para a criação do FMI e do Banco Mundial, e de sua contribuição ao Ministério da Fazenda.

Nos anos em que foi meu professor, doutor Bulhões encontrava-se bastante ocupado, pois coincidiram exatamente com o período em que estava à frente da Sumoc, órgão que antecedeu à criação do Banco Central. Apesar disso, ele não deixava de comparecer às aulas de Teoria do Valor e Formação de Preços”.

Doutor Bulhões foi sempre muito respeitado pelos alunos. Isso não significa que suas aulas fossem facilmente entendidas. Pelo contrário, falava baixo, de forma pausada, mas apresentava uma quantidade enorme de matéria, com a qual tinha uma grande familiaridade. E, dessa forma, tratava de temas realmente complexos e que o estavam preocupando na atividade profissional. Assim o fazendo, diferenciava-se da maioria dos professores das escolas de economia de então, que eram unicamente professores, adotavam um livro-texto e o seguiam. Para estes, bastava tornarmo-nos alunos de um único livro. No caso

do doutor Bulhões, isso não acontecia. Além do livro de Wicksell, sempre citado nas aulas, também difícilimo de ser entendido, exigia muita leitura adicional. Muita! Porque ele nos deixava sempre a impressão correta da complexidade dos fenômenos sociais. Estou certo de que a seriedade no tratamento desses fenômenos sempre foi sua característica importante, não só como professor, mas também como economista reconhecido e respeitado pelos técnicos de todos os matizes.

No Ibre: um trabalhador incansável

Em meados de 1955, quando vim para o Ibre na condição de estagiário, o Ibre tinha como presidente doutor Eugênio Gudim e vice-presidente doutor Bulhões. Há mais de 35 anos, portanto, temos tido um contato quase que permanente.

Estar próximo ao doutor Bulhões, para mim, sempre foi motivo de inspiração. Suas solicitações de trabalhos foram sempre motivos para reflexão e aprendizado. Apesar de seus problemas periódicos de saúde, ele nunca deixou de comparecer quase que diariamente ao Instituto de Economia trazendo uma ideia nova.

As soluções que doutor Bulhões apresenta são em sua maioria simples, mas sem o charme inconsequente do aventureirismo. São, no entanto, consistentes, válidas e exequíveis, desde que se tenha predisposição e coragem. E o modo como propõe é firme, mas tão humano, que não cria inimigos, pois o que se pode discutir é a forma, mais que a essência; é mais uma questão de ordenamento e de gradação.

Doutor Bulhões trabalha muito. Uma das pretensões que sempre tive foi colocar uma parede de vidro em seu escritório para que o pessoal jovem o visse trabalhando. Estou certo de que seria um estímulo para todos, pois veriam que ele está sempre procurando uma explicação, uma causa, e uma forma melhor de solução. Prefere realizar quase sozinho as elaborações estatísticas de que necessita. Poderia mandar fazer, calcular, mas acha que cada um tem que fazer sua parte e que isso completa o entendimento. A pouca assessoria de que precisa é muito

difícil de ser prestada, pois consiste quase sempre em coletar dados incompletos ou participar no entendimento de algum fenômeno. Muito raramente conseguimos contribuir. O que podemos fazer é sentar junto com ele e estudar.

Na realidade, doutor Bulhões não participa muito da parte administrativa do Ibre, a não ser quando solicitado.

No entanto, sabemos que podemos recorrer a ele para qualquer problema, embora esteja preocupado com os assuntos técnicos. E desses sempre está disponível para participar.

Embora ocupando importantes cargos públicos ao longo de sua vida, acho que doutor Bulhões sempre se considerou fundamentalmente um funcionário da Fundação. O interessante é que não é remunerado. Mesmo no período em que foi ministro da Fazenda, ele jamais se desligou do Ibre. No entanto, soube separar bem a sua função de ministro e a de vice-presidente e, a seguir, presidente do Instituto. Em vista disso, o assessoramento que o Ibre lhe prestou quando ministro foi praticamente o mesmo oferecido aos demais ministros da Fazenda. Assim o fazendo, doutor Bulhões preservou a Instituição.

A independência dos índices de preços da FGV

Em 1964, ao ser introduzida a correção monetária, tenho a impressão de que, como ministro da Fazenda, doutor Bulhões não teve opção para o seu cálculo senão adotar o único índice de preços disponível, que era o da Fundação Getúlio Vargas. O Índice Geral de Preços era um índice amplo, respeitado, já possuía história, uma metodologia consolidada, e uma característica muito importante que os governos entenderam até 1985: independência no cálculo.

Aproveito esse momento para fazer um depoimento que julgo necessário: jamais tivemos interferência do governo em nossos trabalhos. É óbvio que tivemos fiscalização do governo, tivemos choro do governo, tivemos tudo do governo, menos interferência no sentido da modificação de números. Não acredito que qualquer

governante tenha pensado seriamente alguma vez em interferir nos índices da Fundação. Nunca! Seria impossível interferir em um Instituto que tinha na presidência Eugênio Gudín; na vice-presidência, doutor Bulhões; como diretor, doutor Chacel; e ainda uma equipe técnica totalmente compromissada com seu trabalho sério. Todos os ministros conheciam suficientemente os membros da casa para saberem que uma pressão absurda e intransponível para a modificação de um resultado simplesmente fecharia o Instituto, pois todos pediríamos demissão. Nunca fomos grandes, lutamos sempre com problemas seriíssimos de recursos, mas as regras, nós estabelecíamos. Assinávamos a metodologia e publicávamos. Agora, sempre estivemos abertos a sentar e examinar os índices com o governo, com jornalistas, com quem quer que fosse. Foi assim com todos os ministros, sem exceção.

O que o governo recebia ao utilizar o índice da Fundação? Recebia exatamente um índice independente e com credibilidade. Em economia, toda ação provoca uma reação, e isso os ministros entendem com clareza: em um sistema de correção monetária como o nosso, onde o governo é o principal e quase único tomador de empréstimos, o governo, ao produzir seu próprio índice, tem que pagar por isso, na forma de juros mais elevados. É o que vem acontecendo desde 1985, a partir da data em que o governo, insatisfeito com os resultados de determinado mês, decidiu alterar abruptamente a metodologia que usava como referência – o índice da FGV – e passou a adotar o índice do IBGE. Esse fato, todavia, não alterou a rotina do Instituto de Economia. Ao contrário, permitiu-nos aperfeiçoar e ampliar nossa metodologia.

O combate à inflação: uma decisão de governo

A preocupação básica da vida do doutor Bulhões tem sido o combate à inflação. Isso parece à primeira vista incongruente, se considerarmos que foi ele o introdutor da correção monetária, que é uma forma de melhor conviver com a inflação do que de extingui-la. Mas a correção monetária, no seu entender, só deveria ser aplicada em períodos de inflação em declínio, o que resultaria na aceleração da queda.

A ideia da correção monetária surgiu com o objetivo de corrigir os débitos fiscais. O que acontecia na época era o seguinte: os contribuintes, empresas ou não, só pagavam os impostos devidos já no período de execução judicial e, apesar das multas, ainda tinham um lucro enorme porque, no decorrer do período que transcorria entre a geração da dívida referente ao imposto e o seu pagamento, a inflação corroía totalmente os débitos. Era um grande negócio atrasar o pagamento dos impostos. Com a correção monetária das dívidas e mais as multas, as empresas preferem manter em dia seus pagamentos.

Em seguida, entendeu-se que o sistema de correção monetária seria um grande meio de permitir poupança em condições de inflação, principalmente as poupanças populares. Porque em condições de inflação nenhum agente tem interesse em poupar; procura consumir no primeiro momento, de forma a evitar perdas. A correção monetária neutralizaria, pelo menos parcialmente, as repercussões da inflação. Nos períodos que se seguiram, houve um desvirtuamento de sua utilização, com ampliação da correção monetária a diversas áreas da economia. O fator neutralizador passou a realimentador da inflação. Essa hipótese havia sido prevista pelo doutor Bulhões muito antes daqueles que hoje se propõem a criticá-la de modo precipitado.

Sempre percebi que, de acordo com o doutor Bulhões, não existe situação mais perversa do que a de inflação elevada, e que sua correção exige medidas drásticas, decisões seriamente implementadas, pois dessa forma os efeitos negativos serão rapidamente absorvidos. Ele é muito definitivo em suas ideias e às vezes as coloca de forma um tanto drástica. Por exemplo, algum tempo atrás, quando propunha que o governo só gastasse o que arrecadasse, ou seja, que ficasse restrito ao orçamento, equilibrado, perguntei-lhe: “E se, de repente, faltar gasolina para a ambulância?”. Ele me respondeu: “A ambulância não sai”. Isso é mais figurativo, porque ele entende que o governo tem possibilidade de transferir recursos de uma área para outra. Agora, tem que estar decidido.

Doutor Bulhões sempre deixou claro que a inflação não é assunto para ser resolvido por ministro. Ela se desenvolve por ação do governo

como um todo, e só pode ser erradicada por decisão do governo. Os ministros podem aplicar medidas que administrem o processo inflacionário, mas as decisões para sua erradicação têm que ser centralizadas pelo governo, na pessoa de seu presidente. A admiração do doutor Bulhões pelo presidente Castelo Branco permite concluir a importância de sua atuação em 1964-1967.

Das lições que recebi do doutor Bulhões, entendi também outra coisa: as pressões que o governo sofre para consumir mais do que pode são enormes, em certas ocasiões, mesmo maiores do que a força que tem para limitar seus gastos. Por isso, ele sempre propôs condições que facilitassem a atuação do governo, como um banco central independente, e que as atividades empresariais do governo, e mesmo sua ação reguladora, fossem restritas ao mínimo.

A busca de sólidas raízes

Ao concluir este depoimento, gostaria de dizer o seguinte: doutor Bulhões é um homem simpático, afável e muito elegante. É elegante no vestir – mesmo nos piores momentos, até no leito de hospital, jamais o vi sem que estivesse impecavelmente vestido –, é elegante no falar e no escrever. Acho que ele não é frio. Pode não conversar tanto, mas conversa o suficiente. E tem uma linguagem muito educada: nunca diz em palavras que um assunto não o está agradando, não olha o relógio nem chega a bocejos, mas percebe-se exatamente o momento de concluir e sair de sua sala.

Acho que o doutor Bulhões é muito austero em termos financeiros: nesses 30 anos, ele em nada alterou seus hábitos de consumo, creio até que vive na mesma casa há mais tempo do que isso. Acho também que ele se preocupa mais com o lado social do que com o lado pessoal. É realmente não tem inimigos, porque é uma pessoa que não tem a ambição de mandar. No Ibre, jamais mandou, sempre pediu. Agora, pede de uma forma convincente: fala calmo, não grita, mas fala firme. E mantém-se em seus propósitos.

Não há dúvida de que o doutor Bulhões tem ideais fixas, mas todas centradas num único objetivo: a construção de um país tranquilo em termos econômicos. É impressionante como eu o sinto frustrado por não ver o Brasil do modo como ele acha que deveria estar. Todo o trabalho desenvolvido ao longo de sua vida foi no sentido da busca de soluções que permitissem manter uma economia sadia e com seu crescimento autossustentado.

Acredito ter sido essa a base de seu pensamento econômico: plantar raízes bem sólidas, a partir da formação do patrimônio das empresas, do combate à inflação e da elevação do nível de educação dos indivíduos, inclusive no que se refere ao fato econômico.

Paulo Nogueira Batista Jr.

Paulo Nogueira Batista Jr., 34 anos, foi secretário especial de assuntos econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República de março de 1985 a abril de 1986 e chefe do Centro de Estudos Monetários de Economia Internacional do Ibre até julho de 1989. Atualmente, chefia o Centro de Análise de Políticas Macroeconômicas do Instituto de Economia do Setor Público-Fundap e é professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Depoimento PHO - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1989. Entrevistadores: Eduardo Raposo e Maria Antonieta Leopoldi.

A presença no Ibre

O Ibre foi um instituto pioneiro no Brasil, criado logo após a Segunda Guerra, quando praticamente não havia pesquisas econômicas no país, com uma dupla função: fazer pesquisas e produzir estatística primária. Ao longo das décadas, esta última função foi ficando progressivamente menos importante, porque foi sendo transferida para outras instituições. Inicialmente, o cálculo do balanço de pagamentos passou para o Banco Central. Em seguida, as contas nacionais passaram para o IBGE, que assumiu também o índice de preços – embora a FGV preserve o seu, o indexador oficial passou a ser o do IBGE. Recentemente, as estatísticas fiscais também passaram a ser produzidas pelo IBGE. O Ibre teve assim sua importância como fonte de estatística primária muito diminuída e, como fonte de pesquisa secundária aplicada, também perdeu peso em termos relativos, porque surgiram outras instituições de perfil semelhante no governo federal e nas universidades.

Em 1979, quando comecei a trabalhar no Ibre como economista, o doutor Bulhões já era o presidente. Fiquei lá durante a maior parte dos dez anos seguintes, e tenho a impressão de que o Ibre sempre refletiu em sua configuração geral o tipo de preocupação que marcou a trajetória do doutor Bulhões ao longo do tempo. Ou seja, tinha e tem a característica de ser um instituto de economia aplicada, voltado, sobretudo, para a pesquisa relacionada a problemas concretos de política

econômica e menos para as questões doutrinárias. Na época, a Escola de Pós-Graduação ainda era parte do Ibre e já estava sob a direção de Mário Henrique Simonsen. Mas o doutor Bulhões pouco interferia na parte de ensino, muito embora tanto a escola quanto a área de pesquisa estivessem a ele subordinadas. Sua preocupação constante sempre foi – e ainda é – a de manter o Ibre na dianteira das pesquisas no Brasil e presente nos debates, posicionando-se sobre os principais assuntos, cuidando de suas revistas, lançando publicações relevantes.

E tudo com um grau de liberdade muito grande, que se devia, pelo menos em parte, à orientação que ele imprimia de permitir uma diversidade de opiniões. Tanto que os trabalhos publicados pelos diferentes economistas eram de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletiam o pensamento da instituição como corpo técnico. Assim, um jovem economista que chegasse ao Ibre tinha a possibilidade de se expressar, de opinar, de publicar, sem estar preocupado em manter-se de acordo com uma linha oficial. Isso dentro da FGV, que é uma fundação particular, mas financiada pelo governo federal, sujeita, portanto, a pressões em várias áreas. Mesmo na fase final do regime militar, de 1979 a 1984, jamais o doutor Bulhões teve algum papel nas pressões ocasionais, mas recorrentes, da parte do Ministério da Fazenda e do Banco Central, tendo a Fundação mantido um grau de independência bastante grande, criticando, de vários pontos de vista, a política econômica aplicada naquele período.

O estímulo às linhas de pesquisa

O doutor Bulhões tinha uma presença importante no Ibre porque estimulava as linhas de pesquisa e propunha temas novos que não estavam sendo devidamente considerados. Exemplo disso foi um trabalho sobre subsídios feito por volta de 1977, 1978, a pedido dele e sob sua orientação, por um grupo de economistas, entre os quais Tito [Bruno Bandeira] Ryff, Margareth Costa e Antônio Carlos [Braga] Lemgruber. Esse trabalho, que envolvia, por um lado, uma conceituação metodológica e, por outro, um esforço de mensuração dos subsídios diretos e indiretos, foi inovador e teve grande repercussão na época.

Por volta de 1980, 1981, ele lançou outro tema muito pouco analisado, que foi o impacto, sobre a política monetária, dos depósitos registrados em moeda estrangeira no Banco Central. E pediu-me que fizesse o trabalho, o que para mim foi muito útil: ao longo da investigação, fui percebendo que, embora bastante técnica, era uma questão realmente importante do ponto de vista das políticas fiscal e monetária, por envolver uma série de implicações relativas à interpretação dos agregados monetários, dificultando a aplicação de certos conceitos tradicionais aos dados brasileiros.

Mais tarde, em 1984, um grupo de economistas do Ibre – novamente Tito Ryff e Margareth Costa, além de Luís [Aranha] Correia do Lago e eu – tomou a iniciativa de desenvolver um trabalho de maior fôlego sobre políticas de combate à inflação. O trabalho foi publicado sob a forma de livro, com prefácio do doutor Bulhões. E propusemos que ele fosse nosso interlocutor ao longo das investigações, porque era um tema com o qual se preocupava sempre. Na época, a controvérsia a respeito da inflação apresentava, entre vários aspectos, a contraposição entre terapias de choque e terapias gradualistas, que ainda tinham muita força no Brasil. E o doutor Bulhões havia sido o primeiro economista brasileiro de destaque a afirmar publicamente, no início da década de 1980, que a inflação tinha chegado a um ponto em que só podia ser resolvida com um tratamento de choque. Fizemos um trabalho que, em certa medida, apresentava pontos de contato com as ideias que ele vinha defendendo, embora com divergências. Por exemplo, nós dávamos mais ênfase do que ele costumava dar ao papel da dívida externa na inflação. Muito mais.

A dívida externa nunca foi uma questão de destaque nas preocupações do doutor Bulhões. Mesmo assim, de vez em quando, ele fazia as suas próprias propostas nessa área. Em 1980 ou 1981, sugeriu que eu fizesse um trabalho sobre um tema bastante desconhecido naquela época, mas que depois ganhou grande notoriedade, que era o problema da conversão da dívida em capital de risco. Não havia no Brasil praticamente nenhum estudo sobre o assunto – se é que havia algum – e, mesmo no exterior, a literatura era muito limitada, por tratar-se de um processo ainda incipiente. Mas, já naquele momento, ele percebeu a importância potencial desse tema e tomou a iniciativa

de pedir-me o trabalho, que resultou muito mais negativo do que positivo à proposta de conversão, à qual ele era a princípio simpático.

Na ocasião, discutimos bastante a questão da dívida externa e, sem que isso fosse uma proposta do meu trabalho, ele deu algumas entrevistas, acho que até escreveu uns artigos, propondo que se eliminasse o *spread* na dívida externa. O argumento dele era o seguinte: o *spread* era um fator de risco. Os bancos cobravam o *spread* porque havia um risco adicional em emprestar ao Brasil ou a algum outro país. Como o risco já se havia materializado e a situação era complicada, que se eliminasse esse *spread* para facilitar a situação. O México, por exemplo, acabou de fazer um acordo que apresentava uma série de problemas, mas que tem um *spread* negativo para parte da dívida bancária. Então a proposta é viável, mas, na época, era também completamente fora do consenso. Só teve grande destaque por ter sido apresentada por ele. Em 1987, já com [Luis Carlos] Bresser [Pereira] no Ministério da Fazenda, o governo brasileiro encaminhou tal sugestão como oficial, mas o ministro caiu, e a proposta não foi adiante.

Paralelamente ao desempenho de sua função básica dentro do Ibre no sentido de estimular a pesquisa de temas específicos, o doutor Bulhões fazia suas palestras, realizava seus próprios estudos e publicava. Raramente ele assinava trabalhos com outras pessoas. Fazia tudo basicamente sozinho.

Perfil do economista

Como situar o doutor Bulhões? O doutor Bulhões é um economista conservador, liberal, mas bastante eclético ou seja, não é dogmático nem teoricamente nem como administrador de política econômica. A escola a que pertence é muito diferente de algumas linhas de pensamento econômico latino-americanas conservadoras, que são bem mais doutrinárias, propensas à adoção de medidas drásticas, radicais. Por exemplo, o grupo de economistas que comandou a política econômica durante o governo [Augusto] Pinochet, no Chile, ou a escola que comandou a política econômica na Argentina na segunda metade da década de 1970, depois da queda de [Juan Domingo] Perón.

O conservadorismo brasileiro sempre foi bem mais ponderado e pragmático, tendente ao ecletismo e acomodado à tradição brasileira de intervencionismo estatal. Exemplo disso é a criação, a partir de 1964, de grande número de empresas estatais, o que demonstra certa discrepância entre o discurso liberal e a prática da política econômica no país. Talvez essa tendência ao ecletismo, que se constata em todas as áreas, tanto na direita como na esquerda, seja mais uma particularidade brasileira do que especificamente dessa escola conservadora.

O doutor Bulhões sempre foi muito independente. Ele não tem uma característica muito comum entre os economistas, o instinto de rebanho, que leva o indivíduo a não se distanciar do consenso para não ficar exposto a críticas. Com base na autoridade acumulada ao longo das décadas, ele facilmente sai para uma posição isolada, que inicialmente é considerada radical e, por isso, rejeitada. Por exemplo, a já mencionada proposta de choque no combate à inflação lançada por volta dos anos 1980.

Outra característica do doutor Bulhões é seu extremo voluntarismo. Ele acredita que tudo é questão de decisão e vontade política, tendendo sempre a minimizar as restrições de ordem conjuntural do tipo “isso não é possível em fim de governo” ou “nesse momento, não há base no Congresso”. O elemento político e os problemas sociais não são temas centrais de discussão para ele: a sua preocupação básica é com as questões econômicas.

Aliás, o doutor Bulhões não é um polemista. Ao contrário do Roberto Campos, que tem não só o gosto de colocar as suas ideias, mas também de criticar os adversários, ele tem uma atitude muito suave, muito gentil, procura transmitir os seus pontos de vista, mas raramente critica alguém pessoalmente.

Em determinado sentido, o doutor Bulhões não é muito típico da elite brasileira: ele é um dos poucos homens de espírito público no Brasil. Realmente, uma das coisas que mais me impressionaram, desde o início, no convívio com ele foi sua preocupação quase que obsessiva com as questões nacionais, como formulador, como homem que participa dos debates, inconformado com os fracassos da economia brasileira. E sempre com espírito público, o que é raro no Brasil. Muito raro.

O tratamento gradualista no combate à inflação

O doutor Bulhões apresenta duas fases bastante características em termos de filosofia de combate à inflação: a primeira, relativa aos anos 1960, quando foi ministro da Fazenda, em que defende um tratamento gradualista; e a segunda, nos anos 1980, em que adere à estratégia de choque.

O que pressupunha a filosofia gradualista? Que não se ia eliminar a inflação de um só golpe, mas reduzi-la ao longo de alguns anos. Durante esse período de transição, seria necessário criar mecanismos de convívio com a inflação, entre outros motivos porque havia um *deficit* remanescente a financiar. Dadas as limitações de financiamento externo, precisava-se criar uma fonte doméstica de financiamento que não fosse a moeda primária. O que fez o doutor Bulhões? Criou um título público, a ORTN, para o qual, por ser reajustável, havia demanda, apesar da inflação alta.

A correção monetária como experiência de indexação já existia em outros países, mas nunca foi desenvolvida de forma tão diversificada e sistemática como no Brasil, porque o que era para ser um mecanismo temporário que permitisse ao governo caminhar para uma inflação próxima de zero, próxima dos países industrializados, acabou se estendendo a toda a economia.

Acho importante deixar registrados alguns aspectos do período 1964-1967. Primeiro, foi implementada uma política de estabilização razoavelmente bem-sucedida, para padrões brasileiros, em termos de combate à inflação. Creio que o doutor Bulhões, na Fazenda, e Roberto Campos, no Planejamento, estavam muito sintonizados a esse respeito. O pensamento do doutor Bulhões era o seguinte: o importante é garantir a estabilização. Se isso for feito, o resto virá quase como uma decorrência natural. Então, se a estabilização for assegurada, a economia irá se relançar pelas próprias energias da iniciativa privada e por alguns programas que o Estado promova. Ele nunca revelou uma preocupação explícita com programas de desenvolvimento e, embora o Paeg seja desse período, não me recordo de que houvesse uma contradição entre a Fazenda e o Planejamento, a exemplo de outros governos: na época de [Ernesto] Geisel, havia como que

uma tensão entre a Fazenda, mais contencionista, e o Planejamento, desenvolvimentista; no começo do governo [João Batista de Oliveira] Figueiredo também, só que a relação era inversa.

O período 1964-1967 caracterizou-se, ainda, como um período de reformas institucionais. Eu não saberia dizer qual o papel exato do doutor Bulhões nisso, mas foram feitas algumas reformas importantes, especialmente no sistema financeiro, como a criação do Banco Central, a redução relativa do papel do Banco do Brasil, a diversificação dos ativos financeiros, a criação da indexação, a criação dos bancos de investimentos, a criação do crédito direto ao consumidor, os mecanismos de ligação com o sistema financeiro internacional. Nessa rearrumação institucional, foram criados vários instrumentos, inclusive na parte tributária. Até a promulgação da nova Constituição, diversos aspectos da estrutura tributária foram aqueles estabelecidos nos anos 1960. Esse período deixou marcas profundas em termos de organização institucional do sistema financeiro, do sistema tributário, do sistema de financiamento ao setor público.

A estratégia de choque

Por volta dos anos 1980, o doutor Bulhões repudia o tratamento gradualista e lança a proposta de choque sobre a inflação. Ele afirmava o seguinte: “É possível, se houver vontade política, acabar muito rapidamente com a inflação” E até fazia um exagero polêmico: “Em 48 horas, acaba-se com a inflação. E sem recessão”. Essas coisas, ditas assim, provocavam um certo espanto. Era uma ousadia! Mais uma vez, o doutor Bulhões defendia uma posição totalmente fora do consenso estabelecido pela grande maioria dos economistas, tanto de direita como de esquerda, que afirmavam: “O doutor Bulhões perdeu o contato com a realidade!”.

E qual era a base teórica ou histórica em que se apoiava para afirmar que o choque que propunha não provocaria recessão? Primeiro, ele havia estudado a experiência histórica de combate à hiperinflação na Europa dos anos 1920, e afirmava que ali a transição para a estabilidade havia sido feita sem grandes custos em termos de perda de produto e de aumento das taxas de desemprego.

O que não significava que a experiência alemã e de outros países europeus fosse inequivocamente favorável à sua tese: havia controvérsias a respeito, mas a ideia podia ser discutida.

Por outro lado, havia uma corrente de pensamento econômico na academia norte-americana, muito influente em nível internacional, a chamada Escola de Expectativas Racionais, liderada por Robert Lucas e Thomas Sargent, que sustentava o seguinte: é possível fazer a transição de uma situação inflacionária para uma situação estável sem custos recessivos e de forma muito rápida, desde que o programa de cortes drásticos no *deficit* seja acompanhado de um choque de credibilidade.

Embora fundamentado histórica e teoricamente, o doutor Bulhões estava praticamente isolado em sua posição dentro do país. Só bem mais tarde iria ganhar adeptos, porque o tempo, de certa forma, reforçou sua argumentação: à medida que se passaram os anos da década de 1980 e que a inflação foi crescendo progressivamente, tornou-se cada vez mais patente que algo drástico tinha que ser feito. Assim, por volta de 1984, 1985, a ideia de um choque que pudesse combater ou eliminar a inflação de forma indolor, sem custo recessivo, passou a não ser considerada tão absurda, até ganhou ampla aceitação entre determinados grupos de economistas neoestruturalistas, liderados pelo [Francisco] Chico Lopes. Eles aderiram à terapia de choque, mas um choque de tipo diferente. Ou seja, houve uma concordância quanto à estratégia de choque, mas não quanto aos métodos e táticas. A proposta desses economistas, apresentada como choque heterodoxo em contraposição ao choque proposto pelo doutor Bulhões, qualificado por eles como ortodoxo, constituiu a ideia original do Plano Cruzado.

O que o doutor Bulhões propunha basicamente? Um corte drástico no *deficit* via corte de subsídios, ou seja, o congelamento dos saldos dos créditos subsidiados. Propunha também a eliminação da correção monetária. Sua preocupação com os subsídios era constante desde os anos 1970, quando propôs a realização daquele trabalho dentro do Ibre. Ele enfatizava sempre que a fonte do desequilíbrio das contas públicas, portanto da inflação, eram os subsídios diretos e especialmente os creditícios. Também nesse aspecto ele deu uma contribuição original, porque fez uma análise cuidadosa do Orçamento do Tesouro.

A ideia de se suprimir a indexação, com base no entendimento de que ela realimentava a inflação, já era um ponto mais consensual. Só que, para o doutor Bulhões, a inflação nunca foi inercial ou preponderantemente inercial. Jamais ele compartilhou dessa teoria que ganhou tantos adeptos e acabou sendo a base intelectual do Plano Cruzado. O aspecto que ele considerava fundamental era o desequilíbrio das contas do governo, que precisava ser enfrentado com medidas drásticas de corte de despesas.

Em seu diagnóstico e nas políticas que recomendava no debate dos anos 1980, a questão salarial tinha um papel subordinado. É inquestionável o fato de que, no programa de estabilização implementado em 1964-1967 sob sua orientação, os salários reais sofreram uma grande perda. Mas eu me lembro bem de que em 1983, 1984, quando se discutia o programa de estabilização promovido pelo Delfim, em grande medida baseado na compressão dos salários reais, sobretudo do setor público, o doutor Bulhões não atribuía maior importância a isso. Até criticava.

Também a questão da dívida externa não foi central nas ideias expostas pelo doutor Bulhões nesse período. Jamais consegui estimulá-lo a grandes debates sobre o assunto. Ele reconhecia que a dívida externa constituía realmente um problema na nossa economia, mas afirmava que a implementação prévia de um programa duro de reajustamento nos habilitaria automaticamente a obter cooperação externa na resolução dessa questão.

Sustentando que sua conversão para o tratamento de choque correspondia a uma autocrítica da filosofia por ele defendida nos anos 1960, o dr. Bulhões ilustrou sua defesa relatando-me um episódio ocorrido ao final das negociações com o FMI, quando ele era ministro da Fazenda. Depois de muita discussão, uma vez que o Fundo pretendia um combate rápido e drástico à inflação herdada do governo Goulart, ele conseguiu que fosse aprovado o programa gradualista de estabilização brasileiro, mas ouviu do diretor geral do FMI a seguinte frase: “Eu estarei morto e vocês ainda estarão no gradualismo”. E o doutor Bulhões concluiu para mim: “Como você pode ver, ele tinha razão. Ele morreu há muito tempo, a inflação está muito mais alta e nós estamos discutindo até hoje se é melhor fazer gradualismo”.

Denio Nogueira nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1920. Bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, e especializou-se na *School of Graduate Students* da Universidade de Michigan. Foi redator-chefe da Conjuntura Econômica e diretor-executivo da Sumoc de 1964 a 1965, quando, com a transformação desse órgão em Banco Central, assumiu a presidência, que exerceu até março de 1967.

Depoimento PHO - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1989. Entrevistadores: Maria Antonieta Leopoldi e Plínio de Abreu Ramos.

No Conselho Nacional de Economia

O professor Bulhões é um homem por quem tenho um enorme respeito e admiração. Considero-o meu mestre na profissão. Isso não quer dizer que concorde com tudo o que ele diz, embora concorde com quase tudo. Ele tem uma experiência na área fiscal que eu diria que não há ninguém que chegue a seus pés. Tudo o que sei de política fiscal aprendi com ele. O que ele apresenta de ideias inteiramente revolucionárias sobre a matéria é realmente surpreendente. Também conhece muito de política monetária. Propôs a criação da Sumoc e foi seu diretor por duas vezes. Na última, em 1961, durante o governo Jânio Quadros, baixou uma medida de uma coragem inaudita: a Instrução 204, que liberou a taxa de câmbio. Não sei se eu teria coragem de tomar essa decisão, que evidentemente era certa, mas que iria balançar o país inteiro, como de fato balançou. E ele tomou. Conheço o professor Bulhões há muitos anos e sei que é um homem de decisões drásticas e ousadas.

Comecei a trabalhar com o professor Bulhões no início da década de 1950. Após retornar dos Estados Unidos, onde havia feito um curso sobre moeda, encontrava-me extremamente frustrado por não ter conseguido minha transferência do Ministério da Educação para o da Fazenda. Até que um dia, cruzei com Lopes Rodrigues na Avenida Rio Branco, e ele me aconselhou a procurar o professor Bulhões, que chefiava a Seção de Estudos Econômicos do Ministério da Fazenda,

e mostrar-lhe o meu trabalho sobre política monetária, que constituía uma espécie de modelo de quantificação das causas da inflação. Naquela época, estava-se organizando o Conselho Nacional de Economia, instituído pela Constituição de 1946 como órgão de consulta dos poderes Executivo e Legislativo, em substituição ao Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934 por Getúlio Vargas. E o professor Bulhões, que já havia sido nomeado um de seus membros, ao tomar conhecimento do meu trabalho, convidou-me a ir para lá. Era exatamente o que eu queria. Assim, em 1951, fui designado chefe da Divisão de Finanças do recém-criado Departamento Econômico do Conselho de Economia, que ainda tinha outras três divisões: de Transportes, Energia e Comércio Exterior.

As divisões tinham a função de subsidiar o trabalho dos conselheiros. Quando um assunto era levado ao Conselho, a divisão pertinente o estudava e preparava uma primeira minuta de parecer. Esse estudo inicial constituía, de modo geral, a base do parecer dado pelo conselheiro nomeado relator. Todas as consultas que envolviam quer a parte monetária, quer a parte fiscal, em regra eram encaminhadas ao professor Bulhões e tinham o anteprojeto de parecer feito pela minha divisão. Mas, na maior parte dos casos, ele não solicitava esse estudo: estudava o assunto sozinho e preparava seu próprio parecer.

Apesar disso, colaborei diretamente com ele em alguns pareceres, dos quais considero dois mais importantes: o primeiro, relativo à criação do – Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e o segundo, à questão da reavaliação dos ativos das empresas, em que sugeri que se criasse um sistema de média móvel para atenuar os saltos muito grandes de um ano para outro. Além desses, recordo-me de ter colaborado no parecer de 1954 sobre o aumento de 100% do salário-mínimo. É possível que tenha calculado o índice de preços, a pedido do professor Bulhões, mostrando de quanto deveria ser o aumento. De fato, deveria haver um aumento, mas o índice de preços não justificava uma duplicação. O parecer foi dos mais simples e muito curto, talvez de meia dúzia de linhas, porque não havia muito o que dizer.

Meu contato com o professor Bulhões ampliou-se quando fui trabalhar na *Conjuntura Econômica*. No início de 1953, participei de

um debate na Rádio Globo sobre a Lei 1.807, de autoria do deputado Daniel Faraco, presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, criando a taxa múltipla de câmbio. Após o debate – em que, aliás, praticamente só eu falei –, Garrido Torres, que também estava presente e poucos meses antes havia sido nomeado diretor da *Conjuntura Econômica*, convidou-me para ser redator da revista. Alguns meses depois, tornei-me redator-chefe, função que exerci durante quinze anos.

As origens do Banco Central

Faz parte da história do Brasil uma resistência muito grande à criação do Banco Central. Já em 1931, Otto Niemeyer preparou um projeto de lei transformando o Banco do Brasil em Banco Central; e Vargas, apesar de ditador, sem Congresso, não teve coragem de baixar um decreto-lei que o pusesse em vigor. Outras tentativas posteriores tampouco obtiveram êxito. O ministro Correia e Castro propôs a criação de vários bancos, todos nacionais, entre eles o Banco Central, e o projeto não andou. Creio que Daniel Faraco também apresentou um projeto nesse sentido, que não foi adiante. Eu diria, portanto, que todos os Congressos sempre resistiram à criação do Banco Central. Mas diria também que essa resistência não era do Congresso em si. O Congresso apenas refletia uma pressão vinda de fora, resultante da conjugação de diversos interesses. O mais forte deles era proveniente da área urbana, fundamentalmente do setor industrial. A atividade econômica urbana – comércio e indústria – habituou-se ao longo dos anos a viver à custa da expansão monetária e, conseqüentemente, da inflação. Falar em controle de crédito para indivíduos que dependem de sua expansão para o dia a dia das operações que realizam é realmente assustador. Por isso, as empresas reunidas em órgãos como a Fiesp ou a Associação Comercial opunham-se à reforma bancária e manifestavam grande animosidade em relação ao controle do crédito, que é uma das funções do Banco Central.

Não creio que houvesse reações mais violentas no meio rural como um todo; talvez, e eventualmente, por parte do setor do café. Agora,

da parte dos banqueiros havia. Mas os banqueiros têm menos força política do que aparentam. Na verdade, eles refletem uma pressão política que vem do setor empresarial. Evidentemente, os funcionários do Banco do Brasil engrossaram o grupo contrário à criação do Banco Central, temerosos de perderem o prestígio de que desfrutavam: eram assessores de ministros, às vezes chegavam a ministros, almejavam uma carreira mais ampla do que apenas a de funcionários do Banco do Brasil. Sua oposição era provocada por esses interesses, que considero legítimos. No entanto, considero também que a defesa de um interesse clientelista não deve prevalecer sobre o interesse nacional.

Eu não poderia negar que a situação especial existente em 1964 tenha exercido uma influência ponderável no andamento da lei do Banco Central. Mas devo recordar também o que aconteceu antes disso. Estamos todos lembrados de que o presidente João Goulart levantou a bandeira das chamadas reformas de base, entre as quais se incluía a reforma bancária – o nome correto seria reforma monetária e não bancária. Estávamos ainda no regime parlamentarista, e Miguel Calmon [Du Pin e Almeida Sobrinho], que era ministro da Fazenda e banqueiro, interpretou a reforma bancária como a criação do Banco Central e convocou uma comissão de estudos para preparar um projeto. Indicado pelo Conselho Nacional de Economia, fiz parte dessa comissão, que contou com a colaboração de representantes de diversos órgãos técnicos, como a Sumoc e o Banco do Brasil.

Em pouco tempo, preparamos um projeto que criava um banco central independente e que obteve a aprovação unânime da comissão. O projeto foi submetido ao ministro Calmon e, como estávamos no parlamentarismo, encaminhado ao Congresso pelo primeiro-ministro, sem passar pelas mãos do presidente João Goulart. E teve um andamento normal, embora fosse uma época muito conturbada politicamente.

Pouco depois da remessa desse projeto de lei de criação do Banco Central, que eu chamo projeto Miguel Calmon, veio o plebiscito e o retorno ao presidencialismo. Na ocasião, os funcionários do Banco do Brasil preparavam outro projeto de lei, que foi encaminhado ao Congresso pelo presidente João Goulart e ficou conhecido como

projeto Nei [Neves] Galvão, que era então o presidente do Banco do Brasil. Esse projeto não reformava nada, apenas consolidava a legislação já existente em um sistema que ninguém concordava que devesse se manter, a não ser os funcionários do Banco do Brasil.

Poucos dias antes da Revolução de 1964, foi requerido regime de urgência para o andamento do projeto do Jango. E foi em face disso que o professor Bulhões, já como ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, convocou-me e pediu que fosse a Brasília discutir a questão do Banco Central. Essa é a origem.

O convite para a Sumoc

Quando o ministro Bulhões me chamou, disse-me que gostaria de me nomear diretor-executivo da Sumoc, mas preferia esperar algum tempo, pois o cargo deveria estar vago, o que aconteceria com a demissão do então diretor Otávio [Augusto] Dias Carneiro, que era muito seu amigo. Dias Carneiro recém havia sido destituído da chefia da delegação brasileira a um congresso sobre comércio e desenvolvimento, realizado na Europa, para a qual fora designado ainda nos últimos dias do governo Goulart. Se fosse demitido da Sumoc naquele momento, sofreria uma dupla punição. Evidentemente concordei com essas ponderações.

Nesse momento, começa a história da criação do Banco Central. O ministro Bulhões primeiro passou a mão na minha cabeça, para eu ficar bastante vaidoso, e em seguida me deu uma missão espinhosa: ir a Brasília sustar o projeto Nei Galvão, que estava tramitando em regime de urgência, e substituí-lo por um novo projeto criando o Conselho Monetário Nacional. Nesse ponto, havia uma divergência entre nós. Sempre fui contrário à existência do Conselho Monetário. Do meu ponto de vista, a coordenação das políticas fiscal e monetária deve ser feita diretamente pelo ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central em iguais condições. Fui consultor econômico da Sumoc em 1958, e o grande problema que sentia era que a coordenação política dependia exclusivamente do ministro da Fazenda, que era o presidente

do Conselho e, ao mesmo tempo, era o elo mais vulnerável, porque passível de demissão.

Se o ministro não tivesse grande prestígio pessoal e coragem de pôr seu cargo em risco, tornava-se impossível impor uma coordenação. Essa, a meu ver, foi a grande falha na criação da Sumoc, o que eu disse mais de uma vez ao professor Bulhões. É preciso um órgão técnico independente que se imponha inclusive perante o ministro da Fazenda na defesa da moeda.

Acontece que eu estava jogando uma partida de pôquer e apostaria tudo na criação do Banco Central independente. Algumas concessões tinham que ser feitas, e eu seria o primeiro a ceder, desde que não fosse em algum aspecto fundamental. Assim, não posso afirmar, mas tenho uma forte inclinação para julgar que, diante da oposição do Banco do Brasil, muito provavelmente o projeto não vingaria se tivéssemos criado um banco central sem conselho monetário, para lá dar assento ao presidente do Banco do Brasil. O Conselho Monetário foi, portanto, uma solução de compromisso para que eu atingisse o meu propósito fundamental, que era a criação do Banco Central.

Assim, concordei com a missão, mas condicionei minha ida para a Sumoc à criação do Banco Central. Eu havia feito conferências em vários lugares do país defendendo a sua criação e, se aceitasse ser diretor da Sumoc e não o criasse, iria me sentir desmoralizado. O ministro Bulhões já me conhecia, porque havíamos trabalhado juntos muitos anos, e estava mais ou menos habituado com o meu modo de ser: sou um homem de dizer o que penso. Ele então disse que iria conversar com o presidente Castelo e me comunicaria a decisão. Cerca de dois dias depois, chamou-me e usou a seguinte expressão: “Vá criar o seu Banco Central”.

As negociações com o Congresso

Quando fui a Brasília negociar a questão do Banco Central, encontrava-me numa situação delicadíssima: não ocupava nenhum cargo no governo naquele momento e não podia dizer que iria em breve ser nomeado

diretor-executivo da Sumoc. Iria apenas falar em nome do ministro da Fazenda, porque todos conheciam a ligação íntima que eu tinha com o professor Bulhões por meio do Conselho Nacional de Economia e da FGV.

De qualquer modo, precisava do apoio de pessoas que entendessem de técnica legislativa e tivessem grande prestígio no meio parlamentar, para poder ser introduzido no Congresso, ter o acesso facilitado aos deputados de maior importância na matéria e conseguir convites para fazer depoimentos em comissões. Com esse único propósito, convidei três pessoas das minhas relações e da minha total confiança a me acompanharem a Brasília: Hélio [Marques] Viana, funcionário da Sumoc; Orlandy Rubem Correia, funcionário licenciado do Banco do Brasil e diretor do Banco Português, cujo dono era um deputado da Paraíba da família Ribeiro Coutinho; e Jorge Oscar de Melo Flores, que havia sido meu primeiro chefe, era meu amigo há mais de vinte anos, um homem de uma cultura extraordinária e de um valor pessoal muito grande, tanto que foi feito presidente do Banco Lar Brasileiro sem nunca ter sido banqueiro. Além disso, era muito ligado ao senador Rui Carneiro, o principal acionista desse banco.

Por intermédio desses amigos, consegui que o diretor da mesa da Câmara, Paulo Waltz, arranjasse um jeito de o projeto do Jango correr mais lentamente. Fui também aconselhado a conversar com o deputado Herbert [Victor] Levy, considerado o “papa” dos assuntos econômicos no Congresso e, portanto, figura fundamental a ser convencida da importância da criação do Banco Central. Após ouvir meus argumentos, ele me disse: “Voto no Banco Central se você criar o Banco Rural”. Nessa hora, eu vendia a alma ao diabo para criar o Banco Central. Eu tinha o compromisso de criá-lo, pois o ministro Bulhões e o presidente Castelo Branco haviam confiado em mim. Mas não precisei vender a alma. Consegui convencer o deputado Herbert Levy de que precisávamos não de um banco rural, mas de um sistema que institucionalizasse o crédito rural, e comprometi-me a enviar ao Congresso um projeto de lei nesse sentido logo que estivesse criado o Banco Central. Mas ele objetou: “Estou cheio de promessas! Não confio no Executivo! Quero que se escreva na lei do Banco Central que, dentro de 90 dias, a contar da data de publicação da

lei, o Executivo submeterá ao Legislativo uma lei institucionalizando o crédito rural”. E isso foi feito. Na lei do Banco Central, existe um artigo que corresponde a essa promessa.

A partir de maio de 1964, um substitutivo ao projeto de Goulart passou a ser discutido na Comissão Especial da Câmara. É importante destacar nesse momento o papel do deputado Ulysses Guimarães, que foi o relator do projeto do Banco Central nessa comissão. Seu parecer, fantasticamente inteligente e extremamente hábil, derrubou toda a oposição dos funcionários do Banco do Brasil. Graças a isso, o Banco Central existiu.

Concluídas as negociações com o Congresso, onde deixei o projeto do Banco Central em andamento, aí, sim, fui nomeado para a Sumoc.

A criação do Banco Central

Em 31 de dezembro de 1964, finalmente, foi sancionada a Lei 4.595, que criou o Banco Central, para instalar-se em 90 dias. Esse prazo não estava previsto no projeto original; foi o próprio Congresso que assim o decidiu, talvez para que fossem tomadas as medidas destinadas a garantir o funcionamento do novo órgão.

Filosoficamente, o Banco Central que se criou foi exatamente um reflexo das ideias que eu vinha defendendo. Foram feitas pequenas adaptações, que, no entanto, conferiram-lhe poderes maiores do que eu jamais ousaria sonhar. Porque antes, como eu queria convencer o maior número possível de pessoas da necessidade de um banco central, talvez tivesse sido um pouco mais cauteloso em defender sua independência do que fui no projeto que propus e que afinal foi transformado em lei após receber emendas do Congresso.

Em março de 1965, quando da entrada da lei em vigor, o Banco Central já estava funcionando, embora não oficialmente. A única modificação que houve foi na parte jurídica, com o decreto de nomeação dos membros da diretoria, que manteve em seus lugares as mesmas pessoas que estavam dirigindo os órgãos então incorporados, que foram: a Carteira de Redesconto, a Carteira de Câmbio e a Sumoc,

incluindo a Caixa de Mobilização Bancária (Camob). Como diretor-executivo da Sumoc, assumi a presidência do Banco Central.

Outros órgãos foram sendo paulatinamente incorporados, a Caixa de Amortização do Tesouro Nacional que, no entanto, não formou uma diretoria, transformando-se no Departamento da Dívida Pública. A Cacex não foi incluída no Banco Central, nem seu diretor seria membro do Conselho Monetário. Apenas, pedido do professor Bulhões, nós indicamos o então diretor da Cacex, Aldo Franco, para diretor do Banco Central, onde assumiu funções administrativas que acumulou com a direção da Cacex.

Conforme promessa feita ao deputado Herbert Levy, logo que o Banco Central foi criado, constituí uma comissão de estudos, sob a presidência de Severo [Fagundes] Gomes, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, para preparar um projeto de lei institucionalizando o crédito rural. Esse projeto foi encaminhado ao professor Bulhões, que o enviou ao presidente para ser remetido ao Congresso.

Aproveito este momento para falar sobre o fato de o Banco Central ter passado a desempenhar também funções de fomento. Fui o responsável por isso, embora participe do ponto de vista do professor Bulhões, de que o ideal seria que fosse um banco exclusivamente de controle monetário. Foi minha proposta, e o Conselho Monetário aceitou, que as operações de crédito se realizassem por meio do Banco Central, que asseguraria a defesa do Tesouro contra riscos monetários e cambiais, que seriam repassados aos usuários.

Tive que correr o risco de fazer do Banco Central também um banco de fomento, porque não confiava no Banco do Brasil e no BNDE, uma vez que ambos viviam implorando que os liberasse da cláusula da correção monetária na concessão de empréstimos a seus mutuários. As pressões nesse sentido eram recorrentes, e eu imaginava que o Banco Central seria uma espécie de biombo para impedir que recaíssem sobre o Ministério da Fazenda. E o presidente do Banco Central, sendo independente, poderia impor até ao ministro da Fazenda esse posicionamento que eu julgava essencial na defesa dos interesses nacionais. Com o ministro Bulhões, talvez isso não acontecesse. Mas ele não seria eterno no Ministério da Fazenda.

Creio que expliquei as razões de minha decisão, que o professor Bulhões colocava em dúvida se seria acertada ou não. Ainda que reconheça que o meu propósito tenha sido alterado, transformando-se o Banco Central em um órgão de concessão de vantagens políticas, portanto de expansão monetária, até que me mostrem que haveria uma solução melhor naquele momento continuo convencido de que tomei a decisão correta. E não me arrependo de tê-lo feito.

Gostaria ainda de deixar registrado o meu orgulho pessoal por ter conseguido criar o Banco Central. Fui presidente do Banco porque o criei, posso afirmar, até contrariando a opinião do ministro Bulhões, meu mestre, a quem admiro tanto. Isso não significa que ele fosse contra a criação do Banco Central; apenas tinha receio de que eu não fosse capaz de fazê-lo em face da grande oposição que havia. Foi uma guerra. Mas eu lhe garanti que criava, tive uma sorte muito grande e criei.

A constituição do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional

A sistemática estabelecida na Lei 4.595 para a composição do Conselho Monetário e do Banco Central era a seguinte: o presidente da República, por indicação do ministro da Fazenda, nomearia seis pessoas que tivessem notório saber em matéria econômica, com mandato de seis anos. Devo esclarecer que, no projeto original, eu havia sugerido que fossem cinco anos de mandato. Porém, o próprio presidente Castelo Branco me deu instruções para aumentar o período para seis anos, por considerar de tal importância a independência do Banco Central que o mandato de seus diretores deveria ser superior ao mandato do presidente da República, que na época era de cinco anos. Com um apoio desse tipo, é fácil verificar o quanto seria seguro colocar o Banco Central nas condições afinal estabelecidas, em termos operacionais, no período de 1965 até março de 1967.

Dentre essas seis pessoas nomeadas membros do Conselho Monetário Nacional, o Conselho elegeria quatro para diretores-executivos do

Banco Central, inclusive seu presidente, e as outras duas seriam membros de uma espécie de conselho de administração, com poder de voto nas decisões da diretoria. Isso dava ao Banco Central uma força muito grande porque, pelo menos no meu período como presidente, esses seis membros se reuniam, discutiam as questões que deveriam ser submetidas ao Conselho Monetário e tomavam suas decisões, que eram registradas em ata e levadas ao Conselho, na maioria das vezes, de forma monolítica.

O Conselho Monetário tinha onze membros. Além desses seis, com mandato de seis anos, havia outros cinco sem mandato, dos quais apenas três tinham direito de voto: o Ministro da Fazenda, que presidia o Conselho, e os presidentes do Banco do Brasil e do BNDE. Eram também membros o ministro do Planejamento e o da Indústria e Comércio – este por causa do café, que se constituía, talvez, em um dos pontos mais importantes de decisão nos orçamentos monetário e cambial, e por ser o Instituto Brasileiro do Café (IBC) subordinado a seu ministério. Esses dois ministros assistiam às reuniões, debatiam, influenciavam nas decisões, mas não tinham direito de voto, a não ser na hipótese de estarem substituindo o ministro da Fazenda na presidência do Conselho.

Quando se constituiu a primeira diretoria do Banco Central, além do presidente e dos três diretores-executivos, deviam ser escolhidas as duas pessoas que iriam integrar o conselho de administração e, ao mesmo tempo, o Conselho Monetário Nacional. Na ocasião, sugeri ao professor Bulhões, então ministro da Fazenda e presidente do Conselho Monetário, portanto o responsável pela indicação, que convidasse o professor Gudin, que não era representante de nenhuma atividade econômica, mas era uma pessoa de alto saber na matéria. Evidentemente, não me caberia sugerir os dois nomes.

Não sei exatamente o que ocorreu, mas entendo o que levou o professor Bulhões a preferir dois banqueiros. O Conselho é monetário. Trata-se, portanto, de regular a moeda. Se há alguém que tem conhecimento do mecanismo da moeda, esse alguém é o banqueiro. E, na época, os dois estados que tinham o sistema bancário mais forte eram Minas e São Paulo, nessa ordem – depois isso se inverteu.

Imagino que tenha sido essa a razão da escolha de um banqueiro de Minas, que era presidente do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais e também do Sindicato de Bancos do Estado. Quanto ao outro escolhido, o Gastão Vidigal, do Banco Mercantil de São Paulo, não tenho dúvida da grande admiração que o professor Bulhões tinha por ele do ponto de vista profissional, por sua visão econômica e empresarial. Sei bem que existia essa admiração porque, nas minhas funções de redator-chefe da *Conjuntura*, sempre que havia alguma matéria que envolvesse sistema bancário, moeda, crédito, atividade econômica em geral, o professor Bulhões sugeria que eu fosse a São Paulo conversar com o Gastão Vidigal.

Junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) foram também criadas as chamadas Comissões Consultivas. Sabíamos que teríamos de reformular totalmente a vida financeira do país e, portanto, regulamentar uma série de atividades. Evidentemente, não é preciso ter grande habilidade política para saber que, quanto mais se discute entre pessoas julgadas como as maiores conhecedoras de determinada matéria, torna-se mais fácil obter receptividade para a aprovação de medidas naquela área. Com base nesse pressuposto, constituíram-se quatro Comissões Consultivas: de Bancos – ou de Política Monetária –, de Mercado de Capitais, de Crédito Industrial e de Crédito Rural. Essas comissões eram integradas por especialistas, cujos nomes, de modo geral, eram sugeridos por instituições de classe e órgãos públicos, em regra por intermédio da gerência do setor no Banco Central, e então submetidos à diretoria. A escolha, por nós, era consensual: tratava-se de pessoas do setor que tínhamos interesse em usar, e não em nos colocarmos a serviço. Dessa forma, quando queríamos submeter algum assunto mais técnico ao Conselho Monetário, consultávamos a comissão específica. Mas sua sugestão não era impositiva: tínhamos liberdade de ouvi-la, registrá-la e fazer o que considerássemos ser o melhor para o sistema financeiro nacional.

Gostaria de fazer aqui uma grande justiça ao ministro Bulhões. Jamais tivemos que nos valer da maioria independente dos membros da diretoria do banco Central dentro do Conselho Monetário. Todas as vezes em que havia um assunto mais delicado, eu tinha uma discussão prévia com ele, dava-lhe conhecimento das razões do nosso

voto, e não tive discordância de sua parte. Era muito fácil presidir um órgão de política monetária independente tendo o professor Bulhões como ministro da Fazenda. Não sei se essa facilidade se manteria caso fosse outro ministro.

No desempenho cotidiano do Banco Central, implementamos algumas medidas de grande importância e com resultados muito positivos, cujas propostas partiram do ministro Bulhões. Na maior parte dos casos, havia convergência nas posições do ministro da Fazenda e do Banco Central. Mas houve também vários pontos de divergência, em relação aos quais, todavia, a decisão da maioria era sempre respeitada. Todos os membros do Banco Central tinham sido alunos do ministro Bulhões. Assim, respeitávamos não só o ministro da Fazenda, mas também o mestre

Um balanço do ministério Bulhões

Em 1964, quando o presidente Castelo Branco assumiu o poder, a situação econômica e financeira do Brasil herdada do governo Goulart era catastrófica: não possuíamos reservas cambiais, estávamos diante de uma moratória não declarada, mas uma moratória de fato, e tínhamos que negociar um *funding*, uma consolidação da dívida no exterior, que podia ser concentrada em três áreas: Europa, Estados Unidos e Japão.

Nesse período, renovei minha admiração e respeito pelo professor Bulhões, então ministro da Fazenda. Graças à grande coragem e à manifestação genial de inteligência reveladas por ele na escolha dos nomes que chefiariam as delegações brasileiras responsáveis pelas negociações, obtivemos um sucesso total nos Estados Unidos e na Europa. As negociações com o Japão foram mais demoradas, e só conseguimos compor nossa dívida numa segunda etapa, quando o ministro Bulhões e eu estivemos em Tóquio para a reunião do FMI.

No que se refere à política interna, o ponto essencial que norteou a administração Bulhões no Ministério da Fazenda foi a busca do equilíbrio orçamentário. Seguimos uma dura política econômica com o

objetivo de derrubar a inflação e tentar construir uma nova estrutura financeira para o país. No entanto, é muito difícil controlar o processo inflacionário sem recessão. A política de estabilização desenvolvida em todo o período foi rigorosíssima e provocou grandes sofrimentos às empresas e ao mercado, contrariando muitos interesses. Sofremos pressões de todos os lados. Em São Paulo, chegou a ser lançada uma espécie de *slogan* dizendo que matávamos os pobres de fome e os ricos de raiva. O ministro Bulhões, o ministro Roberto Campos e eu éramos chamados de “a trindade maldita”, por sermos os executores das medidas então adotadas, que em sua maior parte ou eram de iniciativa do ministro Bulhões ou derivavam de sugestões propostas por ele.

Logo no primeiro ano de governo, fizemos 3 ou 4 depreciações cambiais, o que resultou em forte pressão inflacionária. Para compensá-la, foi preciso promover um ajuste fiscal muito grande. Todos nós conhecemos a modéstia do professor Bulhões, mas ele é de longe a pessoa mais capaz que temos no Brasil em termos de política fiscal. E, na época, já possuía, como ninguém, um conhecimento do mecanismo operacional do ministério da Fazenda, que pôs a funcionar desde o primeiro dia de sua gestão.

Nos dois primeiros anos, com a adoção da correção monetária para os débitos fiscais, a elevação de impostos e o reajuste das tarifas do serviço público, entre outras medidas, não só o *deficit* público federal reduziu significativamente, como uma proporção muito elevada foi financiada pela colocação de títulos da dívida pública no mercado. Com isso, conseguimos praticamente refazer o orçamento.

O terceiro ano da administração Bulhões foi o de maior sucesso na política monetária. Com a contenção do redesconto em virtude da elevação da taxa de cerca 6% para 22%, conseguimos reduzir o acréscimo dos meios de pagamento para apenas 16%, enquanto nos dois anos anteriores o aumento havia sido de 35% a 40%. Isso porque o redesconto leva à criação de recursos parte do Banco Central, ou seja, ao aumento de circulação monetária, à emissão de papel-moeda. Não foi praticada uma política de expansão monetária, e sim de controle do orçamento monetário, portanto das emissões, e

trouxemos a inflação de mais de 90%, no início do governo Castelo Branco, para 24%, ao encerrarmos nosso período na administração da economia do país.

O ministro Bulhões foi excepcional. Todos nós, que colaboramos com ele, tínhamos um orgulho muito grande de participar daquele esforço sobre-humano que ele fazia. Foi um período em que a fisionomia do país se modificou totalmente. O Brasil, que era um país parado há decênios, teve seu leque de alternativas aumentado de tal maneira que hoje é absolutamente distinto do que era antes de 1964. E, sem dúvida alguma, o líder da política econômica implementada no período foi o ministro Bulhões.

Bibliografia de Octavio Gouvêa de Bulhões

Alimentação e capacidade de consumo, Rio e Janeiro, Typ. Bloch e Irmãos, 1936. 88p.

Orientação e controle em economia. Rio de Janeiro, Bedeschi, 1941. 101 p.

À margem de um relatório: texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink). Rio de Janeiro, Ed. Financeiras, 1950, 348 p.

Economia e política econômica. Rio de Janeiro, Agir, 1960. 183p. (Coleção do Instituto de Estudos Política e Sociais/PUC, 9)

Dois conceitos de lucro. Rio de Janeiro, Apec, 1969. 158 p.

Evolução do Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Bloch, 1976, 219 p.

Além dos livros citados, Octavio Gouvêa de Bulhões publicou inúmeros artigos e conferências.

Índice Onomástico

A

ABBINK, John	47, 58, 59, 60, 77, 88, 261
ABREU, Marcelo Paiva	54
ABREU, Ovídio Xavier	152, 153
AGRIPINO FILHO, João	142
ALCÂNTARA, Armando de Almeida	153
ALEIXO, Pedro	174
ALENCAR, Francisco Vieira	158
ALKMIN, José Maria	129, 154, 156
ALMEIDA, Carlos Moacir Gomes de	68
ALMEIDA, José Américo de	24
ALMEIDA, Miguel Álvaro Osório de	132
ALMEIDA, Rômulo Barreto de	71
ALMEIDA, Sebastião Paes de	132, 156, 157, 158
ALMEIDA SOBRINHO, Miguel Calmon Du Pin e	248
ALVES, Francisco de Paula Rodrigues	17, 43, 83
AMÉRICO JOSÉ, v. Almeida, José Américo de	24
ANDRADE, Nuno Pinheiro de	17, 82, 85
ANTUNES, Leocádio	160
ARANHA, Osvaldo Euclides de Souza	31, 32, 41, 42, 44, 85, 86, 90, 111, 112, 113, 154
AVELAR, Hélio de Alcântara	20
AVELAR, Júlio de Sousa	159
AZEVEDO, Werther Teixeira de	159

B

BACHA, Edmar Lisboa	184
BANDEIRA, Luís Alberto Moniz	144
BARBOSA, Américo	65
BARBOSA, Fernando de Holanda	168, 174, 176
BARROS, Adhemar Pereira de	187
BARROS, José Roberto Mendonça de	111
BARROS, Luís de Moraes	154, 162, 164
BASTIAN, Víctor	49
BASTOS, Aníbal Alves	59
BATISTA JR., Paulo Nogueira	12, 14, 199, 236
BEETHOVEN, Ludwig van	20
BELTRÃO, Hélio Marques Pena	188
BERNARDES, Artur da Silva	41, 167, 195
BERNSTEIN, Edward	114, 171

BICALHO, Maurício Chagas	157, 158
BIOLCHINI, Luís	162, 172, 173
BITTENCOURT, Clemente Mariani	120, 123, 124, 133, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 154, 159, 192, 213
BITTENCOURT, Raul Jobim	63
BLANK, Arnaldo Valter	161, 164
BÖOHM-BAWERK, Eugen von	27
BORGES, Tomás Pompeu Acióli	65
BOTELHO, Ivan Müller	75
BOUÇAS, Valentim Fernandes	59
BRAGA, Cincinato César da Silva	41
BRAHMS, Johannes	219
BRANT, Augusto Mário Caldeira	41, 154, 155
BRANT, Celso Teixeira	144
BUESCU, Mircea	45, 48
BULHÕES, Leopoldo, v. Jardim, José Leopoldo de Bulhões	17, 18, 21, 29, 41, 83
BUSH, George	204

C

CADAVAL, Fernando D.	153, 154
CAFÉ FILHO, João	101, 102, 114, 120, 122, 123, 124, 126, 133, 134, 140, 154, 155, 192, 206, 213
CALMON, Miguel, v. Almeida Sobrinho, Miguel Calmon Du Pine	248
CÂMARA, Mário Leopoldo Pereira da	155
CAMPOS, Aluísio Fragoso de Lima	55
CAMPOS, Roberto de Oliveira	68, 77, 78, 92, 93, 96, 127, 129, 130, 131, 132, 141, 150, 157, 162, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 183, 192, 211, 214, 216, 218, 240, 241, 258
CAPANEMA FILHO, Gustavo	63, 86
CARDOSO, Carlos	158
CARDOSO, Fernando Henrique	147
CARNEIRO, Otávio Augusto Dias	160, 161, 249
CARNEIRO, Rui	241
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar	12, 93, 96, 146, 147, 150, 162, 163, 165, 167, 170, 172, 182, 186, 192, 193, 197, 205, 211, 213, 214, 216, 226, 234, 249, 251, 254, 257, 259
CASTRO, Paulo Rabelo de	65
CASTRO, Pedro Luís Correia e	102, 152, 173, 247
CAVALCANTI, Temístocles Brandão	61, 62, 92
CHACEL, Julian Afonso Magalhães	12, 14, 15, 64, 66, 221, 232
COELI, Nilo Medina	161
COLLOR, Lindolfo Leopoldo Boekei	32

CORREIA, Oriandy Rubem	251
CORREIA, Paulo Afonso Poock	155, 156, 157, 158, 159
COSTA, Artur de Sousa	32, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 54, 56, 57, 59, 85, 86, 87, 101, 151, 195, 211, 212, 223
COSTA, José Sarney	198
COSTA, Margareth	237, 238
COSTA JÚNIOR, Afonso Almiro R.	59
COSTA NETO, Benedito	20
COUTINHO, Antônio de Abreu	68, 104
CUNHA, Vasco Tristão Leitão da	47
CURY, Américo	68, 222

D

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago	160
DANTAS, João Cândido de Andrade	154
DANTAS, Marcos Clemente de Sousa	23, 90, 113, 154, 157
DANTAS, Otávio Clemente de Sousa	23
DE GAULLE, Charles	52
DELFIN NETTO, Antônio	188, 244
DIAS, José M. A. Martins	182
DOELLINGER, Carlos von	111
DREIFUSS, René Armand	149
DUTRA, Eurico Gaspar	86, 104, 108, 152

E

ELLIOTT, Florence	30
-------------------	----

F

FARACO, Daniel Agostinho	71, 92, 96, 162, 174, 183, 247
FARIA, Hugo de Araújo	160, 161
FERNANDES, Raul	126
FIECHTER, Georges André	163
FIGUEIREDO, Inar Dias de	155
FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira	242
FIGUEIREDO, João Batista Leopoldo	149, 159
FISHLOW, Albert	119, 136
FLORES, Jorge Oscar de Melo	149, 251
FONSECA, Aníbal Freire da	41, 42
FONSECA, Herculano Borges da	108
FRANCO, Aldo Batista, v. Santos, Aldo Batista Franco da Silva	66, 104, 162, 173, 224, 253
FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira	77
FREIRE, Aníbal v. Fonseca, Aníbal Freire da	41, 42
FRIEDMAN, Milton	29
FURTADO, Celso Monteiro	65, 69, 139, 146, 160, 161, 162

G

GALVÃO, Nei Neves	159, 160, 161, 249
GALVÊAS, Ernane	11, 108, 188
GASPARIAN, Fernando	186
GEISEL, Ernesto	241
GELLNER, Ernest	202
GOMES, Anápio	59
GOMES, Juvenal Osório	160, 161, 223
GOMES, Severo Fagundes	253
GORBACHEV, Mikhail	202
Goulart, João Belchior Marques	79, 101, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 159, 160, 161, 163, 166, 173, 206, 244, 248, 249, 252, 257
GOUVEIA, Eleutério Proença de	160, 161
GRAHAM, Lawrence S.	46
GRÜNEWALD, Augusto Hamann Rademaker	163
GUDIN FILHO, Eugênio	17, 29, 30, 42, 43, 49, 52, 55, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 87, 90, 98, 99, 104, 109, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 140, 154, 192, 196, 213, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 255
GUIMARÃES, José Nunes	55, 63, 223, 224
GUIMARÃES, Ulysses Silveira	173, 174, 252

H

HASSELMAN, Sérgio	65
HICKS, John Richard	222
HITLER, Adolf	22
HORSEFIELD, John Keith	49
HUBER JÚNIOR, Gilbert	149
HUDDLE, Donald	111

I

IACOCCA, Lee	33
--------------	----

J

JACOBSSON, Per	121
JAFET, Ricardo Nami	106, 153
JANGO, v. Goulart, João Belchior Marques	79, 101, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 159, 160, 161, 163, 166, 173, 206, 244, 248, 249, 252, 257
JARDIM, José Leopoldo de Bulhões	17, 18, 21, 29, 41, 83

K

KAFKA, Alexandre	64, 103, 225
KAFURI, Jorge Felipe	61, 62, 63, 224
KEYNES, John Maynard	26, 31, 39, 49, 50, 67
KINGSTON, Jorge	63
KUBITSCHKEK, Juscelino, v. Oliveira, Juscelino Kubitschek de	91, 126, 131, 132, 156, 157, 158, 213, 215

L

LACERDA, Carlos Frederico Werneck de	186, 187, 216
LAFER, Beth Mindlin	127, 147
LAFER, Celso	127
LAFER, Horácio	106, 113, 153, 192
LAGO, Luís Aranha Correia do	238
LAGO, Pedro Aranha Correia	104, 110
LARA, João Mesquita	63
LATTINI, Sidney Alber O.	108
LEITE JÚNIOR, Antônio Dias	62, 63, 64, 186, 224
LEME, José Otávio da Silva	159
LEME, Rui Aguiar da Silva	188
LEMGRUBER, Antônio Carlos Braga	237
LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahiba	13, 14, 45, 119, 195, 211, 229, 236, 245
LEVY, Herbert Victor	251, 253
LIMA, Hermes	144
LIMA, José Vicente Faria	159
LIMA, Pedro de Mendonça	153
LINHARES, José	151
LODI, Euvaldo	45, 55, 59, 195
LOPES, Francisco	243
LOPES, José Machado	143
LOPES, Lucas	129, 130, 131, 132, 141, 156, 157, 192
LOPES, Luiz Simões	13, 28, 46, 63, 90, 92, 113, 221
LUCAS, Robert	243
Lúís, Washington, v. Sousa, Washington Luís Pereira de	23
LUZ, Carlos Coimbra da	126, 155

M

MACHADO, Alcântara v. Oliveira, José de Alcântara Machado de	24
MACHADO, José Vieira	55, 108, 110, 151, 152
MACIEL FILHO, José Soares	111, 154
MAGALHÃES, Mário	65
MALAN, Pedro Sampaio	58, 77, 111, 112
MARIANI, Clemente, v. Bittencourt, Clemente Mariani	120, 123, 124, 133, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 154, 159, 192, 213

MARTINS, Luís Dodsworth	61, 63
MARX, Karl	27, 67
MATARAZZO, Francisco	46
MAZZILLI, Pascoal Ranieri	143, 163
MÉDICI, Emilio Garrastazu	188
MEIRA, Lúcio	158
MELO, Francisco de Assis Correia de	163
MELO NETO, José Joaquim Cardoso de	156
MENDES, Teixeira	20, 21
MENESES, Alberto de Castro	151, 152, 153
MICHAELSEN, Egídio	160, 161
MINELLA, Ary Cesar	173
MIRANDA NETO, Antônio Garcia de	63
MOITINHO, Álvaro Porto	61, 221
MORAIS, José Ermírio de	187
MORAIS NETO, Prudente de	155
MOZART, Wolfgang Amadeus	20, 219
MURTINHO, Joaquim Duarte	40, 41, 200

N

NABUCO DE ARAÚJO, Maurício Hilário Barreto	47
NEVES, Luís C.S.	182
NEVES, Tancredo de Almeida	144, 148, 156, 157
NIEMEYER, Otto Ernst	31, 54, 247
Nogueira, Denio Chagas	11, 12, 14, 65, 93, 104, 108, 150, 162, 164, 172, 173, 174, 175, 176, 245

O

OLIVEIRA, Armando de Sales	23
OLIVEIRA, Joaquim Rodrigues de	158
OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de	24
OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de	91, 126, 131, 132, 156, 157, 158, 213, 215

P

PACHECO, Rondon	174
PAIVA, Glycon de, v. Teixeira, Glycon de Paiva	113, 149, 150, 155, 156
PARANAGUÁ, Otávio	103
PAULA, Luís Nogueira de	63
PEÇANHA, Nilo Procópio	17, 83
PEDREIRA, José Luís Bulhões	169, 215
PEGURIER, Guilherme	63, 224
PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral	19
PEREIRA, Jesus Soares	71
PEREIRA, Luís Carlos Bresser	239

PERÓN, Juan Domingo	239
PESSOA, Eptácio Lindolfo da Silva	24, 53, 195
PINHEIRO, Nuno, v. Andrade, Nuno Pinheiro de	17, 82, 85
PINOCHE, Augusto	239
PINTO, Carlos Alberto de Carvalho	160
PINTO, Jayme Bastian	119
PINTO, Mário Abrantes da Silva	132
POLLAND, Harold Cecil	149, 150
PREBISCH, Raul	69
PRESTES, Luís Carlos	23, 130, 131, 141

Q

QUADROS, Jânio da Silva	101, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 159, 213, 245
-------------------------	--

R

RABELO, Paulo, v. Castro, Paulo Rabelo de	65
RAMOS, Nereu de Oliveira	126, 155
RAMOS, Plínio de Abreu	24, 245
REBELO, Edgardo de Castro	19
REIS, Francisco Tito de Sousa	20, 21, 22
REIS, João Marques dos	151
RESENDE, Tito	20
RESPIGHI, Ottorino	20
RIBEIRO, Casimiro Antônio	11, 43, 68, 104, 121, 129, 162, 164, 173
RIBEIRO, Paulo de Assis	150
RICARDO, David	26
RIO, José Pires do	151
RODRIGUES, Eduardo Lopes	55, 61, 63, 66, 123, 182, 223, 224, 245
RODRIGUEZ, Octavio	70
ROOSEVELT, Franklin Delano	28, 30, 31
RYFF, Tito Bruno Bandeira	237, 238

S

SÁ, Mem de	174
SALES, Eurico de Aguiar	156
SALES, Manuel Ferraz de Campos	41, 43, 167
SALES, Walter Moreira	110, 111, 125, 141, 143, 144, 153, 159
SALOMÃO, Carlos Roberto	173
SAMPAIO, Alde Feijó	61, 63
SAMPAIO, Mário Bittencout	59
SAMUELSON, Paul Anthony	27, 29

SANTOS, Aldo Batista Franco da Silva	66, 104, 162, 173, 224, 253
SANTOS, Genival de Almeida	64, 161, 162, 224
SANTOS FILHO, Francisco Alves dos	103
SARGENT, Thomas	243
SARMANHO, Valder de Lima	154, 155
SARNEY, José, v. Costa, José Sarney	198
SIEGEL, Carl	27
SILVA, Artur da Costa e	163, 176, 182, 188, 217
SILVA, Celso Antônio de Sousa	104
SILVA, Golbery do Couto e	149
SILVA, Hélio	47
SILVEIRA FILHO, Manuel Guilherme da	151, 152, 153
SIMONSEN, Mário Henrique	12, 14, 43, 62, 172, 176, 181, 207, 211, 237
SIMONSEN, Roberto Cochrane	45, 55, 58, 195
SKIDMORE, Thomas E.	79, 131, 143, 149
SMITH, Adam	17, 26, 27, 29
SOUSA, Egídio de Câmara	111, 153, 154
SOUSA, João Gonçalves de	162
SOUSA, Washington Luís Pereira de	23
SOUTO, Luis Rafael Vieira	62
SOUZA, Angelo Jorge de	12, 14, 169, 229
SUZIGAN, Wilson	20, 21, 53, 195
SWEEZY, Paul M.	27

T

TAVARES, Maria da Conceição	68
TAVEIRA, Antônio Arnaldo Gomes	121, 160
TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes	126
TEIXEIRA, Glycon de Paiva	113, 149, 150, 155, 156
TORRES, José Garrido	92, 108, 129, 132, 150, 157, 162, 164, 247
TOSTA FILHO, Joaquim Inácio	120, 121, 155, 156, 157, 158, 159

V

VALE, Ciro de Freitas	126
VARGAS, Getulio Dornelles	77, 79, 80, 85, 86, 103, 106, 110, 151, 153, 154, 195, 246
VASCONCELOS, Luís Felipe Leite	65
VELOSO, João Paulo dos Reis	188
VERSIANI, Flávio Rabelo	111
VIANA, Arísio de	63
VIANA, Hélio Marques	251
VIDAL, Rafael de Abreu Sampaio	41
VIDIGAL, Alcides da Costa	124
VIDIGAL, Gastão da Costa Carvalho	107, 108, 152, 155, 256

VILLELA, Aníbal Vilanova	20, 21, 53, 195
VINER, Jacob	28, 29, 31, 200
VITAL, João Carlos	61

W

WAGNER, Richard	219
WALTZ, Paulo	251
WARLICH, Beatriz Marques de Sousa	46
WHITAKER, José Maria	31, 32, 41, 42, 53, 54, 102, 115, 118, 124, 155
WHITE, Harry Dexter	28, 29, 48, 49, 50, 51
WICKSELL, Knut	26, 27, 39, 67, 230



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

A INFLAÇÃO NO BRASIL RELACIONADA ao desequilíbrio orçamentário, ou seja, ao *deficit* público, é observação que vem de longe. Não há novidade alguma. O governo Campos Sales e o governo Artur Bernardes, ambos combateram a inflação corrigindo a execução orçamentária.

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Ex-Ministro da Fazenda